

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Victoria Isabela Frois Borrero

SUCCESSÃO DE LÍDERES POPULISTAS:
um estudo de caso sobre Argentina e Venezuela

Belo Horizonte
2024

Victoria Isabela Frois Borrero

**SUCCESSÃO DE LÍDERES POPULISTAS:
um estudo de caso sobre Argentina e Venezuela**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Avritzer

Coorientadora: Profa. Dra. Priscila Delgado de Carvalho

Belo Horizonte
2024

320 Frois, Victoria.
F929s Sucessão de líderes populistas [manuscrito] : um estudo de caso
2024 sobre Argentina e Venezuela / Victoria Isabela Frois Borrero. - 2024.

182 f. : il.

Orientador: Leonardo Avritzer.
Coorientadora: Priscila Delgado de Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Populismo - Teses. 3. Democracia –
Teses. I. Avritzer, Leonardo. II. Carvalho, Priscila Delgado de.
III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 02ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA VICTÓRIA ISABELA FROIS BORRERO

Realizou-se, no dia 27 de fevereiro de 2024, às 09:30 horas, na sala 2094, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa da dissertação, intitulada “SUCESSÃO DE LÍDERES POPULISTAS: um estudo de caso sobre Argentina e Venezuela”, elaborada e apresentada por VICTÓRIA ISABELA FROIS BORRERO - número de registro 2021662734, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Leonardo Avritzer - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Priscila Delgado de Carvalho - Coorientadora (UFRRJ), Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (DCP/UFMG), Prof. Carlos Enrique Peruzzotti (Universidad Torcuato di Tella). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Pinheiro Wanderley Reis, Professor do Magistério Superior**, em 13/03/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Enrique Peruzzotti, Usuário Externo**, em 14/03/2024, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Avritzer, Professor do Magistério Superior**, em 14/03/2024, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Delgado de Carvalho, Usuário Externo**, em 20/03/2024, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3109166** e o código CRC **138A4EF0**.

*A todos os venezuelanos que partiram da
Venezuela em busca de um futuro melhor. E a
todos aqueles que ficaram e continuam
lutando por uma Venezuela livre.*

AGRADECIMENTOS

O caminho até a versão final deste trabalho foi permeado de dúvidas, obstáculos e muitas emoções. O mestrado foi um processo bastante solitário mas eu nunca estive só. Se cheguei até aqui, foi graças ao apoio e a ajuda de inúmeras pessoas que me deram a mão nos momentos mais difíceis e não permitiram que eu deixasse a peteca cair. Sem elas, essa vitória não seria possível e serei a elas eternamente grata.

Agradeço à minha mãe, Célia, pelo amor, pelo carinho, pelo exemplo e por me ensinar desde pequena a sonhar. Sem ela, nenhum dos meus passos seria seguro.

Ao meu pai, Francisco, que sempre me incentivou a estudar e que me apoiou ao longo de todos estes anos de estudos na universidade.

Ao Leo, meu companheiro, pelo amor tranquilo e caloroso, pela paciência e pelo incentivo. Obrigada por compartilhar sua vida e seus sonhos comigo.

À Ana Bárbara, por me fazer ver a vida colorida como as músicas de Juan Luis Guerra.

Aos meus amigos Carlos, Pietra, Mateus, Árlan, Jéssica e Rafaella por todos os anos de companheirismo e partilha.

Às minhas amigas da cerâmica Cecília, Mariah e Jessyka, que tornaram minhas tardes de quinta-feira mais leves e divertidas.

Aos meus colegas de mestrado, que enfrentaram o mestrado pandêmico junto comigo e me fizeram companhia, mesmo que por whatsapp, nos momentos mais difíceis.

À Priscila Zanandrez, pela amizade e por acreditar em mim desde o começo.

À minha coorientadora, Profa. Priscila Delgado, pela paciência com as dúvidas do caminho e pela amizade que espero levar pra vida.

Ao meu orientador, Prof. Leonardo Avritzer, por aceitar embarcar nesta aventura.

À Adriana, minha psicóloga, por me convencer a acreditar em mim mesma e me fazer ver que a dissertação não era um bicho de sete cabeças e que eu conseguiria sim virar mestre em Ciência Política.

Aos colegas do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, pela troca, pelo aprendizado e pela companhia.

À secretaria do DCP, especialmente ao Alessandro, por me ajudar com todas as minhas dúvidas e questões administrativas e pelas prosas boas nos corredores da Fafich.

À CAPES, ao CNPq e à FAPEMIG por permitirem que eu pudesse estudar com dignidade.

E, por último, à Universidade pública e gratuita, pela oportunidade de estudar, pesquisar e mudar minha realidade.

Muchas gracias a todos!

RESUMO

Este trabalho investiga a sucessão de governos populistas, com foco na compreensão dos fatores que influenciam as tendências autoritárias e/ou democráticas dos governos de sucessores de líderes populistas. A pesquisa analisa como o carisma do líder populista, o processo de hibridização das instituições durante seu governo e os fatores contingenciais relacionados ao processo de sucessão influenciam os governos dos sucessores. Os casos da Argentina, com Néstor e Cristina Kirchner, e da Venezuela, com Hugo Chávez e Nicolás Maduro, foram analisados segundo o método de Análise Comparativa Histórica e com auxílio do *process-tracing*. O estudo de caso comparado permitiu concluir que os três fatores foram relevantes para explicar as tendências autoritárias ou democráticas dos governos dos sucessores de líderes populistas, mas com diferentes pesos. O grau de hibridização das instituições e o carisma do líder populista se mostraram mais relevantes do que o processo específico de sucessão. A análise mostrou que o grau de hibridização do regime deixado pelos líderes populistas tem alto impacto sobre o governo do sucessor: quanto maior o grau de hibridização das instituições durante o governo populista maiores as tendências autoritárias do sucessor em concentrar poder em torno de si. O carisma por sua vez, também se mostrou relevante, mas de formas diferentes: por um lado, quanto mais o governo do líder populista baseia sua legitimidade no carisma pessoal do presidente, tanto mais difícil será para o sucessor estabelecer um governo tido como legítimo, o que pode incentivar a mobilização de práticas autoritárias para estabilizar o poder; por outro lado, se o líder populista é bem sucedido em rotinizar seu carisma dentro das instituições e da sociedade de maneira a torná-lo impessoal, outros líderes conseguem se beneficiar desse carisma positivamente sem a necessidade de mobilização de práticas autoritárias. Por último, os aspectos contingenciais relacionados à sucessão se mostraram relevantes, porém em menor medida: as análises apontam que as situações atípicas e imprevisíveis de transição dificultam a capacidade de construção de uma candidatura eleitoralmente forte e diminuem a adesão do sucessor aos princípios democráticos. Em resumo, o caso da Venezuela permitiu constatar como o carisma de Chávez, o processo de hibridização durante seu governo e as circunstâncias inusuais e imprevisíveis da sucessão contribuíram para as tendências autoritárias de Maduro. Por sua vez, no caso da Argentina a falta de carisma de Néstor, o processo de hibridização fraco de seu governo e as circunstâncias previsíveis e normais de transição de governo contribuíram para a manutenção da democracia argentina.

Palavras-chave: populismo; sucessão populista; carisma; crise da democracia.

ABSTRACT

This work investigates the succession of populist governments, focusing on understanding the factors that influence the authoritarian and/or democratic tendencies of the governments of successors of populist leaders. The research analyzes how the charisma of the populist leader, the process of hybridization of institutions during his government and the contingency factors related to the succession process influence the governments of his successors. The cases of Argentina, with Néstor and Cristina Kirchner, and Venezuela, with Hugo Chávez and Nicolás Maduro, were analyzed using the Historical Comparative Analysis method and process-tracing. The comparative case study allowed us to conclude that the three factors were relevant to explain the authoritarian or democratic tendencies of the governments of the successors of populist leaders, but with different weights. The degree of institutional hybridization and the charisma of the populist leader proved to be more relevant than the specific succession process. The analysis showed that the degree of hybridization of the regime left by populist leaders has a high impact on the successor's government: the greater the degree of hybridization of institutions during the populist government, the greater the authoritarian tendencies of the successor to concentrate power around the Executive. Charisma, in turn, also proved to be relevant, but in different ways: on the one hand, the more the populist leader's government bases its legitimacy on the president's personal charisma, the more difficult it will be for the successor to establish a government considered legitimate, which can encourage the mobilization of authoritarian practices to stabilize power; on the other hand, if the populist leader is successful in routinizing his charisma within institutions and society in a way that makes it impersonal, other leaders are able to benefit from this charisma positively without the need to mobilize authoritarian practices. Finally, the contingency aspects related to succession proved to be relevant, but to a lesser extent: the analyzes indicate that atypical and unpredictable transition situations hinder the ability to build an electorally strong candidacy and reduce the successor's adherence to democratic principles. In short, the case of Venezuela allowed us to see how Chávez's charisma, the process of hybridization during his government and the unusual and unpredictable circumstances of the succession contributed to Maduro's authoritarian tendencies. In turn, in the case of Argentina, Néstor's lack of charisma, the weak hybridization process of his government and the predictable and normal circumstances of government transition contributed to the maintenance of Argentine democracy.

Keywords: populism; populist succession; charisma; crisis of democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Populismo no governo	32
Figura 2 - Relação entre Populismo, Democracia e Autoritarismo	34
Quadro 1 - Tipos de liderança legítima de acordo com a sua natureza e seus objetivos	40
Quadro 2 - Index de Lideranças Carismáticas	42
Figura 3 - Representação de caminhos possíveis pós-populismo	46
Quadro 3 - Indicadores de Populismo no governo identificados nos governos de Hugo Chávez (1999-2013)	69
Figura 4 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor na Venezuela (2010-2013)	85
Quadro 4 - Decretos de Estado de Exceção e Emergência Econômica ditados durante o governo de Nicolás Maduro (2013-2018)	91
Quadro 5 - Indicadores de Populismo no governo identificados no governo de Nicolás Maduro (2013-2018)	96
Quadro 6 - Indicadores de Populismo no governo identificados nos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955)	115
Gráfico 1 - Série história da inflação anual acumulada na Argentina (1970-1975)	120
Quadro 7 - Indicadores de Populismo no governo identificados no governo de Néstor Kirchner (2003-2007)	139
Quadro 8 - Indicadores de Populismo no governo identificados no governo de Cristina Kirchner (2007-2011)	149
Quadro 9 - Comparativo dos governos de Juan Perón, Néstor Kirchner, Cristina Kirchner, Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a partir das categorias de Populismo no governo	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Acción Democrática
AN	Assembleia Nacional
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
APRA	Aliança Popular Revolucionária Americana
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CHA	Comparative Historical Analysis
CLAP	Comitê Local de Abastecimento e Produção
CNE	Conselho Nacional Eleitoral
Conatel	Comissão Nacional de Telecomunicações
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente
CTV	Confederação de Trabalhadores da Venezuela
DNU	Decretos de Necessidade e Urgência
ERP	Exército Revolucionário do Povo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FpV	Frente para la Victoria
FREPASO	Frente País Solidário
GOU	Grupo de Oficiais Unidos
GPP	Gran Polo Patriótico
INDEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Censos
LOPES	Lei Orgânica dos Processos Eleitorais
MAS	Movimiento Al Socialismo
MUD	Mesa da Unidade
MVR	Movimiento Quinta República
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAÍS	Plano de Ação Imediata Sustentável

PAN	Partido Nacional Autonomista
PASO	Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias
PCV	Partido Comunista da Venezuela
PDVSA	Petróleos de Venezuela
PJ	Partido Justicialista
PP	Partido Peronista
PPT	Patria Para Todos
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
RCTV	Radio Caracas Televisión
SIGEN	Sindicatura General de la Nación
TSJ	Tribunal Supremo de Justiça
UCeDe	Unión del Centro Democrático
UCR	União Cívica Radical
URD	Unión Republicana Democrática

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 POPULISMO E CRISE DA DEMOCRACIA.....	17
2.1 Populismo, Democracia e Autoritarismo.....	18
2.1.1 Promessas democratizantes do populismo.....	20
2.1.2 Populismo como antagônico aos princípios democráticos liberais.....	22
2.1.3 A relação ambivalente entre populismo e democracia.....	25
2.2 Populismo e o Líder Populista.....	29
2.2.1 Personalismo e Carisma.....	35
2.3 Sucessão e Pós-Populismo.....	43
3 METODOLOGIA.....	47
4 CHÁVEZ PARA SIEMPRE: ASCENSÃO, CONSOLIDAÇÃO E SUCESSÃO DE UMA LIDERANÇA POPULISTA.....	52
4.1 A ascensão e o declínio do PetroEstado.....	52
4.2 Governo Chávez (1999-2013).....	58
4.3 Sucessão.....	71
4.3.1 As eleições de 2012: Chávez corazón del pueblo.....	71
4.3.2 Chávez parte para Cuba.....	73
4.3.5 A não cerimônia de posse do dia 10 de janeiro de 2013: “Todos somos Chávez”..	77
4.3.6 A morte de Chávez.....	80
4.3.7 Eleições de 2013: o passarinho bolivariano.....	81
4.4 Primeiro Governo de Maduro.....	86
5 ARGENTINA: DO PERONISMO AO KIRCHNERISMO.....	97
5.1 O surgimento do Peronismo.....	97
5.2 Democracia Perón no mucho: Primeiro e segundo mandatos presidenciais de Juan Domingo Perón (1946-1955).....	103
5.3 Terceira presidência de Perón (1973-1976).....	116
5.4 De Menem a Eduardo Duhalde (1989-2003).....	121
5.5 O governo de Néstor Kirchner (2003-2007).....	129
5.6 A sucessão: a eleição de Cristina Kirchner.....	140
5.7 Primeiro Governo de Cristina Kirchner (2007-2011).....	143
6 CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS.....	160

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, uma série de eventos convergiu para mudar a paisagem política do mundo e marcar os estudos em ciência política: a queda dos autoritarismos de direita do sul da Europa nos anos 1970; o declínio de governos autoritários em partes do leste e do sul asiático; a substituição de ditaduras militares por governos civis eleitos na América Latina entre os anos 1970-1980; e o fim da União Soviética no final da década de 1980. Apesar de esses processos terem diferentes causas, formas e ritmos, a característica que os une é um movimento simultâneo de transição em diversos países, de regimes ditatoriais e autoritários rumo a regimes mais liberais e democráticos. Esse processo global de transição democrática foi batizado por Samuel Huntington (1991) como a terceira onda de democratização.

De qualquer ponto de vista, é inegável que a democracia se expandiu dramaticamente desde o começo da terceira onda em 1974. O aumento do número de democracias ao redor do mundo contagiou de certo otimismo os cientistas políticos da época, os quais passaram a realizar extensas pesquisas sobre os processos de democratização e consolidação democrática. Porém, de acordo com Merkel (2010), esta primeira fase de otimismo nos estudos sobre a democratização que se deu entre 1970-1990 foi seguida de uma segunda fase de realismo. Nas décadas de 1990 e 2000, as visões de euforia democrática foram substituídas por estudos que tentavam conceituar certos regimes políticos que, se bem não poderiam ser enquadrados como democracias, tampouco poderiam ser considerados como ditaduras ou regimes autoritários. Os esforços acadêmicos da época se concentraram em conceituar os diferentes tipos de regimes que se enquadravam dentro da chamada “zona cinzenta” (Carothers, 2002). Conceitos como “democracia delegativa” (O’Donnell, 1991), “democracia defeituosa” (Merkel, 2004), “pseudodemocracias” (Diamond, 1997), “regimes híbridos” (Diamond, 2004) “autoritarismo competitivo” (Levitsky; Way, 2002) e “autoritarismo eleitoral” (Schedler, 2006) são alguns exemplos dessa nova tendência.

A terceira fase nos estudos sobre democracias e democratização é caracterizada, segundo Merkel (2010), por um pessimismo entre os estudiosos. Desde o começo do novo século, um crescente ceticismo se tornou aparente na ciência política em relação aos contínuos sucessos da democratização. Na esfera acadêmica, a ênfase mudou dos processos de democratização para os processos de autocratização. Diamond (2008) foi um dos primeiros autores a identificar uma onda de “reversão democrática”, visível a partir da transição para regimes híbridos ou autoritários em várias regiões do mundo (por exemplo, Venezuela,

Rússia, Nicarágua, Filipinas e Hungria), ao mesmo tempo em que o desempenho da democracia na maioria dos países recém-chegados ao clube democrático se mostrou ruim.

Atualmente, ainda ocorre um debate sobre se existe ou não uma “onda reversa”: enquanto autores como Diamond (2015) e Foa e Mounk (2016, 2017) encontraram evidências empíricas de um “declínio incipiente da democracia” na última década (Diamond, 2015:142), outros cientistas políticos contestaram essas avaliações pessimistas e chegaram a resultados mais nuançados (Inglehart, 2016), ou até mesmo otimistas sobre a atual situação da democracia (Schmitter, 2015). Contudo, o *malaise* democrático parece ter chegado para ficar, atingindo até mesmo as democracias ocidentais mais antigas (como os Estados Unidos). Os casos mais emblemáticos e problemáticos de deterioração democrática ocorreram até o momento em algumas das novas e não tão novas democracias pertencentes ao Sul e o Leste global. Na América Latina, a onda rosa de regimes de esquerda que tomou a região na virada do século, em resposta às medidas neoliberais da década de 90, levou a resultados bastante contrastantes. Nos países com uma esquerda moderada - Chile, Brasil e Uruguai - os governos foram compelidos a formar coalizões com partidos de centro ou mesmo de direita, tendo de trabalhar dentro dos limites da ordem política existente. Em contraste, a esquerda radical - na Venezuela, Equador e Bolívia - conquistou o poder em países onde o sistema partidário se encontrava em colapso. Aproveitando o vácuo político, líderes populistas perseguiram projetos hegemônicos e invocaram a soberania popular para formar novas constituições e refundar as instituições políticas de seus respectivos países (Weyland, 2009)¹. Fazendo uso de um discurso majoritário e *anti-establishment*, líderes como Chávez, Correa e Morales conseguiram dismantelar os freios e contrapesos e criar uma espécie de “superpresidencialismo plebiscitário” (Mazzuca, 2013). Tais líderes conseguiram gradativamente erodir a democracia de seus respectivos países, fazendo com que estes últimos passassem a fazer parte da zona cinzenta de regimes híbridos.

Nas últimas décadas, os estudos sobre populismo têm procurado entender e jogar luz sobre os processos de hibridização de regimes que acontecem em governos populistas. A relação entre populismo e democracia é ambígua, mas a literatura tem apontado que em contextos democráticos o populismo costuma enfraquecer as instituições da democracia liberal, levando a resultados ambivalentes ou autoritários. Embora a maioria dos estudos sobre populismo tenha se concentrado na conceituação, medição e consequências do populismo (Kaltwasser et al, 2017), pouco se sabe sobre como esses movimentos se desdobram depois que seus fundadores deixam seus postos. Os regimes populistas híbridos podem evoluir para

¹ Para o autor, a Argentina se situa em um meio termo entre a esquerda radical e a esquerda moderada.

uma ditadura, manter-se na zona cinzenta de regimes híbridos ou restabelecer a democracia. Preencher esta lacuna se torna importante principalmente em casos em que líderes populistas conseguem eleger sucessores para dar continuidade a seus projetos políticos.

Um dos problemas de regimes políticos dependentes de lideranças populistas e personalistas é que estas não estarão no poder para sempre. Chávez, por exemplo, morreu em 2013 em decorrência de um câncer, deixando como sucessor o seu vice-presidente Nicolás Maduro. Rafael Correa, por sua vez, escolheu como sucessor seu ex-vice-presidente, Lenin Moreno, ao perceber que não teria chances de ser reeleito no primeiro turno das eleições de 2017² (De La Torre, 2020). Na Argentina, Néstor Kirchner conseguiu eleger como sucessora sua esposa, Cristina Kirchner, nas eleições de 2007, antes de falecer por uma parada cardíaca em 2010. Seja por limites constitucionais, morte ou exílio, nenhum líder político pode exercer o poder para sempre. Assim, regimes populistas se veem confrontados com o problema fundamental da dominação carismática: a sucessão política do líder (Weber, 1982). Apesar de ser um problema clássico em estudos de dominação carismática, a questão da sucessão política tem recebido pouca atenção em cenários populistas, nos quais os líderes estabelecem legitimidade principalmente por meio do cultivo de vínculos carismáticos - diretos, não mediados e emocionais - com massas organizadas de maneira livre, em vez de depender de instituições firmemente enraizadas (Weyland, 2001). Nesse sentido, sucessores de líderes populistas tendem a herdar um conjunto de instituições mais ou menos enfraquecidas e uma massa de seguidores devotos ao líder fundacional. Até agora, a literatura sobre populismo se concentrou em estudar o papel do líder, o contexto em que ele atua e suas consequências para a democracia, mas pouco se sabe sobre o papel do sucessor populista e as consequências da sucessão para os regimes.

Olhar para a sucessão de governos populistas é importante, já que ela joga luz sobre a continuidade ou não dos populismos para além dos seus fundadores. Além disso, nos permite entender como acontece a sucessão de lideranças personalistas, muitas vezes carismáticas, que costumam concentrar poder em torno de si. Dado que governos populistas continuam a crescer em todo o mundo, as análises das trajetórias de longo prazo de tais governos e as perspectivas de reverter seus efeitos prejudiciais à democracia tornaram-se especialmente importantes. Olhar para casos de sucessão populista nos permite pensar sobre as

² Na época, a queda do preço do petróleo, a Lei da Plusvalía e as mudanças constitucionais feitas por Correa para permitir a reeleição indefinida provocaram fortes mobilizações populares em 2015. Pela primeira vez, a popularidade de Correa caiu para menos de 50% (DE LA TORRE, 2020).

consequências que governos populistas geram para a democracia, mesmo após chegarem ao fim.

Diante desse cenário, esta dissertação busca olhar para casos em que líderes populistas conseguiram eleger sucessores e entender o processo de sucessão, o governo que se segue e suas consequências para a democracia. Mais especificamente, a pergunta que guia este trabalho é: **Quais fatores explicam as tendências autoritárias e/ou democráticas de governos de sucessores populistas?**

Para responder a essa pergunta de pesquisa, este trabalho se propõe a fazer um estudo de caso comparado da Venezuela e da Argentina. Ambos os países correspondem a casos em que um líder populista foi bem sucedido em eleger um sucessor político. Com o objetivo de analisar os impactos dos governos de sucessores populistas para a democracia, serão considerados fatores de diferentes níveis. Em primeiro lugar, é necessário analisar fatores estruturais relacionados ao regime, sobretudo aqueles relacionados ao processo de hibridização antes e no início do governo do sucessor. Para entender o contexto em que ocorrem a sucessão de líderes populistas e o governo dos sucessores, é preciso analisar o processo de hibridização e o estado em que os líderes populistas deixam as instituições democráticas no momento da sua saída já que isto pode influenciar as tendências autoritárias e/ou democráticas dos sucessores. Em segundo lugar, é relevante investigar os fatores contingenciais do processo de transição de governo, como o motivo da transição (fim de mandato/morte/exílio) e as circunstâncias de normalidade e previsibilidade em que se desenrolou o processo. Esse ponto é importante pois ele pode ser um fator explicativo das tendências autoritárias e/ou democráticas dos governos dos sucessores. Por último, um terceiro fator de análise é a influência do carisma do líder sobre o processo de sucessão e o governo do sucessor.

Cada um destes três fatores levanta uma pergunta específica a ser respondida, quais sejam: a) qual a relação entre o grau de hibridização do regime e o governo do sucessor?; b) qual a relação entre o processo específico de sucessão do governo populista e o governo do sucessor?; e c) qual a relação entre o carisma do líder populista e o governo do sucessor?.

Por sua vez, cada uma das perguntas específicas possui uma hipótese correspondente a ser testada. Com respeito à relação entre o grau de hibridização do regime e o governo do sucessor, este trabalho pressupõe que governos populistas têm consequências para a democracia mesmo depois de eles deixarem de existir. Nesse sentido, uma das hipóteses que guia este trabalho é que, **quanto maior o processo de hibridização do regime populista, maiores as chances de o governo do sucessor tender ao autoritarismo**, na medida em que

o sucessor herda uma série de instituições cooptadas e cooptáveis. Com respeito à relação entre o processo específico de sucessão e o governo do sucessor, entende-se que o motivo pelo qual se dá a sucessão e a forma em que ela se dá pode gerar impactos diversos. A sucessão por motivos de fim de mandato tem efeitos diferentes daqueles casos em que ela se dá pela morte do líder populista. Na medida em que transições que se dão por motivos inesperados (morte/exílio) afetam negativamente a capacidade de construção da candidatura do sucessor e, conseqüentemente, a sua legitimidade democrática eleitoral, espera-se que **transições inesperadas levem o governo do sucessor a tendências autoritárias**. Por último, no que tange a relação entre o carisma do líder populista e o governo do sucessor, entende-se que o carisma ao ser uma qualidade difícil de ser transferida, ele tende a ser um elemento dificultador do processo de sucessão e afetar negativamente o governo do sucessor. Sendo assim, espera-se que **quanto mais um líder populista se apoia no próprio carisma, maior a tendência autoritária do sucessor**, já que este precisa lidar com o déficit de legitimidade (carismática e/ou eleitoral) e tende a fazê-lo aumentando seu controle sobre as instituições.

Tendo esse arcabouço em mente, a pesquisa procura analisar primeiramente os governos dos líderes populistas, para entender o processo de hibridização ou não que se dá durante seus mandatos. Em um segundo momento a pesquisa se propõe a analisar o processo de sucessão de cada caso. E por último analisa-se o mandato dos sucessores, olhando para as tendências autoritárias e/ou democráticas de seus governos em função dos fatores expostos anteriormente.

Sendo assim, esta dissertação está composta, além da introdução, de um segundo capítulo teórico abordando o que é o populismo, sua relação com a democracia, o papel do líder populista e do carisma e, por último, a questão da sucessão política em contextos populistas. O terceiro capítulo deste trabalho é dedicado à metodologia de pesquisa. O quarto capítulo corresponde à análise do caso da Venezuela, passando pelo contexto de eleição de Hugo Chávez, seus dois governos, sua sucessão política e, por último, o primeiro governo de Nicolás Maduro. O quinto capítulo trata da análise do caso da Argentina, passando pelo Peronismo e seu legado no país, o contexto de eleição de Néstor Kirchner, seu primeiro governo, o momento de sucessão política e o primeiro mandato de Cristina Kirchner. Por fim, o sexto e último capítulo da dissertação corresponde à conclusão e traz os resultados da pesquisa.

2 POPULISMO E CRISE DA DEMOCRACIA

O populismo é um conceito essencialmente contestado (Gallie, 1955). Existe uma diversidade de definições sobre o que vem a ser tal fenômeno. Alguns entendem o populismo como uma ideologia esvaziada³ (Mudde e Kaltwasser, 2017), outros como uma estratégia política (Weyland, 2001), alguns o entendem como um discurso ou uma lógica política (Laclau, 2013; Mouffe, 2020) e têm aqueles que o enxergam como uma forma limite da democracia (Rosanvallon, 2020). Todas essas definições, porém, de alguma maneira, dependem de um ator importante, de uma liderança que encarne o projeto populista. Seja o populismo uma ideologia esvaziada, um discurso ou uma estratégia, ele é materializado por um grande líder - que na maioria das vezes possui certo carisma - capaz de mobilizar massas de cidadãos. Embora a maioria dos estudos sobre populismo tenha se concentrado na conceituação, medição e consequências do populismo (Kaltwasser *et al*, 2017), pouco se sabe sobre como esses movimentos se desdobram depois que seus fundadores personalistas deixam seus postos e como se dá o processo de sucessão política em si - quando ele acontece. Olhar para a sucessão de governos populistas é importante, já que ela nos joga luz sobre a continuidade ou não dos populismos para além dos seus fundadores. Além disso, nos permite entender também como acontece a sucessão de lideranças personalistas, muitas vezes carismáticas, que costumam concentrar poder em torno de si. Dado que governos populistas continuam a crescer em todo o mundo, as análises das trajetórias de longo prazo de tais governos e as perspectivas de reverter seus efeitos prejudiciais à democracia tornaram-se especialmente importantes.

O surgimento nos últimos anos de líderes populistas em diferentes partes do mundo tem levantado questões cruciais sobre a estabilidade das democracias da terceira onda, a natureza da representação política, a legitimidade das instituições democráticas e a relação entre governantes e governados. Enquanto alguns veem no populismo uma resposta às insatisfações da população sistematicamente ignoradas pelas elites políticas distantes e desconectadas do povo, outros alertam para os perigos autoritários de governos populistas que concentram poder, minam as salvaguardas institucionais e enfraquecem o equilíbrio de poderes, levando a processos de hibridização do regime. É sobre este debate que nos debruçaremos nas próximas páginas.

Em um primeiro momento abordaremos a relação ambígua entre populismo, democracia e autoritarismo, fazendo um panorama geral das diferentes posturas dentro da

³ Tradução própria do termo em inglês “thin-centered ideology” dos autores.

literatura. Entrar nesta discussão nos permite entender por que governos populistas ao longo dos anos levaram a resultados contrastantes, alguns mais democráticos, outros mais autoritários e outros num meio termo. Num segundo momento iremos abordar o papel do líder e do carisma no populismo. Este debate é relevante pois ele nos permite tanto entender a importância do líder populista nos fenômenos populistas, quanto analisar o papel que o carisma desempenha nas experiências de governos populistas e na sua sobrevivência a longo prazo. Nessa linha, por último, falaremos sobre o problema da sucessão política nos contextos populistas. Apesar de ser um tema antigo, ele tem sido pouco estudado pela literatura e levanta questões importantes para o debate sobre a crise da democracia e sobre a durabilidade de governos populistas.

2.1 Populismo, Democracia e Autoritarismo

A América Latina representa um ponto de referência inevitável para qualquer discussão sobre populismo por diversos motivos. Em primeiro lugar, a região foi historicamente palco do surgimento das expressões mais paradigmáticas do populismo, como o peronismo e o chavismo. Em segundo lugar, as inúmeras experiências de regimes populistas no continente, inclusive como forma de governo, fornecem um rico terreno de estudo para compreender as dinâmicas e desafios associados ao fenômeno. E, por fim, a América Latina se destaca por ser a região onde renasceu o populismo contemporâneo⁴ tanto na política como na teoria política (De La Torre e Peruzzotti, 2018).

O populismo no governo ou a tentativa de estabilização de um regime populista não é novidade para a América Latina, continente onde o populismo é um fenômeno constante na política desde a década de 1930. Ao longo do último século, três ondas de populismos sacudiram a história política do continente: o populismo clássico, o populismo neoliberal e o populismo radical ou contemporâneo (Mudde e Kaltwasser, 2017; Peruzzotti, 2019). A imagem de ondas populistas é interessante, pois ela permite explicar o constante retorno do populismo no cenário político em tempos de crise e incerteza. Esta imagem sugere que os populismos têm temporalidades longas e podem nunca sair totalmente de cena. Ao mesmo tempo que o populismo parece surgir em momentos excepcionais de crise política, ele se

⁴O populismo contemporâneo corresponde ao conjunto de governos populistas que surgem no final da terceira onda de democratização. O populismo contemporâneo, em contraposição ao populismo clássico, ganha destaque em sociedades já democratizadas e em conjunturas em que os arranjos representativos existentes estão em crise: ele aparece como uma resposta democrática à crise da democracia (Peruzzotti, 2019).

mostra como um elemento constitutivo e quase rotineiro da política Latino Americana (Burbano De Lara, 2019).

As primeiras experiências populistas na América Latina surgiram na década de 1930, até a década de 1960, quando os modelos políticos e econômicos de dominação oligárquica entraram em crise na região. Os casos paradigmáticos dessa onda de “populismos clássicos” foram Juan Domingo Perón na Argentina, Getúlio Vargas no Brasil, Lázaro Cárdenas no México e José María Velasco Ibarra no Equador.

A segunda onda de populismo foi muito mais curta e menos prolífica que a primeira. Surgiu no início dos anos 1990 e os casos mais paradigmáticos podem ser encontrados na Argentina com Carlos Menem, no Brasil com Fernando Collor de Mello, no Peru com Alberto Fujimori e no Equador com Abdalá Bucaram. Existe menos consenso sobre esta segunda onda de populismo neoliberal ou neopopulismo na literatura (Weyland, 1996). Isto porque, apesar de ela possuir elementos comuns com as demais ondas de populismo - líderes personalistas, discursos polarizantes, apelos diretos aos setores populares e desafios as elites políticas dominantes -, os líderes dessa segunda onda fizeram uso de uma espécie de “liberalismo popular” (Schamis, 2013) baseado em políticas de ajuste estrutural que visavam promover o mercado capitalista e a globalização (Burbano De Lara, 2019).

A terceira onda de populismo latino-americano teve início no final da década de 90. O triunfo eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 inaugurou uma série de governos de esquerda na região, dentre os quais alguns dos presidentes eleitos também fazem parte da terceira onda populista, como Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Daniel Ortega na Nicarágua e Néstor Kirchner na Argentina. Esta nova onda de populismos contemporâneos, radicais, de esquerda ou *anti-establishment*, surge como reação às reformas neoliberais implementadas na América Latina durante as duas últimas décadas do século XX.

De acordo com Burbano de Lara (2019), os sociólogos da década de 1960 entendiam o populismo como um fenômeno transitório no processo de modernização. Segundo Germani e Di Tella, o populismo seria uma irrupção de novos grupos sociais ligados à transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. A ideia de transição implicava que o populismo desapareceria assim que a modernização capitalista e os processos de desenvolvimento chegassem ao seu ápice. No entanto, o retorno do populismo no novo milênio coloca em questão essa visão do populismo como um evento transitório, principalmente dado o fato de que a nova onda de populistas está ocorrendo em países com democracias que pareciam consolidadas. Essa recorrência nos leva a buscar outras explicações para o seu constante ressurgimento.

A literatura tem apontado que o populismo surge em momentos de crise política, onde as instituições representativas são fracas, frágeis ou ineficazes na articulação e resposta às preocupações sociais (Mudde; Katlwasser, 2017; Laclau, 2013; Rosanvallon, 2020). Dessa maneira o populismo surge como uma resposta a esses momentos de crises desencadeados pela tensão entre desigualdades sociais e demandas por inclusão política dos setores populares. Em uma primeira instância, o populismo poderia ser visto como um corretivo para as democracias, já que ele pretende solucionar a brecha representativa buscando incluir na arena eleitoral segmentos marginalizados da sociedade que não se sentiam representados pelos partidos políticos tradicionais. Por outro lado, alguns autores veem o populismo como uma ameaça para a democracia ao polarizar a sociedade, diminuir os mecanismos de *checks and balances*, concentrar poder no Executivo e minimizar as possibilidades de contestação política. Justamente aqui, surge um dos mais acalorados debates dentro da literatura sobre as tendências democratizantes ou autoritárias do populismo. Para dar um panorama sobre esse debate na literatura, a seguir exponho brevemente três posicionamentos diferentes: (1) o primeiro foca nas promessas democratizantes do populismo; (2) o segundo vê o populismo como antagônico aos princípios democráticos liberais; (3) e o terceiro percebe a relação entre populismo e democracia como ambivalente. Cada um deles será apresentado a seguir, a partir de trabalhos de autoras e autores centrais.

2.1.1 Promessas democratizantes do populismo

A primeira postura centra-se nas promessas democratizantes do populismo (Laclau, 2013; Mouffe, 2020; Canovan, 2005). Esta perspectiva tem o elemento democratizante do populismo residindo em seu processo de inclusão social e sua capacidade de expandir a noção de igualdade da democracia. Laclau busca resgatar o conceito de populismo da sua posição marginal e da sua conotação pejorativa, equiparando o populismo com uma lógica política *tout court* (Peruzotti, 2017). Para o autor, o populismo expressaria o ato democrático por excelência ao construir “o povo” por meio da articulação de uma pluralidade de demandas sociais não atendidas, a partir de uma lógica equivalencial que não elimina as diferenças e as subjetividades (Laclau, 2013). Isto implica que o populismo consiste em uma relação social, na qual cidadãos encontram uma afetividade, ao sentirem que as suas demandas não correspondidas se equiparam e equivalem às demandas não atendidas de outros indivíduos. Isto cria vínculos entre as pessoas, as quais se juntam na reivindicação de demandas que, embora não sendo as mesmas, criam unidade e identificação. A unificação das demandas

heterogêneas e a construção da identidade do “povo” se materializam, por sua vez, em torno do líder populista. Laclau reconhece a importância do líder populista na articulação de demandas diversas, na mobilização das massas em torno de uma visão compartilhada e na criação de uma identidade política coletiva, o “povo”. O populismo definido dessa maneira implica em um fenômeno político sempre latente nas democracias, pois sempre é possível que exista uma cadeia de demandas não satisfeitas que possam vir a se unir e construir um sujeito novo de ação coletiva - o povo - chamado para reconfigurar a ordem social considerada como injusta. A construção do povo constitui para Laclau a essência da democracia.

Chantal Mouffe (2020), autora que compartilha da visão de populismo de Laclau, vai argumentar que apenas um populismo de esquerda é capaz de resgatar e desenvolver os princípios democráticos de liberdade e igualdade em um movimento que ela rotula como "radicalização da democracia". Para a autora, o problema das instituições representativas existentes é que elas não estão permitindo o confronto agonístico entre diferentes projetos de sociedade (2020: 52). Seria essa falta de confrontação agonística e não a representação em si, que estaria privando os cidadãos de voz. Por isso, somente uma estratégia populista de esquerda permitiria a construção de um sujeito coletivo, “o povo”, capaz de lançar uma ofensiva política contra a oligarquia, a fim de estabelecer uma nova formação hegemônica que crie condições para a recuperação e aprofundamento dos ideais democráticos de igualdade e liberdade. Esse processo de radicalização da democracia permitiria transformar as diferentes relações de poder que entrelaçam as dinâmicas de diferentes grupos sociais. Este ponto estaria ligado de certa maneira à dimensão participativa da democracia dahlsiana (Kaltwasser, 2014). O populismo permitiria então uma maior participação política.

Por último, ainda debatendo o populismo como uma força democratizante, cabe mencionar a visão de Margaret Canovan (2005), que percebe o populismo como um desafio democrático à própria democracia. Para a autora a democracia apresenta duas faces, uma redentora, a outra pragmática; que embora sejam opostas, também são interdependentes; e que entre elas existe uma lacuna na qual o populismo pode aparecer. Uma analogia para pensarmos a parte pragmática da democracia seria o slogan “ballots, not bullets”, ou em termos mais acadêmicos, o conjunto de regras e práticas que permitem a resolução pacífica de conflitos nas sociedades modernas. Por sua vez, uma caricatura correspondente à face redentora da democracia pode ser “governo do povo, pelo povo, para o povo”. A noção de poder popular está no centro da face redentora: o povo é a única fonte de autoridade legítima e a salvação é prometida à medida que o povo assume o controle de sua própria vida. Mas, de um ponto de vista pragmático, a democracia é simplesmente uma forma de governo, que

implica em instituições não apenas para limitar o poder, mas também para constituí-lo e torná-lo efetivo. É nas brechas e nas contradições entre essas duas faces que o populismo emerge. Para Canovan “O populismo nas sociedades democráticas modernas é mais bem visto como um apelo ao ‘povo’ contra a estrutura de poder estabelecida e as ideias e valores dominantes da sociedade” (p.3, 1999). Os líderes populistas se veem como verdadeiros democratas, expressando queixas e opiniões populares sistematicamente ignoradas por governos, partidos tradicionais e pela mídia. Muitos deles favorecem a 'democracia direta' - tomada de decisão política por referendo e iniciativa popular. Porém, o populismo não é apenas uma reação contra as estruturas de poder, mas um apelo a uma autoridade reconhecida. Os populistas reivindicam legitimidade com base no fato de que falam pelo povo: ou seja, afirmam representar o soberano democrático. Ao procurar retornar o poder ao “povo”, poder este que teria sido usurpado pelas elites, os líderes populistas podem ser vistos como democratas radicais, buscando restaurar a democracia aos seus princípios (p.5, 2005). Canovan acredita que populismo é uma sombra lançada pela própria democracia e que, portanto, ele não deve ser descartado como uma forma patológica de política, pois suas pretensões democráticas levantam questões relevantes.

2.1.2 Populismo como antagônico aos princípios democráticos liberais

Passando agora para a segunda postura, temos uma série de autores que percebem o populismo como uma forma limite da democracia (Rosanvallon, 2020; Finchelstein, 2018) ou como uma deformação da democracia representativa (Urbinati, 2019) ou como o oposto a democracia liberal (Pappas, 2019). De acordo com esta visão, o problema com o populismo estaria na relação tutelar entre o líder e as massas, onde o primeiro, ao clamar representar “o povo”, concentraria poder no Executivo restringindo o poder das demais instituições representativas e de controle e minando as possibilidades de contestação política (Levitsky & Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). Para Rosanvallon (2020) o populismo se apoia em três elementos: uma preferência pela democracia direta (referendum); uma visão polarizada e hiper-eleitoral da soberania do povo, que rejeita os corpos intermediários e se propõe a domesticar as instituições de caráter eleitoral; e uma concepção da vontade geral como suscetível de ser expressa espontaneamente e encarnada na figura de um líder destinado a solucionar os problemas de representação existentes. O autor faz uma crítica à questão da polarização democrática (povo/elite), destacando que, se o propósito da democracia é criar uma comunidade dona do seu próprio destino, ela não pode se manter unicamente pelo

exercício do poder eleitoral-majoritário, já que este último é uma manifestação imperfeita da vontade geral. Rosanvallon também chama a atenção para o papel importante das instituições contramajoritárias, que servem como garantia do povo frente aos seus representantes. As eleições por si só não são um mecanismo suficiente para garantir a atuação dos representantes conforme o interesse do eleitorado (O'Donnell, 1998). Por isso, a importância das instituições de controle e da *accountability* horizontal.

Partilhando de uma visão similar, Frederico Finchelstein (2018), em seu livro *Do Fascismo ao Populismo na História*, conceitua o populismo como uma versão autoritária da democracia. Para o autor, fascismo e populismo estão ligados genealogicamente, mas enquanto o populismo decidiu seguir uma via democrática, o fascismo seguiu uma via autoritária e violenta. Ambos os fenômenos têm como base a tríade povo, líder e nação, onde a existência de um povo homogeneizado depende da exclusão dos outros, do inimigo - encarnado na maioria das vezes nas elites políticas tradicionais. Porém, é justamente nesse binarismo que reside uma das diferenças cruciais entre as duas ideologias políticas: enquanto no fascismo os “inimigos do povo” devem ser caçados e exterminados, no populismo eles não são completamente marginalizados do processo político. Em vez disso, seus líderes e seguidores buscam derrotar seus inimigos pelas vias eleitorais. Este é um ponto relevante, já que, apesar de Finchelstein não definir bem o que denomina uma democracia autoritária, o populismo para ele se insere no espectro democrático, de modo que um líder populista não se perpetua eternamente no poder e pode deixar de presidir o Executivo perdendo eleições ou por restrições constitucionais de mandato. Por outro lado, o autor reconhece que o populismo tende a um autoritarismo, já que minimiza a separação de poderes, a independência e legitimidade da imprensa e do império das leis, mas ele afirma que apesar de levar a democracia ao seu limite, no geral, nunca a quebrou.

Nadia Urbinati (2019), por sua vez, percebe o populismo como uma nova forma de governo representativo. A autora argumenta que a democracia populista se baseia numa relação direta entre o líder e aqueles definidos por ele como “cidadãos de bem”, e na autoridade última do público, do povo (2019:4). Desta forma os alvos da democracia populistas são as instituições intermediárias e de formação de opinião pública, como partidos e mídias, que obstaculizam tal relação. Os líderes populistas no poder promovem uma mobilização contínua de seu público, de modo que a vontade popular reafirme o líder como representante único, e também tendem a alterar constituições de forma a reduzir as restrições sobre o poder da maioria. A autora ainda afirma que o populismo é incompatível com formas não democráticas de política, pois “ele se apresenta como uma tentativa de construir um

sujeito coletivo através do consentimento voluntário das pessoas, e como uma tentativa de questionar uma ordem social em nome dos interesses das pessoas” (2019:5, tradução própria). Urbinati entende o populismo como uma deformação da democracia representativa e não como uma reação a ela: ele nasce dentro dela, mas seu alvo são alguns dos seus princípios. O populismo transfigura três pilares da democracia moderna: a noção de povo, a noção de representação e a noção de vontade da maioria. A construção da noção de povo, embora inclua uma maioria, é uma exclusão *ex ante* de uma outra parte da população (a elite e os cidadãos corruptos). A noção de representação é, por sua vez, transformada de modo a criar um regime de representação direta. Apesar de constituir um oxímoro, a representação direta captura a ideia de que os líderes populistas buscam falar diretamente com e para o povo (p.8). Com respeito ao princípio da maioria, Urbinati vai dizer que o populismo não desafia as eleições em si, mas as transforma em um plebiscito que celebra e aclama a relação direta entre o líder e o povo e ratifica a posição do líder como o representante único da maioria. É por isso que, por mais que a autora frise que o populismo se trata de um fenômeno dentro do espectro democrático, ela também reconhece que esse fenômeno leva a democracia constitucional aos seus limites e, ao ultrapassar essas barreiras, outras formas de regime autoritários, ditatoriais e fascistas podem emergir (2019:14).

Por último, cabe mencionar a visão de Kurt Weyland (2001; 2021), um dos autores mais influentes da vertente “estratégico-política” do populismo. Para o autor, o populismo é compreendido como uma estratégia política que gira em torno de uma liderança personalista, geralmente carismática, sustentada por conexões diretas, não institucionalizadas, com uma massa heterogênea, amorfa e em grande parte desorganizada de seguidores (Weyland, 2021:10). Como estratégia política o populismo compreende “os métodos e instrumentos para conquistar e exercer o poder”, muitas vezes autoritários e hegemônicos (Weyland, 2001: 12). Esta definição centrada na agência, especialmente útil para elucidar as ações políticas de governos populistas e seus efeitos no regime, indica que o populismo está em tensão fundamental com a democracia e o pluralismo liberal. Os líderes personalistas percebem as instituições democráticas como barreiras à sua agência autoritária e transgressora, buscando dismantlar as instituições contramajoritárias e de controle, concentrar o poder, buscar hegemonia política e eliminar a competitividade democrática. Além disso, a necessidade de sustentar um apoio direto, não institucionalizado e, portanto, instável e volátil das massas, leva esses políticos plebiscitários a intensificar suas apelações e atacar inimigos presumidos, incluindo a oposição partidária. Essa constante confrontação mina a tolerância e compromete a competição justa, já que o líder busca manter-se no poder a qualquer custo, inclusive através

do assédio e repressão da oposição. Em todos esses aspectos, o populismo compromete inerentemente a democracia (Wayland, 2021: 10). No entanto Weyland reconhece que apesar do populismo implicar em uma ameaça aos princípios liberais democráticos, raras vezes ele conseguiu sufocar a democracia. Suas análises têm demonstrado que o populismo é uma estratégia política de alto risco e, embora alguns líderes carismáticos possam ser bem sucedidos em alcançar uma notável concentração de poder e hegemonia política, a democracia tem boas chances de sobrevivência⁵. Por outro lado, o autor também reconhece que mesmo populistas “fracassados” podem minar a qualidade da democracia.

2.1.3 A relação ambivalente entre populismo e democracia

Por fim, abordamos a última perspectiva, pela qual este trabalho se guia, que percebe a relação entre populismo e democracia como ambígua. Benjamin Moffit (2016) é um dos autores que reconhece que o populismo possui tendências democráticas e antidemocráticas que coexistem simultaneamente. Partindo de uma noção de populismo como um estilo político, Moffit argumenta que o populismo não é “ambivalente” mas sim dividido entre duas direções opostas. Por estilo político o autor entende o conjunto de elementos retóricos e estéticos que geram uma representação política centrada na construção e encenação de um “povo” homogêneo e virtuoso, frequentemente em contraste com uma elite percebida como corrupta ou distante. A partir dessa definição Moffit enfatiza a natureza performática do populismo, chamando a atenção para como os líderes populistas muitas vezes recorrem a estratégias dramáticas e emotivas para se conectar com seus seguidores. Sua definição de populismo implica em uma sobreposição entre a abordagem de estilo político e a abordagem discursiva: seu foco na performance engloba várias características discursivas, como o uso da linguagem, discursos e textos escritos, ao mesmo tempo que abrange outros elementos estéticos e performativos que a abordagem discursiva não leva em consideração, incluindo imagens, autoapresentação, linguagem corporal, *design* e 'encenação'. Com respeito a relação entre o populismo e a democracia Moffit argumenta, por um lado, que o populismo possui várias tendências democráticas. Estas incluem seu impulso para tornar a política mais acessível e popular; seu potencial para incluir grupos anteriormente excluídos ou desprivilegiados em sua concepção de ‘povo’; e sua capacidade de revelar, por vezes, as tendências pouco democráticas das formas contemporâneas da política democrática. Por outro

⁵ De acordo com Weyland, uma variedade de fatores contextuais, incluindo crises exógenas e até mesmo acidentes, moldam a probabilidade de sucesso de líderes plebiscitários personalistas em concentrar poder e se manter nele.

lado, o populismo possui tendências antidemocráticas que podem se manifestar simultaneamente como: a perseguição do ‘outro’, dos inimigos, comumente associados à elite; a negação da complexidade e heterogeneidade do povo; e a sua inclinação à personalização extrema da política. Como as tendências democráticas e antidemocráticas do populismo frequentemente estão em jogo e em tensão umas com as outras simultaneamente, o populismo pode tomar caminhos diversos em relação à democracia. Nesse sentido, cada caso ou subtipo de populismo pode levar a resultados diferentes. Aqui é importante enfatizar que o autor questiona a caracterização do populismo como “ambivalente” com relação à democracia. A ambivalência de acordo com o autor sugere incerteza, indecisão ou a incapacidade de escolher um curso de ação. Contudo, de acordo com Moffit, os líderes populistas não demonstram ambivalência em relação à democracia, mas sim oportunismo: geralmente são bastante claros e apaixonados sobre o tipo de democracia que preferem - aquela que lhes permitirá chegar ao poder, ou, se já estiverem no poder, aquela que lhes permitirá permanecer nele. Dessa forma as tendências democráticas e antidemocráticas dentro do repertório populista estão disponíveis para serem escolhidas seletivamente pelos líderes populistas, sendo invocadas e utilizadas estrategicamente — e ignoradas quando não são úteis.

Mudde e Kaltwasser (2017), autores influentes da linha conhecida como “ideacional”, entendem o populismo como “uma ideologia esvaziada que considera a sociedade dividida em dois campos homogêneos e antagonistas, “o povo puro” versus “a elite corrupta”, e que defende que a política deve ser uma expressão da vontade geral do povo” (p.6). Os autores entendem que o populismo é essencialmente democrático, mas vai de encontro à democracia liberal. Esta última é aquela que possui uma série de instituições contramajoritárias que visam proteger os direitos fundamentais com o intuito de evitar a “tirania da maioria”. A democracia (sem adjetivos) seria mais bem definida como a combinação de soberania popular e o princípio da maioria *tout court*, podendo ser tanto direta como indireta, como liberal ou iliberal. Feita essa distinção, os autores alegam que o populismo defende que nada deve restringir a vontade do povo, mas ao fazer isso ele vai de encontro às noções de pluralismo e mina os direitos das minorias, assim como as instituições que deveriam protegê-las. Assim, ao mesmo tempo em que o populismo, de um lado, limita o escopo da competição política, dizendo que os outros, as elites corruptas, não deveriam fazer parte do jogo eleitoral, de outro lado ele tende a favorecer a participação política ao permitir a mobilização e união de grupos que se sentiam marginalizados e não representados pelas elites tradicionais. Desta forma, a relação do populismo com os regimes democráticos representa uma faca de dois gumes. Se

por um lado, a mobilização populista de setores marginalizados pode servir como um importante corretivo para regimes democráticos excessivamente elitistas e excludentes; por outro lado, o hipermajoritarismo e o plebiscitarismo inerentes ao populismo tendem a minar as instituições democráticas liberais, em particular aquelas que protegem os direitos individuais e das minorias. Em outras palavras, o populismo é simultaneamente inclusivo e iliberal (Levitsky & Loxton, 2019).

Seguindo a mesma linha, Steven Levitsky e James Loxton (2019) argumentam que as consequências do populismo para as democracias liberais são ambíguas. Onde os regimes preexistentes são oligárquicos ou autoritários, o populismo pode ter um efeito democratizante. No entanto, onde os regimes já são democráticos os efeitos democratizantes do populismo são mais limitados. Os governos populistas podem ser inclusivos, pois dão voz a grupos sub-representados e marginalizados, mas em termos de democracia liberal, eles tendem a ser mais inimigos do que amigos. Os autores analisaram como, na América Latina contemporânea, os governos populistas quase invariavelmente desencadearam uma transição para o autoritarismo competitivo⁶, ou regimes nos quais existem instituições democráticas, mas o campo de jogo é distorcido contra a oposição. Aqui é importante apontar para a definição de populismo utilizada pelos autores. Eles definem o populismo como a mobilização de cima para baixo de constituintes subalternos, geralmente por um *outsider* personalista, contra toda a elite política e/ou econômica. Seguindo os critérios de Barr (2009)⁷, os autores concordam que o populismo pode ser medido a partir de três características principais. Primeiro, os populistas são *outsiders* ou indivíduos que alcançam proeminência política fora do sistema partidário estabelecido. Em segundo lugar, o populismo é personalista. Os populistas estabelecem vínculos diretos e pessoais com os eleitores, contornando amplamente os partidos e outras formas de mediação institucional. De fato, os movimentos que eles geram geralmente recebem o nome do líder (por exemplo, peronismo, varguismo, chavismo, kirchnerismo). Terceiro, os populistas mobilizam apoio de massa por meio de apelos *anti-establishment*, posicionando-se como representantes do “povo” em oposição a toda a elite. Dada essa definição, Levitsky e Loxton explicam que os governos

⁶ Regimes autoritários competitivos são aqueles em que as instituições democráticas formais existem e são significativas, mas em que o titular distorce o campo de jogo a tal ponto que a capacidade da oposição de competir fica seriamente comprometida. Esses regimes são competitivos no sentido de que as forças de oposição usam as eleições para disputar seriamente (e ocasionalmente, com sucesso) o poder. No entanto, a concorrência é marcadamente injusta. Os incumbentes politizam as instituições do Estado, como o judiciário, as forças de segurança, as agências fiscais e as autoridades eleitorais, e as usam para enfraquecer seus oponentes (Levitsky; Loxton, 2019:336)

⁷ Barr (2009) define populismo como um movimento de massa liderado por um *outsider* ou *maverick* que busca obter ou manter o poder usando apelos anti-establishment e vínculos plebiscitários (p.38).

populistas tendem a empurrar as democracias frágeis em direção ao autoritarismo competitivo por três razões. Primeiro porque os populistas são *outsiders* e, portanto, não têm quase nenhuma experiência na política parlamentar. Em segundo lugar, os populistas são eleitos com o mandato para enterrar as elites e refundar as instituições políticas existentes, ou seja, o quadro institucional da democracia liberal. A mensagem central dos líderes populistas é de que as elites e suas instituições são corruptas e excludentes e que, portanto, o regime existente não é verdadeiramente democrático. E em terceiro e último lugar, populistas recém-eleitos quase sempre confrontam as instituições de *accountability* horizontal controladas pelos partidos estabelecidos, como Congresso e o Judiciário. Como *outsiders* personalistas, a maioria dos populistas carece de partidos fortes e, como tal, geralmente não conseguem traduzir suas vitórias nas eleições presidenciais em maiorias legislativas imediatamente. Por isso, após assumir o cargo, a maioria dos populistas enfrenta legislativos, judiciários e burocracias controladas pelas próprias elites que eles prometeram enterrar durante a campanha presidencial. Uma vez eleitos, os populistas buscam distorcer o campo de jogo eleitoral. Como titulares, eles têm vantagens extraordinárias, como usar a mídia estatal, silenciar seletivamente a mídia privada, perseguir a oposição, controlar as mesas dos tribunais eleitorais e todas as instâncias de apelação e usar fundos públicos para influenciar a eleição.

Por último, com uma visão similar, De la Torre e Peruzzotti (2018) entendem que o populismo pode trazer resultados tanto redistributivos como autoritários. Mas uma diferença crucial para se avaliar os resultados democratizantes ou inclusivos de qualquer intervenção populista depende do contexto político. Os autores destacam que o que diferencia as experiências populistas clássicas (1930-1960) das experiências populistas da terceira onda (1998 em diante) é o fato de que as primeiras visavam substituir regimes semi-democráticos ou abertamente autoritários, enquanto as segundas ocorreram em um ambiente já democratizado. No período populista clássico, por exemplo, os governos populistas muitas vezes estenderam alguns direitos básicos, como o sufrágio e o direito de organização dos trabalhadores, que há muito eram negados a grande parte da população. No passado, a ausência de condições democráticas reais deu maior credibilidade às reivindicações democráticas do populismo por serem contrastadas com as do autoritarismo ou dos regimes democráticos de fachada baseados na fraude eleitoral, mas esse não é o caso do populismo contemporâneo porque eles são constrangidos pela existência de um novo consenso democrático. As formas contemporâneas de populismo, ao mesmo tempo em que promovem processos de redução da pobreza e inclusão social, encontram maiores críticas domésticas e internacionais quando tentam remover características distintivas da democracia liberal.

O argumento de De la Torre e Peruzzotti (2018) é, em síntese, que o populismo não produz necessariamente resultados autoritários ou democráticos. No entanto, é mais provável que gere resultados inclusivos em contextos pré-democráticos e ameaças autoritárias em contextos democráticos. A questão é que, em contextos democráticos, embora os populismos sejam inclusivos ao inserir politicamente e socioeconomicamente setores excluídos e marginalizados da população, eles também fecham o espaço para a oposição, transformam rivais políticos em inimigos do país e concentram poder em torno do líder, que ao personificar a vontade popular se transforma na voz autêntica e verdadeira de todo o povo. Nesse sentido, a inclusão não é o mesmo que democratização. Essa ambivalência entre inclusão e transformação dos rivais em inimigos, entre utilizar os instrumentos da democracia liberal como o voto e ao mesmo tempo restringir o pluralismo, concentrar o poder e deslocar a democracia para o hibridismo, explicam-se pela sua dupla lógica de legitimação: as eleições e o líder messiânico (De La Torre, 2020). No populismo, as eleições são interpretadas de uma maneira diferente do que sob a democracia liberal. Elas não são meramente vistas como um procedimento para nomear um governo; ao contrário, servem como confirmação de um fato anterior de que uma personalidade específica personifica o povo (Peruzzotti, 2017b). No populismo, a legitimidade do líder não se baseia apenas na capacidade do primeiro em representar o eleitorado, mas também na crença de que a vontade do líder irá muito além do mandato de representação política. Isso porque os populistas sustentam que o líder tem um conhecimento inato e melhor do que o povo sobre o que eles realmente querem. Dessa forma o líder populista é o melhor intérprete da vontade popular (Finchelstein, 2019).

2.2 Populismo e o Líder Populista

Mas afinal, o líder é central para o populismo? Embora haja um consenso geral de que o líder é importante para o populismo, não existe consenso na literatura sobre o papel da liderança no populismo. As diferentes abordagens sobre populismo citadas anteriormente diferem sobre o papel desempenhado pelos líderes populistas: alguns autores veem o líder apenas como “articulador” do discurso e da ideologia (Mudde; Kaltwasser, 2014); outros o veem como organizador e “mobilizador” do povo (Laclau; Mouffe; Canovan); alguns o enxergam como “performador” do populismo (Moffit); e outros o entendem como o agente principal do populismo (Rosanvallon, 2020; Finchelstein, 2018; Urbinati, 2019; Levitsky & Loxton, 2011; De la Torre; Peruzzotti, 2018).

Os autores da definição ideacional do populismo não consideram o líder populista como uma característica chave do populismo. Para Mudde e Kaltwasser (2014) o populismo é uma ideologia ou visão de mundo que assume que a sociedade é caracterizada por uma divisão maniqueísta entre “o povo puro” e “a elite corrupta”. Isso significa que o populismo nem sempre é construído de cima – isto é, por um líder poderoso; muitas sociedades contam com um número significativo de pessoas que acreditam no conjunto populista de ideias, independentemente da presença de um líder populista. Para os autores que entendem populismo como um discurso o líder tampouco aparece como um elemento definidor do conceito. Para eles, o populismo é antes de mais nada um mapa mental que sustenta que elites poderosas estão agindo contra os interesses do povo. Para essas duas abordagens a existência de uma liderança forte e carismática é apenas um elemento facilitador do populismo, mas não definidor do conceito. Estas perspectivas focam no conteúdo, e não na forma ou no seu uso, e portanto podem prescindir da figura do líder.

Em contraste, existem dois grupos de autores que colocam o líder no centro de suas análises sobre o populismo. Por um lado, os autores que enxergam o populismo como uma lógica política reconhecem a importância do líder populistas mas veem nele um papel mais simbólico, como mobilizador das massas e articulador de suas demandas. Para Laclau, o líder importa pois ele atua como um “significante vazio” no qual o povo pode depositar suas diversas demandas e queixas em relação ao sistema. Nesse sentido, o líder é essencial para a unificação simbólica do povo e na formação da sua identidade política. Esta última não é automática, ela precisa ser construída. De acordo com Chantal Mouffe, para transformar as demandas heterogêneas em uma vontade coletiva é necessário uma figura que possa representar essa unidade, “não é possível haver um momento populista sem uma liderança” (Errejón; Mouffe, 2016:109). Tanto Laclau como Mouffe e Canovan reconhecem a importância da liderança populista mas colocam a ênfase na ideia simbólica de representação do povo. Os líderes importam na medida em que constroem o sujeito coletivo e defendem o conjunto de demandas heterogêneas do ‘povo’. Estes autores vêem o populismo como uma resposta legítima à exclusão e ao conflito político, fornecendo uma plataforma para a expressão democrática das diferenças. É nesse sentido que o populismo representa um potencial democratizante como vimos na seção anterior.

Do outro lado, os autores que entendem o populismo como um estilo político ou uma estratégia política focam na agência e, portanto, tendem a dar maior ênfase ao papel do líder carismático e personalista. Moffit (2016) - autor da vertente do estilo político que foca nas dimensões dramáticas do populismo - sustenta que os líderes deveriam ser nosso principal

foco de atenção ao estudar o fenômeno, dado que são eles as figuras que, em última instância, “fazem” o populismo. Para Moffit o líder é a figura que performa o populismo, ele é quem reúne (*bring together*) e encarna o “povo”. O autor argumenta que existe uma série de motivos para considerar o líder como ator central do populismo. Primeiro os líderes populistas, individualmente, são os símbolos mais visíveis e proeminentes do populismo hoje, com muita discussão acadêmica dependendo de suas personalidades e desempenhos. Segundo, a devoção dos seguidores e o ódio dos opositores também depende do líder em muitos casos, e não do partido. Em terceiro lugar, a liderança é relativamente constante em vários contextos regionais quando se trata de populismo, ao passo que as formas partidárias ou de movimento não o são. Em outras palavras, embora possamos imaginar o populismo sem partido, ou o populismo sem movimento, é bastante difícil imaginar o populismo contemporâneo sem nenhuma liderança. Além disso, um número significativo de partidos populistas funciona como pouco mais do que “partidos pessoais” que vêm a sustentar as carreiras políticas do líder.

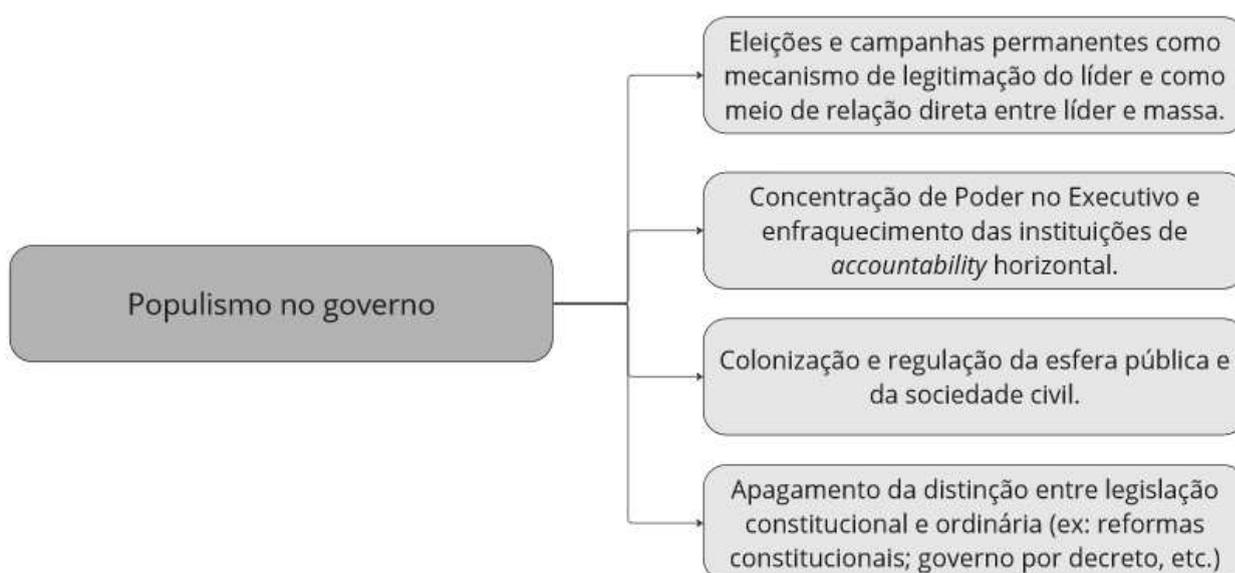
Da mesma forma, os autores que enxergam o populismo como uma estratégia política (Weyland, 2001) ou como uma forma de exercício do poder (Rosanvallon, 2020; Finchelstein, 2018; Urbinati, 2019; Levitsky & Loxton, 2011; De la Torre; Peruzzotti, 2018), focam na ação dos líderes populistas. Urbinati (2019) sustenta que para que o populismo seja exitoso é necessário um líder, do contrário ele permanece à margem do sistema político. Dessa forma a liderança populista importa pois ela é vital para que o populismo chegue ao governo, e uma vez no poder, é o líder populista que toma as mais diversas decisões: concentram poder no Executivo, minam as salvaguardas institucionais, enfraquecem o equilíbrio de poderes, perseguem seus rivais políticos, dentre outras. Para estes autores o líder é central pois é ele quem efetivamente governa. Este conjunto de autores foca não no que os populistas dizem ou representam, mas no que eles realmente fazem, especialmente como buscam, exercem e sustentam o poder político.

Partilhando dessa mesma visão, este trabalho entende o papel do líder como um elemento central do populismo. Seja o populismo uma ideologia esvaziada ou um discurso, para que o populismo se materialize é necessário um líder que possa encarnar as ideias e proferir os discursos antagônicos. Além disso, por mais importantes que sejam as ideias e os discursos, conceituar o populismo em termos estritamente ideacionais não nos permite contabilizar totalmente os resultados que dependem em parte da agência e da ação (Barr, 2019). Ideias ou lógicas políticas, por si só, não podem explicar a concentração do poder político, a erosão das instituições democráticas, entre outras consequências que derivam da

ação de lideranças populistas nos governos. Por esses motivos este trabalho coincide com as abordagens que consideram que um líder forte e/ou carismático ajuda a mover o populismo das margens para o centro da política e chegar ao poder.

Aqui também é importante ressaltar que este trabalho lida especificamente com o populismo no governo. Populistas tentando chegar ao poder, populistas no governo e regimes populistas não são a mesma coisa (Peruzzotti, 2017b). Quando buscam o poder, os populistas politizam questões e apontam problemas que precisam ser enfrentados, como as desigualdades ou a má gestão governamental das elites políticas. Mas uma vez no cargo, eles seguem roteiros semelhantes. Os líderes populistas buscam diminuir as instâncias de mediação política concentrando poder no Executivo e enfraquecendo as instituições de *accountability* horizontal como o Legislativo, o Judiciário e a mídia privada. Eles usam eleições, referendos e consultas públicas como mecanismos de legitimação do líder assim como realizam manifestações, procissões e aparições públicas como forma de relação direta entre o líder e o povo. Por outro lado, os líderes populistas tentam colonizar e regular a sociedade civil e a esfera pública através do combate às mídias privadas, a criação de uma mídia estatal, a perseguição política de seus adversários e até mesmo a criação de uma rede clientelar e de patrocínio ligada ao líder. Por último, os líderes populistas no governo costumam apagar a distinção entre legislação constitucional e a legislação ordinária, buscando criar novas constituições ou governando por decreto (De La Torre, 2019; Peruzzotti, 2019).

Figura 1 - Populismo no governo



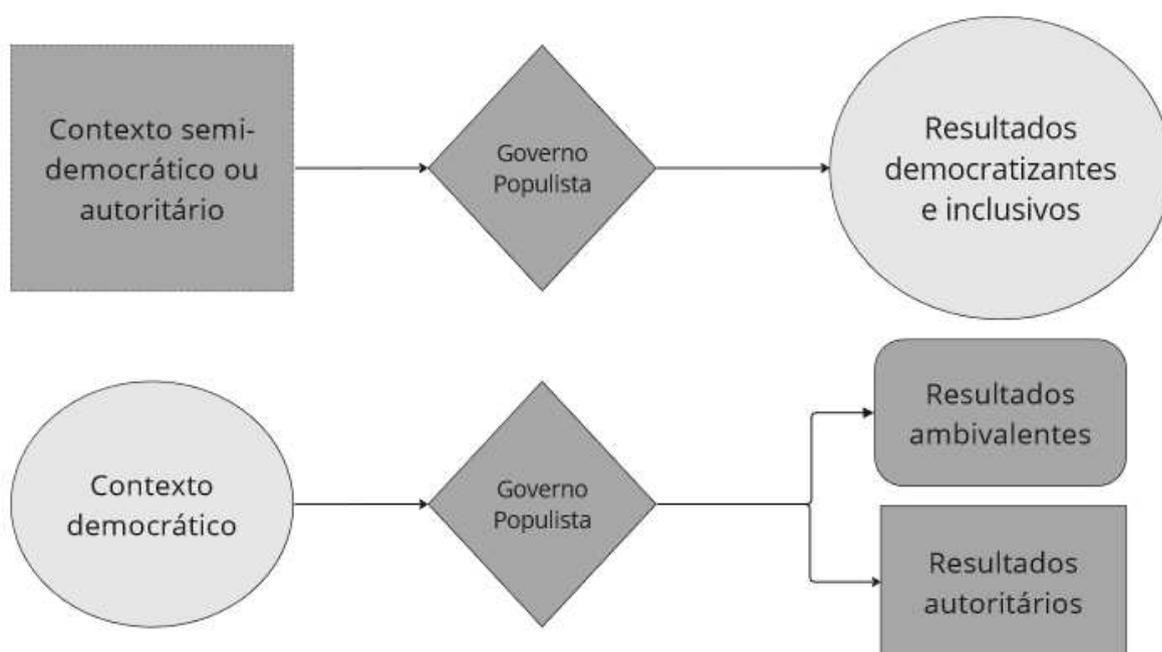
Embora a literatura sobre populismo seja rica em especificar as características dos governos e líderes populistas que os distinguem dos não populistas, menos atenção tem sido dada à distinção entre diferentes tipos de governos e líderes populistas. Buscando ir além da dicotomia populismo-não populismo, este trabalho entende que existe uma variedade de governos populistas em função de quão bem-sucedidos são seus líderes em avançar no roteiro anteriormente descrito. Nesse sentido, propondo uma conceituação gradacional, governos populistas podem ser mais democráticos ou mais autoritários, da mesma forma que o grau de hibridização dos regimes nos países em que se instalou um governo populista também varia.

Aqui, a hibridização é entendida como um processo lento, mas constante, de transformação da paisagem institucional da democracia através do dismantelamento gradual dos elementos constitutivos dos regimes democráticos liberais (Peruzzotti, 2017b). No processo de hibridização líderes eleitos subvertem a democracia aparelhando e usando como armas o judiciário e outras instituições de controle; comprando a mídia e o setor privado ou intimidando-os para que se calem; desmoralizando e enfraquecendo a oposição; e reescrevendo as regras da política e as legislações de modo a garantir o domínio político contínuo do partido governamental (Levitsky; Ziblatt, 2018:12). Esse padrão de erosão ou dismantelamento democrático é uma novidade em relação ao que foi o paradigma predominante de mudança de regime do século XX: o do colapso democrático e a sua substituição por um regime autoritário (Linz; Stepan 1978). Enquanto nos clássicos *coups d'États* o sucesso do golpe está na separação clara de um antes (regime democrático) e um depois (regime não democrático), a hibridização implica num processo gradual muitas vezes ambíguo, pois não há um momento incontestável de ruptura, nem uma tentativa de se afastar completamente de um quadro democrático. À medida que a democracia se enraizou, tornou-se cada vez mais difícil derrubá-la pela força. Por isso que os golpes militares e os auto-golpes têm se tornado cada vez menos frequentes (Bermeo, 2016). Contudo, os processos de hibridização podem empurrar os regimes políticos tanto para a zona-cinza de regimes nem democráticos nem autoritários (Carothers, 2002), quanto para fora do campo democrático, transformando o governo em um regime autoritário.

É importante frisar que a hibridização de regimes por governos populistas contemporâneos é um processo que ocorre em democracias liberais, antigas e novas. A este respeito, os esforços de hibridização dos populismos contemporâneos diferem daqueles que moldaram as expressões clássicas do populismo. Ao contrário das formas contemporâneas de populismo, o populismo clássico expressou um padrão de modernização política cujo ponto de partida não foi a democracia liberal, mas o regime oligárquico semidemocrático ou o

autoritarismo militar. Compartilhando da visão de De la Torre e Peruzzotti (2018), exposta na seção anterior, este trabalho parte da ideia de que a relação entre populismo, democracia e autoritarismo varia em função do contexto: em contextos semi-democráticos, oligárquicos ou autoritários, governos populistas podem trazer resultados democratizantes e redistributivos, desempenhando um papel positivo na promoção de uma democracia eleitoral ou mínima; enquanto em contextos democráticos, os governos populistas podem trazer efeitos nocivos para as instituições da democracia liberal, diminuindo suas qualidades e levando a resultados autoritários ou pelo menos ambivalentes.

Figura 2 - Relação entre Populismo, Democracia e Autoritarismo



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Por sua vez, o sucesso dos governantes populistas em renovar as instituições e os fundamentos normativos da democracia liberal depende do contexto em que eles emergem. Como a literatura tem apontado, rupturas populistas costumam ocorrer em momentos de crise política e social. É justamente nesses momentos críticos que líderes populistas são eleitos com o propósito de refundar e renovar as instituições políticas e sociais. Contudo, o sucesso dos líderes populistas em mudar as constituições, concentrar poder na presidência e controlar a esfera pública e as organizações da sociedade civil depende da fraqueza ou força das instituições democráticas. Países com fortes instituições democráticas, mídia autônoma e organizações da sociedade civil robustas, podem se dar melhor em conter as ações e

domesticar o comportamento dos líderes populistas. Dessa forma podemos ter governos populistas nos quais as instituições democráticas foram bem-sucedidas em bloquear os avanços de hibridização propostos pelo líder, mantendo uma democracia eleitoralmente competitiva; e governos populistas em que as instituições não foram bem-sucedidas em bloquear os avanços de hibridização, levando a uma mudança de regime fora do espectro democrático (ex: autoritarismo competitivo).

2.2.1 Personalismo e Carisma

Assim como o papel dos líderes, o carisma é um tema controverso no estudo do populismo. Como conceito político, o carisma se tornou famoso graças às formulações de Max Weber como uma das três formas legítimas de poder. Em seus escritos, o uso legítimo do poder, também denominado autoridade ou dominação, corresponde a um sistema de governo estável baseado no fato de que o exercício do poder pelo governante é percebido pelos governados como justo e correto. Partindo dessa ideia a questão sociológica investigada por Weber era: quais são os diferentes tipos possíveis de dominação ou autoridade legítima? (Allahar, 2001). Basicamente, ele identificou três tipos ideais de dominação legítima: a tradicional, a racional-legal (ou burocrática) e a carismática.

O primeiro tipo de autoridade é a tradicional e diz respeito à obediência dos seguidores às ordens do líder simplesmente com base na tradição. Eles obedecem aos comandos e desejos do líder, não com base em cálculos racionais, mas simplesmente porque sempre foi assim. Costumes e hábitos são transformados em leis à força de repeti-los e respeitá-los. O segundo tipo de dominação legítima foi denominado racional-legal (ou burocrática). Como o próprio nome sugere, essa forma de dominação é racional, planejada e deliberada. Este tipo de autoridade se impõe de acordo com a legalidade e está fundada na obediência que reconhece que existem certas obrigações de acordo com as leis estabelecidas. Ao contrário dos líderes tradicionais, como reis e faraós, que não são votados por seus seguidores e cujos filhos devem sucedê-los, exemplos de líderes racionais-legais são servidores do Estado, presidentes, primeiros-ministros. Estes últimos são eleitos a partir de competições livres e abertas, onde seus potenciais eleitores ponderam racional e objetivamente suas reivindicações de liderança contra as de seus concorrentes, ou seja, existe concorrência (Allahar, 2001).

Por último, temos a autoridade carismática, que deriva mais dos aspectos emocionais e irracionais da constituição humana. É preciso salientar que a definição de carisma é nebulosa nos escritos de Weber. Além disso, ele não estava totalmente convencido de ter esgotado a

definição do termo. Mas tentaremos aqui trazer as ideias gerais do autor. Em uma passagem, Weber define o carisma como:

Uma qualidade pessoal considerada extracotidiana [...] e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”. (Weber, 2000, p. 158-159)

O autor faz distinção entre o carisma puro ou genuíno, que só pode ser 'despertado' e 'provado', e formas modernas ou menos “puras” de carisma, que podem ser ‘aprendidas’ ou ‘inculcadas’ e que dizem respeito ao carisma rotinizado. Em referência ao carisma puro, temos duas dimensões principais: uma pessoal, que diz respeito ao líder portador de habilidades extraordinárias, e uma coletiva, que diz respeito à relação entre o líder e seus seguidores. Com respeito à primeira dimensão, Weber recorrentemente enfatizou em seus escritos o caráter divino do líder carismático. Ele usou palavras como “dom”, “graça” ou “missão divina” ao tentar definir o carisma. Estas noções refletem a crença de que uma divindade, ou Deus, escolheu o líder e que o carisma permitirá a este último exercer sua missão (Adair-Totef, 2021). Nesse sentido o carisma é um presente divino e há uma dimensão religiosa quase mágica atrelada a ele. Aqui vale destacar também que existe um aspecto altamente personalista no carisma. Enquanto a tradição guia o governante patriarcal, e as regras governam a conduta do burocrata - fazendo ambos tipos de dominação serem impessoais -, o carisma é extremamente pessoal, pois o líder foi escolhido por Deus. Além disso, os seguidores obedecem ao líder, e não a tradições ou leis (Adair-Totef, 2021). É por isso que Weber insiste que o carisma não é deste mundo.

Outro ponto que deve ser destacado é que tanto a dominação tradicional quanto a burocrática são marcadas pela sua estabilidade, durabilidade e permanência. Ambas são ordinárias e rotineiras. O carisma, por sua vez, é extraordinário. Nas palavras de Weber “a autoridade do dom de graça pessoal, extracotidiano (carisma)” (Weber, Vol. 2, p. 526). A noção de extraordinário está ligada à sua radicalidade. Weber explica que o líder carismático aparece em tempos difíceis e de crise social, quando as estruturas e a ordem normal não dão mais conta de se manter (Adair-Totef, 2021). Estas crises geram condições de inclinação social à crença na salvação por um líder que melhor conseguir se apresentar como solução para o problema e for reconhecido como tal (Laureano, 2020). O que é garantido não é uma mudança normal, mas algo radicalmente novo – algo revolucionário que quebra a velha ordem. Em outras palavras, o líder carismático emerge do extraordinário e opera a partir do extraordinário.

Mas para além da dimensão pessoal, o carisma possui também uma dimensão coletiva. A dominação carismática envolve a estrita obediência ao líder em virtude de seus poderes extraordinários. Nesse sentido o líder não tem apenas seguidores, mas ‘discípulos’, ‘sequazes’. À diferença dos líderes burocráticos racionais cuja legitimidade reside em seu cargo, o portador do carisma desfruta de autoridade e legitimidade em virtude de uma missão supostamente encarnada em sua pessoa (Weber, 2004:328). Weber enfatiza que o líder precisa provar que possui esse carisma pessoal realizando milagres. Nesse sentido, a realização de atos heroicos costuma demonstrar o carisma do líder, o qual possui uma missão redentora e de salvação. É por meio dessa atuação que os discípulos reconhecem a qualidade do escolhido. Além disso, Weber também enfatiza que o reconhecimento por parte dos seguidores é mais do que um fundamento político, é um dever (Weber, 2000:160). O carisma, portanto, não se submete às vicissitudes da vida cotidiana. O líder carismático se destaca porque suas qualidades são reconhecidas pelas pessoas que o seguem, que subjetivamente o acreditam dotado de heroísmo, sabedoria e dons mágicos (Villaroel; Ledezma, 2007). Em vez de deveres comuns e obrigações cotidianas, existe apenas a devoção pessoal ao líder carismático. É precisamente por isso que Weber observou que a crença carismática “revoluciona os homens ‘de dentro para fora’ e procura transformar as coisas e as ordens segundo seu querer revolucionário” (Weber, 2004:329). A essência desse carisma parece residir em um vínculo direto, não mediado, face a face, imediato, não institucionalizado e relacional entre o líder e seus seguidores (Allahar, 2001; Pappas, 2019).

Ainda dentro dessa dimensão coletiva, uma das características que definem o carisma é a disposição dos seguidores de obedecer sem hesitação a qualquer ordem do líder; perdoar o líder por contratempos estranhos; e reconhecer que pessoas extraordinárias que fazem coisas extraordinárias devem ter uma margem de manobra extraordinária para realizar sua missão. Nesse quesito, os seguidores nem sempre buscam avaliar ou calcular racionalmente os resultados das ações do líder. Muitas vezes, eles estão preparados para fechar os olhos se o líder cometer um equívoco aqui ou ali. Como os líderes carismáticos exercem maior influência sobre seus seguidores do que os líderes não carismáticos, seus seguidores parecem não se importar se eles dobram ou quebram as regras. Isso dá a esses líderes maior flexibilidade na realização de suas vontades políticas (Allahar, 2001). Dessa forma, a ideia de excepcionalidade significa que os líderes carismáticos surgem livres de restrições estruturais, institucionais e discursivas (Burbano De Lara, 2019).

Uma vez que é dever dos seguidores reconhecer e cumprir as ordens do líder carismático, pode-se esperar também que o líder tenha a obrigação recíproca de “entregar as

mercadorias” ou satisfazer os desejos e expectativas dos seguidores. O lado negativo da dominação carismática é que ela não é permanente ou eterna, e ela é sempre dependente de novas provas ou “milagres”. O sucesso do líder vai depender de diversos testes vocacionais que testam a sua capacidade de levar em diante a missão revolucionária para a qual foi encarregado. Se a crença na força do líder desaparece, a dominação do líder carismático pode desaparecer também, e por isso esta forma de governo pode ser muito instável posto que o exercício do carisma se fundamenta no reconhecimento pelos seguidores do líder. Nesse sentido, e em oposição às outras duas formas de dominação elencadas por Weber, tipicamente cotidianas e estáveis, a dominação carismática é instável, pois ela carece tanto de restrições institucionais como de apoio institucional. O líder carismático enfrenta constantemente a perspectiva de que seu “dom” ou “graça” especial podem não ser mais percebidos do mesmo jeito e que, portanto, sua autoridade pode desaparecer. Nas palavras de Weber:

Se por muito tempo não há provas do carisma, se o agraciado carismático parece abandonado por seu deus ou sua força mágica ou heroica, se lhe falha o sucesso de modo permanente e, sobretudo, se sua liderança não traz nenhum bem-estar aos dominados, então há a possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática. (Weber, 2000:159)

Em resumo, o carisma é a combinação de três aspectos: (a) das qualidades individuais e extraordinárias do líder; (b) da vontade dos seguidores de continuar a reconhecê-lo como carismático; e (c) do contexto ou situação em questão, geralmente momentos de crise, que permitem a emergência de líderes carismáticos assim como criam um ambiente social favorável para que as pessoas sigam o líder. Porém, Weber reconhece que o carisma em sua forma pura é raro, já que ele não pode ser alcançado ou adquirido. Por isso ele dedica uma seção especificamente à questão da rotinização do carisma. O autor repete que, em sua forma pura, o carisma tem um caráter especificamente “extraordinário”. No entanto, não pode permanecer em sua forma pura, por isso o carisma tende a se transformar em um tipo mais tradicional, ou racional, ou até mesmo uma combinação dos dois tipos de dominação (Weber, 2000:162). Seu ponto é que as preocupações cotidianas forçarão a dominação carismática a se transformar em uma espécie de híbrido com as demais formas de dominação.

Sendo assim, a rotinização é o processo pelo qual o carisma se torna despersonalizado e não é mais visto como um dom pessoal com qualidades especiais e até mesmo mágicas. Weber analisou a institucionalização do carisma através do parentesco, da hereditariedade e do ofício. Esse processo de rotinização é necessário precisamente por causa da raridade do carisma puro e pelo fato de ele ser instável, imprevisível e possuir uma vida útil curta (Allahar, 2001). Além disso, os interesses em dar continuidade a comunidade carismática e

torná-la permanente, surgem principalmente quando o portador do carisma desaparece e coloca-se a questão da sucessão. Weber elenca seis maneiras pelas quais se resolve o problema da sucessão: (1) através da escolha de uma pessoa portadora de carisma, a partir de uma série de regras e características; (2) através de uma revelação por meio de técnicas de seleção como oráculo, sorteio, juízo de Deus, que darão legitimidade ao novo portador do carisma; (3) pela ideia de que o carisma seja uma qualidade de sangue e que portanto pode ser herdada - carisma hereditário; (4) por designação do sucessor pelo portador anterior do carisma e reconhecimento da comunidade - a legitimidade é adquirida neste caso por designação; (5) por designação do sucessor pelo quadro administrativo carismaticamente qualificado e reconhecimento da comunidade - neste caso a unanimidade é um postulado e não se deve associar este processo a ideia de 'eleição'; (6) e por último pela ideia que o carisma, embora originalmente mágico, pode ser transmitido para outras pessoas ou produzidas nela - carisma de cargo (Weber, 2000:162-163).

Feito este panorama, é fácil entender porque o carisma tem sido comumente utilizado para analisar a liderança populista. Na América Latina o carisma tem sido considerado uma característica típica do populismo, cujas raízes remontam a uma tradição caudilhista⁸ que nasceu nos processos pós-independência do século XIX (Burbano de Lara, 2019). Mas as afinidades entre carisma e populismo raramente foram teorizadas. O problema está no fato de que o carisma é um tema difícil de ser estudado devido às suas múltiplas dimensões (Allahar, 2001) e, portanto, é difícil operacionalizá-lo enquanto conceito.

Uma das poucas tentativas de diferenciar os conceitos de populismo e carisma vem do autor Takis Pappas (2016; 2019; 2021). Pappas busca dar uma definição mínima para cada conceito e teoriza sobre a relação entre ambos. De início, o autor entende o populismo como uma imagem espelhada e oposta da democracia liberal⁹, ou seja, como um iliberalismo democrático. O populismo afirma que a sociedade está dividida por uma clivagem única e dominante entre a vasta maioria e uma pequena elite, e afirma que esta clivagem é

⁸ O Caudilhismo ocorreu num período histórico particular, entre as guerras de independência da América Latina e a década de 1870. Naquela época, o Estado era fraco e os grandes proprietários dominavam a política. Os estudiosos argumentam que a política caudilhista era uma forma de dominação carismática baseada na violência, na exibição da masculinidade e na capacidade de redistribuir presentes a um grupo leal de seguidores (Wolf e Edward Hansen, 1967 apud De la Torre, 2021).

⁹ Pappas entende que o liberalismo político possui três características fundamentais. A primeira é o reconhecimento de que qualquer sociedade é inevitavelmente um lugar de muitas divisões, muitas vezes transversais, que geram conflitos. Isto leva ao segundo componente do liberalismo: a compreensão da necessidade de as partes da sociedade, especialmente representadas pelos partidos políticos, se comportarem moderadamente, procurarem consenso e preferirem resultados de soma positiva. Esta necessidade é melhor satisfeita através do terceiro componente do liberalismo, que é a sua ênfase na adesão às salvaguardas dos direitos das minorias e do Estado de direito, tal como expresso principalmente nas constituições escritas (Pappas, 2019:70).

intransponível. Nesta perspectiva, o Estado de direito e a proteção dos direitos das minorias tornam-se secundários pois o que importa mesmo é satisfazer a maioria que compõe “o povo”. Buscando operacionalizar o populismo, o autor define alguns indicadores para diferenciar populismos de não populismos. Para o autor, um líder partidário é populista quando o seu partido: (1) participa em eleições competitivas; (2) mantém fidelidade às regras e procedimentos da democracia parlamentar; (3) postula que a sociedade está dividida ao longo de uma, e apenas uma, linha que separa ostensivamente “o povo” da elite estabelecida; (4) promove a polarização política em detrimento da moderação, do compromisso e do consenso; e (5) exalta o majoritarismo em detrimento do Estado de direito e da proteção dos direitos das minorias (2021:231). Para que um líder seja considerado populista, ele precisa corresponder a todos os cinco critérios supracitados.

Por sua vez, o autor entende o carisma político como “um tipo distinto de liderança legítima que é pessoal e visa a transformação radical de uma ordem institucional estabelecida” (2016:3). Os critérios para afirmar que um líder é carismático são dois: a natureza da liderança (Rulership) e os objetivos da liderança (Rule aims). De acordo com o primeiro critério, um líder é considerado carismático sempre e enquanto exercer autoridade pessoal no que diz respeito à organização interna do partido e ao seu apelo aos seguidores. Com respeito ao segundo critério, os líderes carismáticos afetam a democracia de formas radicais, uma vez que buscam uma remodelação abrangente da arquitetura institucional da democracia, em vez de procurarem implementar simples reformas legislativas e políticas (2021:228). A liderança comum¹⁰, em contraste, acarreta as seguintes características ontológicas: a impessoalidade da liderança e uma ênfase na moderação processual e na continuidade. O autor resume a sua tipologia no seguinte quadro.

Quadro 1 - Tipos de liderança legítima de acordo com a sua natureza e seus objetivos

	Racional-legal (comum)	Carismática (extraordinária)
Natureza da liderança	Impessoal	Pessoal
Objetivos	Moderação	Radicalismo

Fonte: Pappas (2021), traduzido pela autora.

Tentando ser ainda mais específico e operacionalizar o conceito de carisma, Pappas estabelece alguns indicadores que permitiriam afirmar se um líder é carismático ou não. No

¹⁰ O autor entende as lideranças comuns das democracias liberais no sentido de autoridade racional-legal do tipo weberiano.

caso do personalismo os indicadores são: a autoridade total do líder sobre um partido, ou movimento, e a relação direta e não mediada entre o líder e os liderados. Sobre o primeiro indicador, enquanto a liderança democrática comum envolve hierarquias estabelecidas, freios e contrapesos institucionais, tomada de decisão descentralizada e responsabilidade coletiva, a liderança carismática exhibe estruturas de autoridade altamente centralizadas, a ausência de características burocráticas claras e o controle irrestrito do líder sobre os subordinados. O segundo indicador de personalismo resulta do relacionamento específico entre líder e seguidores. Numa democracia liberal, espera-se que esta relação seja indireta e mediada através de instituições impessoais que dependem de narrativas não apaixonadas e emotivas. Em contraste, a liderança carismática tem uma natureza quase missionária e é caracterizada pela relação imediata, direta e muitas vezes íntima, dos seguidores com a pessoa do líder (Pappas, 2016; 2021).

No caso do radicalismo, o autor também prevê dois indicadores que podem ser avaliados empiricamente: a subversão jurídica do status quo através da sua deslegitimação sistemática e a sua substituição por um sistema de autoridade inteiramente novo. Assim sendo, o terceiro indicador de liderança carismática são os ataques à estrutura de autoridade estabelecida, a fim de desafiar a sua legitimidade e minar a sua ordem política e normativa. O quarto e último indicador de carisma é complementar ao anterior e consiste na introdução, pelos líderes carismáticos, de alguma nova visão de mundo da qual derivará uma nova legitimidade para refundar a comunidade política. Curiosamente, uma vez no poder, os líderes carismáticos estão frequentemente interessados em fornecer novas constituições (ou modificar radicalmente as existentes) que reflitam os valores morais e os princípios normativos da sua própria visão do mundo. Pappas resume os critérios de avaliação de uma liderança carismática no quadro 2 e afirma que para que uma liderança seja considerada carismática ela precisa corresponder a todos os critérios mencionados (Pappas, 2016; 2021).

Quadro 2 - Index de Lideranças Carismáticas

<i>Personalismo</i>	
1. Controle máximo sobre o partido/movimento; centralização de poder.	<input type="checkbox"/>
2. Relação líder-seguidores não mediada, emocional e muitas vezes polarizadora.	<input type="checkbox"/>
<i>Radicalismo</i>	
3. Subverter, deslegitimando uma estrutura de autoridade constituída.	<input type="checkbox"/>
4. Instituir uma nova estrutura de autoridade.	<input type="checkbox"/>

Fonte: Pappas (2021), traduzido pela autora.

Uma vez estabelecidos os critérios que diferenciam as lideranças populistas das não populistas e as carismáticas das não carismáticas, Pappas avalia a relação entre populismo e carisma. Para o autor, o carisma está positivamente relacionado com o sucesso dos líderes populistas, no sentido de que quanto mais forte for o carisma da liderança populista, maior será a probabilidade de os partidos populistas prosperarem política e eleitoralmente e chegarem ao poder. Em contraposição, quando a liderança populista carece de carisma é pouco provável que o populismo surja como um fenômeno forte (Pappas, 2016). O autor conclui que o populismo político e a liderança carismática estão inevitavelmente interligados e devem ser sempre estudados em conjunto.

Aqui é importante tecer algumas considerações. Primeiro, Takis Pappas estuda especialmente o populismo europeu, onde a dinâmica política parlamentar implica em certas diferenças com respeito aos populismos presidencialistas latino-americanos. Segundo, a preocupação central do autor é de proporcionar uma nova compreensão do carisma político, que, além de torná-lo um objeto passível de falsificação empírica, também nos apresente indicadores específicos para distinguir, “tão inequivocamente quanto possível”, os líderes carismáticos dos não-carismáticos (2016:1). Em outras palavras, Pappas procura criar conceitos mínimos que nos permitam diferenciar as lideranças populistas das não populistas e as lideranças carismáticas das não carismáticas. Para isso, o autor trata o carisma como uma variável discreta (ou seja, do tipo “ou-ou” em vez de “mais ou menos”) estipulando critérios que podem servir como condições necessárias e suficientes para classificar os casos em categorias mutuamente exclusivas (*ibidem*). Dessa forma, para que uma liderança seja considerada carismática, absolutamente todos os quatro critérios do quadro 2 precisam ser satisfeitos. Caso algum dos critérios não seja atendido, a liderança não pode ser considerada

carismática. Ao fazer isso, contudo, Pappas não cria uma definição mínima dos conceitos, mas constrói uma tipologia extremamente restrita e limitada, onde poucos casos de lideranças podem ser consideradas populistas e carismáticas¹¹. Ainda assim, se entendermos as categorias de ‘populista’ e ‘carismático’ enquanto tipos ideais de comportamentos de líderes políticos, a classificação feita por Pappas pode ser bastante útil, na medida em que torna possível entender o quanto os casos concretos se aproximam ou se distanciam do populista ou do carismático típicos.

Neste ponto, cabe ressaltar uma preocupação em comum entre todos os autores analisados nos parágrafos acima: a necessidade de conservação do poder por parte dos líderes populistas esbarra no caráter essencialmente pessoal do carisma. Ainda que o populismo possa se aplicar a todo o partido, ou ao governo de forma geral, o carisma emana de um único líder, o que dificulta sua permanência depois que esse líder deixa o poder. De la Torre (2021) chega a afirmar que o melhor proxy para identificar um projeto populista bem-sucedido é sua capacidade de transferir esse carisma, a princípio muito pessoal, a estruturas políticas mais robustas e perenes, processo chamado de rotinização (Weber, 2000) ou institucionalização do carisma. Certamente, parte do processo de rotinização pode ser operado pelo próprio líder carismático, aproveitando sua influência sobre a sociedade e as instituições. Apesar disso, transferir carisma implica transferir poder, o que é sempre feito com cautela e de forma limitada, sobretudo quando estamos falando de um poder concentrado e personalista. É somente na ausência do líder carismático que a rotinização - ou institucionalização - do carisma pode acontecer plenamente. Essa tentativa de deslocamento do carisma traz disputas políticas e desafios específicos aos sucessores, como mostra a próxima seção.

2.3 Sucessão e Pós-Populismo

Por mais poderosos e bons que sejam, todos os líderes políticos têm uma data de validade. O processo de sucessão política é inevitável. Seja por limites constitucionais, exílio forçado ou morte, nenhum líder político pode exercer o poder para sempre. Em contextos democráticos, existe uma série de regras e garantias que permitem a transição de poder de

¹¹ Por este motivo, em seu artigo de 2016 o autor chega à conclusão de que dos quarenta e cinco líderes de partidos populistas discutidos em seu estudo, apenas cinco entraram na categoria de carismáticos. Este resultado vai em sentido contrário à ideia de que existe uma forte correlação entre o populismo e a liderança carismática. Mas o fato de que tão poucos casos foram considerados como carismáticos se explica pela definição extremamente restrita e limitada de carisma. Aqui, cabe igualmente ressaltar que o autor analisa casos de populismos em sistemas partidários, cuja relação entre líder e partido e a dinâmica entre o primeiro-ministro e o parlamento é bastante diferente dos contextos presidencialistas.

maneira periódica e segura. Contudo, muitos processos de sucessão não são produto de resultados eleitorais e limites de mandato, além de desdobrarem-se de maneira conflituosa. O processo se torna ainda mais incerto em regimes políticos populistas centrados em torno de líderes carismáticos. Embora a maioria dos estudos sobre populismo tenha se concentrado na conceituação, medição e consequências do populismo (Kaltwasser et al., 2017), pouco se sabe sobre como esses movimentos se desdobram depois que seus fundadores carismáticos deixam seus postos e como se dá o processo de sucessão política em si.

As sucessões populistas são arriscadas e às vezes catastróficas. Igual a outros políticos que baseiam sua legitimidade nas eleições, os populistas baseiam a sua no voto livre. Porém, no populismo a visão do líder como Messias Redentor, e o único capaz de realizar as mudanças que o povo precisa, faz com que os líderes populistas tenham dificuldade em ceder o poder democraticamente. Ao se sentirem como a única voz autorizada pelo povo, os líderes populistas sustentam que isso justifica a recusa de quaisquer limites às suas reivindicações (Ochoa Espejo, 2015). À diferença dos políticos democratas que veem a presidência como um espaço vazio que se ocupa por um tempo, os populistas se veem e se constroem como líderes que têm a missão quase divina de liderar a emancipação de seu povo e por isso tendem a se perpetuar no poder. Para cumprir suas missões, eles se sentem além dos procedimentos da democracia liberal que regulam a alternância no poder (De La Torre, 2020). Na visão dos líderes populistas o povo, e, portanto, eles como representantes desse povo, têm maior autoridade do que os mecanismos e instituições representativas e de controle como o judiciário (Ochoa Espejo, 2015).

A construção de um líder messiânico é um dos atributos que aproxima o populismo do fascismo. Como exposto anteriormente, para Federico Finchelstein (2018) o populismo surge da derrota do fascismo ao aceitar as eleições como único mecanismo para chegar ao poder. Dessa maneira os populistas se diferenciam dos fascistas ao se basearem numa lógica eleitoral e por não usarem terrorismo de Estado para eliminar os inimigos do povo. Por outro lado, os populistas assim como os fascistas, constroem o líder como um Messias com a missão de libertar o seu povo. O líder populista não é considerado pelos seus seguidores, nem se vê a si mesmo, como um político normal eleito por um período determinado (De La Torre, 2020). Como seus projetos são históricos e transcendentais, suas ações não podem ser limitadas pelas regras do jogo da democracia liberal, como a alternância de poder. Perón disse que governaria por 60 anos para estabelecer o Justicialismo como alternativa ao comunismo e à democracia capitalista. Chávez por sua vez tinha a missão de construir o socialismo do século XXI na Venezuela, na América Latina e no mundo, mas o câncer não permitiu que ele continuasse

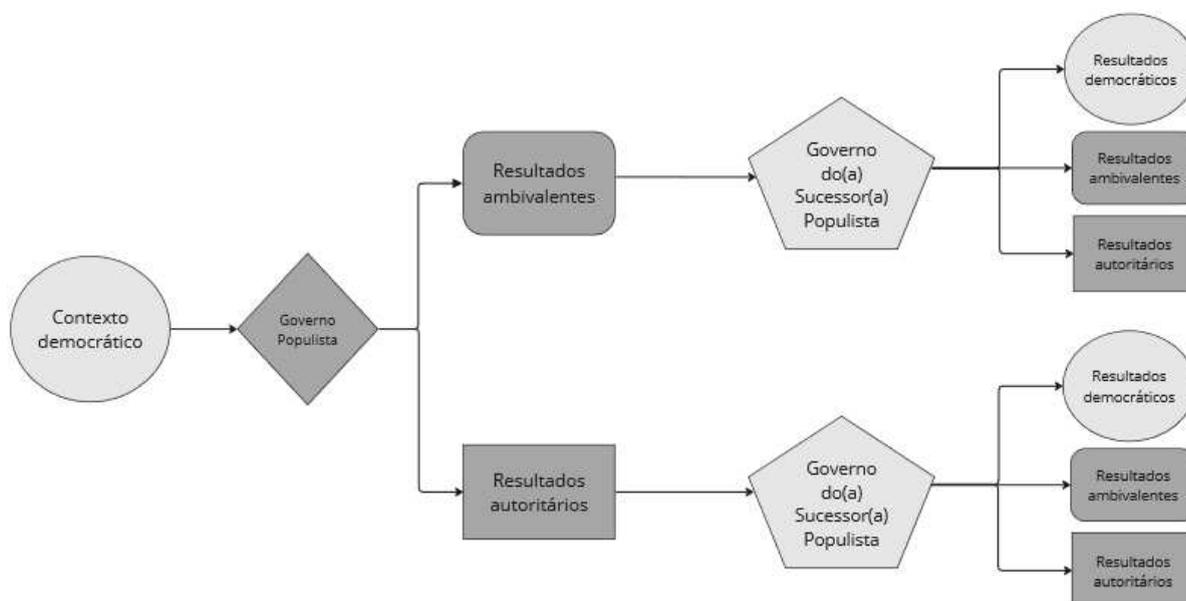
cumprindo sua missão. Dessa forma, embora o carisma e a construção do líder como messias ajudem os populistas a chegar ao poder, esses atributos podem se tornar um obstáculo para a consolidação de um projeto que vai além da figura do líder.

A literatura, ainda incipiente, aponta então que os processos de sucessão em movimentos populistas são caracterizados pelo conflito, a incerteza e a expectativa de fracasso (Andrews-Lee & Gamboa, 2022). Apesar de basearem sua legitimação em eleições, os populismos carecem de mecanismos institucionais para eleger um sucessor e permitir a sucessão. Em alguns cenários, o líder carismático pode inclusive se mostrar contrário a ceder o lugar, tornando o processo de sucessão ainda mais conflituoso e levando a brigas internas que podem desfazer o movimento populista. Por outro lado, quando a sucessão acontece, sucessores de líderes carismáticos herdam uma massa de seguidores cuja devoção repousa em ligações profundamente personalistas ao líder original, e, por este motivo, precisam constantemente se provar à altura das expectativas herdadas (Weber, 2000; Sell, 2013). Soma-se a isto, o fato de que líderes populistas tendem a enfraquecer as instituições políticas que ameaçam sua autoridade pessoal (Levitsky & Zyblatt, 2018; Runciman, 2018; De La Torre & Peruzzotti, 2018), de maneira que o sucessor escolhido provavelmente herdará um governo com algum grau de infraestrutura e instituições enfraquecidas. Por estas razões, os movimentos populistas parecem não sobreviver para além do seu fundador. Mas na América Latina é possível encontrarmos alguns casos de sucessão de líderes populistas: na Argentina Cristina Kirchner foi escolhida como sucessora de Néstor Kirchner e ganhou as eleições em 2007; na Venezuela Maduro assumiu o governo após as eleições decorrentes da morte do Chávez, que, meses antes de morrer, apontou Maduro como seu sucessor; no Equador, Rafael Correa, ao ver sua popularidade em declínio no final de seu segundo mandato, decidiu abrir mão de concorrer nas eleições de 2017 e escolheu seu vice-presidente, Lenín Moreno, como sucessor.

Aqui é importante enfatizar que este trabalho lida com um recorte muito específico dentro do universo de governos populistas. Trata-se aqui de olhar para casos em que líderes populistas foram bem-sucedidos em eleger um sucessor para um novo governo. A ocorrência relativamente rara do fenômeno não prejudica o estudo nem diminui a sua importância. Olhar para casos de sucessão populista de modo aprofundado nos permite entender melhor os contextos onde a sucessão ocorre e como ela se dá. Além disso, nos permite pensar sobre as consequências que governos populistas geram para a democracia, mesmo após chegarem ao fim. Nesse aspecto, este trabalho trata de dar um passo além nos estudos sobre o populismo e olhar para os efeitos a longo prazo do populismo sobre as democracias. Como vimos na

primeira seção deste capítulo, a relação entre populismo e democracia é ambígua, mas a literatura tem apontado que em contextos democráticos o populismo costuma enfraquecer as instituições da democracia liberal, levando a resultados ambivalentes ou autoritários. Os regimes populistas híbridos podem evoluir para uma ditadura, manter-se na zona cinzenta de regimes híbridos ou restabelecer a democracia. Contudo, pouco se sabe sobre os desdobramentos dessa relação depois que os líderes populistas cedem seu lugar. Esta dissertação procura de forma ampla, e a partir de uma perspectiva comparada, indagar sobre as consequências para a democracia de uma sucessão populista e do regime que se segue.

Figura 3 - Representação de caminhos possíveis pós-populismo



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

3 METODOLOGIA

Esta dissertação procura de forma ampla investigar as consequências para a democracia de sucessões populistas e do regime político que se segue. Por ser um tema de pesquisa ainda pouco estudado, esta dissertação possui um caráter exploratório, com o intuito de construir hipóteses de pesquisa que possam ser testadas posteriormente. De forma concisa, a pergunta principal que guia esta dissertação é: **Quais fatores explicam as tendências autoritárias e/ou democráticas de governos de sucessores populistas?** Para responder a essa pergunta serão considerados alguns fatores de diferentes níveis. Em primeiro lugar, é necessário analisar fatores estruturais relacionados ao regime, sobretudo aqueles relacionados à hibridização antes e no início do governo do sucessor. Além deste fator de ordem institucional, é relevante investigar fatores contingenciais do processo de transição de governo, como o motivo da transição (fim de mandato/morte/exílio) e as circunstâncias de normalidade e previsibilidade em que se desenrolou o processo. Por fim, é preciso estudar a legitimidade carismática do líder populista e como ela afeta o governo do sucessor. Como vimos no capítulo 01 o carisma é, de fato, um fator determinante do sucesso dos populistas no governo, ao mesmo tempo que um fator dificultador para a sucessão.

Diante desse panorama tem-se, portanto, três perguntas específicas: a) qual a relação entre o grau de hibridização do regime e o governo do sucessor?; b) qual a relação entre o processo específico de sucessão do governo populista e o governo do sucessor?; e c) qual a relação entre o carisma do líder populista e o governo do sucessor?

Ainda que este trabalho não se proponha a fazer um teste de hipóteses, cada uma das questões acima gera hipóteses que guiam a análise dos casos. Com respeito à relação entre o grau de hibridização do regime e o governo do sucessor, este trabalho pressupõe que governos populistas têm consequências para a democracia mesmo depois de eles deixarem de existir. O período que segue o fim de um governo populista pode ser referido como pós-populismo¹². Este último pode assumir diferentes formas e levar a diferentes resultados, mas, uma vez que

¹² O termo “pós-populismo” é relativamente novo e tem sido usado para descrever os contextos, as transições políticas e as mudanças de governo que surgem após uma experiência populista. Seu sentido pode variar de acordo com o contexto ou o caso estudado. Por exemplo, Dani Filc (2011) usa o termo para descrever a vitória eleitoral de populismos neoliberais que se aproveitam da confiança que uma experiência populista anterior criou no eleitorado. O autor analisa os casos de Carlos Menem na Argentina e de Benjamin Netanyahu em Israel especificamente, argumentando que países com experiências passadas de populismo “inclusivo” - que incluíram parcialmente grupos sociais anteriormente excluídos - formaram um *habitus* populista que explicaria o apoio persistente a partidos populistas nesses países, mesmo aqueles com agendas neoliberais e excludentes. A definição de Filc é bastante restrita pois ela procura explicar os poucos casos de populismos neoliberais bem sucedidos. Manuel Anselmi (2017) também usou o termo de forma restrita para se referir a casos em que houve uma continuidade do movimento populista mesmo após o desaparecimento do líder fundacional, como no caso de Chávez e Maduro na Venezuela (Anselmi, 2017).

o governo populista modifica as instituições e as regras do jogo (*polity*), a dinâmica política que se segue (*politics*) só pode ser entendida a partir desse novo cenário. É por isso que, para entender o contexto em que ocorrem a sucessão de líderes populistas e o governo dos sucessores, é preciso analisar o processo de hibridização e o estado em que os líderes populistas deixam as instituições democráticas no momento da sua saída. Sendo assim, governos populistas criariam uma dependência de trajetória que poderia explicar os diferentes resultados pós-populistas. Dessa forma, uma das hipóteses que guia esta dissertação é que **quanto maior o processo de hibridização do regime populista, maiores as chances de o governo do sucessor tender ao autoritarismo**, na medida em que o sucessor herda uma série de instituições cooptadas e cooptáveis.

Uma segunda hipótese que guia este trabalho diz respeito à relação entre o processo específico de sucessão ou transição de governo e o governo do sucessor. Diferentes motivos pelo qual ocorre a sucessão podem gerar impactos diversos. A sucessão por motivos de fim de mandato tem efeitos diferentes daqueles casos em que ela se dá pela morte do líder populista: no primeiro caso, o líder populista consegue escolher o seu sucessor e construir a sua candidatura mais facilmente, havendo certa previsibilidade no processo de transição; no segundo caso, a imprevisibilidade da morte afeta negativamente as chances de o sucessor construir sua candidatura e criar sua legitimidade própria. Dessa forma, na medida em que transições que se dão por motivos inesperados (morte/exílio) afetam negativamente a capacidade de construção da candidatura do sucessor e, conseqüentemente, a sua legitimidade democrática eleitoral, espera-se que **transições inesperadas levem o governo do sucessor a tendências autoritárias**.

Por último, com respeito à relação entre o carisma do líder populista e o governo do sucessor, uma terceira hipótese a ser testada é: **quanto mais um líder populista se apoia no próprio carisma, maior a tendência autoritária do sucessor**. Dado que a transferência e rotinização do carisma são sempre difíceis, o sucessor de um líder populista carismático precisa lidar com o déficit de legitimidade (carismática e/ou eleitoral) e tende a fazê-lo aumentando seu controle sobre as instituições.

Ainda que esses fatores - grau de hibridização, especificidades da sucessão e carisma - se influenciem de forma mútua, esta dissertação se propõe a estudá-los de forma separada considerando que seu alinhamento não é absoluto e cada um deles se comporta com relativa independência em relação ao governo do sucessor.

Para responder às perguntas de pesquisa, esta dissertação analisará os casos de populismo na Venezuela e na Argentina, situando os casos recentes de populismo nas

trajetórias dos países. Ambos os casos inserem-se no universo de pesquisa desta dissertação, qual seja, situações em que líderes populistas foram bem-sucedidos em eleger um sucessor para um novo governo. Nos próximos capítulos esta dissertação se propõe a fazer então um estudo de caso comparado. O estudo de caso se mostra adequado para o problema de pesquisa em questão pois ele nos permite identificar as variáveis que importam e criar hipóteses a serem testadas posteriormente. De acordo com Gerring (2007, p.116) os estudos de caso são mais úteis quando a estratégia de pesquisa é exploratória em vez de voltada à confirmação ou refutação, quando a compreensão dos mecanismos causais é priorizada em relação à compreensão dos efeitos causais e quando a população de interesse é heterogênea em vez de homogênea. Como a sucessão de líderes populistas e o impacto do regime dos sucessores para a democracia ainda é um tema pouco estudado, um estudo de caso se torna ideal para investigar quais fatores podem interferir nas tendências autoritárias e/ou democráticas de sucessores de líderes populistas.

Com respeito à escolha dos casos é preciso reconhecer que o universo de análise é pequeno, ou seja, o fenômeno da sucessão populista se deu poucas vezes. Na América Latina das décadas recentes, esse fenômeno ocorreu na Venezuela com Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Argentina com Néstor e Cristina Kirchner e no Equador com Rafael Correa e Lenín Moreno. Dado o número pequeno de casos, o ideal teria sido realizar um estudo de caso comparado dos três países, no entanto, as limitações de tempos e recursos que uma dissertação impõe não permitiram a inclusão dos três casos. Dessa forma tornou-se necessária a escolha de apenas dois casos, a Argentina e a Venezuela. Para a escolha dos casos levou-se em consideração alguns fatores importantes. Por um lado, a Venezuela se destaca por ser o país onde a democracia mais se corroeu ao longo do governo chavista (1999 - 2019). É difícil ter uma discussão sobre populismo e retrocesso democrático sem mencionar a Venezuela. Ela seria de alguma forma o tipo ideal (Coppedge, 2017). Porém, pela mesma razão, está longe de ser o caso mais típico. A Argentina, por sua vez, se destaca por ser um dos países onde o populismo no governo surgiu pela primeira vez na região e onde o peronismo perdurou e deixou um legado ao longo dos anos. Além disso, ao contrário da Venezuela, a Argentina representa um caso de hibridização e retrocesso democrático fraco. Para além desses motivos é preciso reconhecer que a escolha dos casos se deu também por questões práticas de acesso e contato com especialistas de cada país, e por questões de afinidade e conhecimento prévio sobre os casos.

Como método de pesquisa esta dissertação se propõe a realizar uma Análise Comparativa Histórica (Comparative Historical Analysis - CHA). Esta abordagem de

pesquisa envolve a comparação de diferentes casos históricos para identificar padrões, regularidades ou diferenças significativas que explicam fenômenos específicos. A CHA geralmente se concentra em explicar resultados observados, frequentemente em momentos e lugares específicos, desenvolvendo explicações que identificam os mecanismos causais que possibilitam e geram esses resultados. Nesse sentido a CHA tem uma ênfase tanto na temporalidade dos fenômenos, explorando como as mudanças ao longo do tempo podem influenciar os resultados, como uma ênfase no contexto¹³, levando em consideração fatores históricos, sociais, políticos e culturais que possam influenciar os resultados (Mahoney; Thelen, 2015). Dessa forma, para explicar as tendências autoritários e/ou democráticas de sucessores de líderes populistas é necessário olhar tanto para o contexto político e institucional em que ocorre a sucessão, no sentido de entender em que medidas os líderes populistas conseguiram hibridizar as instituições democráticas, quanto para o processo de sucessão em si e como ele se deu.

A preocupação da análise comparativa histórica em entender os mecanismos empíricos que levam a resultados específicos dentro dos casos está intimamente associada com o uso de rastreamento de processos. Dessa forma, para analisar o processo de sucessão de cada caso esta dissertação tem como base o tipo de análise realizado em um *process-tracing*. O método do *process-tracing* se mostra adequado para entender os mecanismos causais por trás de tais processos de transição. Como método de pesquisa qualitativa o rastreamento de processos permite desenvolver ou testar hipóteses a partir da análise de evidências selecionadas em processos, sequências e conjunturas de eventos, com o objetivo de identificar e rastrear mecanismos causais, suas partes constituintes e a conexão entre eles (cadeia causal) que expliquem o caso (Cunha; Araújo, 2018; Bennett; Checkel, 2015). Assim, o método tem como objetivo rastrear um processo e identificar a conjunção de causas que levam a um resultado (Gerring, 2007). Nesta dissertação, optamos por focar menos nos mecanismos causais e mais na identificação dos processos e da sequência de eventos. Nesse sentido, o intuito é analisar como as condições iniciais (o governo de líderes populistas) e a sequência de eventos que levaram à sucessão, influenciaram a trajetória e os governos dos sucessores populistas.

Para entender como se deu o processo de sucessão dos líderes populistas em cada um dos casos analisados seriam coletados documentos, notícias de jornais e pronunciamentos

¹³ Na Análise Comparativa Histórica, especificar o efeito de X em Y quase sempre envolve levar em conta o "contexto" no qual X opera, o que significa especificar as outras variáveis que interagem com X e que moldam a natureza de seu efeito (Mahoney; Thelen, 2015:7)

presidenciais que nos permitissem entender a dinâmica de sucessão e identificar a cadeia causal de cada um dos processos. Contudo, ao longo da pesquisa se tornou evidente a dificuldade em coletar notícias de jornais para o caso da Venezuela. Ao buscar notícias do ano de 2012 e 2013 não foi possível encontrar nada nos sites dos jornais mais importantes do país, como o El Nacional, El Universal e o Últimas Noticias. As notícias mais antigas do jornal El Universal datavam de 2018, as do Últimas Noticias são de 2019 e o site do El Nacional possui alguns problemas técnicos que não permitem a busca de notícias antigas. Ao mesmo tempo, os sites das hemerotecas da Venezuela não possuem os jornais das últimas décadas digitalizados inviabilizando a coleta de dados primários. Diante de tal cenário tomou-se a decisão de continuar a pesquisa a partir de dados secundários. Desta forma optou-se por rastrear os processos de sucessão e analisar ambos casos a partir de pesquisas e artigos de pesquisadores conhecidos e especialistas de cada país, assim como jornais estrangeiros.

Para cada um dos casos a análise se dará da seguinte forma: em primeiro lugar será feita uma contextualização política e social dos momentos de eleição dos líderes populistas; em um segundo momento serão analisados os governos dos líderes populistas utilizando as categorias de populismo no governo elaboradas no capítulo 01; em um terceiro momento será feita a análise sucessão política dos líderes populistas; e por último serão analisados os governos dos sucessores. Aqui é importante salientar que tanto Nicolás Maduro como Cristina Kirchner exerceram dois mandatos consecutivos, contudo, para fins desta dissertação serão analisados somente o primeiro governo de ambos.

Posto isto, após abordar a metodologia de trabalho, esta dissertação analisa primeiramente o caso da Venezuela, abordando o contexto político e social em que se deu a eleição do Hugo Chávez, seus dois governos, a sucessão e, por último, o primeiro governo de Nicolás Maduro. A continuação, a pesquisa analisa o caso da Argentina, abordando primeiro o peronismo e o seu legado no país, o contexto político e social em que se deu a eleição de Néstor Kirchner, seu primeiro governo, a sucessão e o primeiro governo de Cristina Kirchner. Por último, e a modo de conclusão, este trabalho compara ambos casos e responde às perguntas de pesquisa.

4 CHÁVEZ PARA SIEMPRE: ASCENSÃO, CONSOLIDAÇÃO E SUCESSÃO DE UMA LIDERANÇA POPULISTA

Chávez te lo juro, mi voto es pa' Maduro
Chávez para siempre, Maduro Presidente [...]
Maduro desde mi corazón
Sigue a paso firme la Revolución¹⁴.

A Venezuela, anteriormente uma das democracias mais antigas da América Latina, é hoje um regime híbrido em processo de autocratização. Ela é um dos poucos casos de quebra de um regime competitivo na terceira onda de democratização na região, além de ser um dos poucos países onde o populismo se manteve no governo por mais de um mandato. A Venezuela contemporânea provoca perguntas fascinantes sobre o colapso de um sistema partidário altamente institucionalizado e a erosão do que havia sido a terceira democracia mais antiga, para além das democracias industriais avançadas. Para entender esse contexto, os parágrafos seguintes analisam a dependência econômica da comercialização de petróleo, a crise política da década de 1990, aspectos centrais do governo populista de Hugo Chávez, os diferentes aspectos ligados à transição de governo após a morte a sua morte e, por fim, o primeiro governo de seu sucessor, Nicolás Maduro.

4.1 A ascensão e o declínio do PetroEstado

O início da era democrática na Venezuela se deu em 1958, após a queda da ditadura de Marcos Pérez Jiménez e com a assinatura do “Pacto de Punto Fijo”, um acordo político entre os três grandes partidos venezuelanos - Acción Democrática (AD), Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), Unión Republicana Democrática (URD). A Constituição de 1961, sobre a qual se assentou o “Pacto de Punto Fijo”, foi a Constituição de mais longa duração de toda a história republicana do país e representa um acontecimento bastante singular, pois ela quebra com uma lamentável tradição de governos autoritários e de instabilidade político-constitucional que caracterizou a nação desde sua independência.

O regime democrático que se instaura na Venezuela pós 1958 está fortemente marcado pela traumática experiência democrática do triênio de 1945-48, a qual foi interrompida por mais de dez anos de ditadura. Essa segunda tentativa democrática procurava evitar os erros e deficiências da primeira tentativa falida. Buscando alcançar um amplo consenso entre os

¹⁴ Refrão do jingle “Maduro desde mi corazón”, utilizado na campanha de 2013.

principais atores políticos e sociais sobre as regras do jogo, que permitissem que os governos eleitos pelo voto contassem com o apoio material e moral para não serem derrotados, se criou o Pacto de Punto Fijo, denominado por Juan Carlos Rey (1991) como *sistema populista de conciliação de elites*. Nas palavras do autor, esse sistema estava constituído por

Um complexo sistema de negociação e acomodação de interesses heterogêneos, no qual os mecanismos de tipo utilitário desempenhariam um papel central na geração de apoios ao regime e, por conseqüente, na manutenção do mesmo. (Rey, 1991, p.543, tradução própria)

Através desse sistema, procurava-se conseguir um consenso social necessário em torno das regras básicas da ordem política, de modo a: por um lado garantir aos setores minoritários que seus interesses não seriam ameaçados pela lei da maioria; por outro lado, assegurar a confiança da maioria da população nos mecanismos de democracia representativa como o meio ideal para satisfazer suas aspirações de liberdade, justiça e bem-estar (*ibidem*).

De acordo com Rey, tal sistema se baseava em dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, o papel central do Estado como principal ator e promotor do processo de desenvolvimento e distribuição de benefícios. E em segundo lugar, nas funções exercidas pelos partidos políticos e outros grupos organizados, como mediadores entre o Estado e a sociedade civil (Rey, 1991, p.544). O Estado Venezuelano começou a desempenhar um papel central na vida econômica e social do país a partir da ditadura de Gómez (1931-35). Foi no seu governo que o poder político começou a ter como base o controle estatal da exploração do petróleo. Ao fazer depender as iniciativas políticas e econômicas do Estado das riquezas do subsolo, Gómez deu início a uma centralização do poder político e econômico em torno do Estado (Coronil, 2002). O desenvolvimento da exploração petrolífera levou à instauração de uma economia primária exportadora, cujo impacto se fez sentir de forma indireta na estrutura social e econômica do país por meio da renda petroleira do Estado e dos efeitos da sua distribuição interna. Durante o triênio democrático de 1945-48, o Governo de Betancourt se propôs a “semear o petróleo”¹⁵ através de uma estratégia de modernização com políticas sociais ambiciosas e importantes projetos destinados à diversificação da economia por meio do desenvolvimento da agricultura e de outras indústrias, majoritariamente controladas pelo Estado (Rey, 1991, p.545).

Desta forma, em 1958 já havia um acordo básico entre os principais atores políticos e sociais sobre o papel central que o Estado tinha que desempenhar no processo de

¹⁵ “Sembrar el petróleo” era o título de um famoso artigo de imprensa escrito em 1936 pelo jornalista e político Arturo Uslar Pietri. O autor sugeria que o Estado investisse a riqueza petrolífera - que a seu ver era transitória e que sofria de uma esgotabilidade iminente - na agricultura, uma fonte de riqueza mais segura e também mais virtuosa e republicana. Por conseguinte, ele propunha investir a renda petroleira na agropecuária e nas indústrias nacionais.

desenvolvimento e modernização, através do crescimento económico e da distribuição. Na visão de Rey (1991), o fato de os recursos do Estado provirem principalmente do setor petrolífero, sob controle estatal, tornava possível financiar o desenvolvimento por meio do gasto público, sem que houvesse conflitos redistributivos de tipo antagônico como em outros países da região. No caso venezuelano não se tratava de uma questão redistributiva pois não era necessário tirar parte da renda de um setor para dar a outro setor (Rey, 1991, p.546). O Estado nesta configuração se converteu em uma espécie de amortecedor dos conflitos sociais, que, em vez de tomar a forma da luta de classes, apareciam mais como conflitos distributivos¹⁶ ou demandas frente ao Estado canalizadas pelos partidos políticos e outras organizações.

Para além do papel centralizador do Estado, o sistema contava, então, com a existência de grandes e sólidas organizações (partidos políticos e grupos de pressão), capazes de agregar e articular interesses heterogêneos e diversos, assim como canalizar e mediar as demandas sociais diretamente com os órgãos de decisão pública. Os partidos políticos venezuelanos (em especial AD e COPEI) eram organizações estáveis e permanentes que atuavam como os principais mediadores entre o Estado e a sociedade, exercendo o monopólio sobre as funções eleitorais e desempenhando um papel proeminente como reguladores e canalizadores das demais funções políticas. Simultaneamente ao Pacto de Punto Fijo, se desenvolveu um sistema informal de consulta e participação do empresariado (através do Fedecámaras), dos sindicatos (através da Confederação de Trabalhadores da Venezuela, CTV), da Igreja e das forças armadas, para a tomada de decisões governamentais. Este sistema de participação e representação de caráter semi corporativo, paralelo ao democrático, se desenvolveu no intuito de garantir o apoio dos grupos de interesse e de pressão e de assegurar a adesão destes às regras do jogo político (Rey, 1991).

Todo este complexo mecanismo institucional e de articulação informal, capaz de conciliar os interesses heterogêneos das elites e das massas, produzindo consenso e apoio à democracia, conseguiu manter certa estabilidade democrática no país por trinta anos. Na prática, isso deu como resultado uma democracia hiperorganizada, elitista e bipartidária, apoiada sobre uma base material derivada do petróleo, cuja distribuição clientelista contribuía para uma ilusão de harmonia (Naím e Piñango, 1988 apud Corrales; Penfold, 2011, p.75).

Ao longo das décadas que seguiram a restituição da democracia no país, foi se consolidando a ideia da Venezuela como modelo de transição bem sucedido, tratada como

¹⁶ Diferentemente das políticas redistributivas, as políticas distributivas se caracterizam por custos difusos para toda a sociedade, diminuindo o grau de conflito na implementação (Secchi, 2017:25).

exceção e considerada uma democracia “consolidada”. O “excepcionalismo” venezuelano fazia alusão às condições que tornaram possível o funcionamento democrático. Três formulações básicas sustentaram os escritos excepcionalistas sobre a Venezuela: que o país foi privilegiado em relação ao resto da América Latina devido a suas grandes reservas de petróleo; que a nação permaneceu livre dos conflitos e brechas que ameaçavam a estabilidade política em outros lugares; e que seu sistema democrático e cultura política eram saudáveis e sólidos (Ellner; Tinker Salas, 2005). Os estudiosos ofereciam como explicações para a estabilidade democrática do país: um crescimento econômico consistente devido a riqueza natural abundante, o qual permitia grande mobilidade social e níveis crescentes de vida; um Estado centralizador e dominante que possuía o papel de regulador e distribuidor das receitas baseadas em petróleo para a sociedade; militares subordinados; partidos políticos excepcionalmente fortes e enraizados na sociedade civil, controlando a vida social organizada de cima para baixo em todo território nacional; ausência de divisões lingüísticas ou étnicas profundas. Todos estes fatores contribuíam para reforçar a noção de que a Venezuela havia resolvido os problemas que assolavam outros países da América Latina ou fora de alguma forma isenta deles em primeiro lugar (Levine, 1994).

A noção de ser privilegiado acabou sendo uma faca de dois gumes: embora contribuísse para a estabilidade política durante períodos de preços estáveis do petróleo, também gerou descontentamento quando os preços começaram a flutuar bruscamente e as condições econômicas se deterioraram em meados da década de 1980. Os venezuelanos, que consideravam a melhoria material um direito natural, começaram a responsabilizar os políticos pelo fracasso do país em corresponder às expectativas (Ellner; Tinker Salas, 2005).

O mito da Venezuela como nação democrática e rica, que avançava gradualmente em direção à modernidade se manteve até os anos 90. Mas a democracia pactuada começou a desmoronar a partir da década de 80, considerada a “década perdida” em vários países latino americanos. O país começou a experimentar a crise do modelo rentista, a deterioração das expectativas de bem-estar coletivo e a perda de legitimidade e confiança nas principais organizações partidárias e de outro tipo, responsáveis em um primeiro momento pelo sucesso da ordem democrática (Kornblith, 1997; Magdaleno, 2012).

A queda não prevista nos preços mundiais do petróleo na década de oitenta impulsionou uma queda da economia. Os sinais do declínio econômico já eram óbvios a meados da década de 80, especialmente depois do chamado “viernes negro” de fevereiro de 1983, quando houve a primeira desvalorização drástica do bolívar e o fechamento do mercado de câmbio. A crise do modelo econômico foi acompanhada de uma crescente frustração da

população com respeito às expectativas de melhorias socioeconômicas individuais e coletivas, erodindo a confiança e o apoio da população nos partidos políticos e instituições. Isto se torna explícito por meio do aumento crescente da abstenção eleitoral. Nas três primeiras décadas de governo democrático, a alta participação de eleitores foi a norma. Mas em 1988, a abstenção eleitoral saltou para mais de 18%, e depois saltou dramaticamente nas eleições presidenciais de 1993, para quase 49% (Levine e Crisp, 1999).

Apesar da insatisfação da população com os seus representantes, devido a uma série de casos de corrupção, ineficiência do governo em conseguir soluções para a crise econômica e a deterioração progressiva das condições de vida da população, a volta de Carlos Andrés Pérez à presidência trouxe uma esperança momentânea de que haveria um *replay* das políticas populistas do seu primeiro mandato¹⁷. Acreditava-se amplamente que Pérez melhoraria as condições econômicas. Entretanto, ironicamente, o presidente que durante o período de auge petroleiro encarnou o mito do progresso como nenhum outro, uma década mais tarde, em sua segunda presidência, contribuiu para a quebra de tal mito. De volta ao exercício do governo, Pérez deu um giro em direção a uma economia aberta, negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um pacote que incluía medidas de choque para enfrentar a crise. Em teoria isto significava abandonar o mercado nacional, protegido pelo petróleo, a favor do mercado global competitivo. Mas na prática isto implicava muito mais, desmantelando uma complexa rede de proteções como emprego estatal, empréstimos, subsídios, taxas, controle de preços e regulamentação trabalhista, que compunham o modelo populista de desenvolvimento há mais de meio século. Os venezuelanos, esperando a volta da “Gran Venezuela”, depararam-se com o “Gran Viraje”¹⁸ (Rey, 1991; Villa, 2000).

Apenas três semanas e meia após Carlos Andrés Pérez assumir seu segundo mandato, na tentativa de aplicar as novas medidas neoliberais, desencadeou-se uma revolução popular conhecida como *Caracazo* ou *El Sacudón*. A revolta, que durou cinco dias em Caracas e um pouco menos no resto do país¹⁹, foi, no final das contas, um divisor de águas para a opinião

¹⁷ Durante o período do auge petroleiro da primeira presidência de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) consolidou-se a ideia do *Petroestado*. Em 1973, a quadruplicação do preço do petróleo deu lugar a ilusão de que uma modernização instantânea estava ao alcance, e que a chuva de dinheiro proveniente do petróleo mudaria o curso da história do país e o lançaria para o futuro. Eleito com o slogan “democracia com energia”, Pérez propôs transformar a bonança petroleira em um vasto projeto de desenvolvimento para o país. Seu governo lançou um programa extraordinariamente ambicioso para industrializar a economia, com o objetivo declarado de libertar o país de sua dependência das exportações de petróleo. Mediante seus fabulosos projetos de modernização que incitavam fantasias coletivas de progresso, surgiu a ideia do Estado-mágico, o grandioso agente da transformação venezuelana (Coronil, 2002, p.254).

¹⁸ A Grande Virada, também conhecida como “El Paquetazo Económico”, foi uma série de medidas econômicas liberalizantes adotadas por Carlos Andrés Pérez, em resposta à recessão econômica em que o país mergulhou nos anos após a sexta-feira negra.

¹⁹ Para uma descrição mais detalhada do Caracazo ver López Maya (2003) e Coronil e Skurski (1991).

pública venezuelana, na medida em que revelou publicamente as verdadeiras proporções de um clima de insatisfação que vinha crescendo desde os anos 80, mas que não tinha expressões sociopolíticas marcantes. À medida que se passavam os meses, que os casos de corrupção vinham à tona e que as condições de vidas se deterioravam²⁰, protestos e manifestações se espalharam pelo país. Estas revoltas colocavam cada vez mais à luz a opinião coletiva de que o povo tinha sido traído pelos seus líderes e de que a democracia era apenas uma fachada atrás da qual se escondia uma elite que usava o Estado ao seu próprio benefício. Esta opinião acabou encontrando apoio entre os militares. Assim sendo, o ano de 1992 foi palco de duas tentativas de golpe de estado por parte de grupos militares: a primeira tentativa se deu no dia 4 de fevereiro por um grupo de militares membros do Movimento Bolivariano Revolucionário-200, comandado pelo tenente-coronel Hugo Chávez; a segunda tentativa se deu dia 27 de novembro por um grupo de oficiais de alta hierarquia. A figura do Chávez começou a se construir para os setores populares em uma espécie de herói popular pois, para além de ele ser um homem do povo, de origens sociais humildes e de pele mais escura, ele encarnava o sentimento profundo de rejeição aos partidos tradicionais (Coronil, 2002; Vila, 2000; Magdaleno, 2012).

Em maio do ano seguinte o Congresso acusou Pérez de corrupção: ele foi acusado de apoiar a democracia de Violeta Chamorro na Nicarágua e de financiar sua desproporcional tomada de posse²¹. Apesar de alguns observadores diferirem quanto à legalidade da remoção de Pérez, todos concordam que foi a elite política que deu esse passo para salvar um sistema ameaçado (Coronil, 2002: 399). Contudo, esse mesmo ano se destaca também por ser o ano em que a população teve a oportunidade de traduzir para as urnas eleitorais o mal estar coletivo que vinha sentindo com respeito aos partidos tradicionais, colocando fim ao bipartidarismo que existia desde 1973. Paradoxalmente, o ex-presidente e fundador do COPEI, Rafael Caldera, decide abandonar seu partido de origem e fundar outra organização

²⁰ Um indicador sintético da deterioração das condições de vida da população é o crescimento da população em situação de pobreza: a proporção de famílias localizadas abaixo da linha da pobreza aumentou de 17.73% em 1981 para 36.64% em 1991. Em 1994 do total da população do país, 48.9% se encontrava em situação de pobreza e 21.63% em situação de extrema pobreza. (Ministerio de la Familia, 1994 apud Kornblith, 1997).

²¹ Em 1992, o jornalista José Vicente Rangel denunciou que o presidente Carlos Andrés Pérez tinha utilizado 17,2 milhões de dólares pertencentes ao orçamento do Ministério das Relações Interiores para financiar as eleições na Nicarágua e apoiar o governo da recém-eleita presidente, Violeta Chamorro. Em março de 1993, o então Procurador-Geral da República, Ramón Escobar Salom, apresentou acusação contra Pérez por malversação de fundos. Em maio de 1993, o Supremo Tribunal de Justiça determinou que havia mérito suficiente para abrir um julgamento contra o presidente (Morreu..., 2010; Pérez-Liñán, 2018). O Congresso da Venezuela decidiu destituir Carlos Andrés Pérez do cargo de presidente para que ele enfrentasse um processo judicial. Pérez justificou os gastos investigados como legítimos, alegando que tinham como motivação principal garantir a estabilidade interna da Nicarágua e da América Central como um todo, após anos de conflitos (Pérez defends ..., 1994).

(Convergência) com o propósito de competir nas eleições presidenciais de 1993. Nesse ano se produz a primeira derrota em eleições presidenciais de AD e COPEI. A partir desse ano, a literatura registra o início de um período caracterizado como multipartidarismo instável²² (Magdaleno, 2012:16).

Para além desse golpe mortal ao sistema partidário, Caldera também selou o fim do sistema político inaugurado em 1958, ao anistiar Hugo Chávez e o resto dos militares envolvidos nas tentativas de golpe militar de 1992. Ao fazer isso, Caldera violou uma das regras tácitas do sistema: manter politicamente inabilitados os que atentassem expressamente contra a democracia através de golpes de estado. Ao retirar todas as acusações e perdoar Chávez, Caldera transformou um ex-líder de um golpe de estado em um candidato presidencial viável. O sistema partidário entrou em colapso depois da eleição de Caldera em 1993 como um candidato independente antipartidário, pavimentando o caminho para *outsiders*. Cinco anos depois, Chávez seria eleito (Levitsky e Zyblatt, 2018; Magdaleno, 2012).

Este conjunto de eventos que se sucederam entre o final da década de 80 e o início da década de 90 colocaram fim à tese sobre o “excepcionalismo” venezuelano. De acordo com Levine (1994) houve uma passagem para uma *latinamericanización* do país. Na visão do autor, em cada momento de crise um pilar do sistema era minado ou destruído: a sexta-feira negra minou a força econômica; o Caracazo destruiu o pacto social, o controle e a ordem civil; os golpes de estado de 1992, o impeachment de Pérez e a eleição de Calderas acabaram com o domínio inquestionável do Executivo e a hegemonia bipartidária. Diversos autores começaram a pontuar como os traços específicos da democracia venezuelana que haviam sido identificados anteriormente como as características que suportavam o sistema *puntofijista* - um sistema econômico baseado na exploração do petróleo; um Estado centralizado pago pelo aumento constante da receita petroleira; fortes partidos políticos que penetravam e controlavam a vida social organizada de cima para baixo em todo o território nacional e um exército que estava controlado e cercado - se tornaram as próprias causas do declínio do sistema.

4.2 Governo Chávez (1999-2013)

A finais dos anos 90, a Venezuela já não era uma das democracias mais estáveis da América Latina, mas os quatorze anos de governo chavista tornariam o país um regime

²² Para uma descrição mais detalhada sobre o desenrolar do sistema partidário desde 1958 até a eleição de Chávez em 1998, ver Molina e Baralt (1999).

híbrido, mais próximo de um autoritarismo competitivo (Levitsky; Loxton, 2013). Hugo Chávez representa um caso emblemático de populismo latino-americano. Sem dúvida um líder carismático, ele construiu uma relação direta com seus seguidores por meio de diversos mecanismos que explicam não só a popularidade que desfrutou até sua morte, mas também a deterioração institucional da democracia venezuelana. Durante seus anos de governo (1999-2013), o mandatário contribuiu para a destruição do sistema de freios e contrapesos, aumentou suas prerrogativas enquanto presidente, aparelhou as instituições democráticas, minou os processos de eleições justas e livres e solapou direitos políticos e liberdades civis. Nos próximos parágrafos faremos uma análise do período de governo de Hugo Chávez (1999-2013) a partir das categorias de análise de populismo no governo, quais sejam: o uso de eleições e campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder; concentração de poder no Executivo e enfraquecimentos das instituições de *accountability* horizontal; o apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária; e a colonização da esfera pública e da sociedade civil.

Várias características do governo populista de Chávez contribuíram para a erosão democrática da Venezuela. Primeiramente, Chávez se tornou presidente em uma campanha permanente. Em 14 anos, os venezuelanos realizaram 18 eleições, entre votações nacionais, regionais ou municipais e referendos. Somente entre 1999 e 2009 o governo realizou 6 referendos nacionais²³. A promoção que Chávez fez desde o início do uso de referendos e da constituinte tinha como propósito contornar e neutralizar politicamente atores que poderiam exercer seu poder de veto e fazer naufragar seu projeto de socialismo bolivariano. Como mecanismo de democracia direta, os referendos permitiam que a população entrasse como ator de veto favorável aos projetos políticos de Chávez, que contava com amplo apoio popular (Chourio, 2019). Dessa forma, o governo conduziu todas as votações em termos de apoio ou rejeição ao presidente. O resultado foi uma constante relegitimação do líder (López Maya, 2013:70).

²³ Em 1999 Chávez propôs um referendo consultivo para a criação de uma constituinte e no final do mesmo ano realizou um referendo para aprovar a nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela. No ano seguinte Chávez promoveu um referendo consultivo para forçar a renovação dos dirigentes sindicais de todas as centrais trabalhistas do país. Em 2004, apesar da oposição ter conseguido passar um referendo revocatório contra Chávez - o único referendo promovido de baixo pra cima -, Chávez conseguiu sair vitorioso da votação. Durante o processo o Conselho Nacional Eleitoral, cooptado pelo chavismo, foi obtendo controle sobre a agenda do referendo revocatório e fez uso de diversas estratégias para atrasar o processo de votação. Em 2007 o governo promoveu um referendo para aprovação de uma reforma parcial a Constituição de 1999 que acabou sendo vetada pela população. Em 2009 o oficialismo instalou um novo referendo para modificar a constituição por meio de uma emenda constitucional, cujo principal propósito era de aprovar a reeleição indefinida da presidência e de outros cargos do executivo. Todos estes referendos e o controle exercido por Chávez sobre eles serviu tanto para promover mudanças no sistema político quanto para manter o novo *status quo* revolucionário que surgiu com a promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela em 1999 (Chourio, 2019).

Similarmente, buscando manter uma relação direta com seus seguidores, Chávez fazia aparições semanais no programa de televisão “Alô Presidente”. Todo domingo, Chávez se dirigia à nação por quatro a seis horas anunciando aos seus seguidores políticas importantes e os próximos passos para promover a revolução bolivariana. Mas o mandatário também cantava músicas populares, falavam sobre sua vida pessoal e sonhos, e atacava ferozmente oponentes e jornalistas, aprofundando a intimidade entre ele e sua comunidade. Chávez tornou-se uma figura constante na vida diária dos venezuelanos, falando incessantemente no rádio e na televisão, enquanto *outdoors* com sua imagem e propaganda do governo enfeitavam cidades e rodovias (De la Torre; Peruzzotti, 2018). Seu governo também foi caracterizado por um foco constante em procissões e desfiles nos quais o líder participava. Feriados tradicionais venezuelanos, como o Dia do Exército e o Dia da Bandeira, foram revitalizados. Todo 4 de fevereiro Chávez e seus apoiadores celebravam o aniversário do golpe de 1992 como o “dia da dignidade”, e, da mesma forma, a cada ano comemorava-se o golpe frustrado de 2002 contra Chávez. O Panteão Nacional tornou-se um local central de apego ritual à pátria e de celebrações à Revolução Bolivariana. O intuito destes desfiles e procissões era de fortalecer o vínculo entre Chávez e seus seguidores, assim como promover rituais para fortalecer o compromisso do povo com a missão revolucionária (Zúquete, 2008).

Em segundo lugar, ao longo de seus dois mandatos, Hugo Chávez conseguiu obter controle sobre a maioria das instituições democráticas e erodir a *accountability* horizontal. Entre 1999 e 2006 o uso generalizado de eleições e o majoritarismo eleitoral foram usados pelo presidente para justificar a concentração de uma ampla gama de poderes institucionais. Seu primeiro passo ao ser eleito foi convocar um referendo para a criação de uma nova Constituição. Apesar de ter sido referendado e aprovado pelo povo venezuelano, a Constituição que nasce em 1999 foi fruto de uma maioria chavista: 121 dos 131 constituintes eleitos eram candidatos do Pólo Patriótico^{24e25} (Corrales; Penfold, 2011). Dentre as mudanças introduzidas na nova Constituição destacam-se: a possibilidade de reeleição imediata do presidente; a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos; a mudança do poder legislativo de um Congresso bicameral para uma Assembleia Nacional unicameral, eliminando o Senado; e a criação do cargo de vice-presidente nomeado. Em razão da nova

²⁴ O Polo Patriótico, coligação criada por Chávez para concorrer às eleições de 1998, era composto pelo Movimiento Quinta República (MVR), o Patria Para Todos (PPT) e o Movimiento Al Socialismo (MAS).

²⁵ Isto se deu em parte pela desorganização da oposição, pois os candidatos da oposição competiram individualmente em vez de sob uma única bandeira política e alguns partidos inclusive se recusaram em postular candidatos para a eleição (Corrales; Penfold, 2011: 18). Por outro lado, também favoreceu o fato de que as eleições dos membros da Assembleia Nacional Constituinte se deram por meio de um sistema majoritário não proporcional, o que, dada a popularidade de Chávez, permitiu que o governo controlasse 90% da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) (Meucci, 2008; Gamboa, 2016).

ordem constitucional, foram realizadas novas eleições presidenciais e legislativas, a mega-eleição de julho de 2000, onde Chávez foi reeleito com 56,9% dos votos e o Polo Patriótico obteve 60% das cadeiras na Assembleia Nacional²⁶ (Coppedge, 2002). Aproveitando suas novas prerrogativas constitucionais e a autonomia declinante de vários ramos do governo, Chávez em 2001 obteve do parlamento - majoritariamente chavista - poderes extraordinários para governar por decreto em uma série de áreas políticas²⁷. Três anos depois, o chavismo conseguiu aparelhar por completo o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). Desde a Constituição de 1999, o TSJ já era parcialmente cooptado pelo governo²⁸, mas em 2004 o governo conseguiu emplacar mais 12 magistrados aliados. Para esse fim, foi sancionada em maio daquele ano a Lei Orgânica do Tribunal Supremo de Justiça²⁹ que aumentou o número de membros do tribunal de 20 para 32, permitindo ao establishment pró-Chávez nomear novos juízes e obter maioria na corte (Urribarri, 2011).

Ainda em 2004 o chavismo conseguiu cooptar também o Conselho Nacional Eleitoral (CNE). No começo do ano, três dos cinco reitores do CNE estavam abertamente alinhados com o partido no poder e dois com a oposição. Mas após as eleições para o referendo revocatório em agosto de 2014, um dos reitores da oposição saiu do órgão, dando início a uma briga entre oficialismo e oposição sobre quem assumiria a vaga. Ao fracassarem as negociações no legislativo, o TSJ, que nesse momento já estava cooptado pelo chavismo, nomeou o quinto diretor, deixando o oficialismo com maioria de 4 a 1 dentro do CNE (Alvarez, 2009). Por último, cabe mencionar o processo de expurgo que ocorreu dentro das forças armadas depois da tentativa de golpe de 2002 (Meucci, 2008) e a demissão de aproximadamente 18.000 gerentes e funcionários (60% da equipe) da estatal petroleira Petróleos de Venezuela (PDVSA) em 2003, após uma greve de três meses promovida pela oposição. Chávez substituiu os trabalhadores por partidários chavistas e a PDVSA, que até então era controlada pela oposição, passou para as mãos do governo, que transformou a

²⁶ O chavismo obteve maioria na Assembleia Nacional desde 1999 até às eleições de 2010, nas quais o oficialismo perdeu a maioria de dois terços no parlamento (Jardim, 2010).

²⁷ O Executivo a partir da *lei habilitante* podia legislar por um ano acerca de determinadas matérias, por meio de decretos com força de lei, submetendo-os posteriormente à aprovação do Legislativo.

²⁸ Após a adoção da nova Constituição e a criação do novo Supremo Tribunal, a maioria dos juízes do regime anterior foram destituídos por razões puramente políticas e os novos juízes foram nomeados sem seguir rigorosamente as formalidades e o espírito dos procedimentos estabelecidos na própria Constituição. A composição da nova Corte espelhou a configuração da heterogênea coalizão chavista da época. Além disso, estes juízes eram apenas nomeações temporárias, sujeitas a eventual confirmação ou substituição pelo legislativo. Mas apenas um ano após esta nomeação, alguns juízes foram confirmados e outros foram substituídos, novamente sem seguir rigorosamente os procedimentos de nomeação, buscando garantir a presença de aliados políticos no tribunal (Urribarri, 2011:86)

²⁹ Publicada na Gaceta Oficial nº37.942. Disponível em: https://pandectasdigital.blogspot.com/2017/09/gaceta-oficial-de-la-republica_936.html

empresa em um instrumento para cumprir seu projeto bolivariano e financiar seus programas sociais.

Uma vez obtido o controle chavista sobre essas instituições, o governo passou a minar o espaço de competição política e distorcer o jogo eleitoral a seu favor, promovendo a perseguição de cidadãos que assinaram a lista para o pedido de referendo revocatório³⁰, desabilitando candidaturas da oposição para as eleições de 2008³¹, usando *gerrymandering* e modificando as leis eleitorais para obter maioria nas eleições da Assembleia Nacional (2010)³², intervindo nas agências de controle para perseguir candidatos da oposição³³ e apresentando ilegalmente um referendo para a eleição indefinida (2009). Sobre este último ponto, vale a pena mencionar que em 2007 Chávez fez uma proposta de reforma constitucional na qual o governo propunha a estruturação de um Estado com uma doutrina socialista e bolivariana (Brewer-Carías, 2007). Dentre as mudanças apresentadas o mandato do presidente seria estendido a sete anos, a reeleição indefinida seria permitida ao presidente — mas não a outros cargos eleitos —, o financiamento externo de grupos políticos seria banido (embora o estado pudesse financiar o partido no poder) e os poderes presidenciais durante os

³⁰ Em 2004, o deputado chavista Luis Tascón, publicou a lista Tascón, um documento gerado a partir de um banco de dados digital de assinaturas do CNE, que continha o nome das pessoas que assinaram a lista para o pedido de referendo revocatório. gerado a partir de um banco de dados digital de assinaturas do CNE. Chávez argumentou que teria solicitado a lista com os assinantes da petição para o referendo revocatório no intuito de demonstrar que haviam assinaturas falsas. Tascón publicou a lista na internet para que cada pessoa pudesse consultar a mesma e verificar sua assinatura. Mas a lista acabou tendo objetivos discriminatórios e foi deliberadamente empregada para despedir cidadãos, negar o acesso a contratos públicos e benefícios sociais#. Um ano depois Chávez reconheceu o uso discriminatório da lista e o Ministério Público abriu uma investigação sobre o assunto. Mas apesar do Chávez fazer um chamado para “enterrar” a lista, alguns partidários do presidente desenvolveram uma base de dados, o programa Maisanta, que continha dados de mais de 12 milhões de cidadãos e informava inclusive se eles haviam assinado a petição de referendo ou não. Mais uma vez os desenvolvedores do programa justificaram sua criação como uma iniciativa para democratizar o acesso à informação. Porém, o uso do programa serviu para objetivos persecutórios (HRW, 2008). É preciso assinalar o fato de que não é possível encontrar na internet notícias de jornais que denunciem os casos de demissão e perseguição que houveram na época. Até mesmo os links dispostos no relatório da Human Rights Watch aparecem indisponíveis.

³¹ Em fevereiro de 2008, o Controlador Geral Clodosbaldo Russián impugnou 272 candidaturas, devido a alegações de corrupção. A desqualificação dos políticos, incluindo várias figuras emblemáticas da oposição como Leopoldo López, levou à mobilização de grupos de oposição que alegaram que a medida violava a Constituição porque os réus não haviam sido ainda processados. (Emol, 2008; Parlamento Europeu, 2009).

³² A Lei Orgânica dos Processos Eleitorais (LOPES) de 2009, diminuiu o número de assentos no parlamento que poderiam ser escolhidos por representação proporcional. Designou esses assentos para maiorias seletivas, de modo que o partido no poder, que tinha maioria, teria menos probabilidade de compartilhar assentos com a minoria. A LOPES também uniu os distritos opositores com os distritos pró-governo para diluir a vantagem da oposição. Isso foi feito para beneficiar o partido no poder nos estados onde era mais fraco (Corrales; Hidalgo, 2013:62-66).

³³ Em 2009, a perseguição política atingiu um novo patamar quando o governo começou a perseguir funcionários eleitos. Manuel Rosales, ex-candidato à presidência e, depois de 2008, prefeito de Maracaibo, foi acusado de complô, narcotráfico, terrorismo e corrupção e teve que abandonar o cargo e procurar exílio no Peru (EFE, 2008). No mesmo ano a Assembleia Nacional retirou o prefeito eleito da Grande Caracas, Antonio Ledezma, de suas responsabilidades administrativas, deixando-o no cargo, mas destituindo-o de quase todas suas prerrogativas (Chávez [...], 2009). Além disso, em 2009, o governo promulgou uma série de leis que davam ao Estado facultades para tomar represálias contra a dissidência (Ver Corrales e Hidalgo, 2013:59-61).

estados de emergência seriam expandidos (Corrales, 2009). Mas a proposta de reforma constitucional foi derrotada em um referendo em dezembro de 2007. Embora a margem de derrota tenha sido de apenas 1,4%, o resultado foi histórico por ter sido a primeira derrota eleitoral do governo. Além da derrota, a Constituição de 1999 afirma que uma reforma rejeitada não pode ser reintroduzida no mesmo período constitucional. Contudo, Chávez não se deu por vencido e, nos anos seguintes, conseguiu que o Tribunal Supremo de Justiça, aparelhado pelo chavismo, interpretasse o artigo 345³⁴ da constituição de maneira favorável aos seus interesses. O TSJ concluiu que, mesmo que Chávez não pudesse reapresentar uma proposta de reforma constitucional durante o mesmo período, o mesmo conteúdo poderia ser aprovado por meio de leis e outros procedimentos legais. Dessa maneira, ele conseguiu com que a Assembleia Nacional, também controlada pelo chavismo, aprovasse leis orgânicas (*leyes organicas*) e reformasse leis existentes; em outros casos ele simplesmente publicou decretos especiais (López Maya, 2013). Dessa forma, o mandatário voltou a apresentar diante da população a ideia de reeleição indefinida, desta vez ampliada a todos os cargos de representação popular, por meio de uma emenda. Esta última acabou sendo aprovada mediante referendo em fevereiro de 2009 (54,85% votaram “Sim” e 45,14% votaram “Não”) (Corrales; Hidalgo, 2013). Com esta manobra, Chávez acabou com um dos poucos controles sobre o Executivo que ainda restavam.

No roteiro de populistas no governo, além da concentração de poder no executivo, o enfraquecimento das instituições de *accountability* horizontal e o apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária, um outro aspecto é a colonização e regulação da esfera pública. Sobre este ponto, o Chavismo conseguiu criar ao longo dos anos, com ajuda das abundantes receitas advindas do petróleo, uma poderosa infraestrutura de mídia chamada "o sistema nacional de mídia pública", que girava em torno da figura de Chávez. Esse sistema era um instrumento de comunicação direta entre o líder e seus seguidores. No início da era Chávez o estado venezuelano controlava apenas uma estação de televisão, uma de rádio AM e uma de FM. Mas para finais de 2007 o governo passou a controlar 85% dos canais de televisão, 2 estações de rádio nacionais, 3000 estações de rádio comunitárias, 3 empresas de mídia impressa, entre outros (López Maya, 2013). Por meio deste sistema de mídia pública, a presença do comandante Chávez tornou-se uma realidade cotidiana na vida dos venezuelanos. Além disso, o governo reduziu a influência dos meios de comunicação privados, os quais

³⁴ “Artículo 345: Se declarará aprobada la reforma constitucional si el número de votos afirmativos es superior al número de votos negativos. La iniciativa de reforma constitucional que no sea aprobada, no podrá presentarse de nuevo en un mismo período constitucional a la Asamblea Nacional.” (Venezuela, 1999).

estavam sobrecarregados de taxas, tinham seus conteúdos controlados³⁵ e o acesso limitado a dólares, o que dificultava na importação de papel e de tecnologia (Corrales, 2009). Fazendo uso das atribuições legais conferidas ao Executivo Nacional pela Constituição de 1999, Chávez retirou as concessões de emissoras de rádio e de TV que considerava críticos ao seu projeto político³⁶ e, graças à sua maioria parlamentar, ele impulsionou a aprovação de leis que lhe permitiram enfraquecer as empresas de mídia que considerava prejudiciais aos seus interesses. Por um lado, a estratégia de mídia do governo deu aos venezuelanos a sensação de participação contínua na política e fez Chávez parecer uma figura íntima e familiar. Por outro lado, minou cada vez mais o direito de acesso a informações diversas, verdadeiras e oportunas (López Maya, 2013). Resumidamente, o modelo comunicacional do chavismo tem sido caracterizado, entre outras coisas, por: a) uma estrutura legal para regular os meios de comunicação privados; b) manipulação partidária das entidades responsáveis pela supervisão oficial, como é o caso da Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel); c) o uso excessivo das transmissões nacionais de rádio e televisão; d) a natureza propagandística atribuída aos meios de comunicação gerenciados pelo Estado, juntamente com a expansão numérica do aparato midiático governamental (Cañizalez, 2020).

Um outro mecanismo poderoso de colonização da sociedade civil utilizado pelo governo chavista foi a construção de uma vasta rede de organizações populares nos bairros urbanos venezuelanos, ligada diretamente a Chávez. Durante seu primeiro mandato, havia uma atmosfera de otimismo em torno da proposta de democracia “participativa y protagónica” inserida na Constituição de 1999. A Venezuela se transformou em um grande laboratório experimental de formas de organização participativas como comitês de água, comitês de terras, organizações comunitárias autogeridas, conselhos locais de participação pública, entre outros. Essas entidades tinham autonomia e foram concebidas para incidir diretamente nas tomadas de decisões políticas, assim como cogerir os serviços públicos com as autoridades locais. No entanto, em seu segundo mandato, Chávez lançou os conselhos comunais com uma

³⁵ Em 2004 foram aprovadas na Assembleia Nacional (AN) a Lei de Responsabilidade Social da Rádio e Televisão (*Ley Resorte*) e as “leis de insulto”. A primeira lei dita o conteúdo da televisão e das emissoras de rádio enquanto a outra aumenta a lista de autoridades protegidas de discursos ofensivos, adicionando membros do Congresso, do comando militar e do CNE. A legislação também concede às autoridades amplo poder discricionário para punir jornalistas e as organizações de notícias. Esse conjunto de leis visam a intimidar a imprensa, promovendo a autocensura e afetando a qualidade da cobertura e do debate público. Para uma análise mais detalhada sobre o conteúdo das leis e seus efeitos ver Atwood (2006).

³⁶ A decisão de não renovação da licença da Radio Caracas Televisión (RCTV) em 2007 gerou bastante comoção. RCTV transmitia principalmente novelas e seriados e era a rede de televisão mais vista na Venezuela. Mas na visão de Chávez o canal atuou como “golpista” em 2002 e se manteve crítico ao governo desde então. Apesar de estudantes de escolas públicas e privadas se organizarem em protestos contra o fechamento da RCTV, o governo procedeu em revogar a licença do canal.

perspectiva diferente e não autônoma. Com a Lei dos Conselhos Comunais de 2006³⁷, surgem os conselhos comunais como articuladores de todas as inovações participativas, desvincula-se a organização comunitária do governo municipal e os conselhos passam a depender diretamente da Presidência, tanto politicamente como economicamente (López Maya, 2018c). Além dos conselhos comunais, Chávez propôs a criação de comunas com o objetivo de fortalecer o que o governo chamou de “poder popular”, conceito pensado desde uma ideia de socialismo próximo ao cubano³⁸. De acordo com Margarita López Maya (2016), a partir desse momento não se tratava mais de uma participação dos cidadãos e da sociedade civil nos assuntos públicos, mas de uma participação como sujeito coletivo dirigido pela presidência, para que organizações, homogeneizadas sob a modalidade de conselhos comunais e comunas, executassem políticas decididas pelo Executivo Nacional.

Na proposta de reforma constitucional de 2007, Chávez propunha a criação de um Estado Socialista “Comunal”. Como a proposta não foi aprovada pela população no referendo de 2007, o chavismo procurou garantir a criação do Estado Socialista Comunal por outros meios. Em dezembro de 2010, antes que tomasse posse um novo Parlamento em que o oficialismo não teria mais maioria qualificada, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) apresentou um pacote legislativo a ser aprovado na Assembleia Nacional que assegurasse as bases do Estado comunal. Entre esses instrumentos legislativos foi aprovada a Lei Orgânica das Comunas³⁹ (López Maya, 2018c). Para 2012, já havia mais de 40.000 desses conselhos comunais, que foram se transformando cada vez mais em uma rede de patrocínio ligada ao líder. Em troca de recursos para seus projetos comunitários, eles eram obrigados a mostrar lealdade política a Chávez, seu partido e sua proposta socialista (González, 2013 apud López Maya, 2013).

Um outro aspecto do governo populista de Hugo Chávez que é preciso mencionar, é a consolidação de um “Rentismo Populista” (Mazzuca, 2013) ou “Rentismo Socialista” (López Maya, 2013) na Venezuela, que não só permitiu a distribuição das riquezas para os setores informais e de baixa renda, como também permitiu o financiamento de campanhas eleitorais ao longo de quatorze anos de governo chavista. Apesar de toda a retórica sobre uma economia rígida diante do capitalismo, o chavismo não conseguiu superar o modelo rentista do petróleo

³⁷ Publicada em Gaceta Oficial extraordinária nº5.806. Disponível em:

https://pandectasdigital.blogspot.com/2017/09/gaceta-oficial-de-la-republica_385.html

³⁸ O poder popular é definido nos primeiros documentos oficiais de 2006 como um poder gerado nas assembleias de cidadãos das comunidades. Seu sujeito político é coletivo e não individual. O poder popular seria um poder constituinte que se diferencia do poder do Estado e emerge na sociedade nos espaços coletivos (López Maya, 2018c).

³⁹ Publicada em Gaceta Oficial extraordinária nº 6.011. Disponível em:

<https://www.asambleanacional.gob.ve/leyes/sancionadas/ley-organica-de-las-comunas>

que moldou a economia venezuelana desde a década de 1920. A constituição de 1999 determinou que a totalidade das ações da estatal petrolífera venezuelana, conhecida como PDVSA, fossem do Estado venezuelano, impedindo sua privatização parcial ou total. Posteriormente, em 2001, o governo promulgou a lei orgânica de hidrocarbonetos⁴⁰, que definiu que a PDVSA deveria ser a acionista majoritária em todos os campos de petróleo do país (com 51% de participação mínima em sociedades mistas) e aumentou os royalties cobrados sobre o barril de petróleo para 30%. Em 2007, o decreto presidencial n° 5.200⁴¹ elevou o piso da participação da PDVSA em *joint ventures* para 60%, o que representou um passo crucial para o processo de nacionalização das reservas de petróleo. O aumento de recursos do Petro-Estado resultante do boom do petróleo permitiu o lançamento das chamadas Missões Bolivarianas⁴², geralmente ligadas às campanhas eleitorais de Chávez⁴³. A dinâmica do rentismo populista ou socialista é que, em troca de redistribuição, as populações beneficiárias fornecem votos, bem como “poder de rua”. Da mesma forma, o crescimento desproporcional do setor público durante o governo chavista facilitava a mobilização de servidores públicos para fins eleitorais, quando eles não recebiam ameaças ou eram expulsos por se aliarem à oposição (Hidalgo, 2014).

É preciso, no entanto, reconhecer que as missões permitiram uma diminuição significativa dos indicadores de pobreza e desigualdade. Mas essas conquistas começaram a retroceder em 2009⁴⁴ (López Maya, 2016). Na tentativa de responder às crescentes demandas sociais em meio a uma campanha eleitoral que Chávez realizou em um estado de saúde deteriorado, o crescimento do gasto fiscal foi exacerbado em 2011 e 2012. Segundo dados não oficiais, esta despesa atingiu 16% do PIB em 2012 - quase quatro pontos e meio a mais que em 2011 - e foi financiada através de um endividamento considerável ao setor bancário,

⁴⁰ Lei Orgânica de Hidrocarbureto, decreto n° 1.510 publicado em Gaceta Oficial n° 37.323. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.io/venezuela/2001-11-13-gaceta-oficial-37323>

⁴¹ Decreto n° 5.200 publicado em Gaceta Oficial n° 38.632. Ver: <https://www.gacetaoficial.io/venezuela/2007-02-26-gaceta-oficial-38632>

⁴² Aqui é importante apontar que é a PDVSA, e não algum outro braço do estado, que administra as Missões. Os programas criados entre 2003 e 2004 incluíram a Missão Robinson e a Missão Ribas para promover a alfabetização e a educação básica, a Missão Barrio Adentro para fornecer serviços de saúde e a Missão Mercal para fornecer alimentos subsidiados (Mazzuca, 2013). Essa diversificação de funções e despesas prejudicou a capacidade produtiva e gerencial da PDVSA. A petrolífera teve que adiar importantes investimentos em atualizações tecnológicas, substituição de equipamentos e diversos problemas de manutenção. Esses são alguns dos fatores que explicam por que a produção de petróleo venezuelana não aumentou em capacidade nos 14 anos de governo chavista (López Maya, 2013).

⁴³ Margarita López Maya (2013) aponta que durante os períodos fora da campanha, as missões tendiam a definir, mesmo as mais bem-sucedidas sendo afetadas negativamente. Mercal, com seus produtos alimentícios subsidiados, e Barrio Adentro caíram e foram relançados várias vezes.

⁴⁴ A diminuição da pobreza de 53,1% dos domicílios para 33,1% em apenas 2 anos (de 2004 a 2006), tendência que encontrou seu piso em torno de 27% entre 2007 e 2012, decolou entre 2013 e recuperou em 2014 taxas próximas a os de 1998 (Briceño, 2015).

principalmente nacional, mas também internacional (López Maya, 2013; Corrales e Hidalgo, 2013).

Por fim, um último aspecto do governo populista de Hugo Chávez que deve ser destacado é a progressiva politização, ideologização e partidarização das Forças Armadas na Venezuela ao longo dos doze anos de governos. Este fenômeno aconteceu em direção oposta aos objetivos de maior controle democrático sobre os setores de defesa e segurança, que predominavam nos países latinoamericanos e do Caribe. Até a tentativa de golpe de 1992, na qual o comandante Chávez teve um papel relevante, os militares venezuelanos haviam estado notoriamente ausentes da política. Isso se deu em parte porque a constituição de 1961 declarava que as Forças Armadas eram “uma instituição apolítica, obediente e não deliberante” e parcialmente responsável pela “estabilidade das instituições democráticas” (Norden, 2008). Com a Constituição de 1999, houve uma tentativa de transformação do papel dos militares na sociedade venezuelana, e, a partir de então, Chávez foi incorporando o setor militar ao seu projeto político a partir de uma perspectiva de união cívico-militar. Dentre as mudanças introduzidas através da Constituição de 1999, vale mencionar: a transformação das Forças Armadas em Forças Armadas Nacionais, criando um comando único; a abordagem da “co-responsabilidade” entre o Estado e a sociedade em matéria de segurança e defesa, bem como a incorporação formal nas funções das Forças Armadas da cooperação nas tarefas de segurança interna e da sua participação no desenvolvimento nacional; a função fiscalizadora que era do Poder Legislativo, ficou nas mãos do Presidente da República; as Forças Armadas deixaram de ser uma instituição “apolítica” e passou a ser qualificada como “sem militância política” e os militares passaram a ter direito ao voto (Jácome, 2018; Norden, 2008).

Atribuir um papel mais politizado às Forças Armadas e fortalecer suas funções internas estava em perfeita sintonia com os objetivos de conduzir a Venezuela ao socialismo. Dessa forma, o primeiro mandato de Chávez (1999-2007), se caracterizou pela identificação das Forças Armadas como “bolivariana”, adotando uma concepção tradicional de segurança nacional, na qual era necessária a defesa de ameaças externas - principalmente dos Estados Unidos -, assim como dos inimigos internos acusados de estarem vinculados aos inimigos externos (Jácome, 2018). Contudo, a partir de 2007 se dá início uma segunda etapa, centrada no projeto do “Socialismo do Século XXI”, onde se aprofunda a politização das Forças Armadas. Em 31 de julho de 2008, por meio do decreto nº 6.239 publicado na Gaceta Oficial extraordinária nº5.891⁴⁵, Chávez promulgou a nova Lei Orgânica das Forças Armadas

⁴⁵ Disponível em: https://pandectasdigital.blogspot.com/2017/09/gaceta-oficial-de-la-republica_940.html

Nacionais Bolivarianas⁴⁶. Nesse momento se incorpora a palavra “bolivariana” e se entende que as Forças Armadas passam a ser representantes do projeto político chavista. Além disso, essa mesma lei incorporou a Milícia Nacional Bolivariana como um complemento das Forças Armadas. Esta milícia dependeria diretamente do Presidente da República e teria como uma de suas atribuições a manutenção da ordem interna (Jácome, 2018). A todos estes fatores soma-se ainda o fato que, desde que assumiu a Presidência, Chávez integrou ao governo membros das Forças Armadas⁴⁷ e utilizou os militares para uma ampla variedade de ações comunitárias, como o Plano de Ação Imediata Sustentável (PAÍS) e o Plano Bolívar 2000 relacionados com a tentativa de diminuição da pobreza e do desenvolvimento. Os militares eram enviados para consertar escolas e hospitais, prestar assistência médica e até mesmo vender alimentos a preços baixos em áreas pobres (Norden, 2008). Nesse sentido podemos dizer que durante os mandatos do ex-comandante Chávez houve uma progressiva politização das Forças Armadas.

Feito este panorama, se em meados da primeira década do novo século ainda persistiam divergências quanto à caracterização do regime chavista, à medida que nos aproximávamos ao final da primeira década e que o regime chavista se radicalizava progressivamente, as divergências entre acadêmicos, apesar de persistirem, eram menores. Alguns estudiosos analisando o caso venezuelano à luz da literatura sobre a qualidade da democracia argumentavam que, apesar das mudanças, deficiências e limitações, até 2010 o regime poderia ser visto como uma democracia de baixa qualidade (Levine; Molina, 2012). Mas se em 2006, as eleições se desenrolaram de forma justa de acordo com relatório da União Europeia (2006), para as eleições de 2008 já não se podia dizer o mesmo. À medida em que o governo foi obtendo controle sobre as instituições, ele foi modificando as regras do jogo ao seu favor. A finais de seu segundo mandato uma grande maioria de autores começaram a caracterizar o regime como um autoritarismo competitivo (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2014; Levitsky; Way, 2010; Hidalgo, 2009) ou um autoritarismo eleitoral (Schedler, 2006; Corrales, 2006; Kornblith, 2013). Entre estes autores, alguns colocavam o ponto de inflexão para a mudança de regime em 2009 com a votação do referendo e a perseguição política de alguns candidatos da oposição (Mainwaring e Pérez-Liñán, 2015). Corrales e Penfold (2011), assim como a maioria dos autores, não consideram que a mudança de regime ocorreu de um dia para

⁴⁶O decreto da Lei Orgânica das Forças Armadas faz parte do conjunto de decretos que o ex-presidente Chávez passou uma vez que a proposta de reforma constitucional de 2007 foi vetada.

⁴⁷ O Ministério da Defesa foi deixado em mãos de militares durante vários anos. Dos 12 ministros que assumiram o ministério em todos os anos de governo chavista, apenas 2 eram civis. Contudo é importante ressaltar que, Ismael Hurtado (2000-2001) e José Vincente Rangel (2001-2002), foram os primeiros Ministros de Defesa civis em mais de 70 anos na Venezuela, desde 1929 (Chávez [...], 2001).

o outro, porém, eles identificam na eliminação dos limites de mandato em 2009, um dos momentos mais decisivos da história do Chavismo.

Ao fazer um balanço dos 14 anos de governo chavista, é possível perceber o processo de hibridização sofrido pelas instituições democráticas do país. O quadro 3 analisa esse período com base nas categorias de Populismo no governo e evidencia que Chávez se enquadra como um tipo ideal de populista. Contudo, justamente por ser um tipo ideal, seu caso é um ponto fora da curva. Poucos populistas no governo seguiram tão bem o roteiro a ponto de levar a democracia ao seu limite.

Quadro 3 - Indicadores de Populismo no governo identificados nos governos de Hugo Chávez (1999-2013)

(continua)

Populismo no Governo	Governos de Hugo Chávez (1999-2013)
Eleições e Campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder e como meio de relação direta entre líder e massa.	<p>Uso de referendos e consultas públicas como formas de legitimação e apoio ao governo.</p> <p>Desfiles, procissões e aparições públicas como meio de fortalecimento do vínculo entre o líder e seus seguidores.</p> <p>Propagandas do governo espalhadas pela cidade como campanha permanente.</p>
Concentração de Poder no Executivo e enfraquecimento das instituições de <i>accountability</i> horizontal.	<p>Cooptação das instituições de <i>accountability</i> horizontal e de controle do executivo como o TSJ e o CNE. Assim como a cooptação de outras instâncias de poder como a PDVSA e as Forças Armadas.</p> <p>Concentração de poder na presidência às custas da divisão de poderes, por meio de reformas constitucionais, delegação de prerrogativas do legislativo e decisões favoráveis ao oficialismo pelo TSJ.</p> <p>Perseguição política de adversários, uso de <i>gerrymandering</i> e modificação de leis eleitorais para distorcer o jogo eleitoral a favor do governo.</p>
Apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária.	<p>Nova Constituição que cristaliza o projeto político do governo e altera os poderes do Estado.</p> <p>Governo por decreto e aprovação de leis orgânicas sobre matérias constitucionais favoráveis ao Executivo por meio de um legislativo controlado pelo chavismo.</p>

Quadro 3 - Indicadores de Populismo no governo identificados nos governos de Hugo Chávez (1999-2013)

(conclusão)

Populismo no Governo	Governos de Hugo Chávez (1999-2013)
Colonização e regulação da esfera pública.	<p>Criação de um sistema de mídia pública e uso político do mesmo para veicular propaganda oficialista.</p> <p>Perseguição dos meios de comunicação privados.</p> <p>Construção de uma vasta rede de organizações populares ligadas diretamente a Chávez (Conselhos comunais).</p> <p>Criação de uma rede clientelar e de patrocínio ligada ao líder a partir da consolidação de um rentismo populista.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Aqui é importante ressaltar que todo o processo de hibridização do regime se deu com o apoio de milhares de venezuelanos. É neste ponto que o carisma se torna um elemento central. As dúvidas sobre como caracterizar o regime chavista e entender em qual momento deixou de ser democrático se deram em grande medida pelo apoio de grande parte da população venezuelana. Chávez somente conseguiu avançar tão fortemente no roteiro de populistas no governo pois contava com ampla aprovação da população. Como vimos no capítulo 01, uma das características que definem o carisma é a disposição dos seguidores de obedecer sem hesitação a qualquer ordem do líder. Nesse ponto, os seguidores nem sempre buscam avaliar ou calcular racionalmente os resultados das ações do líder e não se importam se ele dobra ou quebra algumas regras. Dessa forma, a legitimidade carismática lhe rendeu uma legitimidade eleitoral que lhe permitiu dismantelar progressivamente as instituições democráticas.

Ainda sobre o carisma, é importante salientar que Chávez se enquadra também como uma figura carismática típica. Usando o índice de lideranças carismáticas de Pappas (2021), é possível enquadrar Chávez como um tipo ideal. Ele possuía autoridade sobre seu partido (PSUV) e movimento e buscava estabelecer uma relação direta e não mediada com seus seguidores, exercendo uma autoridade pessoal. Por outro lado, os objetivos da sua liderança eram radicais, buscando remodelar a arquitetura institucional democrática promovendo uma democracia revolucionária, pautada pelo Socialismo do Século XXI. Nesse sentido, ele buscava subverter e deslegitimar a estrutura de autoridade constituída, qual seja, toda a estrutura partidária e os resquícios do pacto de Punto Fijo; ao mesmo tempo, promovia uma estrutura nova de autoridade com intuito de refundar a comunidade política em torno do seu

projeto revolucionário. Para isso, ele promoveu diversas reformas constitucionais, buscando estabelecer as bases de uma democracia participativa e “protagônica”, ao mesmo tempo em que promoveu a criação das comunas e o desenvolvimento de programas sociais como as missões. Dessa forma, Chávez representa um caso de líder populista e carismático típico.

4.3 Sucessão

Chávez terminou o ano de 2012 reeleito para um terceiro mandato. Contudo, o desenvolvimento do câncer que o acometia desde 2011 não lhe permitiu tomar posse no dia 10 de janeiro de 2013, dando início a um processo de sucessão política conturbado e atípico, que culminaria na eleição de Nicolás Maduro em abril. O período entre dezembro de 2012 e abril de 2013 corresponde, então, ao momento de sucessão política de Hugo Chávez. Esta sucessão se deu em um contexto de imprevisibilidade e incerteza, o que implica numa transição de poder atípica, mesmo em contextos populistas. Nas próximas páginas, faremos um panorama geral da sucessão política de Chávez, passando pelo desenvolvimento da sua doença, a nomeação de Nicolás Maduro como seu sucessor, a discussão da constitucionalidade do processo, a morte de Chávez e, por fim, as eleições de 2013.

4.3.1 As eleições de 2012: *Chávez corazón del pueblo*

A informação contextual anterior é o pano de fundo para o desenvolvimento da doença do presidente Chávez e para sua morte em 5 de março de 2013. A notícia de que o ex-presidente tinha câncer veio à tona em 30 de junho de 2011. No início de maio o presidente foi obrigado a adiar uma viagem ao Brasil, Equador e Cuba por motivos de saúde. A causa oficialmente informada foi que ele padecia de uma inflamação no joelho e precisava de repouso. No dia 5 de junho, Chávez dá início a viagem que havia precisado adiar, porém em algum momento teve de interromper o itinerário. No dia 11, o governo venezuelano informou que o presidente havia sido operado em Havana de maneira inesperada por causa de um abscesso pélvico. Enquanto o comandante se recuperava, a bancada do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), que possuía a maioria absoluta na Assembleia Nacional (AN) aprovou no dia 14 o afastamento do presidente por tempo indeterminado⁴⁸. Finalmente, no dia 30 de junho, Chávez se dirigiu à nação por meio de uma gravação feita em Cuba. A

⁴⁸ Este tipo de ausência carece de fundamento constitucional, pois a Constituição só contempla as ausências temporárias ou absolutas.

mensagem durou alguns minutos, transmitida em cadeia nacional, onde o presidente explicou que havia sido operado duas vezes ao terem sido encontradas células cancerígenas após a primeira operação (Venezuela [...], 2011). No dia 4 de julho Chávez retorna a Venezuela e, nas semanas que se seguiram, viaja a Cuba duas vezes para começar o tratamento de quimioterapia. Não cabe aqui fazer uma cronologia extensa do desenvolvimento da doença do ex-presidente Chávez⁴⁹, porém é preciso ressaltar que ao longo dos dois últimos anos de vida do comandante, o oficialismo nunca revelou abertamente a seriedade do estado de saúde do presidente.

Apesar da doença que parecia grave, o mandatário foi claro em suas aspirações de se manter como candidato eleitoral em 2012. Como toda a maquinaria institucional girava em torno de sua pessoa, dada a construção de um governo populista extremamente personalista, um cenário em que ele não pudesse comparecer enfraqueceria sobremaneira a opção eleitoral chavista em 2012. O desafio para a oposição, fragmentada e debilitada, era enorme: ela precisava escalar a ladeira do “Estado Mágico”⁵⁰ (Coronil, 2002). Chávez contava com a subordinação dos poderes públicos, com os recursos públicos praticamente à sua disposição⁵¹, com uma máquina partidária como o PSUV⁵² capaz de mobilizar milhares de pessoas em todo

⁴⁹ Para uma cronologia mais detalhada da doença do Hugo Chávez ver:

<https://www.otempo.com.br/mundo/entenda-a-cronologia-da-doenca-do-presidente-hugo-chavez-1.390278>

(Acesso em 15 de janeiro de 2024)

<https://oglobo.globo.com/mundo/cronologia-dos-ultimos-meses-da-doenca-do-presidente-hugo-chavez-7750547>

(Acesso em 15 de janeiro de 2024).

⁵⁰ Coronil em seu livro *El Estado Mágico* (2002), argumenta que a deificação do Estado se deu em certa medida pela transformação da Venezuela em um *petroestado* que, enquanto tal, se percebia como uma nação com dois corpos: um corpo político composto pelos seus cidadãos e um corpo natural cuja matéria principal era o petróleo. Ao concentrar em si ambos corpos, o Estado apareceu como um ser único e transcendente, dotado do poder mágico para refazer e modernizar a nação. O estabelecimento da autoridade estatal se deu em simbiose com a exploração petrolífera. Assim, o Estado venezuelano se apresentou como um milagreiro que poderia converter seu domínio sobre a natureza em fonte de progresso histórico (Coronil, 2002:408).

⁵¹ Como mencionado anteriormente, houve um aumento considerável do gasto fiscal entre 2011 e 2012, para financiar as missões sociais do governo bolivariano. Entre as *Gran Misiones* criadas pelo mandatário na época para suprir as crescentes demandas da população podemos mencionar: a *Gran Misión Vivienda*, lançada em 2011, com o objetivo solucionar o agudo problema da falta de moradia nos setores populares; a *Gran Misión en Amor Mayor*, que visava conceder pensões aos idosos, mesmo que não tivessem contribuído para a previdência social; a *Misión Mi Casa Bien Equipada*, cujo objetivo era vender utensílios domésticos e eletrodomésticos a preços subsidiados; e a *Gran Misión Hijos y Fijas de Venezuela*, para prestar ajuda monetária a mães adolescentes ou chefes de família, ou com filhos deficientes, em situação de pobreza. Tais missões tiveram grande impacto político e contribuíram para a vitória do chavismo nas eleições de 2012.

⁵² O PSUV foi criado por Chávez durante seu segundo mandato para reunir as forças que apoiavam o seu projeto socialista, mas alguns pequenos partidos preferiram não se dissolver. Por isso, para as eleições de 2012, Chávez promoveu o “Gran Polo Patriótico” (GPP) como uma plataforma de apoio à sua candidatura, onde participaram todos os partidos pró-chavistas e organizações sociais. Desde 1998, Chávez fez uso deste tipo de coalizões eleitorais, sempre com a mesma denominação, procurando coordenar atividades de campanha eleitoral, mas também projetar e legitimar a sua liderança sob a imagem de um movimento de massas diverso e plural. Na prática, porém, sempre foi uma coordenação dirigida e coordenada por ele e seu partido. Nas eleições de 2012, o chavismo contou também com uma estrutura operacional chamada “Comando Carabobo”, na qual o PSUV obteve papel dominante (López Maya, 2016; Hidalgo, 2014).

o país e com o controle de um império midiático a serviço de seu partido e ideologia⁵³. Dada a polarização da dinâmica eleitoral imposta por Chávez e seu partido, não havia possibilidade de uma terceira via. Portanto as forças de oposição decidiram escolher um candidato unitário por meio da realização de umas eleições primárias em fevereiro de 2012. O vencedor das primárias da oposição foi Henrique Capriles Radonski, que recebeu 32,5% dos votos.

Apesar dos esforços da oposição e do seu crescimento ininterrupto desde 2006 (Hidalgo, 2014), no dia 7 de outubro de 2012, o comandante ganhou nas urnas o direito a um terceiro mandato de seis anos. De acordo com os dados do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Chávez obteve 55,7% dos votos e Capriles Radonski 44,31% (Consejo Nacional Electoral, 2024). Cabe notar que a eleição de 2012 teve recorde de comparecimento, alcançando 80,49% do eleitorado. Por isso, ainda que a vantagem percentual tenha sido pequena, o oficialismo superou em números absolutos os votos obtidos nas eleições presidenciais anteriores. Uma vez reeleito, Chávez assumiria a posse do novo mandato no dia 10 de janeiro de 2013. No entanto, pairava uma grande incerteza sobre o estado de saúde do presidente. Desde que o câncer se tornara público em 2011, pouco se sabia sobre a evolução e o tratamento da doença. A mídia pública criou a ilusão de que Chávez estava em plenas capacidades de governar, embora se ausentasse do país por longos períodos de tempo para receber tratamento em Cuba (López Maya, 2016). Isto criou uma atmosfera de confusão, rumores e incertezas, que começou a crescer rapidamente a partir do dia 8 de dezembro de 2012, dia da última aparição pública de Chávez.

4.3.2 *Chávez parte para Cuba*

Em cadeia nacional, às nove e meia da noite de um sábado, o ex-presidente anunciou o ressurgimento de um tumor cancerígeno e uma nova viagem a Cuba para se submeter a mais uma cirurgia - a quarta até então. Em um discurso de 35 minutos, repleto de titubeios, divagações e rodeios, Chávez explica em linhas grossas o desenvolvimento de sua doença nos últimos meses. No início de 2012, após uma recaída, ele precisou passar por um tratamento de radioterapia que terminou no mês de maio. Em seu discurso, Chávez insiste que, logo após o tratamento, ele realizou uma bateria de exames médicos - cujos resultados foram todos

⁵³ Ao longo da campanha, o governo não hesitou em usar todo tipo de recurso público sem restrições. O uso dos meios de comunicação oficiais implicou numa fonte de desequilíbrio entre os candidatos às eleições. Segundo as contas da Mesa da Unidade (MUD), nos três meses de campanha eleitoral Chávez realizou 27 cadeias nacionais que totalizaram 43 horas e 17 minutos de transmissão, quatro vezes mais que na campanha presidencial de 2006. Fazendo uso desse recurso, Chávez teve uma presença na mídia de aproximadamente 29 minutos por dia, superando, apenas com as *cadena*s, os três minutos estipulados no regulamento (López Maya, 2016).

favoráveis - antes de submeter sua candidatura para as eleições daquele ano. Neste ponto, o ex-presidente é firme ao dizer que, se tivesse surgido algum resultado negativo, ele não teria registrado sua candidatura. Com a recuperação bem-sucedida, ele deu início à campanha eleitoral, na qual ele participou com todo fervor e acompanhado do também fervoroso povo venezuelano, desmentindo os rumores de que ele não participou ativamente da campanha por causa da sua doença e de que tudo tinha sido uma “farsa”. Após a vitória do dia 7 de outubro, Chávez realizou novamente os exames médicos, que mais uma vez resultaram positivos e favoráveis, no entanto, devido a “uma dor, uma inflamação”, fruto do seu esforço de campanha e do tratamento de radioterapia, ele teve que reduzir suas aparições públicas para diminuir o desconforto. Foi então que surgiu a recomendação médica de que ele se submetesse a um tratamento hiperbárico para acelerar a recuperação, motivo pelo qual, no dia 27 de novembro ele submeteu à Assembleia Nacional uma carta, solicitando autorização para sair do País. Foram vários dias de tratamento em Cuba e devido à aparição de alguns outros sintomas, decidiu-se a realização de uma nova série de exames. Finalmente, aos 14 minutos de discurso, Chávez anuncia o ressurgimento “de algumas células malignas” e a necessidade de realizar uma nova intervenção cirúrgica no dia seguinte. Neste ponto, o ex-mandatário reforça que foi escolha sua voltar para Venezuela para fazer o anúncio, apesar de os médicos terem recomendado a realização da cirurgia para no máximo aquele fim de semana. Após assinar uma carta, solicitando a autorização da Assembleia Nacional⁵⁴ para retornar a Cuba mais uma vez, e depois de falar alguns longos minutos sobre milagres, batalhas e a unidade nacional, o ex-mandatário começa a abordar vagamente o segundo grande motivo do seu comunicado. Aos 20 minutos de discurso Chávez anuncia Maduro como seu sucessor. Em suas próprias palavras:

Agora, em todo caso, em todo caso... Apesar de tudo estar bem planejado, os detalhes dessa nova batalha, porém, em todos esses processos há riscos, quem pode negar, em qualquer operação, e desse tipo, né? E contra este mal implica um risco, implica um risco; isso é inegável. [...] A este respeito, porque não quero alongar muito estas palavras, são quase dez horas da noite. Nesse sentido, como prevê a Constituição, tudo está previsto lá, uma vez que esteja autorizado a deixar o país, pois o vice-presidente, camarada Nicolás Maduro, um homem revolucionário de carteirinha, um homem de grande experiência, apesar de sua juventude; de uma grande dedicação ao trabalho, uma grande capacidade de trabalho, de liderar grupos, de lidar com as situações mais difíceis. Eu vi, a gente viu. Quantos anos você tem de chanceler, Nicolas? ... 6 anos e 3 meses. Em quantas situações e em quantas circunstâncias já vimos, e eu pessoalmente vi, Nicolás acompanhando-me nesta difícil tarefa, lá e em diferentes frentes de batalha. Bem, ele fica à frente da Vice-Presidência Executiva da República, como sempre fizemos em permanente contato. Mas eu quero dizer uma coisa, eu quero dizer uma coisa, mesmo que pareça duro, mas eu quero e eu devo dizer, eu devo dizer. Se, como diz a Constituição, como é que ela diz, se surgir alguma circunstância imprevista, como diz a

⁵⁴ O presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, estava presente durante o discurso.

Constituição, que me inabilite, ouçam-me, para continuar à frente da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, seja para terminar, nos poucos dias que restam, um mês? Hoje é... Sim, um mês, um mês... E sobretudo para assumir o novo período para o qual fui eleito por vocês, pela grande maioria de vocês, **se algo acontecesse, repito, que me inabilitasse de alguma forma, Nicolás Maduro não só nessa situação deve concluir, como manda a Constituição, o período; mas, minha opinião firme, plena como a lua cheia, irrevogável, absoluta, total, é que - nesse cenário que obrigaria a convocar, como manda a Constituição, novamente para eleições presidenciais - vocês elegessem Nicolás Maduro como presidente da República Bolivariana da Venezuela.** (Venezuela [...], 2012) [tradução própria]

Provavelmente nunca se saiba os verdadeiros motivos que levaram ao Chávez a escolher Maduro como sucessor. Principalmente dado o fato de que, por mais de uma década, o comandante se encarregou de impedir que surgissem rivais das fileiras do partido que pudessem ofuscá-lo. Além disso, por ser um partido personalista altamente centralizado, o PSUV carecia de mecanismos institucionais, como eleições internas, que permitissem a escolha de um sucessor. É aqui que surge o problema da sucessão carismática, a qual Chávez busca resolver designando um sucessor dentro do seu quadro de confiança. Embora Maduro não fosse nem remotamente comparável ao Chávez em termos carismáticos, ele era uma pessoa de confiança. Desde os primeiros anúncios da doença de Chávez, Maduro se tornou o homem mais próximo do mandatário (Santodomingo, 2013). Depois da vitória nas eleições de 2012, nas quais Maduro apareceu algumas vezes dirigindo o caminhão que transportava Chávez nas carreatas, este último nomeou Maduro seu vice-presidente no ato de diplomação do dia 10 de outubro (Chávez nombra vicepresidente [...], 2012). Além de cumprir o requisito fundamental, qual seja, lealdade ao Chávez, soma-se: o fato dele ser da esquerda e um socialista convicto; ter proximidade com os irmãos Castro; ter tido experiência como ministro das Relações Exteriores desde 2006, que lhe permitiu fazer alianças com países como China, Irã e Rússia; capacidade de diálogo e, por último mas não menos importante, o fato de ele não pertencer a nenhum dos grupos em conflito dentro do chavismo - militares, *boliburgueses*⁵⁵ e radicais da esquerda (Santodomingo, 2013; Souroujon, 2017). Dessa forma, dentre as seis maneiras elencadas por Weber para resolver o problema da sucessão, a solução de Chávez se assemelha mais a opção (5) elencada no capítulo teórico, qual seja, por designação do sucessor pelo quadro administrativo carismaticamente qualificado e reconhecimento da comunidade - neste caso a unanimidade é um postulado e não se deve associar este processo a ideia de ‘eleição’. Uma vez ungido pelo Chávez para ser seu sucessor, ficava resolvido em parte o problema da sucessão caso algo acontecesse com o comandante a raiz da operação.

⁵⁵ A “boliburguesia” é entendida como uma nova classe social abastada, formada por pessoas que enriqueceram durante o governo “bolivariano” de Hugo Chávez.

Neste ponto é necessário fazer uma breve análise constitucional sobre os eventos que se deram após a partida de Chávez para Cuba. A Constituição de 1999 prevê dois tipos de ausências por parte do presidente: uma temporária e uma absoluta. No caso de ausência temporária (artigo 234), o(a) vice-presidente(a) do Executivo deve suprir a ausência por até 90 dias, prorrogáveis por mais noventa dias se aprovados pela Assembleia Nacional. O outro tipo de ausência estipulada pela Constituição é a absoluta. De acordo com o artigo 233 da Constituição, constitui uma ausência absoluta do presidente os casos de morte, renúncia, destituição decretada pelo TSJ, incapacidade física ou mental permanente certificada por uma junta médica designado pelo TSJ e aprovado pela AN, abandono do cargo declarado pela AN e revogação popular de mandato. Caso se produza uma ausência absoluta do Presidente eleito antes que ele tome posse, se procede a uma nova eleição dentro dos trinta dias consecutivos, e, enquanto é eleito e toma posse o novo Presidente, quem se encarrega da Presidência da República é o Presidente da AN. Se a ausência absoluta acontecer durante os primeiros quatro anos de período constitucional, se procede também a uma nova eleição, porém quem se encarrega da Presidência da República nesse ínterim é o vice-presidente ou a vice-presidenta do Executivo. Também assume o(a) vice-presidente(a) do Executivo até o fim do mandato se a ausência absoluta do presidente ocorrer nos dois últimos anos de mandato. Por último, além desses dois artigos, existe um terceiro que estipula que no caso em que o Presidente necessite se ausentar do território nacional por mais de cinco dias, é necessária uma autorização da Assembleia Nacional ou da Comissão Delegada (artigo 235).

A situação que se apresentou em dezembro de 2012 gerou polêmica a respeito de qual dos artigos anteriores deveria ser considerado. Chávez havia solicitado autorização para sair do país durante o discurso do dia 8 de dezembro, entregando o pedido nas mãos do Diosdado Cabello. No dia seguinte, Diosdado convocou uma sessão extraordinária para discutir a solicitação. Embora os opositores concordassem em autorizar a saída do presidente, havia divergências sobre a necessidade de declarar a ausência temporária do presidente (El chavismo [...], 2012). Caso fosse declarada a ausência temporária, caberia ao Maduro, escolhido como Vice-Presidente no dia 10 de outubro de 2012, três dias depois das eleições presidenciais, presidir o Executivo enquanto Chávez estivesse ausente (Chávez nombra vicepresidente [...], 2012). Aqui, é importante destacar que a vice-presidência do Executivo é um cargo de livre nomeação e destituição pelo Presidente da República e, portanto, não possui legitimidade eleitoral. No entanto, Diosdado Cabello foi contundente em rejeitar a hipótese de declarar a ausência temporária e insistiu que o artigo que se aplicava a situação era o 235, em que se propõe a licença por mais de cinco dias de ausência.

No dia 11 de dezembro, Chávez realizou a cirurgia. O ministro da comunicação, Ernesto Villegas, informou no dia 13 de dezembro que havia ocorrido uma complicação durante o procedimento que durou cerca de 6 horas, mas que havia sido controlado e que o presidente estava se recuperando (Reuters, 2012). Algumas semanas depois, publicou-se um decreto em Diário Oficial (Gaceta Oficial nº 40.078⁵⁶), em que o presidente Chávez delegava um conjunto de competências ao seu vice-presidente Nicolás Maduro. Este decreto, assinado por Chávez antes de partir para Cuba e publicado no dia 26 de dezembro, permitia a Maduro repassar créditos adicionais ao orçamento nacional, expropriar bens, aprovar ou negar pedidos apresentados por outros membros do gabinete para adquirir verba ou para fixar orçamentos de seus escritórios (Chávez delega [...], 2012). De acordo com a interpretação do jurista Brewer-Carías (2013), o decreto presumia que o vice-presidente não “substituiria” o presidente, e, assim, o decreto sujeitou o exercício do vice-presidente a uma série de limitações e em vários casos suas decisões deveriam ser aprovadas previamente pelo presidente.

4.3.5 A não cerimônia de posse do dia 10 de janeiro de 2013: “Todos somos Chávez”

Como se sabe, Chávez nunca se recuperou de fato da cirurgia. No dia 4 de janeiro de 2013, próximo à data em que segundo a Constituição venezuelana Chávez deveria tomar posse, o ministro Ernesto Villegas informou que o presidente vinha enfrentando complicações em razão de uma infecção pulmonar que derivou em uma insuficiência respiratória (Ore, 2013). Até o momento Chávez não tinha sido visto ou ouvido em público desde que viajara para Cuba, o que levantava dúvidas sobre a sua condição de tomar posse para o novo mandato no dia 10 de janeiro. No dia 7 de janeiro o ministro da comunicação informou que a situação médica do mandatário não havia mudado (El Gobierno venezolano [...], 2013). Nesse ínterim a oposição exigia que se cumprisse o procedimento legal de envio de uma comissão de verificação médica, determinando se ele estava apto para governar e se deveria ser declarada ausência temporária ou absoluta do presidente (Santodomingo, 2013). No dia 8 de janeiro, Maduro enviou ao presidente da Assembleia Nacional um comunicado no qual indicava que o presidente Chávez havia pedido que informasse - sem indicar como e de qual forma⁵⁷ - que ele não compareceria à cerimônia de posse no dia 10, motivo pelo qual ele invocava o artigo

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.ojdt.com.ve/archivos/gacetas/2022-03/40078.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2024.

⁵⁷ Durante a sessão parlamentar, o deputado da oposição Miguel Ángel Rodríguez expressou extrañeza porque o comunicado anunciando a ausência do mandatário não foi enviada assinada pelo presidente Chávez (Hugo Chávez tiene “permiso indefinido”..., 2013).

231 da Constituição, de acordo com a qual o presidente eleito poderia formalizar posteriormente sua juramentação diante do TSJ (Brewer-Carías, 2013; Chávez no acudiré [...], 2013). No entanto, o artigo 231 não explicita se o presidente deve juramentar-se diante do TSJ no mesmo dia ou não, o que motivou debates entre oficialismo e oposição. Além disso, como vimos anteriormente, a constituição venezuelana somente regula os casos em que se produz uma ausência absoluta de um presidente eleito antes de ele assumir o cargo. Não existia regulamentação caso se produzisse uma ausência temporária do presidente *reeleito*, como a raiz de uma questão de saúde, que o impedisse de tomar posse do cargo para o novo mandato. Era necessária uma interpretação constitucional por parte do TSJ. Sobre isso, vale citar diretamente a Constituição:

Artículo 230. El **período presidencial** es de seis años. El Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido o reelegida, de inmediato y por una sola vez, para un nuevo período.

Artículo 231. El candidato elegido o candidata elegida tomará posesión del cargo de Presidente o Presidenta de la República el **diez de enero** del primer año de su período constitucional, mediante juramento ante la **Asamblea Nacional**. Si por cualquier motivo sobrevenido el Presidente o Presidenta de la República no pudiese tomar posesión ante la Asamblea Nacional, lo hará ante el **Tribunal Supremo de Justicia**.

[...]

Artículo 233. [...]

Cuando se produzca la **falta absoluta** del Presidente electo o Presidenta electa antes de tomar posesión, se procederá a una nueva elección universal, directa y secreta dentro de los treinta días consecutivos siguientes. Mientras se elige y toma posesión el nuevo Presidente o la nueva Presidenta, **se encargará de la Presidencia de la República el Presidente o Presidenta de la Asamblea Nacional**. [...] (Venezuela, 1999, grifos nossos)

Muitos juristas defenderam que, findo o mandato no dia 10 de janeiro e não havendo candidato eleito que pudesse assumir o cargo no dia previsto, deveria ser declarada a ausência absoluta do presidente eleito antes de tomar posse, hipótese prevista explicitamente no artigo 233 e que levava ao poder o presidente da Assembleia Nacional enquanto não fossem realizadas novas eleições (Brewer-Carías, 2013; Hidalgo, 2014). O entendimento do TSJ, porém, foi em outra direção. Com base no artigo 231, a corte entendeu que a regra geral era a posse no dia 10 de janeiro perante a Assembleia Nacional, ao mesmo tempo em que havia a possibilidade de, ‘por cualquier motivo sobrevenido’, realizar a posse perante o TSJ. Segundo o TSJ, esta última possibilidade era um reconhecimento implícito de que a posse poderia ocorrer em outro dia - dado que, se ocorresse no próprio dia 10, deveria ser na Assembleia Nacional. Ainda conforme a interpretação do tribunal, se a Constituição implicitamente autoriza a posse em outro dia, o pedido de adiamento de posse não poderia ser motivo de declaração de ausência absoluta (Venezuela, 2013a).

Firmado esse entendimento, o TSJ fez questão de afirmar que o adiamento da posse não alterava o “período presidencial” citado no artigo 230 (também chamado de “período constitucional” em artigos sucessivos), que necessariamente começaria em 10 de janeiro. Poderia haver, portanto, uma dissociação entre o período presidencial e o efetivo exercício do mandato por parte do presidente. Restava, então, decidir quem assumiria a Presidência da República nesse hiato temporal e, para isso, a corte mobilizou o princípio da continuidade administrativa, de acordo com o qual “a pessoa designada para o exercício de alguma função pública não deve cessar o exercício de suas atribuições e competências enquanto não for designada a correspondente a lhe suceder”.⁵⁸ Diante da impossibilidade de que o “sucessor” assumisse a Presidência, o presidente em exercício (Chávez) deveria continuar no cargo, bem como o vice-presidente (Maduro) e todo o restante da administração nacional. A oposição reagiu à decisão com revolta, alegando que uma interpretação errônea da Constituição teria colocado o país, por tempo indeterminado, nas mãos de um vice-presidente não eleito e com mandato já expirado (Supremo respalda [...], 2013).

No dia 10 de janeiro, o que deveria ser um ato de posse presidencial acabou se tornando um ato de ascensão religiosa. Na ausência de Chávez, o povo foi chamado para tomar posse simbolicamente no lugar dele (Milhares [...], 2013; Jardim, 2013). Uma multidão de simpatizantes foi às ruas de Caracas para ratificar sua fidelidade a Chávez e comemorar o início do mandato (Venezuelanos [...], 2013). Usando o lema “Yo soy Chávez”, Maduro e os dirigentes chavistas se juramentaram em nome do mandatário doente (Santodomingo, 2013). Esta técnica de sacralização da figura de Chávez que vinha sendo usada nos últimos anos foi acentuada depois que o câncer de Chávez veio a público e principalmente no contexto de transição política para legitimar a candidatura de Maduro (Hidalgo, 2014). Durante o ato, Maduro realizou um discurso em defesa da Constituição e ratificando a decisão do TSJ do dia anterior. Na ocasião, o vice-presidente aproveitou para desmentir rumores de que ele e Diosdado Cabello estavam “se matando” e de que havia rixas internas no partido. Maduro também ameaçou parlamentares da oposição que se recusavam a reconhecer o novo mandato e estavam contra a decisão do TSJ, afirmando que tomaria medida legais contra eles se necessário, pois “Si tu no me reconoces a mi, yo no estoy obligado a reconocerlo a Usted” (Maduro, 2013a).

⁵⁸ Sentença n°2 do Tribunal Supremo de Justiça do dia 9 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://historico.tsj.gob.ve/decisiones/scon/enero/02-9113-2013-12-1358.HTML>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

4.3.6 A morte de Chávez

A decisão do TSJ sobre o dia da posse não foi a única intervenção da Corte durante o processo de transição. A segunda intervenção do TSJ ocorreu após o anúncio oficial do falecimento do presidente Chávez. Este último havia sido transferido para um leito de hospital em Caracas no dia 18 de fevereiro. Três dias antes, o ministro de Comunicação informou em cadeia nacional de rádio e televisão que o comandante Chávez apresentava dificuldades para falar e respirava com o auxílio de aparelhos devido a sequelas da infecção respiratória. Nesse mesmo dia foram publicadas as primeiras fotos do presidente desde que ele viajara para Cuba. As fotos, porém, não demonstravam nem um pouco o que se anunciava sobre a saúde do presidente: o comandante aparecia deitado em uma cama ao lado de suas duas filhas, segurando o diário cubano *Granma* do dia 14 de fevereiro, para mostrar a veracidade da data em que a imagem teria sido feita (Chávez aparece [...], 2013). O ministro Villegas, no entanto, afirma no comunicado que, depois de dois meses de um “complicado processo pós-operatório”, Chávez “se mantém consciente, em completa integridade de suas funções intelectuais e em estrita comunicação com sua equipe de governo” (Brewer-Carías, 2013). Poucas semanas depois, o ministro Ernesto Villegas voltaria a fazer mais um comunicado sobre o estado de saúde do presidente. Dessa vez, no dia 4 de março, o ministro anunciou ao país que Chávez havia apresentado “uma piora da função respiratória” relacionada a “uma nova e grave infecção” de saúde. Esse anúncio já pressagiava um desfecho fatal. Um dia depois, o governo, na voz do vice-presidente executivo, Nicolás Maduro, anunciou a morte de Hugo Chávez às 16:25, poucas horas depois que o vice-presidente em uma reunião do conselho de ministros acusara os seus inimigos históricos - os EUA - de envenenar o comandante e induzir o câncer que o acometia^{59e60} (Maduro acusa [...], 2013).

Se em janeiro o Tribunal Supremo de Justiça havia mobilizado diversos argumentos para afastar a possibilidade de declaração de ausência absoluta, com a morte de Hugo Chávez tal declaração se mostrou inevitável. Era preciso, porém, decidir quem assumiria o poder, de acordo com o artigo 233 da constituição:

Art. 233. [...]

Cuando se produzca la falta absoluta del Presidente electo o Presidenta electa **antes de tomar posesión**, se procederá a una nueva elección universal, directa y secreta dentro de los treinta días consecutivos siguientes. Mientras se elige y toma posesión

⁵⁹ Nessa coletiva de imprensa, Maduro expulsou dois funcionários da embaixada americana, acusando-os de uma conspiração para desestabilizar o governo chavista (Reeleição [...], 2021)

⁶⁰ O próprio Chávez em 2011 especulou sobre a existência de uma “tecnologia americana para induzir ao câncer”, no dia seguinte do anúncio de que a colega argentina, Cristina Kirchner, sofria da doença que vitimou também outros presidentes sul-americanos: Lula, Dilma Roussef e Fernando Lugo (Kircher [...], 2011).

el nuevo Presidente o la nueva Presidenta, **se encargará de la Presidencia de la República el Presidente o Presidenta de la Asamblea Nacional.**

Si la falta absoluta del Presidente o Presidenta de la República se produce **durante los primeros cuatro años del período constitucional**, se procederá a una nueva elección universal, directa y secreta dentro de los treinta días consecutivos siguientes. Mientras se elige y toma posesión el nuevo Presidente o la nueva Presidenta, **se encargará de la Presidencia de la República el Vicepresidente Ejecutivo o la Vicepresidenta Ejecutiva.** [...] (Venezuela, 1999, grifos nossos).

A decisão de janeiro, que dissociou período constitucional e efetivo exercício do mandato, fez com que a ausência absoluta do presidente se desse, concomitantemente, antes da posse e nos primeiros quatro anos do período constitucional, hipóteses com diferentes encaminhamentos. O governo imediatamente aplicou a segunda hipótese, que transferia o poder ao vice-presidente, e Maduro passou a assinar documentos oficiais como Presidente da República⁶¹. Com isso, o TSJ foi novamente acionado por aqueles que pretendiam aplicar a hipótese de ausência absoluta antes da posse, o que passaria o poder ao presidente da Assembleia Nacional. Em uma decisão que relativizou a importância da cerimônia de posse nos casos de reeleição, o TSJ entendeu que, mesmo sem ter iniciado formalmente o novo mandato, Chávez estava no exercício do cargo, e dentro do período constitucional 2013-2019. Sendo assim, a Presidência da República deveria ser assumida por Nicolás Maduro a partir do momento da morte de Chávez, e na condição de Presidente, deixando o cargo de vice-presidente (Venezuela [...], 2013b). Longe de mera formalidade, esta última decisão garantiu a possibilidade de Maduro se candidatar nas eleições que se seguiram, visto que existe vedação à candidatura de vice-presidente, mas o presidente em exercício pode concorrer à reeleição.

4.3.7 Eleições de 2013: o passarinho bolivariano

Após a sentença do TSJ, o caminho estava então pavimentado para que Maduro se candidatasse às eleições. Uma vez empossado perante a Assembleia Nacional como presidente interino da República em 8 de março de 2013 - inclusive com a colocação da faixa presidencial -, no mesmo dia Nicolás Maduro emitiu seu segundo decreto presidencial. O decreto nº 9.401 nomeou Jorge Arreaza, genro do ex-presidente Chávez, como vice-presidente executivo. Em 9 de março de 2013, o presidente do Conselho Nacional Eleitoral convocou as eleições presidenciais, marcando a realização para o dia 14 de abril. Esta convocação tem a

⁶¹ Na Gaceta Oficial nº 40.123 de 05 de março de 2013, Nicolás Maduro assina o decreto de luto nº 9.399 como “Presidente Encargado de la República”. Disponível em: <http://www.tsj.gob.ve/TemaPortalTSJ-1.0.0/images/source/bg3.jpg>. Acesso em: 14 jan. 2024.

particularidade de ser extremamente rápida, pois o artigo 233 da Constituição estabelece que as eleições devem ser realizadas em até 30 dias corridos a partir da declaração de ausência absoluta. Uma vez convocadas as eleições e passado o período de luto decretado pelo governo, os atores políticos procederam a oficializar duas candidaturas. Em 11 de março de 2013, o presidente interino registrou sua candidatura às referidas eleições e no mesmo dia emitiu o decreto nº 9.402 delegando um conjunto de poderes presidenciais ao recém-nomeado vice-presidente, o que o deixou mais livre para participar da campanha presidencial sem sair do cargo. Do lado da oposição, os diferentes membros da Mesa da Unidade (MUD) decidiram apresentar novamente Henrique Capriles como candidato.

A campanha oficial durou apenas 10 dias, de 2 a 11 de abril. No entanto, a mobilização eleitoral dos partidários de Maduro havia começado logo após a última viagem do comandante Chávez a Cuba. A realização de atos de proselitismo do "herdeiro" ficou bastante evidente após sua posse como presidente interino e no período imediatamente posterior à morte de Chávez (Observatorio Electoral Venezolano, 2013 ; López Maya, 2013). A saudade do líder desaparecido e a sacralização da figura de Chávez foram a principal estratégia do oficialismo para garantir, emocionalmente, os votos da vitória. Maduro, consciente de que a substituição do "líder supremo" era impossível, buscou distinguir-se de Chávez a seu favor. Era necessário que a figura de ex-mandatário ficasse em primeiro plano como se o próprio Chávez estivesse concorrendo mais uma vez às eleições, mas de corpo ausente. Maduro, por sua vez, apareceria em um plano secundário, como filho, discípulo e herdeiro político do ex-mandatário. Nelly Arenas (2016) chamou esta estratégia de exploração política do carisma *postmortem*. O intuito era de dotar de legitimidade a um líder que não a tinha. Maduro fez apelo constante à lealdade dos 'fiéis' recordando o momento em que Chávez o designou como herdeiro político. Em um discurso, feito no dia 10 de março de 2013, na sede do Partido Comunista de Venezuela (PCV), é possível perceber as diferentes estratégias acima mencionadas.

Existe o compromisso supremo de ser fiel e leal ao Comandante Chávez [...] Eu não estou nesta posição de presidente interino, nem serei presidente da República a partir de 15 de abril porque tenho vaidade ou aspirações [...]personalistas de poder. Eu agora sou presidente porque foi isso que a Constituição ordenou, mas sobretudo porque ele assim me ordenou. E vou ser candidato à presidência, e vou ser Presidente da República e comandante e chefe das Forças Armadas porque foi assim que ele me ordenou que fosse. E vou cumprir integralmente às suas ordens, mas preciso do apoio do povo, do apoio das forças revolucionárias [...] **O que vou dizer pode parecer um truísmo, mas eu não sou Chávez, falando estritamente da**

inteligência, do carisma, da força histórica, da capacidade de liderança, do comando, da grandeza espiritual do nosso comandante Chávez. Uma coisa é que sou chavista e vivo e morro por ele (...), e outra coisa é que alguém pode aspirar que Nicolás Maduro seja Chávez. Eu sou chavista, sou filho de Chávez, e assim me sinto. E a responsabilidade que ele me deixou eu nunca pensei, nunca na minha vida, que eu teria que viver. (Maduro, 2013b, grifo nosso)

Como este trecho evidencia, Maduro se coloca no lugar de um subordinado que cumpre a última ordem do seu líder supremo, e por sua vez, atribui esta obrigação de obediência também ao povo. Este último, não é um grupo de cidadãos que elegerá livremente o seu presidente nas eleições, mas sim um povo passivo que deve venerar as últimas ordens que o seu líder lhes deu antes de morrer (Souroujon, 2017:190). Este apelo à lealdade fica plasmado no próprio jingle da campanha eleitoral “Chávez te lo juro, mi voto es por Maduro”. A impossibilidade de delegação e transferência do carisma obriga Maduro a reforçar constantemente o momento de origem, a partir da sacralização de Chávez, para atribuir sua legitimidade não à constituição, não ao povo, mas ao fato de ser delegado de Chávez (Peñafilel, 2015).

Souroujon (2017) aponta que se bem o processo de sacralização de Chávez começou antes de sua morte, ele adquire outras proporções a partir de 2013. O autor, ao analisar os discursos de Maduro nos meses posteriores à morte de Chávez, aponta como a passagem de Chávez pela Venezuela é retratada como um *remake* tropical da passagem de Cristo por Jerusalém (Souroujon, 2017:183). O paralelismo entre Chávez e Cristo é evidente em vários momentos⁶², mas um dos mais hiperbólicos foi o encontro que Maduro teve com o espírito de Chávez em formato de passarinho. No discurso do primeiro dia de campanha, entre anedotas e lembranças do comandante, Maduro confessou que na manhã do início da campanha, enquanto rezava, sentiu-se abençoado pelo seu antecessor que lhe apareceu na forma de um passarinho. “O passarinho me estranhou, não é? Ele assobiou um pouco, deu uma volta e saiu e eu senti o espírito dele”, disse Maduro ao reconstruiu a cena. “Senti-o aqui como uma bênção, nos dizendo: 'hoje começa a batalha. Rumo à vitória. Vocês têm nossa bênção.' Eu o senti da minha alma.” (Scharfenberg, 2013; Maduro diz [...], 2013). Este momento emblemático marcou o tom da campanha eleitoral, na qual Maduro se apresentou como um apóstolo que devia continuar na terra a tarefa que o messias deixou.

⁶² Após a sua morte, Nicolás Maduro consagrou Chávez como um santo secular. Seu caixão tem a inscrição “Comandante Supremo da Revolução Bolivariana” (De la Torre, 2021:118).

No final, os resultados das eleições de abril de 2013 garantiram mais um mandato de seis anos, mas não consolidaram o chavismo. Maduro ganhou as eleições com uma margem estreita de votos (223.599 votos) com apenas 1,5% de vantagem sobre Capriles Radonski (Consejo Nacional Electoral, 2013). Este resultado contrasta com as eleições presidenciais realizadas seis meses antes, vencidas confortavelmente por Hugo Chávez com uma margem próxima dos 11 pontos percentuais, e o triunfo esmagador do partido governista nas eleições regionais em dezembro de 2012, na qual o chavismo obteve 20 governadores dos 23 em disputa e, em muitos casos, com margens de vitória de mais de 20 pontos. Sem Chávez, a legitimidade da nova presidência foi questionada. Na mesma noite de 14 de abril, a Mesa da Unidade Democrática (MUD) e seu candidato presidencial Capriles Radonski questionaram a validade dos resultados eleitorais. Até então, um candidato presidencial nunca havia contestado uma eleição. Corrales e Hidalgo (2013) consideram que, ainda que eleições anteriores já tivessem apresentado anomalias e irregularidades⁶³, a oposição considerava que a margem de anomalias era sempre menor do que a margem de vitória do Chávez e portanto assumia a derrota. Mas nas eleições de abril de 2013 Capriles considerou que a tendência era inversa, dando início a primeira crise política do governo de Nicolás Maduro (Capriles diz [...], 2013).

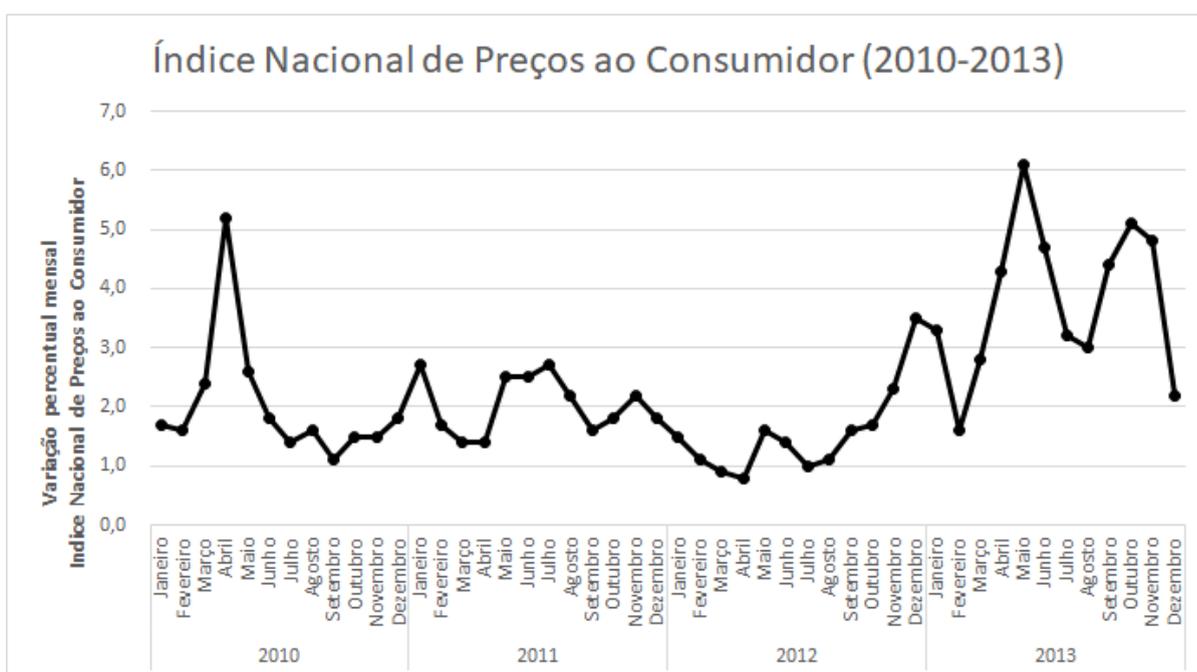
Mas o que explica os resultados das eleições? Em primeiro lugar é importante abordar a mudança extraordinária na situação econômica do país no começo do ano. Em um lapso de três meses a Venezuela passou de um boom econômico promovido por gastos excessivos para uma situação de escassez de dólares, bolívares e muitos bens (Corrales; Hidalgo, 2013). O grande gasto público pré-eleitoral elevou o déficit fiscal para quase 16% do PIB e os últimos meses de 2012 tiveram um índice de inflação mensal de mais de 2% (ver figura 4). Aos desequilíbrios fiscais que o Executivo teve de enfrentar no início de 2013, somou-se a necessidade de conter a crescente demanda por dólares, que começava a ter sérios impactos nas contas públicas (Hidalgo, 2014). Assim, em fevereiro, apesar da alta do preço do barril do petróleo venezuelano (cerca de US\$ 112)⁶⁴, Maduro - ainda vice-presidente - optou por

⁶³ Jimenez e Hidalgo (2014) realizaram uma análise forense dos processos eleitorais venezuelanos em nível nacional, realizados durante o período 1998-2012, para avaliar as reclamações de fraude e irregularidades que vinham surgindo por setores da sociedade desde o referendo revogatório de 2004. Os autores encontraram padrões estatísticos anômalos, consistentes com fraudes eleitorais, no referendo revogatório de 2004 e em todas as eleições e referendos realizados entre 2006 e 2012. Embora os resultados da análise não sejam uma prova conclusiva de fraude, eles sinalizam o referendo revogatório como um ponto de virada na integridade das eleições venezuelanas. Um catálogo das supostas irregularidades eleitorais sob o chavismo pode ser encontrado em <http://www.americasquarterly.org/electoral-irregularities-under-chavismo-tally>. Acesso em: 15 jan. 2024.

⁶⁴ De acordo com o relatório mensal da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de março de 2013 o preço do barril de petróleo chegou a 112,75 dólares em fevereiro do mesmo ano. Relatório disponível em:

desvalorizar o bolívar em 32%, e o dólar passou de 4,30 para 6,30 bolívares (Venezuela diz [...], 2013). A desvalorização da moeda, por sua vez, teve impacto nos preços e, em abril de 2013, a inflação mensal já chegava a 6% (ver figura 4). Mais do que pelo pico inflacionário, a situação piorava devido à escassez de alguns produtos básicos. Segundo o Banco Central da Venezuela, o índice de escassez situou-se em 21,9% em abril de 2013 (Banco Central de Venezuela, 2013). O exemplo mais claro desse problema ocorreu em maio de 2013, quando o governo foi obrigado a realizar uma importação de papel higiênico devido à ausência desse produto no mercado (Venezuela hopes [...], 2013). Estas mudanças na situação econômica do país tiveram certo impacto no *economic voting* das eleições de 2013.

Figura 4 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor na Venezuela (2010-2013)



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do Banco Central da Venezuela.

Outro aspecto que pode explicar os resultados da eleição são os erros cometidos pelo oficialismo durante a campanha e os acertos da oposição. Para Corrales e Hidalgo (2013) o fato de o governo ter mantido em segredo o verdadeiro estado de saúde do presidente Chávez decepcionou parte dos chavistas. Além disso, para os autores, a escolha do Maduro de fazer campanha como o “filho de Chávez” representou um erro, não porque oferecer o continuísmo político fosse ruim, mas porque desperdiçou-se a oportunidade de se oferecer ao eleitorado como uma marca velha mas melhorada, ou seja, como um produto melhorado e atualizado em

relação ao seu criador. Maduro se concentrou em culpar a oposição por todos os problemas do país, inclusive os apagões, apesar de o setor elétrico estar nas mãos do Estado. Por outro lado, cabe destacar que, ao contrário do ocorrido em 2012, nesta ocasião a oposição apresentou uma chapa única (MUD-Unidad), sendo a mais votada de todas as candidaturas. Isto é um fator relevante, pois mostra não só os esforços de união das organizações e personalidades políticas envolvidas, mas também o apoio dos eleitores a uma aliança e não necessariamente aos partidos políticos que a compõem (Corrales; Hidalgo, 2013). Cabe mencionar também que Capriles mudou seu estilo de campanha em relação à eleição presidencial anterior. Diante de um líder doente e imensamente popular como Chávez, o candidato da MUD agiu com prudência, mas com Maduro, Capriles buscou o confronto.

4.4 Primeiro Governo de Maduro

Quando Maduro assume o seu primeiro mandato como presidente, as condições que permitiram o sucesso do chavismo em anos anteriores, haviam desaparecido. A legitimidade carismática que Hugo Chávez usou para realizar as mudanças políticas e estabilizar seu projeto, desapareceu junto com seu líder. Por outro lado, a prosperidade petrolífera sem precedentes que Chávez desfrutou durante seus dois mandatos (entre 2003 e 2013), e que permitiu múltiplas formas de distribuição das grandes receitas fiscais a setores considerados essenciais para sustentar o projeto bolivariano, também havia chegado ao fim. Assim sendo, com o desaparecimento do líder e da legitimidade carismática, desde 2013 tornou-se visível com Maduro, todo um conjunto de desordens na sociedade venezuelana, que o carisma de Chávez e a prosperidade petrolífera tinham ocultado (López Maya, 2019).

Diante da falta de carisma, o chavismo se viu confrontado com a necessidade de dar continuidade ao processo bolivariano, mas sem a presença genuína da autoridade carismática. Para Margarita López Maya (2019), com Maduro, o exercício do poder se transforma em um tipo de dominação tradicional e neopatrimonial. Isto é, tanto o herdeiro Maduro, como familiares, civis e militares mais próximos de Chávez, reivindicam o direito de governo, sob a base de que eles são a garantia da continuidade do legado do agora chamado “Comandante Eterno”. Ao igual que a carismática, este tipo de dominação se baseia em relações pessoais, de lealdade e afeto, e as fronteiras entre bens públicos e privados são quase completamente apagadas, sendo o Estado distribuído às famílias, amigos e associados de Chávez e Maduro. Ao mesmo tempo, Maduro busca dar continuidade ao processo de sacralização da figura de Chávez. A título de exemplo, desde a sua morte, o oficialismo tem buscado perpetuar a

presença vigilante de Chávez em cada ponto da paisagem nacional. Os complexos habitacionais construídos pelo governo têm a assinatura de Chávez pintada nas paredes; seus olhos também estão estampados pelas cidades, como se o comandante supremo estivesse sempre vigiando e observando os venezuelanos. O governo também tem buscado veicular a imagem e voz de Chávez em programas de TV, rádio e até mesmo em lugares públicos como o metrô de Caracas. Além disso, em 2014, o governo distribuiu uma nova coleção de livros para todos os níveis do sistema educacional, elogiando o governo de Chávez e transmitindo uma interpretação altamente ideológica da história recente da Venezuela (Ore, 2014). A estratégia do governo parece ser utilizar a memória de Chávez como uma ideia unificadora (Kestler, Latouche, 2022). De certa forma, Chávez se tornou para Maduro o que Simón Bolívar foi para Chávez.

Além da transformação da dominação carismática em um híbrido com as demais formas de dominação (racional-legal e tradicional), o processo de rotinização do carisma passa também por sua institucionalização nos partidos e organizações da sociedade civil, de forma a transcender a figura do líder (De la Torre, 2021). Dessa forma, o chavismo pode perdurar no tempo, assim como o peronismo tem feito, se ele for bem sucedido em institucionalizar o carisma no PSUV e nas demais organizações chavistas da sociedade civil. Mas este ponto é mais difícil de analisar, e talvez ainda seja cedo para inferir sobre a durabilidade do chavismo. De fato, o chavismo transformou as visões de mundo dos venezuelanos e conseguiu criar uma polarização no país, que dura até os dias de hoje. Contudo, o chavismo enquanto movimento continua muito atrelado ao seu líder fundacional. Uma prova disso é que dez anos após a sua morte, Hugo Chávez ainda lidera as sondagens de opinião pública na Venezuela. Uma pesquisa de março de 2023, da empresa Datanálisis, aponta que Chávez tem avaliação positiva de 56%. Em contrapartida, nenhum dos líderes políticos vivos atinge 50% de aprovação, nem mesmo o sucessor do presidente, que possui uma avaliação positiva de apenas 22% (Quesada; Santaaulalia, 2023; Reyes, 2023).

A popularidade do ex-presidente, uma década após a sua morte, pode ser interpretada como um apego ao momento econômico que o país viveu durante os seus mandatos (1999-2013). Ao morrer, sua popularidade se mantém como uma foto. Seu sucessor, em contraste, não encontra os cenários econômicos mais favoráveis ao assumir o governo. A bonança do petrodólar desapareceu rapidamente, levando à deterioração da qualidade de vida

dos venezuelanos, que se expressa no aumento da pobreza⁶⁵, da inflação⁶⁶ e da criminalidade, além da escassez de alimentos e outros bens essenciais. Diante de tal cenário, Maduro decide seguir por uma via autoritária. Não cabe aqui, fazer uma análise sequencial de todas as decisões políticas de Maduro que levaram a Venezuela a um autoritarismo competitivo, no entanto, vale a pena mencionar alguns pontos decisivos.

Primeiro, é preciso falar que desde que assumiu a presidência, Maduro passou a se apoiar muito fortemente nos militares. Seu gabinete executivo teve em média mais de 30% das pastas ocupadas por militares da ativa ou da reserva (Jácome, 2018). Maduro transformou os militares, não só em atores políticos como também empresários que controlam os setores mais importantes da economia - o setor elétrico, o metrô de Caracas, as empresas de alumínio, ferro e aço, assim como os portos e aduanas (*ibidem*). Nesse sentido, por mais que o processo de politização, partidarização e ideologização das forças armadas tenha começado ainda quando Chávez estava vivo, é com Maduro que os militares passam a ganhar mais espaço no Estado. Paralelamente a politização das forças armadas temos um processo de militarização da sociedade civil através das Milícias e dos *Colectivos* (grupos paramilitares). Com a chegada de Nicolás Maduro ao poder, o fortalecimento das milícias tem sido promovido pelo incremento dos seus membros dentro das diferentes entidades estatais e pelo fornecimento de armas. Enquanto o número de militares aumentou de 194.744 em 2014 para 365.315 em 2016, no caso da Milícia Bolivariana o número de integrantes pulou de 70 mil para 365.046, respectivamente (Pismataro, 2018). Com o papel crescente dos militares no governo e sobre a sociedade civil venezuelana, existe um debate na literatura acadêmica desde 2016, sobre se o país deixou de ser um autoritarismo competitivo e se transformou num novo tipo de ditadura militar (Jácome, 2017).

Além do apoio das Forças Armadas e da Milícia Bolivariana, Maduro buscou exercer controle sobre a sociedade civil por meio de mecanismos clientelares. Em resposta à crise multidimensional e humanitária que começou a assolar o país a partir de 2013-2014, o governo de Maduro implementou algumas iniciativas com o intuito de distribuir o escasso

⁶⁵ De acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Venezuela teve um aumento do índice de pobreza e de pobreza extrema entre 2012 e 2014: a porcentagem de pessoas pobres passou de 20,9% em 2012 para 28,3% em 2014, enquanto a porcentagem de pessoas em situação de extrema pobreza passou de 5,1% a 12% nos respectivos anos. Estadísticas da CEPAL sobre população em situação de extrema pobreza disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=3328&area_id=927&lang=es>. Acesso em: 15 jan. 2024.

⁶⁶ De acordo com dados do Banco Mundial, a inflação anual na Venezuela passou de 21,1% em 2012, para 40,6% em 2013, para 62,2% em 2014, para 121,7% em 2015 e para 254,9% em 2016. Estadísticas do Banco Mundial sobre a Venezuela disponíveis em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela?view=chart>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ingresso fiscal petrolero. O *Carnet de la Patria*⁶⁷ e as caixas CLAP (Comitês Locais de Abastecimento e Produção), foram alguns dos programas sociais do governo utilizados para distribuir bens básicos a preços regulados em troca de lealdade política explícita. Estas novas formas de distribuição dos recursos petroleros ganharam mais ênfase no governo de Maduro do que as Comunas e os Conselhos Comunais criados durante o governo de Chávez. Desde que assumiu a presidência, os recursos concedidos às comunas têm sido inferiores em comparação com os recursos destinados a importações de alimentos ou ao Sistema Nacional de Missões (López Maya, 2018c). Ao longo dos anos Maduro foi construindo uma rede institucional, cujo propósito parece ser consolidar um aparato de governo centralizado, paralelo às instituições da Constituição, que busca distribuir a receita fiscal do petróleo para setores sociais vulneráveis e garantir informações sobre eles para facilitar seu controle social e político⁶⁸.

Outra estratégia chavista a que Maduro deu continuidade durante seu governo é a de hegemonia e controle comunicacional (Bisbal, 2009 *apud* Cañizález, 2020:18). Aproveitando o sistema nacional de mídia pública herdado de Chávez, Maduro faz uso intenso da televisão: nos seus primeiros 7 meses de governo, Maduro acumulou 90 horas e 27 minutos de transmissão obrigatória nos meios de comunicação públicos e privados (Nicolás Maduro ..., 2013); a finais de 2015 início de 2016 Maduro já acumulava 500 horas de transmissões em Cadeia Nacional (Cawthorne, 2016). Por outro lado, assim como fez Chávez durante seu governo, Maduro negou e revogou a renovação de concessões a dezenas de emissoras de rádio e canais de televisão e aplicou sanções e censuras aos meios de comunicação. Mas o novo governo também abriu uma nova etapa no processo de hegemonia e controle comunicacional ao impulsionar a compra e venda de meios de comunicação venezuelanos - em sua maioria críticos ao governo - a capitais opacos e grupos empresariais alinhados ao poder. Publicamente mudaram de mãos a Cadena Capriles (renomeada como Grupo Últimas Noticias), Globovisión, El Universal e Notitarde. Além disso, uma outra estratégia de controle comunicacional se tornou evidente em 2015, com a crise do papel: já em situação de escassez e crise econômica, o governo adotou critérios de priorização para operações de compra de dólar, essencial para a importação de papel. O que originalmente era uma questão

⁶⁷ O *Carnet de la Patria* é um documento de identidade paralelo criado em 2017, indispensável para ter acesso a certas ajudas econômicas e políticas sociais do Estado como as missões, o acesso às caixas de alimentos CLAP, gasolina subsidiada, empregos públicos entre outros.

⁶⁸ O Sistema Pátria é um sistema digital de bancos de dados sobre os venezuelanos, criado pelo governo de Maduro com assistência e tecnologia chinesa. Este sistema coleta diversos tipos de informações sobre a população e é responsável pela emissão dos *Carnets de la Patria*. Como a inscrição no sistema é voluntária, ela acaba funcionando como um mecanismo de exclusão para venezuelanos que não se registram, seja por serem opositores ou por receio de serem controlados pelo Estado (López Maya, 2021).

administrativa, sobre a quem atribuir divisas em um momento de escassez, tornou-se um mecanismo de controle político com sérias repercussões na indústria editorial da Venezuela (Cañizález, 2020). Em muito pouco tempo, a crise do papel levou ao desaparecimento de vários meios impressos no país, em sua maioria meios independentes e, em não poucos casos, com uma postura crítica em relação a Nicolás Maduro (González, 2018 *apud* Cañizález, 2020:21). Entre 2014 e 2019, a Venezuela caiu 32 posições no Índice Mundial de Liberdade de Imprensa elaborado por Repórteres Sem Fronteiras, ocupando a 147ª posição entre 180 países⁶⁹.

Mas a deriva autoritária do governo de Maduro começou a se mostrar mais evidente no final de 2015 e início de 2016. Nas eleições legislativas de dezembro de 2015, Maduro perdeu a maioria absoluta na Assembleia Nacional: a oposição obteve 109 das 167 cadeiras do legislativo unicameral (Consejo Nacional Electoral, 2016). Para lidar com essa perda eleitoral e com o problema de uma legislatura não subserviente, Maduro fez uso dos demais poderes do Estado, cooptados pelo chavismo, para cercar o parlamento. Em primeiro lugar, antes que os legisladores recém-escolhidos pudessem assumir seus cargos, Maduro alterou irregularmente a composição do TSJ, nomeando 13 novos magistrados e garantindo maior controle sobre a corte (Corrales, 2020). Poucos dias depois, o TSJ, alegando suspeita de fraude, suspendeu a eleição e nomeação de quatro deputados estaduais do Amazonas⁷⁰, acabando com a maioria de dois terços da oposição na AN. Em janeiro de 2016, Maduro impôs um decreto de Estado de Exceção e Emergência econômica, respaldado pelo TSJ submisso. Durante todo seu mandato, ele renovou constantemente esse decreto para ignorar as prerrogativas legislativas da AN e governar sem ela⁷¹. Como mostra o quadro 4, entre 2016 e 2018 foram vários decretos de declaração de estado de emergência e outros tantos decretos de prorrogação. Cabe apontar que todos eles são inconstitucionais, por não terem sido submetidos ao controle e aprovação do Parlamento e, ademais, por ultrapassarem o limite temporal de 60 dias estabelecido na Constituição Nacional (El Estado ..., 2020. López Maya, 2021).

⁶⁹A classificação mundial dos países por ano está disponível em: <<https://rsf.org/es/clasificacion?year=2014>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

⁷⁰Três dos quatro deputados eram da oposição.

⁷¹Até novembro de 2019 Nicolás Maduro havia ditado 12 decretos de Estado de Exceção, de maneira que, até o dia 31 de dezembro de 2019 a Venezuela contava com 1447 dias em “emergência”.

Quadro 4 - Decretos de Estado de Exceção e Emergência Econômica ditados durante o governo de Nicolás Maduro (2013-2018)

2016	Decreto N° 2.184 / Gaceta Oficial N° 6.214 de 14 de janeiro de 2016. Declara-se Estado de Emergência Econômica em todo o Território Nacional.
	Decreto N° 2.270 / Gaceta Oficial N° 6.219 de 11 de março de 2016. Prorroga-se por 60 dias o Decreto n° 2.184.
	Decreto N° 2.323 / Gaceta Oficial N° 6.227 de 13 de maio de 2016. Declara-se Estado de Emergência Econômica.
2017	Decreto N° 2.371 / Gaceta Oficial N° 40.942 de 12 de julho de 2016. Prorroga-se por 60 dias o Decreto 2.323.
	Decreto N° 2.452 / Gaceta Oficial N° 6.256 de 13 de setembro de 2016. Decreta-se o Estado de Exceção.
	Decreto N° 2.548 / Gaceta Oficial N° 6.272 de 13 de novembro de 2016. Prorroga-se por 60 dias o Decreto N° 2.452.
2017	Decreto N° 2.667 / Gaceta Oficial N° 41.074 de 13 de janeiro de 2017. Decreta-se o Estado de Exceção.
	Decreto N° 2.742 / Gaceta Oficial N° 41.112 de 13 de março de 2017. Prorroga-se por 60 dias o Decreto N° 2.742.
	Decreto N° 2.849 / Gaceta Oficial N° 6.298 de 13 de maio de 2017. Decreta-se o Estado de Exceção.
	Decreto N° 2.987 / Gaceta Oficial N° 41.192 de 13 de julho de 2017. Prorroga-se por 60 dias o Decreto n° 3.413
2018	Decreto N° 3.074 / Gaceta Oficial N° 41.237 de 15 de setembro de 2017. Decreta-se o Estado de Exceção.
	Decreto N° 3.157 / Gaceta Oficial N° 41.276 de 10 de novembro de 2017. Prorroga-se por 60 dias o Decreto N° 3.610.
	Decreto N° 3.239 / Gaceta Oficial N° 6.356 de 09 de janeiro de 2018. Decreta-se o Estado de Exceção.
	Decreto N° 3.308 / Gaceta Oficial N° 41.357 de 09 de março de 2018. Prorroga-se por 60 dias o Decreto N° 3.239
2018	Decreto N° 3.413 / Gaceta Oficial N° 41.394 de 10 de maio de 2018. Decreta-se o Estado de Exceção.
	Decreto N° 3.503 / Gaceta Oficial N° 41.435 de 09 de julho de 2018. Prorroga-se por 60 dias o Decreto N° 3.413
	Decreto N° 3.610 / Gaceta Oficial N° 41.478 de 10 de setembro de 2018. Decreta-se o Estado de Exceção.
2018	Decreto N° 3.655 / Gaceta Oficial N° 41.521 de 9 de novembro de 2018; Prorroga-se por 60 dias o Decreto N° 3.610.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em março de 2016, a oposição deu início aos procedimentos necessários para solicitar um referendo revogatório da presidência. Por sua vez, a Corte Suprema e o CNE, curvando-se aos interesses do chavismo, colocaram numerosos obstáculos ao processo e fizeram uso de diversas táticas protelatórias para atrasar a sua implementação. Em maio, a MUD entregou ao CNE mais de dois milhões de assinaturas, completando assim a primeira etapa do processo, a coleta de 1% das assinaturas das listas eleitorais. No mesmo mês, Maduro impôs um decreto de estado de exceção e emergência econômica⁷², buscando contornar os poderes legislativos da AN e governar sem ela. No dia 16 de outubro de 2016, o Presidente, que contrariamente às exigências da Constituição, havia se recusado a apresentar o Orçamento à Assembleia Nacional, o submeteu ao Congresso da Pátria, um órgão próximo do PSUV, mas que não existe na Constituição (Maduro apresenta [...], 2016). Nesse mesmo mês, depois de ter desenvolvido toda uma série de controles, obstáculos e entraves ao processo de Referendo Revogatório, a CNE informou à MUD que o processo, cuja segunda etapa consistiu na coleta de 20% das assinaturas e havia sido anunciado oficialmente para o final de outubro, havia sido adiado até novo aviso⁷³. O CNE também anunciou que as eleições regionais previstas para 2016 seriam adiadas para 2017, o que significava a suspensão do direito cidadão ao voto, em clara ruptura com a Constituição (López Maya, 2018b).

Finalmente, com a escalada dos conflitos entre oficialismo e oposição, nos dias 25 e 26 de março de 2017, o Tribunal Supremo de Justiça emitiu duas decisões que implicavam o desmantelamento definitivo da AN. A sentença número 155 conferia ao Executivo Nacional o poder de legislar em todas as matérias penais e ordenava-lhe que governasse de acordo com o Estado de Exceção e Emergência Económica, que havia sido declarado no ano anterior (Venezuela [...], 2017). Esta mesma sentença retirou a imunidade parlamentar dos deputados da oposição, com base em um suposto “desacato” da AN à Corte Suprema, por não ter afastado formalmente os deputados do Amazonas após ter encontrado indícios de uma suposta fraude nas eleições parlamentares de 2015. A segunda sentença, 156, interpretou o artigo 33 da Lei Orgânica dos Hidrocarbonetos conferindo a Maduro o poder de criar *joint ventures* e realizar outras atividades no domínio dos hidrocarbonetos sem autorização da AN. Nessa sentença, a Câmara Constitucional do TSJ decidiu que ela, ou quem ela designasse, assumiria

⁷² Decreto N° 2.323 publicado em Gaceta Oficial Extraordinária N° 6.227 no dia 13 de maio de 2016. Disponível em:

http://spgoin.imprentanacional.gob.ve/cgi-win/be_alex.cgi?Documento=T028700001712/0&Nombrebd=spgoin&CodAsocDoc=87&t04=1-2&t05=png&Sesion=934658647. Acesso em: 15 jan. 2024.

⁷³ A razão deste adiamento foi o seguinte: em cinco estados, tribunais penais de primeira instância (que não têm competência em matéria eleitoral) alegaram que haviam sido cometidos fraudes em suas jurisdições no processo de coleta de 1% das assinaturas.

as atribuições da AN enquanto durasse o suposto desacato. Com estas sentenças, as tendências ditatoriais do governo de Maduro ficaram definitivamente expostas. Embora as manifestações da oposição e a pressão internacional tenham obrigado o governo a rever as sentenças 155 e 156⁷⁴, as demais decisões do tribunal, como a que excluiu os três deputados opositores do Amazonas e a que anulou todos os atos da Assembleia a partir de janeiro de 2016 com base na alegação de fraude de 2015, permaneceram em pé (López Maya, 2017;2018a).

Em 1º de maio de 2017, em mais uma tentativa de contornar o legislativo, Maduro convocou, ilegalmente⁷⁵, a eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) a ser realizada em julho. Permeada de irregularidades, a eleição foi boicotada pela oposição. Uma vez instalada, a ANC, totalmente composta por chavistas, atribuiu-se o poder de fazer leis e também começou a atuar como uma Corte Suprema, uma autoridade eleitoral, um ministério das Relações Exteriores e um *politburo*. Como tribunal, a ANC proibiu candidatos da oposição de concorrer a cargos públicos e retirou a imunidade parlamentar do presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó (Corrales, 2020). A pedido de Maduro, a ANC também convocou eleições presidenciais antecipadas para 20 de maio de 2018. Estas eleições foram caracterizadas por um acúmulo de ilegalidades e irregularidades desde o seu início, assim como a posição firme da comunidade democrática internacional de anunciar que não reconhecia seus resultados por não cumprir os padrões internacionais. Apesar do altíssimo índice de absentismo (53%, a porcentagem mais alta já registrada), Maduro foi proclamado vencedor pelo CNE (López Maya, 2018a).

Feito este breve panorama sobre os principais desenvolvimentos políticos durante o primeiro governo de Maduro, é possível perceber como o legado institucional deixado por Chávez contribuiu em grande medida para o processo de autocratização que se deu após sua morte. Maduro aproveitou desde o começo as instituições controladas pelo chavismo para concentrar maior poder no Executivo, perseguir a oposição, contornar o processo de referendo revogatório e impedir os trabalhos da AN majoritariamente opositora. Durante os governos de Chávez, mas principalmente durante o governo Maduro, é interessante notar o processo de judicialização da política e dos conflitos entre governo e oposição. Maduro, ao recorrer frequentemente ao TSJ para obter decisões a seu favor, buscou dar um ar de legalidade às suas

⁷⁴ As reações às medidas autoritárias e inconstitucionais foram contundentes, acionando os alarmes do Secretário-Geral da OEA, ex-chanceler do Uruguai, Luis Almagro e de toda a comunidade internacional. Nas fileiras do chavismo, a Procuradora-Geral, Luisa Ortega Díaz, expressou publicamente sua rejeição às sentenças e considerou que o "fio constitucional democrático" estava rompido. Diante da pressão, em 1º de abril o TSJ emitiu duas novas sentenças modificando as anteriores (López Maya, 2018a).

⁷⁵ A convocatória violava o espírito da Constituição de 1999 ao não cumprir com o requisito de obter previamente o consentimento da população por meio de um plebiscito.

empreitadas autoritárias, mantendo as aparências de que as instituições democráticas venezuelanas continuavam funcionando de forma independente e imparcial. Além de se ancorar nas instituições cooptadas pelo chavismo para fundar sua legitimidade, Maduro também se apoiou em grande medida nas forças armadas e milícias bolivarianas como meio de controlar e tutelar a sociedade civil, ao mesmo tempo em que, manter os militares próximos lhe permitia ter um maior controle sobre as forças armadas e evitar possíveis dissidências de dentro da instituição.

Por outro lado, é importante salientar como o processo de sucessão também contribuiu para as tendências autoritárias de Maduro. O fato de que a transição se deu de forma inesperada e atípica truncou as possibilidades de Maduro construir sua candidatura e criar sua própria legitimidade eleitoral. Quando Chávez nomeia Maduro seu sucessor, este último era pouco conhecido e tanto ele como o PSUV tiveram pouco tempo para construir uma transição sustentável dentro do chavismo. Além disso, desde o primeiro dia de exercício da Presidência o poder de Maduro estava assentado em interpretações questionáveis da Constituição. Maduro sofre de um déficit de legitimidade democrático desde o início do processo de sucessão, principalmente ao lembrarmos que o cargo de Vice-presidência era um cargo de nomeação, não eleito por voto popular.

Por último, é necessário enfatizar o papel do carisma e seus impactos para o processo de transição e o governo de Maduro. Primeiramente, o fato de Hugo Chávez ter sido um líder populista extremamente carismático fez com que o processo de transição se desse de forma não-democrática. Chávez, ao construir uma maquinaria política e partidária altamente personalista e concentrada, fez com que o processo de sucessão ficasse altamente dependente de sua figura. Aqui é bom lembrar que, mesmo durante sua longa estadia em Cuba, Diosdado Cabello se recusou a reconhecer a ausência temporária do presidente, determinando que este estava em exercício do cargo. Isto impactou negativamente Maduro, que, então como Vice-presidente, poderia ter assumido o exercício da presidência temporariamente e aproveitado a oportunidade para construir sua candidatura. Em segundo lugar, o carisma de Chávez também contribuiu para as tendências autoritárias de Maduro. Este último, ao não possuir carisma, buscou basear sua legitimidade unicamente no fato de ter sido escolhido como sucessor e “herdeiro” de Chávez. Para lidar com o déficit de legitimidade carismática, Maduro teve que aumentar seu controle sobre as instituições cooptadas pelo chavismo, levando a um processo de autocratização durante seu regime.

A autocratização promovida por Maduro fica evidente quando analisamos seu período na presidência a partir das categorias de Populismo no governo, como mostra o quadro abaixo

(quadro 5). Se durante o governo populista de Hugo Chávez houve um processo de hibridização que levou o regime venezuelano para dentro da zona cinzenta, durante o governo de Maduro é possível perceber como o processo de hibridização de seu governo empurrou o regime venezuelano para fora da zona cinzenta, podendo ser caracterizado como autoritário. Apesar do processo de hibridização ter sido gradual, as tendências autoritárias de Maduro ficaram expostas com a suspensão da eleição e nomeação de três deputados da oposição, a emissão das sentenças 155 e 156 do TSJ, que desmentavam o poder da AN, e a convocação ilegal de uma Assembleia Constituinte sem a prévia aprovação da população. Como vimos no capítulo 1, as credenciais democráticas dos regimes populistas repousam no sucesso e apoio eleitoral. A dependência do populismo na legitimidade eleitoral impede que ele se desloque para o autoritarismo aberto, como foi no caso de Hugo Chávez. No caso de Maduro, por sua vez, a falta de legitimidade eleitoral contribuiu para que suas decisões fossem interpretadas como autoritárias.

Quadro 5 - Indicadores de Populismo no governo identificados no governo de Nicolás Maduro (2013-2018)

Populismo no Governo	Governo de Nicolás Maduro (2013-2018)
Eleições e Campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder e como meio de relação direta entre líder e massa.	<p>Aparições públicas e em Cadeia Nacional como meio de fortalecimento do vínculo com seus seguidores.</p> <p>Propagandas do governo espalhadas pela cidade como campanha permanente.</p>
Concentração de Poder no Executivo e enfraquecimento das instituições de <i>accountability</i> horizontal.	<p>Cooptação das instituições de <i>accountability</i> horizontal e de controle do executivo como o TSJ e o CNE.</p> <p>Concentração de poder na presidência às custas da divisão de poderes, por meio decisões favoráveis ao oficialismo pelo TSJ e o CNE.</p> <p>Perseguição política de adversários; modificação das datas das eleições para distorcer o jogo eleitoral a favor do governo, obstaculização ao referendo revocatório da oposição.</p>
Apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária.	<p>Tentativa de criar uma nova Constituição.</p> <p>Assembleia Nacional Constituinte que assume faculdades legislativas.</p> <p>Prorrogação dos Decretos de Estados de Exceção e Emergência Econômica contornando o legislativo.</p>
Colonização e regulação da esfera pública.	<p>Uso extensivo dos sistema de mídia pública para veicular propaganda do governo.</p> <p>Perseguição dos meios de comunicação privados; compra e venda de meios críticos ao governo a empresas afins do governo.</p> <p>Construção de uma rede clientelar a partir de programas de distribuição da renda petroleira (ex: Carnet de la Patria, CLAPs).</p> <p>Fortalecimento das milícias e das Forças Armadas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5 ARGENTINA: DO PERONISMO AO KIRCHNERISMO

A ascensão do peronismo na Argentina em meados da década de 1940 marcou o nascimento do populismo moderno. O peronismo representa o primeiro caso de populismo que chega ao poder e tem condições de se engajar em processos de transformação institucional para estabelecer um regime populista. É importante lembrar que a primeira onda de populismos na América Latina está relacionada com a transição de regimes semidemocráticos ou autoritários para a democracia de massas (Torre; Peruzzotti, 2018). Nesse sentido, a ascensão do peronismo na Argentina deu vida à primeira expressão de um regime populista democrático. O peronismo também se destaca do restante das expressões regionais do populismo pela extensão e pelas consequências duradouras das mudanças que promoveu no país. A experiência representou uma virada na história argentina e o peronismo desde então continua sendo a força eleitoral mais influente do país (Peruzzotti, 2018).

Desde seu momento fundacional, o peronismo governou a Argentina em cinco períodos e assumiu muitas formas e identidades: 1946-1955 (os dois primeiros mandatos presidenciais de Juan Domingo Perón); 1973-1976 (terceira presidência de Perón, sucedida pela vice-presidente Isabel Perón após sua morte em 1974); 1989-1999 (os dois mandatos presidenciais de Carlos Menem); 2000-2003 (gestão interina de Eduardo Duhalde); e 2003-2015 (o período que compreende um mandato presidencial de Nestor Kirchner e os dois períodos subsequentes de Cristina Fernández de Kirchner). Neste capítulo abordaremos brevemente cada um desses períodos, analisando o legado do peronismo na Argentina, e culminando na eleição e no processo de sucessão de Cristina Kirchner em 2007.

5.1 O surgimento do Peronismo

O momento fundacional do peronismo abrange o regime que se estendeu de 1946, quando Juan Domingo Perón foi eleito presidente da Argentina, a 1955, quando Perón foi afastado do poder por um golpe militar. Como o próprio nome do fenômeno denota, o peronismo está intimamente relacionado com a pessoa de Juan Domingo Perón, oficial do exército que irrompeu na cena política argentina na década de 1940 como figura influente do regime militar instaurado em 4 de junho de 1943. Esse regime militar (1943-1946) foi fruto do segundo golpe de Estado, desde a tentativa do país de promover a transição do regime oligárquico para a democracia de massas. O regime político instaurado entre 1880 e 1916,

conhecido como “a ordem conservadora” (Botana, 1977)⁷⁶, foi marcado pelo controle absoluto do governo nacional e da maioria dos governos provinciais pelo Partido Nacional Autonomista (PAN)⁷⁷. A principal característica da ação política do período era o controle das eleições por meio de acordos entre lideranças políticas, clientelismo e fraude eleitoral (Botana, 1977). Mas já em 1880, a ordem política estava sendo questionada por uma nova organização política, o Partido Radical (União Cívica Radical, UCR)⁷⁸, organizado em torno da reivindicação de eleições livres. Eventualmente, uma reforma eleitoral foi aprovada em 1912, a Ley Sáenz Peña de sufrágio secreto e universal (para homens), que permitiu o triunfo eleitoral do líder da UCR, Hipólito Yrigoyen, para a presidência em 1916 (López, 2016).

A eleição de Yrigoyen inaugurou uma experiência democrática inédita, mas efêmera: o regime democrático durou apenas quatorze anos, chegando ao fim em 1930, quando um golpe militar removeu Yrigoyen - que então cumpria um segundo mandato presidencial - do poder. O episódio não apenas truncou a primeira tentativa da Argentina de consolidar uma democracia de massas, mas iniciou um período de meio século de instabilidade institucional e intervenção militar na política que duraria até a eleição de Raúl Alfonsín para a presidência em 1983 (Peruzzotti, 2018). Durante esse tempo, a Argentina viveu seis golpes de estado (em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976) somando no total 25 anos de governo militar.

As autoridades militares que tomaram o poder em 1930, porém, não permaneceram por muito tempo. Um retorno ao governo civil logo veio em 1932. Mas essa nova fase da política argentina representou um retrocesso democrático e um retorno para um governo de minoria conservadora, na qual, apesar da manutenção das eleições - o que preservava a aparência democrática - estas sofriam uma série de distorções e manipulações. Esse novo período, chamado pela literatura de a “Década infame”⁷⁹, foi marcado então pela adulteração

⁷⁶ Em finais do século XIX, a Argentina ficou sob o governo da “Geração dos 80”, que consistia em uma pequena e poderosa elite de proprietários e patricios urbanos, que governou - praticamente sem limitações - o país até cerca de 1900. O objetivo desse grupo era converter, no menor tempo possível, a Argentina do século XIX, com sua estrutura social feudal, sua população extremamente esparsa e sua rede de comunicações precária, em um estado altamente desenvolvido, nos moldes das nações europeias. Esse plano expansivo concebido pela “geração dos 80”, permitiu que a Argentina vivenciasse um rápido crescimento econômico e demográfico e uma grande mobilidade social acompanhada por uma crescente participação de amplos setores da população no processo político. Porém, outras consequências desse projeto expansivo foram: a crescente dependência da Argentina do exterior e a transformação da classe alta de uma elite republicana em uma oligarquia. (Waldman, 1974).

⁷⁷ O PAN foi o primeiro grande partido nacional argentino e seu predomínio significou maior controle do Executivo Nacional no interior, em detrimento dos caudilhos e dos partidos provinciais. Ele era conhecido como "o partido do regime" ou da "oligarquia". O PAN era constituído por partidos provinciais, que eram os que elegiam os governadores, que por sua vez tinham uma participação determinante na eleição do candidato presidencial (Malamud, 1997).

⁷⁸ A União Cívica Radical, sob a liderança de Hipólito Yrigoyen, foi um partido político que representava os interesses da classe média excluída, majoritariamente composta por imigrantes (Malamud, 2003).

⁷⁹ O termo foi usado pela primeira vez por um jornalista nacionalista, José Luis Torres, em um livro publicado em 1945, intitulado *La década infame*. No livro, o autor denuncia a oligarquia dos anos 1930 por seus vínculos

das instituições eleitorais para impedir que o Partido Radical, majoritário, voltasse ao poder. Uma série de eventos escandalosos ocorridos naqueles anos mostra que esse nome não é injustificado. Por exemplo: um senador foi assassinado durante um debate público na Câmara Alta; opositores políticos, especialmente líderes sindicais dissidentes, foram presos e torturados; houve uma série de escândalos públicos envolvendo prevaricação e suborno (Waldman, 1974).

No entanto uma nova intervenção militar pró-fascista assumiu o poder em 1943, encerrando o ciclo da restauração conservadora aberta em 1930 e continuada com a fraudulenta democracia instaurada a partir de 1932. Esse segundo golpe tinha características muito diferentes do anterior. O golpe de Uriburu de 1930, embora fosse comandado por um soldado e tivesse a simpatia de setores do Exército, não foi um episódio estritamente militar, ou seja, não foi o Exército como instituição que derrubou Yrigoyen. Ele foi um episódio protagonizado basicamente por civis. Enquanto Uriburu se cercou de um gabinete ministerial de civis, os golpistas de 43 formaram um gabinete quase exclusivamente de militares (Plotkin, 2012). Este segundo golpe foi promovido por um grupo de oficiais de médio escalão, o GOU (Grupo de Oficiais Unidos), do qual Perón era um dos líderes.

A Revolução de Junho de 1943 foi obra de uma Força Armada atravessada pelos principais contrastes que dividiam a vida política nacional, entre eles a atitude em relação aos lados em confronto na Segunda Guerra Mundial. A política de ruptura com as potências do Eixo era compartilhada por oficiais de alto escalão do Exército; no entanto, a opinião majoritária dos quadros intermediários era favorável à manutenção da neutralidade. No que poderia ser caracterizado como um golpe dentro do golpe, em outubro de 1943, os coronéis e tenentes-coronéis do GOU tomaram definitivamente as rédeas do poder, expulsando os oficiais aliados que promoviam uma ruptura imediata das relações com o Eixo e uma reaproximação com os Estados Unidos (Torre, 2002; Plotkin, 2012). Os jovens oficiais do GOU viam no golpe a oportunidade histórica de reorganizar as bases institucionais do país para protegê-lo da corrupção política e da ameaça comunista.

Com esta reviravolta, um grupo que teria suas esperanças no golpe frustradas seriam os radicais, ao constatar que o regime militar, em vez de preparar o retorno às eleições livres, impôs limites à atividade política. Com as alavancas do poder sob controle, os militares

com o “imperialismo anglo-saxão” e pelo uso da famosa “fraude patriótica”. Esta última foi uma frase usada pelos próprios conservadores. Seu objetivo era excluir do sistema eleitoral as populações consideradas perigosas para a Argentina, que não tinham, segundo eles, o mesmo apego à pátria. Posteriormente, o discurso peronista inverteu essa concepção de nação, elevando as classes populares ao posto de únicos verdadeiros argentinos contra as elites pró-ocidentais (Sommerer, 2008).

tomaram medidas rápidas e contundentes: redobram as medidas repressivas contra grupos e sindicatos de esquerda, declararam ilegais todos os partidos políticos, intervieram nas universidades, lançaram uma campanha moralizadora em shows e costumes; e, finalmente, introduziram a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas (Torre, 2002; Plotkin, 2012).

Em janeiro de 1944, sob forte pressão da oposição e dos Estados Unidos, o governo militar decidiu romper relações diplomáticas com os países do Eixo. A decisão, que teve apenas consequências diplomáticas e não implicou na adesão ativa do país à guerra, provocou, no entanto, forte comoção no seio da chefia militar. O General Ramírez, então presidente, foi afastado e substituído por aquele que havia exercido o cargo de Ministro da Guerra até o momento: o General Edelmiro J. Farrell. O desencadeamento de uma luta intensa entre os integrantes do GOU permitiria a rápida ascensão do coronel Juan Domingo Perón.

Apesar de seu destaque dentro do GOU, a figura de Perón era desconhecida para a maioria dos argentinos. Em outubro de 1943, ele foi nomeado chefe do Departamento Nacional do Trabalho, um cargo de terceiro escalão. Porém, pouco tempo depois teve esse departamento elevado à categoria de Secretaria de Estado e passaria a chefiar a poderosa Secretaria do Trabalho e Previdência. Desde essa divisão governamental, Perón assumiu outra das preocupações da elite revolucionária, o medo da ascensão do comunismo no país e, em particular, no mundo do trabalho. Mas enquanto boa parte de seus camaradas era a favor de uma política de repressão, Perón se dispôs a neutralizar essa ameaça por meio de uma política de concessões aos trabalhadores. Para tanto, e distanciando-se da reação inicial puramente regressiva da Revolução de Junho, ele buscou uma aproximação com os principais dirigentes sindicais, com exceção dos comunistas. Esta aproximação, paradoxalmente, acabaria lhe rendendo posteriormente a lealdade dos trabalhadores (Torre, 2002; Plotkin, 2012).

Para 1945, Perón havia se tornado um homem de destaque dentro do regime militar. A essa altura, ele acumulava os cargos de vice-presidente da Nação e ministro da Guerra, além da Secretaria do Trabalho e Previdência. Perón estava entre os primeiros dentro da elite revolucionária a perceber que, com o triunfo dos exércitos aliados na guerra, chegava o fim das alternativas não democráticas ao comunismo. No cálculo político de Perón, não estava direcionar suas propostas para a criação de um sistema corporativista, como era o intuito original da Revolução de Junho. Por isso, com tais convicções, no início de 1945 ele liderou o ajuste do regime militar aos novos tempos. Em março, a Argentina aceitou a reivindicação dos Estados Unidos e declarou guerra à Alemanha e à Itália, com o objetivo de romper o isolamento diplomático e obter admissão nas Nações Unidas. Internamente, os admiradores

locais do nacional-socialismo perderam suas cadeiras no ensino oficial, as liberdades públicas foram restauradas, os partidos voltaram à legalidade e foram convocadas eleições presidenciais para 1946 (Torre, 2002).

Apesar de negar publicamente aspirar à presidência, Perón iniciou contatos com políticos radicais e conservadores, dirigentes sindicais e patronais, além de contar com o apoio do Exército e a bênção da Igreja, na tentativa de formar uma grande coalizão que apoiaria sua candidatura. Mas seu projeto político fracassou. Como indica Juan Carlos Torre (2002), os empresários viam um perigo enorme no próprio Perón, com suas políticas sociais e discursos cada vez mais incendiários. Por outro lado, também falharam as suas tentativas de aproximação à União Cívica Radical, ao mesmo tempo que as suas ambições, o seu estilo e mesmo o seu caso público com Eva Duarte, geraram ressentimentos entre os seus camaradas de armas⁸⁰, a tal ponto que em abril de 1945 teve que emitir um comunicado explicitando sua renúncia a qualquer candidatura nas próximas eleições.

Enquanto isso, a oposição estava nas ruas, pressionando os militares a entregar o governo ao Tribunal Supremo de Justiça e convocar eleições imediatamente. Em 9 de outubro de 1945, oficiais da guarnição do Campo de Mayo, ressentidos com a ambição política de Perón, incomodados com seu comportamento pessoal e, sobretudo, contrários à sua política trabalhista, pressionaram o governo Farrell para forçar o coronel a renunciar a seus três cargos no governo. Três dias mais tarde, ele foi enviado para a prisão da ilha Martín García (Derfler, 2012). A prisão de Perón foi, no entanto, de curta duração. Uma semana depois, ele recuperou o poder político, mas agora transformado em um líder das massas.

Vários fatores concorreram para o desfecho do dia 17 de outubro de 1945, o dia em que se criou o Peronismo (Plotkin, 2012). Não cabe aqui expor em detalhes todos eles, mas vale a pena mencionar dois. Primeiro é preciso falar sobre o erro tático da oposição democrática, que, ao não se satisfazer com a renúncia de Perón, continuou insistindo pela retirada dos militares para os quartéis e na transferência do poder para a Corte Suprema. Isto representava uma verdadeira humilhação para os militares, pois significava admitir o fracasso político da Revolução de Junho. Em segundo lugar é preciso ressaltar que, depois de dois anos, durante os quais distribuiu benefícios e favores, mas acima de tudo construiu uma mensagem que exaltava os valores do trabalho e da justiça social, Perón já era uma figura popular entre a classe trabalhadora. Por isso a notícia de sua renúncia e subsequente prisão

⁸⁰ Nessa época, Eva Duarte era a 'amante oficial' do coronel Perón, quem havia perdido sua primeira esposa em 1938 em razão de um câncer. Esta situação, gerava tensões e inquietações entre o corpo de oficiais, uma vez que a coabitação não sancionada pelo casamento não era considerada uma conduta adequada para um oficial do Exército, muito menos para alguém que tivesse a visibilidade de Perón (Plotkin, 2012; Navarro, 2002).

causou preocupação e descontentamento nas fábricas e nos bairros operários. Contra esse pano de fundo, após longo debate⁸¹, os dirigentes sindicais reunidos na Confederação Geral do Trabalho (CGT) declararam greve geral para o dia 18 de outubro.

Os trabalhadores da periferia de Buenos Aires, Rosário e outras cidades do interior não esperaram o dia 18 e começaram a se mobilizar ainda no dia 17. Enquanto isso, Perón - transferido para o Hospital Militar - percebeu sua situação de poder e exigiu a renúncia de todo o gabinete e sua substituição por outro aliado, em troca de se dirigir às massas já concentradas na Plaza de Mayo para acalmar as coisas. O acordo final foi uma capitulação: Farrell nomearia um novo gabinete com homens de confiança de Perón, e Perón, entretanto, estaria fora do governo para continuar sua carreira à presidência livremente (Torre, 2002).

Embora seja verdade que o dia 17 de outubro marcou claramente não apenas o momento fundador do peronismo como movimento, mas também representou a plataforma que o catapultou para a presidência meses depois, esse momento também foi resultado de um processo bastante complicado (Plotkin, 2012). Nesse sentido, Germani e Yujnovsky (1973) fazem uma distinção entre o peronismo como mobilização social e o peronismo como organização política. Para os autores, os acontecimentos de outubro fornecem uma excelente ilustração para compreender a natureza do peronismo como movimento de massas. O dia 17 de outubro não se deveu à greve declarada pelo Comitê Central da CGT, ele foi a expressão de um movimento de massas com alto grau de espontaneidade. Nesse sentido, esse acontecimento foi o culminar de um longo processo durante o qual a irrupção dos novos setores sociais na vida política se concretizou na adesão a um líder carismático, não mediada por organizações de classe ou fundada numa consciência operária claramente estruturada. Entretanto, para chegar ao poder, um movimento social precisa não apenas de um líder, mas também de uma elite e de uma organização política. É aqui que uma série de antigos

⁸¹ O movimento trabalhista estava dividido com respeito ao curso de ação que eles deveriam seguir. De acordo com Plotkin (2012), dentro da discussão, as opções apresentadas eram basicamente duas: havia quem defendesse que uma greve geral deveria ser convocada imediatamente para obter a liberdade de Perón (embora isso também tenha sido objeto de debate) e a permanência das melhorias obtidas; e havia aqueles (basicamente o secretariado da CGT e os representantes do poderoso Sindicato dos Ferroviários) que propunham cautelosamente averiguar do próprio presidente Farrell qual era o real estado da situação antes de tomar medidas extremas. Por fim, decidiu-se declarar greve geral para o dia 18, deixando claro que seus objetivos seriam: a) opor-se à entrega do governo a Corte Suprema e à nomeação de um gabinete da oligarquia; b) formação de um governo que fosse garantia de democracia e da liberdade e que ouvisse a opinião das organizações sindicais; c) levantamento do estado de sítio e libertação de todos os presos civis e militares que se tenham distinguido pelas suas claras e firmes convicções democráticas e pela sua identificação com a causa dos trabalhadores; d) manutenção de todas as conquistas sociais obtidas e ampliação das mesmas; e) aumento imediato do salário mínimo, participação nos lucros, reforma agrária e cumprimento integral do estatuto do trabalhador. Nesse conjunto de reivindicações, o pedido de libertação do Perón foi sugerido no terceiro ponto. O fato de seu nome não ter aparecido expressamente e de a questão ter sido relegada ao terceiro ponto, destaca as ambiguidades que existiam dentro do movimento trabalhista até 16 de outubro.

dirigentes sindicais desempenhou um papel necessário: o de fornecer uma parte dos quadros e do canal de organização política para Perón e seus seguidores. Os sindicalistas criaram então o Partido Laborista no dia 24 de outubro.

Para as eleições do 24 de fevereiro de 1946 e no que viria a ser posteriormente o partido peronista, convergiram diversas combinações de grupos políticos e sociais para apoiar a candidatura de Perón. Entre eles estavam os dissidentes do radicalismo, os sindicalistas e os trabalhadores não organizados, a Igreja e as Forças Armadas. As forças da oposição, por sua vez, se reuniram novamente sob a bandeira da União Democrática. Aos membros originais de 1942 — a UCR, o Partido Socialista e o Partido Democrático Progressista — se uniu o Partido Comunista. No final, Perón obteve uma vitória apertada ganhando quase um milhão e meio de votos contra pouco mais de um milhão e duzentos mil para a chapa da oposição. Embora os resultados eleitorais mostraram uma relativa paridade de forças entre Perón e seus adversários, os peronistas conquistaram dois terços da Câmara dos Deputados - o que lhes deu o controle absoluto -, treze das quatorze províncias e todas as legislaturas provinciais que nomeariam os senadores nacionais, com exceção de Corrientes (Plotkin, 2012; Torre, 2002). A vitória de Perón inaugurou um novo capítulo da história argentina.

5.2 Democracia Perón no mucho: Primeiro e segundo mandatos presidenciais de Juan Domingo Perón (1946-1955)

Perón, assim como os demais líderes populistas da primeira onda (populismo clássico), abraçou a retórica anti-imperialista e agitou as bandeiras do nacionalismo e do intervencionismo estatal (De la Torre, 2017). O peronismo, como movimento populista, ofereceu soluções não violentas para alguns dos principais problemas da sociedade urbana argentina. Ele rejeitou a oligarquia, por um lado, e a revolução socialista, por outro, propondo um meio-termo reformista que enfatizasse os valores estatistas, nomeadamente o controle estatal dos assuntos sociais e econômicos, ao mesmo tempo que se propôs a resolver o “problema social” através da integração política e social das massas de forma a evitar a fermentação revolucionária entre elas (Rein, 2013). Esta terceira via ficou plasmada no slogan “Ni yanquis, ni marxistas, peronistas”.

O governo de Perón inaugurou então uma nova era na história argentina, caracterizada pela plena incorporação dos setores populares à vida pública. Mas o peronismo não era um sistema homogêneo, estático em suas características principais, e ele se transformou de maneira específica durante os 10 anos do governo de Perón. Na primeira fase de governo,

correspondendo ao período de 1944 a 1949, o governo promoveu uma estratégia de crescimento econômico e pleno emprego baseada em um processo de redistribuição de renda por meio de aumentos salariais (Peruzzotti, 2018). Mas ao uso crescente de recursos estatais a serviço da sociedade correspondia também uma crescente opressão da sociedade pelo Estado. Durante essa fase o controle social e as conquistas do sistema político foram crescendo continuamente. No entanto, a partir de 1949, Perón foi modificando paulatinamente sua estratégia política. Os anos 1950-1952 marcam não apenas uma mudança de nuances, mas uma reviravolta política total em relação às conquistas do sistema político: a transformação do estado autoritário do primeiro mandato presidencial em um novo tipo de governo, em parte mais repressivo, em parte mais liberal. A segunda fase de governo (1952-1955) é marcada então por um crescimento rápido e contínuo da coerção, uma diminuição das conquistas do sistema político e da esfera de ação do Estado e uma redução dos esforços das instâncias estatais para enfrentar os problemas essenciais da nação (Waldman, 1974). Nas próximas páginas faremos um breve panorama destas duas fases tendo como ponto de referências as categorias de populismo no governo elaboradas no Capítulo I, quais sejam: o uso de eleições e campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder; concentração de poder no Executivo e enfraquecimentos das instituições de *accountability* horizontal; o apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária; e a colonização da esfera pública e da sociedade civil.

Formada em um lapso de tempo relativamente curto e a partir de setores muito diversos, a coalizão peronista esteve quase à beira da desintegração após o fim das eleições. A partir de 23 de maio de 1946, Perón começou a trabalhar na ideia de dissolver os partidos políticos que o levaram ao poder para fundi-los no Partido Único da Revolução Nacional (Torre, 2002). Como vimos anteriormente, para as eleições de 1946, Perón carecia de uma organização política própria. Estas eleições foram preparadas pelas Forças Armadas, do ponto de vista organizacional, e pelos sindicatos, do ponto de vista político. Por isso, uma das principais preocupações políticas de Perón era unir e consolidar as forças que o apoiavam em um partido próprio. Diante das dissensões internas dos grupos que o apoiavam, em 24 de maio de 1946, Perón ordenou a dissolução do Partido Trabalhista, da União Cívica Radical e da Junta Renovadora, para transformá-los no Partido Único da Revolução Nacional. A criação do partido e sua posterior renomeação em janeiro de 1947 para Partido Peronista (PP), representa uma das principais características da estrutura do movimento peronista, o personalismo (Plotkin, 2012). A centralização de poder em torno da figura de Perón, que exercia ao mesmo tempo o cargo de presidente do partido e de presidente da República, ficou

plasmada no estatuto do partido. De acordo com este último, Perón poderia modificar as decisões tomadas pelo partido, revisar as candidaturas, renovar as autoridades por meio de eleições extraordinárias e submeter qualquer tema à decisão do Congresso partidário ou a um plebiscito, de acordo com a conveniência (Negretto, 2012). O PP também estava organizado sob princípios hierárquicos que impediam a formação de correntes internas. De acordo com o artigo primeiro do estatuto do partido o PP “é uma unidade espiritual e doutrinária, na qual não serão admitidas posições facciosas [...] que atentem contra essa unidade” (Partido Peronista, sem data:31). Desta forma qualquer tentativa de formar grupos internos ao partido seria impedida sob a ameaça de expulsão.

Além do Partido Peronista, outro pilar fundamental do regime eram as Forças Armadas. Como vimos anteriormente, a brecha aberta entre os militares e a oposição democrática em 1945 permitiu a Perón lançar-se à conquista da presidência. Depois de eleito, ele tentou se apresentar como homem de armas para atrair a solidariedade da corporação militar, ao mesmo tempo em que se propôs como objetivo a neutralidade do corpo de oficiais. Para isso, Perón apelou sobretudo para a satisfação de suas demandas profissionais e, embora houvesse uma alta participação dos militares nas principais funções do governo, a instituição como tal não estava envolvida. Entre 1946 e 1951, várias disposições aumentaram significativamente os cargos nos escalões mais altos das forças armadas levando a duplicação do número de generais. Além disso, esses foram os anos de expansão e modernização das Forças Armadas, com um aumento do orçamento militar que levou a Argentina ao primeiro lugar no ranking de gastos com defesa na América Latina. Por outro lado, essa troca de apoio também se deu por um certo grau de identificação dos militares com os princípios gerais do governo de Perón. Nacionalismo, industrialização e anticomunismo coincidiam com crenças arraigadas no corpo de oficiais. Dessa forma, relegadas a um papel profissional mas que lhes trazia benefícios crescentes, as Forças Armadas inseriram-se discretamente no regime peronista (Torre, 2002).

Com o apoio das Forças Armadas, da Igreja e a adesão de uma massa popular progressivamente enquadrada sob uma direção centralizada⁸², a nova ordem política tinha um futuro relativamente seguro. No entanto, Perón decidiu reforçar o regime por meio de mecanismos de controle burocráticos e repressivos. Por um lado, Perón buscou concentrar poder no executivo e enfraquecer as instituições de *accountability* horizontal. A finais de

⁸² De acordo com Germani e Yujnovsky (1973) a “nova” classe trabalhadora, que no início do século migrou das províncias e do interior do país para as cidades grandes, construiu um vínculo direto, imediato, com o líder carismático, não mediado por organizações de classe ou fundado em uma consciência operária claramente estruturada.

1947 Perón havia promovido a substituição do Supremo Tribunal de Justiça⁸³ e da Procuradoria-Geral da Nação por pessoal leal a sua figura, garantindo a subordinação de ambos poderes. Além disso, após a reforma da Constituição em 1949 que permitiu a reeleição de Perón, os peronistas conquistaram todas as cadeiras do Senado e 90% das cadeiras da Câmara dos deputados nas eleições de 1951, de maneira que, para seu segundo mandato, todas as instituições do governo estavam em mãos peronistas (De la Torre, 2017). A progressiva cooptação dos demais poderes foi acompanhada, por outro lado, de um processo de perseguição política da oposição. Com deputados em número suficiente para formar quórum e aprovar leis, a maioria dos projetos de lei votados eram aprovados sem consulta prévia à oposição (Waldmann, 1974). Além disso, Perón acusou membros da oposição no Congresso de desrespeito, proibiu-os de entrar na Câmara dos Deputados e até retirou a imunidade parlamentar de alguns representantes⁸⁴ (Romero, 2002:108 *apud* De la Torre, 2017:10).

Aqui é preciso mencionar a reforma constitucional promovida por Perón em 1948. O processo não seguiu os procedimentos de emenda estabelecidos e, em vez disso, o governo recorreu a uma estratégia plebiscitária que resultou na eleição de uma assembleia constituinte sem restrições (Negretto, 2012). O projeto de reforma constitucional, apresentado sem aviso prévio à Câmara dos Deputados em 13 de agosto de 1948, não especificava quais tipos de emendas seriam objeto de debate e solicitava uma delegação completa de poderes a uma convenção constitucional. O peronismo ganhou as eleições constituintes e, como era de se esperar, obteve controle total sobre a assembleia - o PP teve 110 do total de 158 cadeiras. O projeto que foi finalmente aprovado em 12 de março de 1949 expressava os desejos pessoais de Perón, que notavelmente fortaleceu os poderes de veto da presidência⁸⁵, ampliou sua autoridade sobre o poder legislativo, introduziu a possibilidade de reeleição presidencial ilimitada e viu os poderes de emergência do executivo serem expandidos e fortalecidos⁸⁶. O

⁸³ Em setembro de 1946, a Câmara dos Deputados votou a favor de julgar todos os membros da Suprema Corte, exceto um, conhecido apoiador de Perón. Na Câmara, foram 104 votos favoráveis e 47 contrários. No Senado, a decisão foi unânime (Negretto, 2012).

⁸⁴ Em 5 de agosto de 1948, o deputado nacional Ernesto Sammartino tornou-se o primeiro legislador opositor a ser despojado de sua imunidade parlamentar e expulso pelo governo de Perón. Em uma votação de 104 a 43, os deputados peronistas decidiram pela expulsão do deputado radical devido a uma suposta crítica ofensiva ao presidente (Negretto, 2012).

⁸⁵ O presidente adquiriu a possibilidade de rejeitar partes de uma lei e promulgar o resto. Ao mesmo tempo se estendeu o período para exercer o poder de veto de dez para vinte dias. O presidente também foi beneficiado com o direito exclusivo de introduzir legislação em certas áreas, como o orçamento ou o estabelecimento do número e das funções dos ministros (Negretto, 2012).

⁸⁶ A Constituição peronista criava uma nova figura, o "estado de prevenção e alarme", que seria aplicado em casos de perturbação da ordem pública. Essa situação de emergência não resultaria na suspensão, mas sim na limitação temporária das garantias. No entanto, não eram estabelecidos prazos e a vagueza do estado de exceção poderia dar origem a restrições arbitrárias aos direitos civis básicos. Além disso, ao contrário do estado de sítio,

novo texto constitucional era chamado pelo próprio Perón de Constituição “Peronista” ou “Justicialista” (Peruzzotti, 2019).

Além da concentração de poder no executivo, o enfraquecimento das instituições de *accountability* horizontal e o apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária, outra estratégia autoritária utilizada pelo governo foi o de controle e regulação da esfera pública e da sociedade civil. Durante o governo de Perón o controle sobre a imprensa tornou-se mais rígido. Os jornais independentes foram pressionados de várias maneiras: cotas de papel, restrições à circulação, fechamentos temporários, ataques e, em casos extremos, a expropriação (Panebianco, 2013). Concomitantemente, Perón tentou silenciar as críticas que recebia da mídia formando uma importante cadeia de jornais - ALEA - e outra de rádios dirigidas a partir da Secretaria de Imprensa e Difusão⁸⁷, realizando a compra do sistema de transmissão de rádio nacional por grupos econômicos ligados ao regime. Em 1951, a expropriação de um dos jornais mais tradicionais, *La Prensa*, e sua transferência para a CGT levou a um virtual monopólio estatal dos meios de comunicação de massa. Por sua vez, a Subsecretaria de Prensa y Difusión “publicou mais de 2,5 milhões de panfletos de vários tipos e mais de 3 milhões de cartazes, além de produzir filmes e outros materiais de propaganda” (Plotkin 2003:31 *apud* De la Torre, 2017:7). Paralelamente, Perón também buscou manter o controle sobre a sociedade civil dominando o movimento operário: ele deslocou e prendeu líderes comunistas, socialistas e anarquistas, assim como livrou-se das facções mais independentes dentro da CGT. As Universidades por sua vez passaram por um processo de depuração semelhante após a expulsão de milhares de professores hostis ao regime e a declaração de ilegalidade dos grupos estudantis (Torre, 2002; Plotkin, 2012). Nesse processo, os livros didáticos foram “peronizados” na Argentina: a autobiografia de Eva Perón tornou-se leitura obrigatória em todos os níveis de ensino, e as crianças aprenderam a ler e escrever as primeiras palavras com frases como *Evita me ama* ou *Perón ama crianças* (Finchelstein 2014:81 *apud* De la Torre, 2017:9). Na busca da “peronização” da sociedade, em 1952 o Congresso estabeleceu a doutrina peronista como a doutrina nacional argentina. O

o estado de prevenção e alarme poderia ser declarado pelo presidente sem autorização prévia do Congresso (Negretto, 2012).

⁸⁷ O consórcio de mídia do peronismo, onde se concentravam os diversos jornais e revistas do movimento peronista, era conhecido como ALEA. Este último incluía sete jornais da Capital: *Democracia*, *El Laborista*, *Noticias Gráficas*, *Crítica*, *La Época*, *La Razón* e *El Mundo*; a editora Haynes com suas revistas *El Hogar*, *Selecta*, *PBT*, *Caras y Caretas*, *Mundo Argentino*, *Mundo Agrario*, *Mundo Atómico*, *Mundo Deportivo*, *Mundo Infantil*, *Mundo Radial*, *Mundo Peronista* e *El Alma Que Canta*. No interior, o peronismo possuía sessenta e três jornais, além de estações de rádio em Rosario, Chaco, Santa Fe, Mar del Plata, Bahía Blanca, San Juan, Mendoza, Tucumán, Córdoba, Río Gallegos, San Rafael, Comodoro Rivadavia e Bariloche. Na capital, possuía as rádios *El Mundo* e *Libertad*, além de oito oficinas gráficas e o edifício *Alas* (Zylberman, 2007: 16 *apud* Goldstein, 2017).

Justicialismo como doutrina foi vagamente definido como endossando os princípios da justiça social, da independência econômica e da soberania nacional, buscando se diferenciar tanto do socialismo como do capitalismo liberal (De la Torre, 2017).

Falando sobre o peronismo no governo, cabe abordar aqui também o uso de eleições e campanhas permanentes como meio de relação direta entre líder e massa e como forma de legitimação do líder populista. Como vimos, o movimento peronista nasceu das manifestações espontâneas de trabalhadores que exigiam a sua libertação da prisão em 17 de outubro de 1945. Mas o que originalmente foi produto de uma manifestação espontânea foi se convertendo gradualmente em um ritual político religioso. Logo após a eleição de Perón, o dia 17 de outubro foi decretado feriado nacional pela lei 12.868 e passou a ser conhecido como o Dia da Lealdade. O 18 de outubro, por sua vez, também foi transformado em feriado e passou a ser conhecido como o dia de São Perón⁸⁸ (Derfler, 2012). Nos anos sucessivos, ambas datas foram adquirindo um carácter verdadeiramente litúrgico, constituindo, junto com o 1º de Maio, os principais momentos em que o povo se reunia com o seu líder para renovar o pacto de comunhão e lealdade que os unia (Plotkin, 2012). Desde o início do governo de Perón, e até à sua queda em 1955, enormes manifestações públicas fizeram então parte da paisagem urbana do país.

Além das manifestações, Perón participou de várias eleições: eleições presidenciais em 1946, eleições parlamentares em 1948, eleições para uma assembleia constituinte em 1949, outra eleição presidencial em 1951 e outra rodada de eleições parlamentares em 1954 (Rein, 2012). É fundamental apontar aqui que o voto popular é uma dimensão democrática fundamental do regime peronista, apesar de seus traços autoritários. É por meio das eleições que a liderança de Perón, que se tornou visível em 17 de outubro de 1945, efetivamente se consolida. Paradoxalmente, é justamente do autoritarismo, do seio de um poder estatal que até então tinha sido – e ainda era – absolutamente alheio à participação cidadã, que se abre um caminho de acesso aos grupos populares organizados ou em vias de organização (Colanzigari; Palermos, 2016:29).

Neste ponto é importante mencionar a política econômica adotada por Perón em seu primeiro mandato. Três foram os ingredientes do programa implementado em 1946: a expansão do gasto público, conferindo ao Estado um papel mais central na produção e nos serviços públicos por meio de uma política de nacionalização; a distribuição mais equitativa da renda nacional em consonância com a ideia de justiça social; e, por fim, a implantação paulatina de um regime de incentivos que premiava as atividades voltadas para o mercado

⁸⁸ Ambos feriados tiveram vigência até o golpe de 1955.

interno e desestimulava a produção para os mercados internacionais (Torre, 2002:45). Mas essa mistura de intervencionismo estatal, justiça social e nacionalismo só foi possível graças à combinação de um conjunto de circunstâncias favoráveis que não voltariam a se repetir: as reservas de fundos estrangeiros acumuladas durante a guerra permitiram a nacionalização das ferrovias, telefones, gás, navios mercantes e companhias aéreas comerciais; e mais importante ainda, após quase duas décadas de crise comercial, a melhora abrupta dos preços das exportações agrícolas em 1945 facilitou o financiamento da economia peronista em moeda estrangeira (Torre, 2002:46). Mas estas condições favoráveis duraram pouco e a partir de 1950 surgem os sinais de uma mudança na política económica.

Em paralelo, sob o slogan da justiça social, o governo continuou incentivando as mudanças no padrão de vida das classes trabalhadoras por meio de políticas do que poderia ser chamado um incipiente Estado de Bem-Estar Social. Dessa forma, o Congresso, de maioria peronista, deu força de lei aos benefícios concedidos por decreto durante a Revolução de Junho: a gratificação anual de Natal, a generalização das férias remuneradas, a inclusão dos assalariados da indústria e do comércio no regime de aposentadoria, a indenização por demissão e acidentes de trabalho. Ao mesmo tempo o governo foi ampliando o rol de benefícios das classes trabalhadoras com o congelamento dos aluguéis, a fixação de salários mínimos, o estabelecimento de preços máximos para artigos de consumo popular, a oferta de créditos e planos habitacionais, as melhorias na oferta pública de saúde, a criação de programas de turismo social, a construção de escolas e a organização do sistema de previdência social (Torres, 2002:48). A partir dessas políticas e iniciativas o peronismo desempenhou um papel simbólico crucial por meio da política de reconhecimento (dignificação) dos setores populares (Peruzzotti, 2019). O peronismo glorificou o trabalho e os trabalhadores (o próprio Perón se apelidava de o “primeiro trabalhador”), reconheceu os sindicatos dos trabalhadores e encorajou a sua expansão, e tomou medidas para recuperar vários aspectos da cultura popular que anteriormente eram vistos com desprezo pelas elites. Dessa forma, a lealdade da classe trabalhadora ao peronismo pode ser atribuída a esta combinação de melhoria material na vida dos trabalhadores e à promoção de um forte sentido de dignidade simbólica, de ser uma parte importante e inseparável da nação argentina (Rein, 2012). O vínculo estabelecido entre Perón e os trabalhadores em 17 de outubro acabou se revelando sólido e duradouro.

Esse vínculo também acabaria por se estender à sua esposa, Eva Perón, conhecida como Evita, que, a partir de 1946, saiu do segundo plano e aos poucos foi ganhando responsabilidades que logo ultrapassavam o lugar passivo tradicionalmente atribuído às

primeiras-damas. Suas maiores responsabilidades ocorreram no quadro de uma divisão de tarefas na estrutura de poder peronista: enquanto Perón se concentrava nas atividades governamentais, Evita encarregava-se da ativação política do movimento (Torre, 2002:49). Logo após o término das eleições de 1946, Evita começou a agir com os trabalhadores como se Perón ainda fosse o Secretário do Trabalho, recebendo-os e falando em seu nome, prometendo enviar-lhe seus pedidos e resolver seus problemas. O trabalho de Evita com os trabalhadores foi muito importante para sua transformação política, pois permitiu sua inserção na estrutura de poder peronista e ao mesmo tempo justificou sua presença nela. Evita se tornou o elo direto dos descamisados⁸⁹ com Perón e, portanto, um eixo crucial para a conformação do peronismo no poder (Navarro, 2002).

Além de seu papel de intermediária entre o líder e as massas, Evita logo se ocupou de estender a justiça social aos setores mais marginalizados da população, criando uma vasta rede de assistência social através da Fundação Eva Perón. Esta fundação recebia doações privadas mas a maior parte dos seus fundos provinha da CGT, dos sindicatos e do Estado, que lhe concedia, por exemplo, 10% das receitas da Loteria Nacional. Através da Fundação, Evita conseguia arrecadar fundos que somente ela controlava e decidia no que deviam ser gastos. Dessa forma ela conseguiu desenvolver uma política social paralela e ao mesmo tempo complementar à do governo através da construção de hospitais, escolas, casas de apoio, campeonatos de futebol juvenil e hotéis para as famílias da classe trabalhadora aproveitarem as férias (Navarro, 2002:333). No fim das contas, a Fundação serviu também como um extraordinário meio de propaganda política, sobretudo a partir de 1950, quando as dificuldades económicas começaram a se fazer sentir e só Evita tinha acesso a fundos para abrir hospitais, casas, escolas ou hotéis (Navarro, 2002:345).

Aqui é importante abordar o tema do sufrágio feminino na Argentina. Apesar de algumas obras escritas por peronistas atribuírem a Evita um papel predominante na obtenção do sufrágio feminino, a verdade é que sua atuação teve um impacto limitado e de último

⁸⁹ “Descamisados” é um termo que começou a ser utilizado para designar os protagonistas do dia 17 de outubro de 1945. Buenos Aires era muito formal no vestuário em 1945. No centro era costume usar paletó e gravata, ternos escuros e chapéu, nunca com a cabeça descoberta. No dia da greve, vários trabalhadores reunidos no centro de Buenos Aires estavam sem paletó e com camisa, o que escandalizava a elite bonarense. Do ponto de vista dos setores dominantes, as roupas permitiam inferir a qualidade das pessoas que desfilavam, portanto “descamisado” era uma palavra que significava tanto mal vestido como pobre. Os jornalistas e cronistas da época começaram a usar o termo com uma conotação pejorativa. Posteriormente, Perón conseguiu ressignificar o termo e transformá-lo num símbolo do peronismo. O símbolo respondia à pergunta de “quem eles eram”. Perón associou os “descamisados” aos *sans-culottes* franceses, uma imagem poderosa e contrária a tudo o que o antiperonismo procurava demonstrar. Foi instituído um ritual que passou a prevalecer nos atos peronistas de diferentes lideranças. Em determinado momento de seus discursos todos tiravam os paletós e ficavam de camisa ou até mesmo com as mangas arregaçadas. Este gesto significava a rejeição das formas tradicionais de “decência” estabelecidas (Grimson, 2019).

momento na luta das mulheres argentinas pelo voto. As sufragistas abriram o debate na virada do século e conseguiram mantê-lo vivo até a década de 1940. Evita apoiou a ideia da votação feminina na última etapa, quando não havia mais movimento sufragista, a medida já era apoiada pelo governo e pelo contexto internacional, não existia uma oposição aberta das esferas de poder e os conservadores não tinham mais como se opor (Navarro, 2002:337). Por outro lado, Evita fortaleceu a base política e social do peronismo ao organizar a incorporação das mulheres ao partido e preparar sua participação nas eleições de 1951 criando o Partido Peronista Feminino. Este último possuía uma estrutura paralela ao partido masculino e era completamente independente dele. Os frutos dessa organização se materializaram nas eleições do 11 de novembro de 1951. Perón recebeu 62,5% dos votos dos quais as mulheres representavam 48,9% dos cadernos eleitorais e das 3.816.460 mulheres que votaram pela primeira vez, 2.441.558, ou seja, 63%, o fizeram por ele. Também foram eleitas 29 mulheres: 6 senadoras e 23 deputadas, todas escolhidas pessoalmente por Evita (Navarro, 2002:344).

O impacto de Evita na consolidação do peronismo foi decisivo. Sua inserção na estrutura de poder contribuiu poderosamente para que Perón mantivesse intacta sua liderança carismática dos descamisados, pois fortaleceu os laços que os uniam, facilitou a eliminação de lideranças excessivamente independentes e impediu o surgimento de lideranças competitivas (Navarro, 2002:343-344). Além de tudo isso, Evita teve a audácia de sonhar na vice-presidência da República Argentina apesar de ter precisado renunciar no final (Navarro, 2002:346). O caso de Evita, como uma liderança carismática feminina sem experiência política e que foi aceita pelo povo argentino como sua líder, constituiu um fenômeno excepcional e sem precedentes na América Latina (Rein, 2012).

A partir de 1949, contudo, as condições que permitiram a consolidação e a estabilidade do regime peronista foram mudando e Perón foi modificando paulatinamente sua estratégia política. De acordo com Peter Waldman (1974), a transformação do Estado autoritário da primeira presidência em um novo tipo de governo, em parte mais repressivo, em parte mais liberal, demorou em torno de três anos, de 1950 a 1952. Várias razões estão por trás dessa mudança na estratégia do governo peronista. Em primeiro lugar, deve-se mencionar o desaparecimento do fator que mais contribuiu para a eficácia do sistema autoritário de governo entre 1946 e 1949: a prosperidade econômica. Em 1950, terminou a situação econômica favorável do pós-guerra, esgotaram-se as grandes reservas de divisas acumuladas no final da Guerra Mundial, pioraram os termos de troca para a exportação de produtos agrícolas e a agricultura argentina sofreu um conjunto de más colheitas que causaram danos irreparáveis ao setor. Diante desse novo cenário, Perón se viu obrigado a limitar de forma

drástica a atividade econômica estatal e acabar com grande parte dos subsídios cuja generosa distribuição durante os primeiros anos de governo havia assegurado a docilidade dos principais grupos de poder (Waldman, 1974:181).

Outro fator relevante que explica a crescente coerção exercida pelo governo foi a tentativa de golpe liderada pelo General B. Menéndez em 1951. O golpe foi mal preparado e não representou um grave perigo para o regime. No entanto, levantou suspeitas em Perón sobre a confiança política que as Forças Armadas ainda mereciam. A partir desse evento começou a depurar os quadros de oficiais e a eliminar todos aqueles que ele considerava pouco confiáveis do ponto de vista político⁹⁰. Se antes ele buscava a neutralidade das forças armadas, a partir de então ele passou a exigir provas de sua lealdade e confiança. Mas nem as ações de limpeza nem a campanha de doutrinação das Forças Armadas conseguiram solidificar o vínculo entre as instituições militares e o governo. A maioria dos oficiais considerou as medidas do governo uma interferência injustificada e uma violação da autonomia das forças armadas. Os oficiais que foram dispensados ou aposentados por não merecerem a confiança política do governo acabaram servindo de fermento para a oposição ao regime, que se formava na clandestinidade (Waldman, 1974:182). Em resumo, as razões que acabaram por ser decisivas para uma parte das forças armadas se rebelar abertamente e derrubar Perón podem ser agrupadas em duas categorias. Por um lado, as instituições militares viam a sua existência cada vez mais ameaçada. Por outro lado, a reorientação global da política peronista, a partir de 1950, levou as Forças Armadas a um golpe de Estado. A redução contínua do orçamento de armas desde 1951 e as reivindicações de constituição de milícias operárias foram alguns dos fatores que contribuíram para o descontentamento dos militares. De modo geral, o novo rumo adotado pelo governo de Perón era visto com crescente repulsa pelos grupos e instituições que o levaram ao poder em 1946. Junto às Forças Armadas encontravam-se certos setores do clero, da administração pública e intelectuais de tendência nacionalista (ibidem).

Outro motivo para a mudança de atitude de Perón foi a morte de Eva Perón, em 1952. A morte de Evita significou a perda da figura que representava o laço entre o líder e as massas, a figura que alimentava o ativismo das bases. A partir desse momento, Perón foi

⁹⁰ Entre as medidas tomadas estão algumas leis extremamente severas, como a Lei nº 14.062, que declarou estado de sítio (Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/legislacion/ley-nacional-14062.htm?bsrc=ci>>. Acesso em 17 jan. 2024). Outra lei deu a Perón poderes extraordinários para reestruturar as fileiras das forças armadas: todos os oficiais que não mereciam confiança podiam ser demitidos ou aposentados dentro de 180 dias e substituídos por outros dignos de confiança (Waldman, 1974).

obrigado a mudar sua posição de chefe de Estado, para exercer também o papel de agitador político, de modo a manter a continuidade de seu domínio carismático. Ele passou então a acentuar ainda mais a estratégia de dominação política de culto ao líder além de promover uma polarização da sociedade argentina, entre peronistas e antiperonistas. As figuras de Evita e Perón passaram por um processo de sacralização e mitificação mais intenso a partir de então⁹¹. A trágica morte de Evita - aos 33 anos, assim como Cristo -, colocou-a acima de qualquer crítica e elevou-a a uma esfera de adoração comparável ao culto dos santos (Waldman, 1974:95). No dia 7 de maio de 1952, o Congresso Nacional em sessão extraordinária nomeou Eva Perón a “Chefe Espiritual da Nação” (Argentina, 1952). Peter Waldman (1974) aponta que a partir de então, o estilo de governo estatizante do primeiro mandato deu lugar a intensos esforços em busca de uma “peronização” do sistema político durante o segundo mandato. Essa peronização do sistema político refere-se ao processo de transformação do sistema político em uma organização partidária, liderado por Perón, na qual partidários e simpatizantes do regime vão se inserindo nos diferentes ramos da administração pública (Waldman, 1974:59-60). Sendo assim, a glorificação do Estado na primeira fase do governo peronista se transformou na exaltação do partido peronista sobre o estado a partir de 1950 (Guinand, 2008).

O exercício cada vez mais autoritário do poder por parte de Perón foi afetando ao longo do tempo suas relações com a Igreja. A Fundação Evita Perón foi assumindo progressivamente as ações da Igreja nas áreas tradicionais de ação pastoral, entre mulheres, crianças e jovens. Mas a afronta maior foi a tentativa de converter o Justicialismo não apenas na doutrina oficial do Estado, mas também na expressão do verdadeiro cristianismo. Os líderes peronistas se dedicaram a distribuir as credenciais de bons ou maus cristãos, os cultos não católicos eram cada vez mais tolerados e a devoção popular em torno da figura de Evita depois de sua morte se transformou numa espécie de liturgia religiosa paralela. A isso soma-se o fato de que Perón por meio de uma série de medidas aboliu de uma vez os direitos e privilégios concedidos à Igreja até então: eliminou-se o ensino religioso nas escolas e os subsídios ao ensino privado, aprovou-se a lei do divórcio, autorizou-se a reabertura dos bordéis e proibiram-se as procissões religiosas. As reformas legais foram seguidas por uma

⁹¹ O processo de sacralização das figuras de Eva e Perón começou antes da morte de Evita. O slogan popularizado pelo regime, “Perón cumple, Evita dignifica”, consagrou o casal como pai e mãe do país e do seu povo. O slogan apareceu em todos os lugares, em escolas, casas, hospitais, ruas, avenidas e estações ferroviárias. Cada projeto ou obra pública era uma peça de propaganda do governo, destinada a servir como prova viva dos benefícios do peronismo (Derfler, 2012). Enquanto estava viva, Evita afirmou que “Perón é um Deus” (Finchelstein 2014:80 *apud* De la Torre, 2017:9) e se referiu a ele como “salvador” e “redentor” (Zanatta 2011:318 *apud* De la Torre, 2017:9). Por sua vez, Evita era retratada como uma santa, como a “primeira samaritana, a senhora da esperança” (Plotkin, 2003:159 *apud* De la Torre, 2017:9).

intensa campanha anticlerical orquestrada pela imprensa oficial. Nos primeiros meses de 1955 foi anunciada uma futura reforma da Constituição para decidir a separação entre a Igreja e o Estado (Torre, 2002:69-70). Diante das ambições hegemônicas do regime as entidades clericais começaram a se organizar. Em 8 de junho de 1955, desafiando as proibições, foi realizada uma grande procissão de Corpus Christi, na qual católicos, radicais, socialistas e comunistas marcharam no centro de Buenos Aires. A partir de então as manifestações da oposição se multiplicaram e em 16 de setembro, os militares deram um golpe de Estado. O golpe durou quatro dias, depois dos quais Perón buscou asilo na embaixada paraguaia, iniciando um longo exílio (Torre, 2002).

Apesar de não ser foco desta dissertação, estudar os dois primeiros governos de Perón a partir das categorias de análise de populismo no governo é relevante por alguns motivos. Primeiro, ao ser Perón um dos primeiros líderes populistas a alcançar o governo na América Latina, analisar o seu caso à luz da literatura sobre populismos no governo se torna relevante em si. Em segundo lugar, a análise nos permite comparar as experiências clássicas de populismo no governo com as experiências contemporâneas que são o principal foco de pesquisa. Por último, ele nos permite compreender o legado do Peronismo na Argentina e seus efeitos até hoje.

Ao fazer um balanço dos nove anos de governo peronista, é possível perceber os efeitos inclusivos do peronismo na Argentina. Perón assume o governo em um contexto autoritário, onde as curtas experiências democráticas do passado haviam sido marcadas pela fraude eleitoral, o clientelismo e a falta de liberdade eleitoral. Ao promover as eleições, estender o sufrágio - incluindo as mulheres - e estender direitos aos trabalhadores, seu governo trouxe resultados inclusivos e democráticos consideráveis. Nesse sentido, Perón consegue hibridizar o regime argentino no sentido democrático. Contudo, seu governo também foi marcado por certas tendências autoritárias que são possíveis de perceber através das categorias de populismo no governo. O quadro 6 mostra que, para cada categoria de populismo no governo, há pelo menos uma correspondência nos governos de Perón. Vale a pena lembrar que Perón surge e se torna uma figura relevante dentro do governo militar (1943-1946). Dessa maneira, seu legado é marcado por contradições, pois, ao mesmo tempo que ele promoveu efeitos democratizantes para o regime argentino, ele também governou de forma autoritária e personalista.

Quadro 6 - Indicadores de Populismo no governo identificados nos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955)

Populismo no Governo	Governos de Juan Domingo Perón (1946-1955)
Eleições e Campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder e como meio de relação direta entre líder e massa.	Desfiles, manifestações e aparições públicas como meio de fortalecimento do vínculo entre o líder e seus seguidores. Eleições como mecanismo de legitimação do líder e do regime. “Peronização” da sociedade e do Estado pela doutrina Justicialista.
Concentração de Poder no Executivo e enfraquecimento das instituições de <i>accountability</i> horizontal.	Cooptação e controle das instituições de <i>accountability</i> horizontal como o Tribunal Supremo de Justiça, a Procuradoria Geral da Nação e o Legislativo. Concentração de poder na presidência às custas da divisão de poderes, por meio de reformas constitucionais. Perseguição política de adversários.
Apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária.	Nova Constituição que cristaliza o projeto político do governo e altera os poderes do Estado.
Colonização e regulação da esfera pública.	Perseguição dos meios de comunicação críticos ao regime. Monopólio estatal dos meios de comunicação de massa e uso político para veicular propaganda favorável ao governo. Controle sobre o movimento operário e as universidades por meio da perseguição de setores opositores ao governo. Utilização da Fundação Eva Perón como meio de propaganda política.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Neste ponto, é importante salientar que o carisma de Perón contribuiu significativamente para conquistar o apoio da população para seu governo. Perón se enquadra como uma figura carismática típica. Usando o índice de lideranças carismáticas de Pappas (2021) é possível enquadrar Juan Perón como um tipo ideal. Ele possuía autoridade sobre seu

partido (Partido Peronista) e sobre o movimento peronista como um todo, controlando inclusive os grupos sindicais. Ele buscava estabelecer uma relação direta e não mediada com seus seguidores, promovendo manifestações públicas e de certa forma utilizando sua esposa e a fundação Eva Perón como meio de se manter próximo aos trabalhadores. Além disso, os objetivos da sua liderança eram radicais, buscando remodelar a arquitetura institucional do país promovendo uma democracia eleitoral mínima pautada pelos ideais do Justicialismo. Nesse sentido, ele buscava refundar a comunidade política em torno do seu projeto revolucionário promovendo uma “peronização” do sistema político. Perón representa um caso de líder populista e carismático típico.

5.3 Terceira presidência de Perón (1973-1976)

Ao longo de seu exílio, Perón permaneceu uma figura central na política argentina. Os dez governos que se seguiram, eleitos ou impostos, mas todos com aprovação militar, enfrentaram desafios significativos, incluindo uma inflação crônica e ciclos persistentes de recessão e recuperação. Nenhum desses governos conseguiu evitar a deterioração econômica e a gradual erosão dos padrões de vida dos argentinos. Os sindicalistas, sob a liderança de peronistas leais decididos a preservar as conquistas anteriores a 1955, emergiram como o principal adversário político. E, durante os seus 18 anos em solo estrangeiro, Perón permaneceu no controle total do movimento peronista (Derfler, 2012:111).

A Revolução Libertadora, como veio a ser conhecida a ditadura cívico-militar que governou a Argentina após a derrocada de Perón, tinha como um dos seus objetivos a *desperonização* do país. Com esse intuito, o governo do general Aramburu aboliu a Constituição de 1949 e dissolveu o partido peronista. O Congresso também foi dissolvido e a Suprema Corte demitida. Os legisladores peronistas, bem como milhares de líderes sindicais, foram presos e banidos da atividade política. Da mesma forma, oficiais militares e católicos considerados insuficientemente hostis a Perón foram acusados de atividades subversivas. O governo criou novos sindicatos para diluir a autoridade dos peronistas entre os trabalhadores sindicalizados. O jornal *La Prensa* foi retirado da CGT e passou a ser controlado pelo governo, tornando-se um órgão antiperonista. Nomes de ruas, edifícios, obras públicas e monumentos foram todos renomeados numa tentativa de expurgar Perón e Evita da memória pública, ao ponto de qualquer menção aos nomes e exibição de suas fotos ser proibida - o ex-presidente seria referido na imprensa como *o tirano prófugo* -. Os professores foram

obrigados a riscar as referências dos livros didáticos ao casal e a Fundação Eva Perón foi fechada (Derfler, 2012:113-114).

As tentativas do regime de difamar a imagem do ex-líder, no entanto, acabaram falhando. A perseguição lançada pelo regime de Aramburu revigorou os apoiadores de Perón: aos olhos dos trabalhadores argentinos, a imagem do ex-presidente como um grande benfeitor brilhava cada vez mais, especialmente à medida que os seus padrões de vida continuavam a cair (Derfler, 2012:115). Contudo, devido à repressão do governo, o movimento peronista começou a dividir-se em facções. Se anteriormente nenhum faccionalismo dentro das fileiras do partido era tolerado, agora, porém, isso permitia que nenhuma liderança nova e forte emergisse de um movimento unido e independente, o que beneficiava Perón (Derfler, 2012:118).

Aqui é importante mencionar que para a década de 70 surgiu na Argentina um dos maiores e mais poderosos grupos de guerrilha urbana da América Latina. Há muito tempo existiam grupos guerrilheiros na Argentina, assim como existia uma facção de esquerda no peronismo, mas até ao final da década de 1960 ambos eram praticamente irrelevantes, tanto em número como em influência. Somente durante a década seguinte, as forças dos chamados *Montoneros* cresceriam em tamanho e importância. Os *Montoneros*, se identificavam como peronistas e tinham como objetivo imediato criar condições sob as quais Perón pudesse voltar ao poder. Esses grupos guerrilheiros começaram a fazer uso do terror e a desafiar a ordem estabelecida, chegando a sequestrar e executar o ex-presidente Aramburu em 1970 (Derfler, 2012:135).

No início da década de 70, o colapso da Revolução Argentina era evidente e o sonho de retorno do Perón ao poder se mostrava cada vez mais palpável. A sucessão de presidentes civis e militares que entraram e saíram da Casa Rosada desde a saída de Perón, não conseguiram restabelecer a saúde política e econômica do país, que vinha se deteriorando progressivamente. As guerrilhas armadas realizavam diversos ataques contra a ditadura governante e lutavam pelo retorno de Perón ao país. Uma nova geração de líderes mais militantes havia assumido o controle do movimento sindical. A Argentina estava se fragmentando em um conjunto de grupos em conflito. Os militares, também divididos, estavam cada vez mais resignados com o eventual regresso do governo civil. Os seus líderes preferiam alguém que não fosse Perón, mas à medida que a violência política escalava e as opções viáveis de ação faltavam, foram forçados a aceitar a necessidade de restaurar a participação peronista na vida política da Argentina (Derfler, 2012:136).

Em 1º de abril de 1971, os partidos políticos, que haviam sido proibidos em 1966 após o golpe militar, foram legalizados. Os militares começaram então a planejar a transição para um governo civil. Embora proibido de concorrer à presidência, foi concedida permissão a Perón para que visitasse a Argentina e para que seu partido participasse das eleições marcadas para 11 de março de 1973. Para garantir que ele ficasse fora da chapa, a junta militar impôs um requisito de residência para todos os candidatos potenciais: qualquer pessoa que não estivesse residindo na Argentina antes de 25 de agosto de 1972 estava proibida de concorrer a cargos públicos. Perón obedeceu à exigência de residência imposta pelo governo a possíveis candidatos e recusou a oferta do Partido Justicialista (PJ) para a nomeação presidencial. Contudo, nos meses que antecederam as eleições, Perón preparou o caminho para o seu retorno ao poder. Ele reuniu-se com diversos líderes partidários, chefes e representantes sindicais, para formar a coligação Frente Justicialista de Libertação que apoiaria seu candidato escolhido a dedo, Héctor Cámpora (Derfler, 2012).

Nas eleições de março de 1973, Cámpora e os peronistas obtiveram uma vitória esmagadora, assegurando a presidência e maioria na legislatura. Mas apenas 49 dias depois de assumir o cargo, sinal da força e do controle que Perón exercia sobre o Partido Justicialista, Cámpora e seu vice-presidente entregaram suas renúncias ao Congresso, abrindo caminho para uma nova eleição livre e para o retorno de Perón à presidência. Em 23 de setembro de 1976, com 62% dos votos, Perón ganhou as eleições. Em 12 de outubro ele assumiu a sua terceira presidência, tendo como vice-presidenta sua então esposa María Estela Martínez Cartas de Perón, mais conhecida como Isabel Perón⁹², que se tornou a primeira vice-presidenta mulher na América Latina (Derfler, 2012; Weir, 2013).

Uma vez de volta ao governo, Perón prometeu que seguiria os princípios do Justicialismo e que não se deveria falar mais em revolução. Para a frustração daqueles que esperavam que seu regresso trouxesse uma nova era de políticas sociais, Perón foi cada vez mais se alinhando à direita, formando laços com militares e outros grupos conservadores que anteriormente se opunham a ele mas que agora se encontravam desesperados para conter a esquerda radical. Se no exílio Perón usou a esquerda radical e as guerrilhas para organizar seu retorno ao poder, uma vez eleito ele pretendia travar uma guerra contra o terrorismo⁹³.

⁹² Os acontecimentos que levaram à presidência de Isabel Perón começaram quando ela foi chamada para representar o marido exilado na política argentina. Isabel viajou várias vezes à Argentina para servir como representante de Perón, promovendo com sucesso os candidatos escolhidos nas eleições provinciais. Em 1965 Perón enviou Isabel para enfrentar Vandor na campanha eleitoral. Augusto Timoteo Vandor era um dirigente sindical que estava promovendo um “peronismo sem Perón” durante os anos sessenta. Isabel também teve um papel importante nas eleições de 1973 (Grimson, 2019; Weir, 2013).

⁹³ Foi para combater Vandor - dirigente sindical que estava promovendo um “peronismo sem Perón” durante os anos sessenta - e a ameaça de perda do seu poder sobre o movimento trabalhista que levou Perón a incentivar a

Buscando restaurar a ordem em 1974 o Congresso aprovou uma série de leis que previam penas mais duras para atos terroristas. Da mesma forma, com o objetivo de despolitizar os jovens militantes e torná-los mais controláveis, Perón queria que todos os jovens peronistas se unissem em uma organização única, a Confederação Geral da Juventude. Em paralelo, a situação econômica e política continuava se deteriorando, com a inflação aumentando em torno de 6% ao mês (Derfler, 2012).

A terceira presidência de Perón seria curta e no dia 1 de julho de 1974, Isabel Perón anunciou a morte de seu marido. O último ato oficial de Perón foi assinar dois decretos presidenciais, um deles delegando o poder presidencial a Isabel. Este seria um dos primeiros casos, se não o primeiro, de tentativa de sucessão direta de uma liderança populista carismática. No entanto, Perón deixou para sua sucessora uma situação insustentável, que acabaria levando a um golpe em 1976. Isabel Perón herdou a liderança de um país com problemas econômicos profundos, onde o terrorismo e a violência eram cada vez mais comuns e o movimento peronista estava em guerra consigo mesmo. O movimento peronista estava dividido entre verticalistas e anti-verticalistas. Os primeiros viam o movimento peronista como concentrando-se principalmente em torno da figura de Juan Perón e, portanto, como Isabel fora a escolha de Juan para sucedê-lo como líder do movimento, questionar esta escolha era ser desleal a Perón. Os anti-verticalistas, por outro lado, viam a possibilidade de um “peronismo sem Perón” (Weir, 2013). Além das rixas internas ao movimento, Isabel não conseguiu obter o apoio firme de nenhum grupo de poder, nem mesmo dos sindicatos. Os atos terroristas e a violência política aumentaram. Em 1º de agosto, os Montoneros militarizaram sua organização e retomaram a guerrilha. Ao mesmo tempo, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), um outro grupo guerrilheiro de extrema esquerda, intensificou suas campanhas militares, ameaçando a capacidade de governar de Isabel. Em 19 de setembro, o grupo de extrema direita, Triple A, liderado pelo ministro do Bem-Estar Social, José López Rega⁹⁴, assassinou várias dezenas de figuras proeminentes de esquerda e a violência saiu do controle. No início de novembro o governo declarou estado de sítio (Derfler, 2012:156).

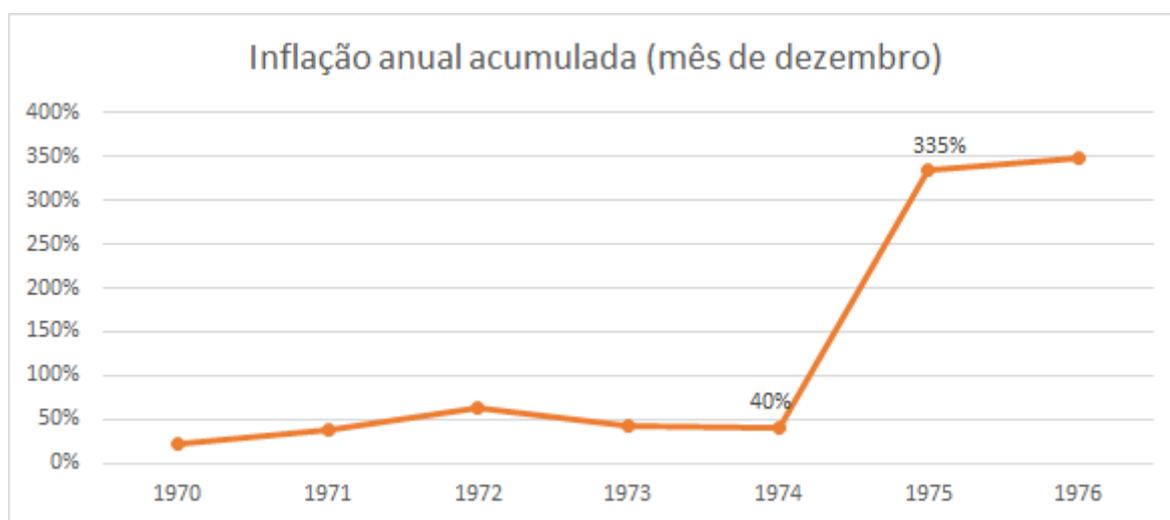
No meio de toda violência, a economia estava de mal a pior. No final da primavera de 1975 o governo estabeleceu um programa de austeridade, conhecido como o *Rodrigazo*, que incluiu uma forte desvalorização do peso de 150%, um aumento dos preços dos combustíveis

radicalização da juventude peronista e a incorporação ao seu movimento de nacionalistas favoráveis a ações enérgicas. A recepção calorosa contribuiu para o desenvolvimento de um movimento revolucionário de guerrilha urbana (Derfler, 2012:130).

⁹⁴ De acordo com Derfler (2012) Isabel estava sob o controle total de López Rega, que atuava como secretário particular da presidência além do seu cargo como ministro. Após lotar o gabinete da presidência com aliados políticos ele passou a estabelecer e ditar as suas políticas.

em 175%, um aumento da eletricidade em até 75%, a liberalização dos preços no geral e um teto aos aumentos salariais acordados nas negociações coletivas (Landi, 1978; Grimson, 2019). As medidas dispararam a inflação: a inflação anual acumulada passou de 40% em 1974 a 335% em 1975, dando início a uma década e meia de taxas de inflação superiores a 100% (ver gráfico 1)⁹⁵. O pacote econômico provocou greves e protestos de rua, que representaram a primeira vez que os trabalhadores se mobilizaram em massa contra um governo peronista (Grimson, 2019:273).

Gráfico 1 - Série história da inflação anual acumulada na Argentina (1970-1975)



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do INDEC.

À medida que a indignação pública aumentava e a situação política se tornou uma guerra, a perspectiva de um golpe militar se tornava cada vez mais iminente. Finalmente, em 24 de março de 1976, as forças armadas tomaram o poder, destituíram Isabel Perón do cargo e criaram uma junta governante. O novo governo militar estava determinado a pôr fim à violência contra o regime e a promover a recuperação econômica. O primeiro objetivo foi alcançado em três anos, mas à custa de táticas terroristas, de muita violência e da violação sistemática de direitos humanos. Milhares de pessoas foram presas e torturadas. Muitas simplesmente desapareceram e uma nova palavra, os desaparecidos, foi acrescentada ao vocabulário político argentino (Derfler, 2012). O número exato de pessoas desaparecidas, assassinadas e torturadas têm sido motivo de discussão, mas as organizações de direitos

⁹⁵ Em 1980 a taxa de inflação baixou para 88%, mas no final de 1982 a Argentina voltou a registrar uma taxa de inflação anual superior aos 200% que se manteve alta até 1986, quando a taxa de inflação anual registrada em dezembro baixou aos 82% de novo. Porém, três anos depois, entre 1989 e 1990, o país passaria por um processo hiperinflacionário com a taxa anual acumulada em março de 1989 atingindo o seu valor máximo de 20.262,8% de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec).

humanos estimam que cerca de 30.000 pessoas foram vítimas da ditadura militar de 1976-1983. O terrorismo e a violência dessa ditadura foi um divisor de águas na opinião pública.

A Guerra Suja, ou genocídio argentino⁹⁶, durou 6 anos. Em abril de 1982, em um erro de julgamento que teve consequências fatais para o regime militar, o então presidente, general Leopoldo Galtieri, invadiu as Ilhas Malvinas, de propriedade britânica, numa tentativa de desviar a atenção dos problemas econômicos e reunificar o país. A Argentina foi forçada a se render em 14 de junho e a junta militar caiu, sendo forçada a convocar novas eleições democráticas em 1983. Em 30 de outubro o peronismo sofreu sua primeira derrota eleitoral em eleições presidenciais. Raúl Alfonsín, candidato da União Cívica Militar ganhou a presidência com 51% dos votos (Derfler, 2012). A eleição de Alfonsín foi um marco importante na história política argentina pois ela inaugurou um processo de redemocratização do país e, uma vez na presidência, Alfonsín foi responsável pelo julgamento dos culpados de violações dos direitos humanos durante a ditadura anterior - característica que distingue a democracia argentina de outras democracias recuperadas na América do Sul.

5.4 De Menem a Eduardo Duhalde (1989-2003)

O Peronismo é um dos poucos casos de populismo que conseguiu transcender a figura do líder fundacional. Após a morte de Perón, o peronismo continuou existindo como uma força política dominante no cenário político argentino e, com o tempo, foi sendo reinterpretado por diferentes lideranças para atender às necessidades de seus contextos. Como vimos nas seções anteriores, o peronismo nunca foi um conjunto homogêneo e estático de ideais. Perón, ao longo de seus mandatos, mudou suas políticas, estratégias e princípios ideológicos. E é justamente essa flexibilidade ideológica que permitiu que o peronismo se adaptasse ao longo dos anos e assumisse diferentes faces. Assim sendo, da mesma forma que

⁹⁶ A designação da ditadura militar (1976-1983) como uma "guerra" é contestada por algumas organizações de direitos humanos. Estas últimas argumentam que o uso do termo pelo regime militar serve para justificar os métodos de repressão adotados com base numa situação de necessidade, derivada de um perigo mortal para as instituições civis e militares, que na verdade nunca existiu. Além disso, o uso do termo insinua que os trinta mil detidos-desaparecidos e assassinados foram, na verdade, trinta mil suspeitos de terrorismo que colocavam em risco a "paz social". Uma outra consideração feita é que ao falar de guerra supõe-se que a magnitude das forças beligerantes é comparável. Porém dada a disparidade vítimas de ambos lados torna-se inadequada a definição de "guerra" e propõe-se, ao invés, o uso do termo "genocídio" (Frontalini; Caiati, 1984).

o populismo oscila entre a esquerda e a direita⁹⁷, o peronismo retornou ao poder depois da morte de Perón em 1989 com uma roupagem nova.

Após ganhar a presidência com uma campanha que prometia um *salariozo* (grande aumento salarial) e um limite no pagamento da dívida, Carlos Menem respondeu à crise hiperinflacionária de 1989 com uma reviravolta política impressionante. Assim que assumiu a presidência ele decidiu abraçar uma agenda neoliberal, também definida como “liberalismo popular” (Schamis, 2013). Ele nomeou como seu ministro da economia um executivo da maior empresa multinacional da Argentina, Bunge y Born, e formou seu governo com tecnocratas voltados para o mercado, distribuindo apenas alguns cargos alto escalão para as lideranças peronistas. Menem também forjou uma aliança com o partido de direita UCeDe (Unión del Centro Democrático) - o primeiro e mais articulado partido em defesa da liberalização econômica -, e nomeou seu líder, Álvaro Alsogaray, como assessor de dívidas. Em Agosto de 1989, o governo de Menem de início ao desmantelamento do modelo econômico estatista e nacionalista. Por iniciativa do presidente, o Congresso aprovou a “Lei da Reforma do Estado”, que tornou praticamente todas as empresas públicas elegíveis para privatização, e a “Lei de Emergência Econômica”, que deu poderes extraordinários ao executivo para agilizar o processo. Este quadro jurídico preparou o terreno para a eliminação dos subsídios industriais, a redução das restrições às importações, cortes nas despesas públicas e no emprego e aumentos na arrecadação de impostos (Schamis, 2013; Levitsky, 2003).

Um componente central da política econômica menemista foi a Lei da Conversibilidade. Projetada pelo Ministro da Economia, Domingo Cavallo, em 1991, a Lei de Conversibilidade tornou o peso argentino livremente conversível em dólar. O programa teve efeitos imediatos e conseguiu acabar com a hiperinflação e restaurar o crescimento da economia argentina. A inflação caiu de 27% em fevereiro de 1991 para 0,4% em novembro de 1991, e o PIB expandiu-se a uma taxa média de 7,7% entre 1991 e 1994. Ao mesmo tempo, porém, o desemprego subiu de forma constante, passando de 8,1% em 1989 para 18,4% em 1995 (Levitsky, 2003:146). O governo manteve a Lei da Conversibilidade até o final da

⁹⁷ Mudde e Kaltwasser (2017) definem populismo como uma “thin-centered ideology” que pode ser adotada tanto por movimentos políticos de esquerda como de direita. Para os autores o populismo quase sempre aparece ligado a outros elementos ideológicos. Isto significa que ele pode assumir formas muito diferentes, dependendo de como os conceitos centrais do populismo (as noções de povo, elite e vontade geral) se relacionam com outros conceitos ideológicos, formando quadros interpretativos que podem ser mais ou menos atraentes para diferentes sociedades. Michel Kazin (2016) é outro autor que ao estudar a história Norte-Americana analisa como o populismo se manifestou tanto na esquerda quanto na direita do espectro ideológico. O que diferencia o populismo de esquerda do de direita é a forma como o “povo” e a “elite” são representados.

década, resistindo aos apelos dos líderes partidários para “peronizar” o modelo econômico. Inclusive, quando a crise do peso mexicano de 1994 ameaçou a estabilidade pós-1991, Menem anunciou, no meio de uma campanha de reeleição, um programa de austeridade severo que incluía mais privatização, uma redução de salários de alguns setores públicos e um corte de bilhão de dólares em gastos.

Não bastasse a mudança radical em política econômica, o governo também abandonou a política externa nacionalista do peronismo em favor de uma orientação pró-EUA, ao ponto de enviar tropas para lutar ao lado dos Estados Unidos na Guerra do Golfo. Da mesma forma, Menem surpreendeu os argentinos ao abraçar publicamente o almirante Isaac Rojas, responsável pela repressão brutal dos peronistas após o golpe de 1955, e ao conceder perdão aos oficiais militares responsáveis pela repressão da Guerra Suja de 1976-82 (Levitsky, 2003:147).

Em seus dez anos de governo Menem conseguiu privatizar a maioria dos serviços públicos que Perón tinha nacionalizado a quase 40 anos atrás. Ao mesmo tempo, sua política de austeridade fiscal atingiu duramente a classe trabalhadora, triplicando o desemprego e aumentando a desigualdade (Grimson, 2019). Em muitos aspectos, a política social e econômica do Presidente Menem foi o oposto do que se poderia esperar de um governo peronista. Porém, surpreendentemente, Menem governou seus dois mandatos com o apoio da maioria dos dirigentes sindicais, dos governadores e do PJ.

De acordo com Levitsky (2003), as reformas de Menem foram fundamentais para o sucesso do Partido Justicialista em dois sentidos. Primeiro, as reformas atraíram uma parcela substancial do voto independente e conservador, que proporcionou a margem de vitória do partido nas eleições de 1991, 1993 e 1995. Em segundo lugar, ao conseguir estabilizar a economia, as reformas ajudaram o PJ a evitar o tipo de colapso eleitoral sofrido por outros partidos trabalhistas da região, como o AD na Venezuela e o APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) no Peru, na década de 1990. Ao mesmo tempo, porém, o PJ beneficiou-se enormemente da estabilidade da sua base eleitoral tradicional. Os peronistas mais tradicionais continuaram a votar no PJ ao longo da década de 1990, apesar de um grande número deles criticarem as políticas econômicas neoliberais.

Levitsky (2003) defende também o fato de que a adaptação peronista contribuiu de forma importante para o desempenho e estabilidade da democracia argentina durante a década de 90. No geral, na América Latina, o fracasso dos partidos estabelecidos levou frequentemente a fragmentação ou decomposição do sistema partidário. Na verdade, fora El Salvador e o México, partidos enfraquecidos ou fracassados geralmente deram lugar a

veículos personalistas ou partidos “relâmpagos” fracamente organizados. Além disso, a decomposição do sistema partidário muitas vezes abriu caminho para o surgimento de políticos anti-sistema ou “neopopulistas”. Este fenômeno foi claramente visto no Peru e na Venezuela, onde a crise dos partidos estabelecidos foi acompanhada pela decomposição do sistema partidário e pelo colapso ou quase colapso dos regimes democráticos.

Contudo, apesar da estabilidade, Levitsky (2003) aponta que o governo Menem conseguiu enfraquecer em alguma medida a *accountability* horizontal da democracia argentina. Durante seu primeiro mandato, Menem fez uso repetido de sua autoridade ambigualmente constitucional para emitir Decretos de Necessidade e Urgência (DNUs) (Rubio; Goretti, 1996). Os DNUs não faziam parte do conjunto de competências presidenciais estabelecidas na Constituição de 1853. Mas desde 1853, diante de situações de notável gravidade institucional ou de crise econômica, os presidentes argentinos emitiam Decretos de Necessidade e Urgência, assumindo para si poderes que, no esquema constitucional, correspondiam ao Congresso. Nesse sentido, o uso desses decretos não era novidade no cenário jurídico argentino. Mas a frequência incomum em que Menem ditou Decretos de Necessidade e Urgência deu origem ao termo “decretazo” (ibidem). Entre 1853 e julho de 1989, foram emitidos cerca de 35 DNUs, dentre os quais Alfonsín emitiu dez entre 1983 e 1989. O presidente Menem, por sua vez, emitiu 545 DNUs ao longo das duas presidências (Rubio e Goretti 2000 *apud* Levitsky, 2003). Somente entre julho de 1989 e agosto de 1994, ele ditou 336 Decretos de Necessidade e Urgência, através dos quais, por exemplo, criou impostos, revogou leis ou modificou relações contratuais (Rubio; Goretti, 1996). Além disso, em 1994, uma reforma constitucional incorporou expressamente o poder do presidente de emitir Decretos de Necessidade e Urgência sempre que existirem circunstâncias excepcionais que impossibilitem o seguimento do processo legislativo ordinário. De acordo com o novo artigo da constituição, os DNUs deveriam ser revistos por um painel especial antes de entrarem em vigor e os decretos também foram limitados a uma duração de noventa dias, a menos que fossem oficialmente promulgados pelo Congresso⁹⁸.

Além do uso excessivo de Decretos de Necessidade e Urgência, Menem também interferiu no Poder Judiciário. Em 1990, o governo aprovou uma legislação que expandiu o

⁹⁸ Apesar da incorporação dos Decretos de Necessidade e Urgência à Constituição em 1994, somente em 2006 se incorpora uma regulamentação de controle legislativo dos DNUs através da lei 26.122. Esta lei introduz duas modificações em relação ao poder relativo do presidente e do Congresso sobre a utilização do DNU. O Chefe da Casa Civil deve comunicar ao Congresso Nacional os decretos de necessidade e urgência que forem expedidos. O Congresso deve controlar se os requisitos estabelecidos pela Constituição foram cumpridos. A Comissão Permanente Bicameral deverá emitir e submeter o parecer ao plenário de cada uma das Câmaras para tramitação (Argentina [...], 2006b).

Tribunal Supremo de cinco para nove membros, e entre abril e maio do mesmo ano ele designou, com aprovação do Senado, seis ministros da Corte (Rubio; Goretti, 1996). A expansão e as nomeações criaram um tribunal supremo que era extremamente parcial em relação ao governo. Durante o primeiro ano de mandato, a Corte raramente decidiu contra o poder executivo (Larkins 1998; Helmke 2003). Outro acontecimento significativo, foi a substituição do procurador-geral da Corte e a nomeação de seu substituto por decreto e sem acordo do Senado, pela primeira vez na história constitucional argentina (Rubio; Goretti, 1996). Como efeito prático desta ação, Menem conseguiu controlar e, em última análise, restringir os julgamentos contra os militares, mesmo antes de o Tribunal Supremo ter decidido sobre a constitucionalidade dos indultos concedidos por Menem aos acusados (Larkins, 1998). Por último, Menem também conseguiu superar o seu maior obstáculo: a proibição constitucional da reeleição presidencial. À medida que o seu mandato de seis anos se aproximava do fim, o presidente e os seus aliados começaram a trabalhar para levantar a proibição, muitas vezes mascarando as suas verdadeiras intenções por detrás de apelos a uma reforma mais geral da constituição do país de 1853 (ibidem).

Apesar de tais medidas, Levitsky (2003) considera que em muitos aspectos, a democracia argentina se mostrou notavelmente robusta durante o período Menem. Ao contrário de muitos outros regimes na América Latina, as principais instituições democráticas da Argentina nunca foram gravemente violadas durante a década de 1990. Mesmo na dimensão da *accountability* horizontal, os abusos do governo Menem foram comparativamente limitados e de curta duração. O número de DUNs emitidos pelo poder executivo diminuiu significativamente ao longo do decorrer da década de 1990. Por outro lado, Menem conseguiu ressuscitar a influência do regime sobre as forças armadas - que havia sido perdida após as insurreições militares dos *Carapintadas* entre 1987 e 1990⁹⁹ -, apesar da sua propensão para favorecer canais personalistas ou não institucionais para administrar as forças armadas (Trinkunas, 2000). Depois de 1990, quando o governo Menem emitiu um controverso perdão a altos oficiais militares condenados por crimes de direitos humanos violações, a presença dos militares na política foi praticamente nula¹⁰⁰.

⁹⁹ No contexto de grande número de processos judiciais e condenações contra militares pelos crimes cometidos pela ditadura (1976-1983), ocorreram uma série de levantes organizados por um grupo de oficiais de patente intermediária do Exército Argentino, conhecidos como "carapintada". Estes últimos, que recebiam esse nome por se apresentarem com pintura facial camuflada como na guerra, tomaram instalações militares para protestar contra os julgamentos por violações dos direitos humanos.

¹⁰⁰ As forças armadas mantiveram-se notavelmente calmas quando o governo Menem reduziu o seu tamanho em um terço, reduziu seu orçamento de 18,2% em 1989 para 10,6% em 1993, aboliu o alistamento militar e privatizou empreendimentos que eram das forças armadas. No final da década, os gastos militares estavam sob controle exclusivo do Ministério da Economia, a responsabilidade pela determinação das missões militares estava nas mãos do Ministério das Relações Exteriores (Trinkunas 2000: 100).

A resiliência das instituições democráticas da Argentina tornou-se manifesta em 1998, quando Menem tentou concorrer a um terceiro mandato. Em contraste com 1994, a tentativa de “reeleição” de Menem foi combatida por uma oposição forte e unida, bem como por cerca de metade do seu próprio partido peronista. Devido ao baixo apoio popular combinado com a força dos grupos opositores, Menem não podia propor um plebiscito como tinha ameaçado em 1994, nem podia contar com o Congresso para fornecer um quórum para a reforma da Constituição. Os aliados de Menem procuraram obter uma decisão favorável do Supremo Tribunal, então dominado pelos menemistas, mas os juízes rapidamente deixaram claro que não tomariam tal ação (Helmke, 2003).

Em 1999, Menem entregou o poder para Fernando De la Rúa, do Partido Radical. Sob o governo de De la Rúa (1999–2001), a Argentina caiu em mais uma rodada de crise político-econômica. Após três anos consecutivos de recessão, a economia entrou em colapso no final de 2001, resultando num incumprimento da dívida de 140 mil milhões de dólares, no colapso do sistema financeiro e numa crise financeira. A recusa do Fundo Monetário Internacional em permitir o alívio da pressão fiscal por meio da liberação de novos empréstimos desencadeou um processo de fuga de capitais. Diante desta situação, o governo decidiu aplicar uma medida conhecida como o “Corralito”, que restringia a possibilidade de retirar dinheiro de contas bancárias acima de 250 dólares por semana (e um limite de 1.000 dólares por mês), com o objetivo de impedir a fuga de moeda do país (Rúbio, 2006). Mas a medida não teve o efeito desejado e o colapso econômico foi acompanhado por uma profunda crise política. Uma enorme onda de tumultos, saques e protestos forçou a renúncia antecipada de De la Rúa. Pela primeira vez na história argentina um governo eleito por meio de eleições livres foi derrubado como resultado de uma revolta popular (Rodríguez, 2014).

Os protestos rapidamente se transformaram em uma rebelião em grande escala contra toda a elite política. O clima público foi cristalizado no slogan “que se vayan todos” (“todos pra fora”). Uma outra série de protestos em massa levou à renúncia do presidente interino Adolfo Rodríguez Saá apenas uma semana após a sua eleição pelo Congresso. Em 1º de janeiro de 2002, o então senador do PJ, Eduardo Duhalde, se tornou o terceiro presidente da Argentina em menos de duas semanas (Levitsky, 2003).

Duhalde presidiu o pior colapso econômico da história argentina. A revogação da Lei de Conversibilidade em janeiro de 2002 resultou numa desvalorização maciça do peso e desencadeou temores de um retorno à hiperinflação. Com o governo inadimplente, o sistema bancário paralisado e com os Estados Unidos e o FMI relutantes em emprestar mais assistência, a economia entrou em queda livre. Em meados de 2002, um quarto da força de

trabalho estava desempregada e a taxa de pobreza aumentou de 22 % (em 1994) para quase 50% (Levitsky, 2003). Além dos problemas económicos, Duhalde também teve que lidar com a erosão do sistema partidário. Enquanto o Partido Radical ficou amplamente desacreditado após o desastre de De la Rúa, o próprio partido peronista de Duhalde estava profundamente fragmentado. A rixa entre Duhalde e Menem, que começou no final da década de 1990, fez com que Duhalde, então presidente do PJ, fizesse um cálculo pouco institucional: se fossem realizadas eleições primárias do PJ, Menem provavelmente seria o candidato ganhador, mas numa disputa nacional aberta, em que não houvessem primárias dos partidos, o segundo turno das eleições presidenciais seria provavelmente entre dois candidatos peronistas, e, dada a alta taxa de rejeição de Menem, este não conseguiria vencer num segundo turno. Como resultado, três candidatos peronistas competiram pela presidência nas eleições de abril de 2003 e cada candidato teve que escolher um nome para o seu novo partido político. Embora todos os três partidos estivessem autorizados a usar símbolos peronistas, nenhum poderia usar o selo PJ ou reivindicar representar o Partido Justicialista. Carlos Menem chamou sua coalizão de “Frente por la Lealtad”, um rótulo altamente peronista. O ex-governador Adolfo Rodríguez Saá chamou a sua de “Movimiento Popular”. Néstor Kirchner por sua vez escolheu para a sua coalizão o nome “Frente para la Victoria”, que era o nome da coligação que governou na sua província de Santa Cruz, liderada pelo PJ (Ostiguy; Schneider, 2018).

Neste ponto é preciso abordar brevemente a evolução do sistema partidário e do partido peronistas no final do século passado. De acordo com Ostiguy e Schneider (2018) o Peronismo é mais um movimento do que um partido político. Para os autores, o peronismo pode muitas vezes funcionar como um partido político e ter uma relação “parasitária” com o Estado, mas o peronismo também pode sobreviver e ter um desempenho muito bom eleitoral e socialmente sem o Estado ou o PJ (p.278). Em parte, é justamente essa estrutura organizacional robusta e enraizada na sociedade argentina em uma variedade de organizações sindicais, movimentos sociais, grupos políticos e comunidades locais, que permitiram que o peronismo sobrevivesse à figura de Perón. Nesse sentido, institucionalmente, os vínculos – em amplitude e intensidade – entre os sucessivos líderes e militantes são muito mais importantes e decisivos do que o PJ em si. O partido-Estado, criado por Juan Perón em meados da década de 1940, evoluiu na década de 1960 para um influente movimento sociopolítico abrigando diversos projetos voluntaristas, e transformou-se, no final dos anos 1990, em uma sociedade de partidos provinciais peronistas desprovida de horizontes ideológicos (Sidicaro, 2011). A fragmentação do peronismo se deu principalmente pela morte

do seu líder fundacional. Sem a figura de Perón, instalou-se oficialmente a heterogeneidade política que sempre o caracterizou (ibidem).

Perón frustrou constantemente os esforços para estabelecer um conjunto estável de regras internas partidárias, tanto durante sua presidência inicial quanto durante seu longo exílio. Apesar de o partido carismático¹⁰¹ ter conseguido sobreviver à morte do seu líder fundacional, os peronistas não conseguiram chegar a um consenso sobre as novas regras do jogo para organizar partido ou distribuir autoridade. Como resultado, a organização PJ que emergiu da transição democrática de 1983 era pouco institucionalizada e não burocrática. A hierarquia partidária carecia de filtros de recrutamento e de estabilidade na ocupação dos cargos e nos planos de carreira. É por isso que a crise de 2001-2002 expôs os problemas da estrutura flexível e não burocrática do PJ. Na ausência de uma burocracia centralizada ou de uma figura de autoridade unificadora, o peronismo respondeu à crise de uma forma anárquica e as eleições de 2003 acabaram tendo três candidatos peronistas.

Um ponto relevante para entender o sistema partidário argentino é que os partidos políticos nacionais se organizam como alianças de partidos locais ou distritais, que preservam uma autonomia importante em relação à liderança do partido nacional. Os atores principais da estrutura partidária são os líderes provinciais, que têm uma autonomia financeira significativa (80% do financiamento público vai para os partidos distritais) e também têm o poder de nomear candidatos legislativos locais e nacionais (Cherny; Feierherd; Novaro, 2010). Isto condiciona a forma como o presidente se relaciona com o seu próprio partido e com as demais forças partidárias. Ao longo da década de 1990, o processo de descentralização dos recursos políticos, administrativos e económicos, reforçou o poder dos governos provinciais e das organizações partidárias locais, aumentando sua independência e autonomia em relação aos órgãos governamentais nacionais. Este processo de “territorialização” do sistema partidário favoreceu a sua fragmentação a nível nacional e nos distritos mais populosos (Ibidem).

De toda forma, a aposta política de Duhalde em 2003 se mostrou acertada, e as duas chapas mais votadas eram do campo peronista: a fórmula Menem-Romero teve 24,45% dos votos, enquanto Kirchner-Scioli ficaram com 22,24%. Mas como Menem sofria de uma altíssima taxa de rejeição, ele decidiu sair da contenda. A deserção dele no segundo turno das eleições, face à iminência de uma derrota contundente, marcou o triunfo do candidato

¹⁰¹ Uma característica central do partido carismático é o controle e a predominância da vontade do líder sobre todas as atividades do partido; Líder e partido formam a mesma identidade. A chave para a sobrevivência de um partido com estas características reside, então, na capacidade de dotar a organização de uma ordem sucessória própria. O partido peronista é um dos casos raros de sobrevivência e consolidação de uma organização partidária, após a morte do seu líder fundacional (Mustapic, 2002).

escolhido a dedo por Duhalde, o governador de centro-esquerda da província de Santa Cruz, Néstor Kirchner (Schamis, 2013).

5.5 O governo de Néstor Kirchner (2003-2007)

As eleições presidenciais de maio de 2003 não foram uma mera instância acordada de renovação de poderes. Pelo contrário, as eleições se deram em circunstâncias anormais e com altas expectativas de dar alguma resposta ao profundo questionamento e desconfiança dos cidadãos argentinos sobre a representação política existente. As forças sociais radicais desencadeadas desde o final de 2001 até ao início de 2003 não estavam lutando por uma reincorporação na arena política representativa e partidária. O projeto deles era muito mais radical. Estas forças, procuravam dismantelar todas as instituições da democracia representativa, incluindo os partidos políticos que claramente falharam na Argentina (Pérez; Natalucci, 2012). O kirchnerismo surge nesse momento como uma força política contra o fracassado e falecido projeto neoliberal e como uma solução para os problemas socioeconômicos da Argentina, num contexto de fraqueza generalizada dos principais atores políticos e econômicos.

Neste cenário, Néstor Kirchner chega à presidência numa situação que possui as condições típicas para um desfecho populista. Apesar disso, não é consenso na literatura se o kirchnerismo foi ou não um caso de populismo no governo. De acordo com Laclau, o kirchnerismo não conseguiu polarizar a sociedade argentina da mesma forma que o fizeram o chavismo e o peronismo anteriormente, de modo que o autor reconhece os governos dos Kirchner como um caso de populismo incompleto (“un populismo a medias”). Para O’Donnell, por sua vez, o kirchnerismo representa um caso de democracia delegativa, caracterizada pelo bom funcionamento dos mecanismos verticais e o mau funcionamento dos mecanismos horizontais de controle das autoridades políticas. Como bem aponta Peruzzotti (2017a), ambos autores apresentam avaliações contrastantes sobre a natureza do kirchnerismo pois suas análises são fortemente influenciadas por suas respectivas perspectivas teóricas¹⁰². Além disso, e retomando o que foi abordado no capítulo 01, um problema na literatura sobre

¹⁰² Curiosamente, Peruzzotti (2017a) aponta que as análises de ambos autores tendem a convergir: dada a sua incapacidade de se tornar um caso típico de populismo, bem como a força que os controles formais e informais exerceram durante o período, desencorajando iniciativas do Executivo, o kirchnerismo de Laclau parece estar mais próximo do modelo delegativo de O’Donnell do que de sua própria concepção de populismo. O’Donnell também reconhece que as iniciativas delegativas dos Kirchner suscitaram resistência significativa por parte de setores do Estado e da sociedade civil. No final a Argentina kirchnerista se encontrava num ponto equidistante, longe do projeto populista que Laclau almejava quanto do modelo de poliarquia representativa que O’Donnell desejava (p.32).

populismo é a tendência em criar definições onde os casos precisam necessariamente possuir todas as características para poderem ser caracterizados como populistas ou não populistas. Daí surge a dificuldade em conceituar e entender o kirchnerismo, que fica numa zona cinzenta. No entanto, este trabalho se propõe justamente a fugir de tal dicotomia (populismo-não populismo) e olhar para a variedade de governos populistas em função de quanto os líderes populistas conseguem avançar no roteiro de populismo no governo (Figura. 1 - capítulo teórico). Sendo assim, podem existir casos de populistas mais autoritários ou mais democráticos que levam a processos de hibridização mais ou menos fortes. Partindo desse ponto de vista, nos próximos parágrafos busca-se analisar o governo de Néstor Kirchner a partir das categorias de populismo no governo.

Kirchner chega à presidência herdando um país que, embora tivesse um panorama muito negativo no campo social, com índices alarmantes de pobreza e desemprego, tinha um PIB em expansão, uma inflação controlada e uma situação de relativa ordem em relação às contas públicas, graças a gestão de Duhalde que havia conseguindo, muito lentamente, restabelecer os indicadores macroeconômicos (Rodríguez, 2014). Mas apesar dos ventos econômicos favoráveis, Néstor carecia de recursos partidários, parlamentares, judiciais, federais e sociais: ele havia sido eleito com uma extrema debilidade eleitoral e com uma espécie de estigma de legitimidade de origem (ele foi eleito com apenas 22% numa eleição onde não houve segundo turno); ele não possuía maioria própria no Congresso e gozava do apoio de uma minoria ínfima de governadores aliados; o Partido Justicialista estava fortemente fragmentado e Kirchner dependia em alguma medida de Duhalde, quem o havia impulsionado como candidato; e, por último, o clima social era de desconfiança com respeito aos partidos e a ordem política como um todo (Moreira; Barbosa, 2010). Diante de tais circunstâncias, a estratégia presidencial consistiu em conquistar popularidade, para depois se transformar no chefe indiscutido do peronismo (Ollier, 2015).

Com intuito de angariar popularidade, primeiro Kirchner empreendeu uma campanha para se legitimar no cargo e atrair os cidadãos que manifestavam tanto uma forte desconfiança em relação à classe política quanto um pedido de retorno à ordem. Néstor procurou se distanciar do passado se apresentando como um presidente novo, *outsider* da política, pragmático e disposto a resolver os problemas da sociedade argentina. Em segundo lugar, o mandatário utilizou um discurso populista, polarizante e nacionalista, reforçando a lógica amigo/enemigo, e declarando a guerra discursiva aos organismo crediários internacionais e as “corporações” políticas, militares, agrárias, mediáticas e judiciais. Em terceiro lugar, Kirchner

realizou uma série de medidas buscando conferir um verniz de renovação política ao seu governo (Ollier, 2015).

Dentre as medidas, uma que ganhou destaque foi a substituição da cúpula das forças armadas (Kirchner relevó ..., 2003). Já em seu discurso presidencial o presidente deixou claro que queria umas Forças Armadas “altamente profissionalizadas e prestigiadas” e “comprometidas com o futuro e não com o passado” (Argentina [...], 2003). Com tal medida, o novo presidente gerou uma primeira clivagem, mostrando publicamente que as Forças Armadas - setor com pouca influência política mas muita relevância simbólica - seriam um dos grupos de poder a enfrentar durante o seu governo (Montero; Vincent, 2013). Alguns meses depois, o Congresso aprovou em 20 de agosto de 2001 a proposta de anulação das leis de anistia - lei da Devida Obediência e do Ponto Final¹⁰³-, possibilitando o julgamento dos militares na Argentina. Isto foi interpretado como um sinal explícito de apoio dos legisladores ao novo governo e significou uma resposta enérgica do presidente às exigências das organizações de direitos humanos (Montero; Vincent, 2013). Em 2006, mais de quinhentos ex-militares e policiais haviam sido acusados (Levitsky; Murillo, 2008). Ao assumir uma política de Estado de condenação das violações dos direitos humanos cometidas pela última ditadura militar e colocar a questão da memória como uma bandeira a ser seguida, Néstor se distanciou das administrações anteriores (Alfonsín e Menem).

Outra medida importante para alavancar sua popularidade e que foi vista por vários estudiosos como uma medida positiva e democratizante, foram as mudanças realizadas no Tribunal Supremo. A maioria dos membros da Corte, acusados de conluio com o governo Menem, foram processados e substituídos por novos magistrados (Cheresky, 2004). A decisão produziu o apoio da opinião pública ao mesmo tempo que libertou Kirchner de um tribunal aliado ao seu principal adversário peronista, Carlos Menem. Neste quadro, em junho de 2003, o Presidente assinou o decreto para reformar o sistema de seleção de juízes do Tribunal Supremo de Justiça, com destaque para a autolimitação dos poderes do Poder Executivo, a abertura de um período para impugnações e de uma instância de consulta pública. (Engelmann; Bandeira, 2017; Ollier, 2010). Kirchner, ao final de seu mandato, também reduziu o tamanho do tribunal de nove juízes (produto do aparelhamento do tribunal durante a gestão Menem) para cinco. Em 2006, a Corte contava com 7 juízes em exercício por motivos de renúncia e destituição. Na época, um projeto de lei de autoria da então senadora Cristina Kirchner instituiu um artigo transitório que estabelecia que o número de juízes seria reduzido

¹⁰³ Promulgadas em 1986 e 1987 durante o governo de Raúl Alfonsín, essas leis encerraram o ciclo aberto em 1983 de julgamentos dos militares acusados de crimes durante a ditadura.

para 7, depois, para 6 e, finalmente, para 5¹⁰⁴. Ao reduzir o tribunal ao seu tamanho original (uma medida que tinha sido exigida por numerosos grupos jurídicos, de direitos humanos e de liberdades civis), o governo privou-se da oportunidade de nomear dois juizes adicionais (Levitsky; Murillo, 2008). Como afirmou a própria Cristina na sessão do Senado do dia 22 de novembro de 2006:

Estamos ante un hecho que si debiera agregarle un adjetivo tendría que ser el de inédito, porque en realidad, **es la primera vez en toda la historia de la República Argentina que alguien**, pudiendo nombrar dos miembros de la Corte sin modificar una sola coma del ordenamiento legal vigente, **renuncia a ello y retoma el camino de los cinco miembros**" - Cristina Kirchner (Argentina [...], 2006a)

Em termos econômicos, Kirchner encontrou condições econômicas nacionais e internacionais mais auspiciosas. O impacto mais importante da economia internacional sobre a Argentina foi o boom global nos preços das *commodities* que começou por volta de 2003. O governo explorou esta situação criteriosamente, desvalorizando a taxa de câmbio para promover as exportações agrícolas e depois tributando-as pesadamente para aumentar as receitas. A Argentina registrou consistentemente superávits fiscais em suas contas, o que aliviou a sua dependência dos fluxos de capital e reduziu os riscos de políticas monetárias expansionistas. Como resultado, o governo não precisou cortejar o capital internacional para promover o crescimento, e as receitas dos impostos sobre mercadorias facilitaram o aumento das despesas do Estado para implementar políticas de esquerda. Nos primeiros nove meses de 2004, a economia cresceu um total de 8,8% (Svampa, 2007). O Governo Kirchner apresentou importantes conquistas econômicas no âmbito da geração de emprego e no declínio gradual da taxa de desemprego, que em 2006 rondava os 11,4%. Além disso, a Argentina conseguiu reestruturar a sua dívida externa¹⁰⁵, obtendo uma redução sem precedentes de 70% (Schamis, 2013). Em 2005, o governo argentino renegociou sua dívida com o FMI, num total de 9,5 bilhões de dólares, que apesar de constituir apenas 9% da dívida externa do país, teve um impacto positivo na opinião pública (Svampa, 2007). Há que se reconhecer, contudo, que os fundamentos das políticas macroeconômicas de Kirchner foram postos em prática durante a presidência interina de Eduardo Duhalde (2002-03), que rejeitou os programas ortodoxos de estabilização e abandonou a conversão. Assim, quando Néstor assumiu a presidência, a pior parte da crise econômica já tinha passado (Aytaç; Önis, 2014).

¹⁰⁴ A lei 26.183 de 2006 acabava com a chamada "maioria automática" que favoreceu Menem durante seu governo.

¹⁰⁵ Em dezembro de 2001, o então presidente Adolfo Rodríguez Saá havia declarado a moratória da dívida externa.

Com os ventos econômicos a seu favor, e um contexto regional de governos de esquerdas, o kirchnerismo decidiu se juntar a onda rosa e buscar o apoio de segmentos sociais que partilhassem as suas críticas antineoliberais. Néstor se envolveu num esforço substancial de nacionalização de empresas estatais que haviam sido privatizadas na década de 1990. Em 2004, o governo nacionalizou a companhia de correios. Em 2006, foi a vez da principal empresa de abastecimento de água e esgotos respectivamente (Aytaç; Önis, 2014). Muito rapidamente, o mandatário começou a promover o “transversalismo” como uma tentativa de construir uma força política e social de esquerda (sob a liderança de Kirchner), que transcende à clivagem partidária tradicional peronismo/anti-peronismo¹⁰⁶ (Ostiguy; Schneider, 2018). Ao mesmo tempo, Néstor adotou uma postura claramente a favor dos trabalhadores em conflitos laborais e nas negociações coletivas. Pela primeira vez desde as reformas neoliberais da década de 1990, o governo interveio diretamente na política salarial, aumentando o salário mínimo e estipulando aumentos salariais no setor privado. Um outro ponto de destaque foi o aumento significativo das transferências sociais e dos serviços públicos à população argentina. A administração de Kirchner herdou e deu continuidade a alguns programas de transferência social para as populações pobres e desempregadas, como o programa “Jefas y Jefes de Hogar” criado durante a gestão provisória de Duhalde. Mas o mandatário também propôs outros programas como o “Plan Nacional de Obras Públicas”, um programa emergencial de habitação que financiava moradias públicas ao mesmo tempo que buscava criar mão de obra (Kirchner anuncia ..., 2004). Durante sua gestão alargou-se a cobertura das pensões aos trabalhadores anteriormente desprotegidos e fora do mercado de trabalho formal de maneira que, no final do seu mandato, o sistema de pensões era praticamente universal.

O aumento da popularidade de Kirchner e da legitimidade de seu governo passavam também por uma relação estratégica com os movimentos sociais e pela tentativa de regulação e controle de organizações da sociedade civil e do partido peronista. Como vimos anteriormente, desde o início de seu governo Néstor enfrentou um panorama de muita mobilização social e pouca legitimidade. Durante 2002 e 2003, o movimento das assembleias de bairro, os piqueteiros e “ahorristas” faziam manifestações semanais. Diante do cenário de

¹⁰⁶ Aqui é importante tecer algumas considerações sobre o peronismo e o sistema partidário argentino. De acordo com Ostiguy e Schneider (2018) o espaço político argentino é estruturado não por uma, mas por duas dimensões ortogonais. Uma delas é a clássica dimensão esquerda-direita, que representa mais um espectro do que uma clivagem; a outra, específica da Argentina e possivelmente muito mais importante e socialmente profunda que a primeira, é a clivagem peronista/antiperonista. Dessa maneira, historicamente, de 1946 a 2001, o sistema partidário argentino constituiu um duplo espectro político: um espectro político peronista que vai da esquerda à direita; e um espectro antiperonista que também vai da esquerda à direita. Esse espaço político bidimensional é o que permite dar sentido ao governo neoliberal de Menem (Ostiguy; Schneider, 2018). Com o transversalismo, Kirchner pretendia normalizar o espaço político argentino ao longo do eixo unidimensional mais típico de esquerda-direita.

turbulência social, o governo de N. Kirchner buscou domesticar o poder disruptivo dos movimentos sociais através de sua incorporação à estrutura do estado. Resumidamente, a estratégia de N. Kirchner envolveu incorporar, cooptar e/ou desmobilizar as principais organizações piqueteras. Entre suas primeiras medidas, o mandatário convidou algumas organizações, como a Federación de Trabajadores por la Tierra, Vivienda y Hábitat, Barrios de Pie e o recém-criado Movimiento Evita, para participarem da sua coalizão. Em 2004, a Organización Barrial Túpac Amaru e parte do Movimiento Territorial Liberación do Partido Comunista Argentino decidiram apoiar o governo (Mauro; Rossi, 2011:169)¹⁰⁷. A avaliação do primeiro ano de sua gestão sugere que tais estratégias foram temporariamente "bem-sucedidas", tanto na integração e institucionalização de correntes alinhadas quanto no isolamento das correntes opositoras (Svampa, 2005). Em 2004, a unificação da CGT recompõe também o campo sindicalista tradicional, o que permite conter os protestos sociais e negociar com um ator político mais estável que os piqueteiros (Ollier, 2015).

Todas estas medidas descritas anteriormente buscavam angariar popularidade e sanar o problema de déficit de legitimidade com o qual Néstor havia sido eleito. A forma de construção e exercício do poder, baseada no confronto com os poderosos (mídia, empresários, organismos internacionais) e altamente personalizado, revelou-se extremamente bem-sucedida em termos de popularidade: sua imagem positiva esteve em 76% em 2003 e 66% e 61% nos anos consecutivos, sendo a sua imagem negativa muito baixa, 4%, 7% e 8% respectivamente (Ollier 2009; Ollier, 2015). Esse aumento no apoio e popularidade do presidente se tornariam ainda mais evidentes com a vitória eleitoral de 2005, que consolidaria o triunfo do oficialismo a nível nacional¹⁰⁸. Apesar do intenso uso da máquina pública para obter apoio popular, com uma retórica polarizante e combativa, é preciso ressaltar que, em comparação a outros líderes de esquerda na América Latina, Néstor navegou por um terreno intermediário em termos de mobilização dos setores populares e dos desafios impostos pelo governo ao *establishment* econômico (Levitsky; Roberts, 2011).

A estratégia de Kirchner e do kirchnerismo foi posta à prova em 2005. Nas eleições legislativas daquele ano, Kirchner decidiu se emancipar totalmente do seu “padrinho” Eduardo Duhalde e até dos PJs provinciais, o que era possível graças ao apoio dos governadores e dos demais partidos peronistas (Sidicario, 2011; Cherny; Feierherd; Navarro,

¹⁰⁷ Mas apesar de que os piqueteiros ocuparam cargos executivos a nível nacional, provincial e municipal, eles sempre mantiveram um papel secundário no processo de tomadas de decisões. Uma exceção parcial foi o caso de Emilio Pérsico, principal líder do Movimiento Evita, que atuou como Vice-Chefe de Gabinete da província de Buenos Aires durante o governo de Felipe Solá (Mauro; Rossi, 2011:169).

¹⁰⁸ O Frente para la Victoria ganhou em 16 das 24 províncias e o peronismo ganhou oito novos deputados e cinco novos senadores.

2010). Nessas primeiras eleições legislativas pós-2003, Cristina Kirchner e o “Frente para la Victoria” (FpV)¹⁰⁹ concorreram na enorme província de Buenos Aires contra o PJ e a esposa de Duhalde. Cristina derrotou Hilda “Chiche” Duhalde com quase o triplo de votos (45% e 15%, respectivamente). O equilíbrio de poder dentro do movimento peronista deslocou-se a partir de então em direção aos Kirchner (Ostiguy; Schneider, 2018). Saindo vitorioso da disputa, Kirchner demitiu do seu gabinete todos os membros não alinhados ao governo (incluindo Roberto Lavagna, ministro da Economia responsável pela recuperação econômica). Ainda em busca de construir o seu próprio instrumento eleitoral, com vistas às eleições presidenciais de 2007, Néstor procurou assumir o controle da estrutura do partido peronista na província de Buenos Aires para decompor a outrora poderosa máquina Duhaldistas¹¹⁰. Assim como Perón havia feito durante seu exílio, Kirchner procurou dividir ainda mais o partido peronista, para que as facções menores e mais fracas ficassem subordinadas à presidência. Além disso, cooptou líderes de outros partidos aproveitando a situação enfraquecida da oposição para obter apoio em distritos com pouca ou nenhuma organização própria. E por último, ele empregou recursos fiscais do governo para lubrificar as engrenagens da política partidária peronista (Schamis, 2013).

A concentração de poder promovida dentro do peronismo também se refletia na estrutura governamental e na relação com os outros poderes. Tal como Carlos Menem durante o seu primeiro mandato presidencial, Néstor Kirchner governou à margem do Congresso e de outras instituições de *accountability* horizontal, concentrando poder em torno do executivo (Levitsky; Murillo, 2008). Uma das estratégias foi o uso dos Decretos de Necessidade e Urgencia: no final de seu mandato, Néstor havia assinado 270 DNUs no total, com uma média de 60 DNUs por ano. Embora ele não tenha batido o recorde total de DNUs assinado por Menem (545 DNUs em dez anos de gestão), ele é o presidente constitucional que assinou o maior número de Decretos de Necessidade e Urgência, em média, durante todo o seu governo: ele assinou um DNU a cada seis dias, superando o recorde de Carlos Menem, que tinha aprovado um DNU cada sete dias (Capriata, 2008). Além disso, em 2006 o governo aprovou, apesar da forte oposição, a lei 26.122 que regulamenta o uso dos DNUs (El ley ..., 2006). De acordo com líderes da oposição as mudanças conferem maior poder ao executivo ao manter qualquer DNU em vigor até que ambas as câmaras se manifestem, sem estabelecer prazos

¹⁰⁹ O “Frente para la Victoria” era uma coalizão formada pelo Partido Justicialista em sua grande maioria, mas também pelo Partido Intransigente, pela Frente Grande e pelo Partido Comunista, além de forças políticas pertencentes ao radicalismo e ao socialismo, entre outras.

¹¹⁰ Eduardo Duhalde teve controle sobre o PJ Bonarense por 15 anos.

para a resolução do Congresso. Dessa forma, Kirchner asseguraria maior autonomia para determinar suas políticas sem controle parlamentar (Ollier, 2015).

Com o legislativo majoritariamente ao seu favor, Kirchner também conseguiu mais de uma vez a aprovação da prorrogação da vigência da Lei de Emergência Pública. A lei 25.561, que delega poderes legislativos para o Executivo em questões sociais, econômicas, administrativas, financeiras e cambiais, foi prorrogada uma vez em 2004 e duas vezes em 2006 (La Ley de Emergencia, 2012). Tanto o uso discricionário das DNUs como a prorrogação da situação de Emergência pública implicam num apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária.

Outro ponto de destaque é que, embora a reforma do Supremo Tribunal tenha sido amplamente aplaudida e vista como uma medida mais democratizante no sentido da independência do Poder Judicial, outras ações executivas foram no sentido contrário. Mais especificamente a aprovação da lei 26.080 que reforçou o controle executivo sobre o Conselho de Magistrados, o órgão responsável por supervisionar a nomeação e destituição de juízes federais¹¹¹ (Aytaç; Önis, 2014). A reforma do Conselho de Magistrados reduziu seus membros de 20 para 13 e desequilibrou a representação dos diferentes setores no organismo, aumentando a representação política, eliminando a participação das minorias e limitando a participação de juízes, acadêmicos e advogados¹¹² (Svampa, 2007).

Por último, um exemplo que destaca, como poucos, a concentração pessoal de poder do kirchnerismo foi a intervenção do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC). Em 2007, o governo substituiu a presidência do instituto e três funcionários técnicos por pessoal aliado. A partir desse ano e até 2015 os índices de inflação, pobreza, indigência e desemprego foram manipulados, punindo aqueles que divulgavam números diferentes dos oficiais (Después de 15 años ..., 2022).

É preciso ressaltar aqui que o kirchnerismo não surge como um movimento coeso e homogêneo¹¹³. Sem grandes discussões programáticas, o kirchnerismo acabou sendo uma

¹¹¹ De acordo com Quiroga (2015), quem controla o Conselho de Magistrados controla a principal ferramenta de pressão sobre a justiça.

¹¹² O novo Conselho foi composto por 13 membros: três juízes do Poder Judiciário da Nação; seis legisladores, três de cada uma das Câmaras, dos quais dois correspondem à maioria e um à primeira minoria; dois representantes dos advogados da matrícula federal; e um representante do Poder Executivo. A crítica principal feita pela oposição à nova lei concentrou-se na quebra do equilíbrio exigido pela Constituição, uma vez que concedeu maioria de sete membros aos representantes políticos (seis legisladores mais o representante do Executivo), enquanto restaram seis membros distribuídos entre juízes, advogados e acadêmicos (Quiroga, 2015).

¹¹³ É comum chamar de “Kirchnerismo” tanto a gestão do governo argentino entre 2003 e 2011 quanto o conjunto heterogêneo de setores políticos e ideias identificados com o presidente Néstor Kirchner e sua sucessora e esposa Cristina Fernández. De acordo com Sidicaro (2011) tornou-se comum na Argentina esse tipo de neologismos formados a partir do sobrenome para designar grupos ou correntes políticas que, carecendo de

soma de pessoas sem grandes contatos entre si, que concordavam nas suas simpatias pelo governo e nas suas críticas ao peronismo tradicional (Sidicaro, 2011). Essencialmente um projeto *top-down*, o kirchnerismo incluiu militantes anti-neoliberais, novas organizações kirchneristas e antigos detentores do poder local do Partido Justicialista (Ostiguy; Schneider, 2018). Dessa forma, o kirchnerismo tem sido caracterizado por uma pluralidade irreduzível (Pérez; Natalucci, 2012) e pela formação de um “eleitorado pós-eleitoral” (Cheresky, 2004).

À medida que o kirchnerismo vai consolidado a sua popularidade, Néstor busca ganhar espaço e se tornar o líder indiscutível do peronismo e da máquina do PJ, dos quais precisa para governar. A relação do mandatário com o Partido Justicialista e com o Peronismo como um todo oscila ao longo do seu mandato: se no começo Néstor busca se distanciar do peronismo tradicional, se apresentando como um *outsider* com um projeto de renovação política, ao longo do seu governo ele vai buscando uma reaproximação com o partido.

Vale lembrar que o kirchnerismo surge em um contexto de decomposição dos partidos nacionais¹¹⁴, de fragmentação partidária do peronismo e de elevadas porcentagens de desconfiança da população nos seus dirigentes políticos. No começo, aproveitando seu histórico posicionamento na periferia mais distante do Partido Justicialista, Néstor se apresentava como um líder político fora do mundo dos partidos, um *outsider*. É verdade que um certo grau de continuidade marcou a transição da administração de Duhalde para Kirchner, mas Néstor sempre procurou se distanciar do peronismo tradicional (Rodríguez, 2014). Entretanto, essa confrontação com o peronismo configurou uma manobra para conseguir a obediência do partido. O presidente sabia que sua popularidade lhe conferia o instrumento necessário para ser reconhecido como o líder do PJ e os cofres do Estado lhe permitiam negociar obras públicas nos governos locais em troca de apoio¹¹⁵ (Ollier, 2015). Além disso, outra estratégia utilizada por Kirchner foi a de alimentar a polarização interna do partido, enfraquecendo os esforços de Duhalde e outros líderes regionais para manter

princípios programáticos claros, fazem do pedido de adesão a um indivíduo e a quem o apoia seu principal emblema (ex: Yrigoyenismo, Peronismo, Menemismo).

¹¹⁴ As principais vítimas políticas dos efeitos negativos do neoliberalismo e do seu fracasso foram os dois partidos políticos do governo Alianza: a União Cívica Radical (UCR) e a Aliança Frente País Solidário (FREPASO), que formaram uma coalizão e ganharam as eleições de 1999 com Fernando de la Rúa. Com a crise de 2001 o FREPASO desapareceu e o Partido Radical encolheu eleitoralmente a uma proporção minúscula. A UCR foi destruída pela sua associação não com uma, mas com duas crises econômicas devastadoras que eclodiram sob a sua supervisão (Ostiguy; Schneider, 2018).

¹¹⁵ O aumento progressivo das receitas nacionais e a capacidade de decidir discricionariamente sobre sua distribuição entre as necessidades nacionais e provinciais proporcionaram ao Executivo nacional uma considerável influência nas negociações com os governadores. As transferências automáticas da Nação para as províncias diminuíram substancialmente, ao mesmo tempo em que a dependência fiscal e financeira destas em relação ao governo nacional cresceu. Isso permitiu ao Executivo recompensar os governadores alinhados e estabelecer novas estruturas partidárias onde o PJ local não estava disposto a agir em consonância com a Presidência (Cherny; Feierherd; Novarro, 2010:26).

autonomia e bases próprias que pudessem ter influência nas negociações com o novo governo¹¹⁶ (Cherny; Feierherd; Novarro, 2010).

As eleições presidenciais de outubro de 2007 representavam a oportunidade de legitimar a identidade kirchnerista a nível nacional e de renovar o mandato para um segundo período de governo. Os últimos meses do governo Kirchner foram marcados por uma certa inquietação cidadã em relação ao governo e pelo surgimento de uma oposição política relativamente articulada, representada por figuras como Roberto Lavagna, Elisa Carrió, Mauricio Macri e Ricardo López Murphy, até então personagens secundários no cenário político. Houve um certo suspense com respeito a candidatura que seria lançada pelo kirchnerismo: não se sabia se Néstor buscaria a reeleição ou se ele indicaria sua esposa Cristina como candidata. Somente em julho de 2007 o suspense se dissiparia. Néstor não concorreria à eleição.

No geral, ao final do mandato de Néstor Kirchner podemos afirmar que, apesar de algumas características autoritárias do seu governo, a Argentina não sofreu um grande processo de hibridização. De fato, entre 2003 e 2005 Néstor transita de uma posição presidencial fraca para uma forte (Ollier, 2015). Ao longo do seu mandato Néstor consegue uma concentração personalizada do poder em torno de sua figura ao conseguir: recursos partidários (liderança do PJ sob seu comando, de setores independentes, radicais e socialistas); recursos políticos (alinhamento de governadores peronistas, aumento de deputados próprios no parlamento e maioria no senado) que lhe permitiram ratificar a delegação de poderes ao Poder Executivo; recurso econômicos (um Estado com recursos crescentes graças ao boom dos preços das *commodities*); e apoio de organizações sociais (unificação da CGT, apoio de setores piqueteros, cooptação e partidarização de vários organismos de direitos humanos) e da população (altas taxas de aprovação na opinião pública e aumento de votos). Mas apesar da presidência dominante e da concentração personalizada de poder nas mãos de Kirchner, a finais de 2007 o sistema político argentino permaneceu fundamentalmente democrático em seu núcleo central de competição eleitoral pelo poder acompanhada de liberdades essenciais (Gervasoni, 2015). Néstor não conseguiu avançar tanto no roteiro de populistas no governo, em parte porque as instituições e a sociedade civil argentina foram bem sucedidas em conter certos avanços populistas, em parte porque Néstor

¹¹⁶ O auge da crise intrapartidária do PJ ocorreu em 2004, quando o partido ficou efetivamente sem quaisquer autoridades partidárias. Após um congresso do PJ para reunificar o partido naquele ano, Kirchner ordenou que todas as autoridades eleitas do partido renunciassem, incluindo muitas que lhe eram favoráveis. Um ano depois, um juiz federal ordenou o fechamento ou “intervenção” do PJ até eleger novas autoridades, algo que não estava prestes a acontecer (Ostiguy; Schneider, 2018; Cherny; Feierherd; Novarro, 2010).

não tinha um projeto de refundação do sistema político como um todo. Por este último motivo é que Laclau considera o kirchnerismo um caso de populismo pela metade - “um populismo a medias” (Peruzzotti, 2017a). Nesse sentido, Néstor Kirchner pode ser considerado um populista fraco e mais democrático se comparado a populistas mais radicais e autoritários como o próprio Perón ou Hugo Chávez. Além disso, a diferença de outros líderes populistas (Perón, Chávez e Menem) que buscaram de alguma forma a reeleição, N. Kirchner optou por sair da contenda e apoiar a candidatura de sua esposa¹¹⁷. O quadro 7, abaixo, identifica as características do governo de Néstor Kirchner associadas a cada categoria de populismo no governo. Ainda que haja várias correspondências, o número é consideravelmente menor do que de líderes tipicamente populistas, como Perón ou Chávez. Para o governo de Néstor, foram identificadas seis características relacionadas a populismo no governo, enquanto para Perón (quadro 6), por exemplo, foram onze.

Quadro 7 - Indicadores de Populismo no governo identificados no governo de Néstor Kirchner (2003-2007)

Populismo no Governo	Governo de Néstor Kirchner (2003-2007)
Eleições e Campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder e como meio de relação direta entre líder e massa.	
Concentração de Poder no Executivo e enfraquecimento das instituições de <i>accountability</i> horizontal.	Aprovação da lei 26.080 que reforçou o controle executivo sobre o Conselho de Magistrados.
Apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária.	Uso extensivo de Decretos de Necessidade e Urgência. Prorrogação da situação de Emergência Econômica graças a um legislativo favorável.
Colonização e regulação da esfera pública.	Incorporação, cooptação e desmobilização das organizações piqueteras. Controle sobre a máquina partidária peronista. Intervenção do governo nas estatísticas do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

¹¹⁷ Existe, no entanto, uma controvérsia de que o motivo pelo qual Néstor realmente não concorreu a reeleição seria para contornar os limites de mandato e criar uma estratégia de salto de rã do casal, passando a presidência entre eles por vários mandatos e criando uma dinastia duradoura (Barrionuevo, 2010).

Aqui gostaríamos de enfatizar também que, ao contrário de Perón ou de Chávez, que eram líderes populares antes de chegar à presidência e consolidam seu poder carismático no governo (movimento *bottom-up*), Néstor se torna um líder populista ao chegar à presidência (movimento *top-down*). Como liderança peronista local ele possuía alguns recursos institucionais da maquinaria peronista para acessar ao governo, mas é uma vez presidente que ele adquire capital político e se torna popular. Ao longo do seu mandato ele consegue não só aumentar a sua popularidade - no final do governo ele desfrutava de índices de aprovação em torno de 60% (Sidicario, 2011) - como também se tornar o líder indiscutível do partido peronista. Contudo Kirchner não se configura como um líder carismático. Utilizando os critérios de lideranças carismáticas de Pappas (2021), apesar de ao longo de seu mandato ele conseguir obter controle e autoridade sobre o Partido Justicialista, ele não tentou estabelecer uma relação direta e não mediada com seus seguidores, nem promoveu uma refundação das instituições e da comunidade política a partir de um projeto político revolucionário.

Nesse sentido é possível entender o legado e a durabilidade do peronismo a partir da chave da rotinização do carisma. O peronismo conseguiu sobreviver à morte de seu líder e se manter uma força política na Argentina durante anos, pois o carisma de Perón se institucionalizou dentro do partido e da sociedade argentina de forma a transcender a figura do líder fundacional. Dentro das formas de rotinização do carisma e de resolução do problema da sucessão elencados por Weber, o caso do peronismo poderia ser enquadrado como um tipo de carisma no cargo. Com a morte de Perón o carisma se torna despersonalizado e pode ser transmitido para outras pessoas ou produzidas nelas em função do cargo (líder do partido peronista e/ou presidente). Isto nos ajuda a entender porque na Argentina surgem lideranças políticas não-carismáticas dentro do peronismo que conseguem se tornar lideranças populistas ao chegar à presidência, a exemplo de Menem e N. Kirchner. Dessa forma, o peronismo se destaca de outras expressões populistas pela sua durabilidade. Seu enraizamento na sociedade, sua base de apoio diversificada, sua estrutura partidária minimamente sólida e sua ideologia flexível, permitiram que ao longo dos anos o peronismo se adaptasse às novas realidades e demandas da sociedade argentina, conseguindo sobreviver além do líder fundacional.

5.6 A sucessão: a eleição de Cristina Kirchner

Ao decidir não concorrer à reeleição e apoiar a candidatura de sua esposa, Néstor Kirchner dá início a um processo de sucessão típico das democracias, ou seja, uma eleição pautada pelas regras eleitorais do país. Nesse sentido, ao contrário do que aconteceu na

Venezuela em 2013, o processo de sucessão de Néstor Kirchner se dá em condições normais e previsíveis de transição de governo. Nos próximos parágrafos abordaremos brevemente os principais aspectos da eleição de Cristina Kirchner.

No dia 19 de julho de 2007, em um ato em frente ao Teatro Argentino de La Plata, a então Senadora Cristina Fernández Kirchner oficializou a sua candidatura à presidência (Cristina propuso ..., 2007). Num discurso de 45 minutos, Cristina propôs um “diálogo social” entre trabalhadores e empresários para manter o “modelo de acumulação e inclusão social” lançado nos últimos anos pelo seu marido, que havia permitido “um retorno à vida de milhões de argentinos que caíram e estavam na mão de Deus”. A candidata também prometeu uma maior “qualidade institucional” para aprofundar a mudança inaugurada em 2003 (Kirchner, 2007). A seção final de seu discurso foi dedicada ao marido, a quem elogiou por ter “apostado numa Argentina sem os cassetetes [da repressão]” e por ter feito “a mudança mais importante” de não tentar a reeleição. Nas palavras de Cristina: “Porque não é comum, nestes tempos, nem na Argentina nem no mundo, alguém com mais de 70% de aprovação, com mais de 50% de intenção de voto, e com a possibilidade de continuar, decidir não fazê-lo” (ibidem).

Quando se lançou como candidata à presidência, Cristina Fernández já havia construído uma carreira política significativa, não podendo ser de modo algum vista como alguém que construiu sua trajetória à sombra de seu marido. Pelo contrário, quando o Néstor ainda era um 'desconhecido' na política nacional, Cristina Fernández já confrontava o aparato político do justicialismo liderado por Carlos Menem¹¹⁸. Ela iniciou sua trajetória política em 1989: começou como deputada provincial em Santa Cruz, cargo para o qual foi reeleita várias vezes; entrou na política nacional em 1995, sendo eleita senadora; em 1997, ingressou no Congresso como deputada nacional, também por Santa Cruz, e no período de 2001 a 2007 foi nomeada senadora duas vezes pela mesma província, período em que chegou a exercer a presidência da Câmara (González-Leandri; Martínez, 2006). A ideia de que Cristina fosse candidata à presidência em 2007 surgiu do então chefe de gabinete, Alberto Fernández, com o argumento de que N. Kirchner havia sofrido um desgaste natural devido à crise que marcou o início do seu mandato e pela ideia de que os segundos mandatos costumam ser mais fracos. Conforme relatam colaboradores da época, esses argumentos não convenciam o então presidente por completo. Por outro lado, ele parecia entusiasmado com a perspectiva de um

¹¹⁸ Embora Cristina Kirchner tenha apoiado em um princípio o governo de Carlos Menem, em pouco tempo ela foi removida das comissões que integrava e expulsa do grupo justicialista oficial por seu posicionamento contrário aos interesses do governo (González-Leandri; Martínez, 2006).

jogo sucessório que poderia estender o kirchnerismo indefinidamente, já que abrir mão da candidatura em 2007 não significava abdicar da Presidência para sempre (Nabot, 2023). Ao contrário, garantir a eleição de Cristina em 2007 era uma maneira de garantir que Néstor pudesse ser novamente o candidato do partido no futuro. Nesses termos podemos afirmar que Néstor foi um líder populista mais democrático, no sentido de que, ao invés de buscar a reeleição, ele aceitou os princípios da alternância de poder. Contudo, é preciso apontar que, entre todos os quadros peronistas, sua escolha recaiu sobre uma familiar, que, com o resultado expressivo de votos alcançados nas eleições de 2005, era bastante popular e tinha grandes chances de vitória para essas eleições¹¹⁹. Dessa forma a transição de governo significava mais uma continuidade sem reeleição do que uma verdadeira alternância de poderes.

Neste cenário, Cristina acabou se beneficiando bastante como candidata de um governo em exercício bem-sucedido. Néstor Kirchner deixou o cargo como o presidente cessante mais popular da história moderna da Argentina. Como vimos, depois de assumir o cargo no fim de uma das piores recessões da Argentina, Kirchner presidiu quatro anos de crescimento liderado pelas exportações, enraizado numa taxa de inovação competitiva e na elevação dos preços das *commodities*. A economia cresceu 9% ao ano entre 2003 e 2007 e, conseqüentemente, os padrões de vida melhoraram imensamente. O consumo privado aumentou 52% entre 2002 e 2007. As taxas de desemprego e de pobreza foram reduzidas para metade: o desemprego caiu de 20% em 2002 para 9% em 2007, e a taxa de pobreza caiu de quase 50% para 27% (Levitsky; Murillo, 2008).

Para as eleições de 2007, e buscando o tão sonhado pluralismo de centro-esquerda, N. Kirchner havia criado em 2006 uma “Concertação Plural”¹²⁰, atraindo Radicais Progressistas e elogiando os Socialistas, e em agosto de 2007, o Radical Cobos foi eleito candidato a vice-presidente. No lançamento da chapa presidencial, Cristina explicou que “esta concertação quer articular representações políticas e sociais que superem velhas antinomias” (En el lanzamiento ..., 2007). Durante a campanha, o discurso presidencial fez poucas

¹¹⁹De acordo com pesquisas de intenção de voto do início de 2007, Cristina possuía 50% das intenções de voto - apenas 10 pontos percentuais a menos que Néstor (Guimarães, 2007).

¹²⁰A “Concertação Plural”, criada em 2006, permitiu atrair cinco dos seis governadores do partido radical, ligando-os ao movimento kirchnerista. Uma parte dos movimentos sociais “piqueteros” aderiu ao oficialismo e algumas lideranças ingressaram em cargos administrativos. O movimento dos Direitos Humanos e especialmente as Mães da Praça de Maio e as Avós da Praça de Maio tornaram-se apoiadoras e aliadas de grande força simbólica, aparecendo na primeira fila em eventos e manifestações oficiais. Outros aliados políticos foram cooptados: em primeiro lugar, a esquerda órfã após a derrota da “Alianza” e a dissolução da “FREPASO”, e mais tarde alguns membros da “Unión Cívica Radical” (UCR) e do socialismo. No final conformou-se um movimento verdadeiramente heterogêneo (Cheresky, Annunziata, 2012).

referências diretas aos candidatos adversários, mencionando-os esporadicamente e de forma indireta, associando-os a entidades abstratas como "o velho" ou "o passado". O kirchnerismo foi apresentado nos discursos como a personificação da mudança e da transformação, criador de um "modelo" que seria consolidado durante a próxima presidência. Assim, a campanha concentrou-se na exaltação das conquistas políticas e econômicas do governo e na promessa de "aprofundamento da mudança" e maior "qualidade institucional" (Montero; Vincent, 2013:152).

A disputa eleitoral terminou no dia 28 de outubro, no primeiro turno das eleições presidenciais, com o triunfo de Cristina Kirchner por 45,26% dos votos, bem à frente dos dois principais candidatos da oposição, Elisa Carrió e Roberto Lavagna (Cheresky, Annunziata, 2012). Cristina seria a primeira mulher eleita para a presidência da Argentina por voto popular. Mas, embora tenha se tornado presidenta, a análise dos resultados das eleições nacionais de 2007 foi devastadora para o projeto de "transversalidade": os Kirchner descobriram da maneira mais difícil que a esquerda não-peronista tinha votado massivamente contra eles. A sociologia eleitoral de 2007 permaneceu exatamente a mesma da antiga clivagem histórica entre peronismo e anti-peronismo. Apesar das intenções dos Kirchner, o sistema partidário da Argentina não foi reestruturado segundo a clivagem política esquerda-direita, e o eleitorado permaneceu dividido entre peronistas e antiperonistas (Ostiguy; Schneider, 2018).

Portanto, com Cristina Kirchner assumindo a presidência da Argentina no início de 2008, Néstor Kirchner fez a única coisa lógica: reativou o PJ e hegemonizou-o. Graças à esmagadora vitória eleitoral de Cristina, na qual também esmagou a direita peronista, o kirchnerismo pôde reivindicar para si o PJ. A nível nacional, o FpV e o PJ nacional fundiram-se oficialmente, sendo os símbolos de ambos utilizados em paralelo. Importantes figuras dissidentes peronistas mais à direita excluíram-se do PJ, mas permaneceram ativas na política peronista. Em 2008, o mesmo partido e força política que tinha incorporado o sindicalismo na década de 1940, desincorporou-o na década de 1990, e depois reincorporou-o na década de 2000. Em 2008, o FpV-PJ apareceu mais uma vez totalmente invencível na Argentina (Ostiguy; Schneider, 2018). Assim, Cristina iniciou seu mandato com uma imagem altamente positiva e uma forte legitimidade eleitoral, o que, no entanto, não a isentou de ter de renovar essa legitimidade para as primeiras ações governamentais significativas.

5.7 Primeiro Governo de Cristina Kirchner (2007-2011)

Cristina Kirchner começa seu mandato com uma presidência dominante. Dispondo de amplo apoio popular (eleita com 45% do votos e com uma aprovação de 56%), a maioria da liderança peronista permanece alinhada ao kirchnerismo. Ao garantir o apoio parlamentar, com 143 dos 257 deputados e 47 dos 70 senadores, a Presidenta consegue prorrogar a Lei de Emergência Pública logo no início de seu mandato (a lei de Emergência Pública seria prorrogada duas vezes em 2008, uma vez em 2009 e uma vez em 2011¹²¹) (Ollier, 2015).

Apesar da sua posição dominante, o primeiro ano de mandato foi marcado por uma crise política. A primeira em meio a um ciclo de crescimento econômico desde 1983. Em 11 de março de 2008, o governo anunciou a decisão administrativa 125, que aumentava o imposto sobre as exportações agrícolas, especialmente sobre a soja e o girassol. A decisão desencadeou imediatamente uma série de protestos generalizados que duraram meses. À medida que o conflito se desenrolava, o governo estimulou a polarização apresentando sua luta como contra a "oligarquia". Mas essa estratégia não funcionou e a Presidenta buscou resolver o impasse enviando a decisão sob a forma de um projeto de lei ao Congresso, onde contava com maioria em ambas as câmaras. No entanto, a representação política foi superada pela contestação. O bloco de legisladores favoráveis ao governo se dividiu e, no Senado, um voto em empate foi decidido pelo vice-presidente da República e presidente do Senado, que se posicionou contra o projeto do governo. Esse fracasso parecia indicar o declínio irreversível dos Kirchner (Ollier, 2015; Cheresky; Annunziata, 2012).

O governo de Cristina Kirchner foi profundamente impactado por esse conflito. O gabinete teve que ser reestruturado várias vezes durante o curso do enfrentamento, o governo perdeu maioria na Câmara de deputados e, tanto Cristina quanto seu esposo, que era então presidente do Partido Justicialista, tornaram-se impopulares (a imagem presidencial diminuiu 20 pontos) (Ollier, 2015:79). Diante de tal derrota e da mudança de opinião pública, C. Kirchner apostou em uma estratégia de aprofundamento do modelo de governo kirchnerista, baseado na forma decisionista e concentrada de exercício do poder, assim como no aumento da polarização. Nos meses seguintes, antes da renovação das câmaras, o governo conseguiu aprovar leis que fortaleceram o papel do Estado. Entre elas temos: o projeto de estatização de Aerolíneas Argentinas, aprovado em agosto e setembro de 2008 e a renacionalização do sistema de aposentadorias, aprovada em novembro do mesmo ano.

¹²¹ Os decretos de prorrogação estão disponíveis em : <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verVinculos.do?jsessionid=1E2EABB697850896299D0F27820025F5?modo=2&id=123275>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Além disso, numa tentativa de conservar recursos parlamentares e eleitorais, o kirchnerismo adianta a data das eleições de outubro para junho de 2009¹²². A mudança inesperada da data, que prejudicava a organização da oposição, e a perseguição de candidatos da oposição com boa aceitação nas pesquisas (como foi o caso de Francisco Narváez¹²³) conformavam uma estratégia para inclinar a balança a favor do kirchnerismo (Gervasoni, 2015:29). Buscando radicalizar a eleição e garantir o alinhamento da máquina partidária, Néstor Kirchner se candidatou liderando a lista de deputados pela província de Buenos Aires. O governo pretendia conferir a essas eleições o caráter de um plebiscito, distinguindo aqueles que apoiavam o "modelo" daqueles que se opunham a ele. Mas a polarização da batalha teve pouco eco na sociedade e a rejeição do governo tinha se expandido. Isso levou a um fracasso contundente do oficialismo, em especial na província de Buenos Aires, o principal distrito eleitoral do país, onde Néstor foi vencido (Ollier, 2015; Cheresky; Annunziata, 2012).

Imediatamente após a derrota Néstor renunciou ao Partido Justicialista - que ele próprio havia reconstituído no ano anterior e de onde ele vinha controlando atrás das telas a política kirchnerista¹²⁴ - alegando traição por parte dos "barões do conurbano" que apoiavam a "velha política" (Cheresky; Annunziata, 2012:27). Nos meses que se seguiram, antes da renovação efetiva do Congresso, o governo aprovou uma série de iniciativas que provocariam a divisão da oposição e concentrariam poder na Presidência. A primeira delas seria a "Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual" (lei 26.522) que tinha como objetivo declarado desmonopolizar os meios de radiodifusão e audiovisuais existentes e introduzir regulamentações que promovessem a democratização na atribuição de frequências e no controle dos meios. No entanto, críticos da chamada "Lei de Mídias" denunciavam o controle que o governo teria sobre a autoridade de aplicação e a discricionariedade deixada ao Executivo em relação a certas licenças a serem concedidas nas grandes cidades. Esta lei seria usada para limitar o poder do Grupo Clarín, um dos conglomerados de mídia mais importantes da Argentina e que a partir de 2008 se tornou bastante crítico ao kirchnerismo, e para favorecer setores afins ao governo, entre os quais a pauta oficial era generosamente

¹²² Segundo a lei, as eleições deveriam ter ocorrido no terceiro domingo de outubro, pois, de qualquer forma, a renovação de metade das cadeiras da Câmara dos Deputados e um terço do Senado ocorreria legalmente em 10 de dezembro. Antecipar a data das eleições acarretava o risco de ter uma câmara incumbente coexistindo com uma câmara eleita que ainda não estava em funções, com maiorias de orientação oposta, o que, de fato, ocorreu (Cheresky; Annunziata, 2012).

¹²³ Perto das eleições, Francisco De Narváez, o principal candidato a deputado nacional pela União Pró, foi acusado de supostas ligações com o tráfico ilegal de efedrina (Di Nicola, 2009).

¹²⁴ O Partido Justicialista ficou sem autoridade formal desde 2004. Néstor Kirchner assumiu a liderança do partido no final do seu mandato presidencial.

distribuída¹²⁵ (Cheresky; Annunziata, 2012). Outra duas medidas empreendidas pelo oficialismo foram: a prorrogação da lei de Emergência Pública e a aprovação da lei de Reforma Política, a qual introduziu eleições primárias, abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO) para a seleção dos candidatos¹²⁶ (Ollier, 2015). Por último cabe mencionar outra decisão importante, tomada por meio de decreto do Poder Executivo (decreto 1602/09 de 19 de outubro de 2009), foi criada a "Asignación Universal por Hijo para Protección Social", uma transferência social de renda que concede um subsídio aos trabalhadores sem emprego formal para cada filho menor de 18 anos a seu cargo¹²⁷.

As medidas mencionadas anteriormente são alguns exemplos de concentração de poderes no Executivo e enfraquecimento das instituições de *accountability* horizontal. Com respeito ao Judiciário, os momentos mais claros são o descumprimento de decisões da Suprema Corte, como no caso do jornal Perfil e também a decisão que determinava a reinstalação no cargo do ex-procurador de Santa Cruz, Eduardo Sosa (Gervasoni, 2015:32). No que diz respeito ao poder Legislativo, a situação é menos grave do que parece. É verdade que, por meio de várias delegações, o Executivo concentrou atribuições próprias do Congresso, mas isso ocorreu com o seu acordo explícito. Os decretos de necessidade e urgência foram usados de maneira generosa, mas não mais do que nas presidências de Carlos Menem e de la Rúa¹²⁸. Durante o período, houve poucas, mas importantes, instâncias em que

¹²⁵ Uma das instâncias mais bem documentadas e politicamente significativas da repressão "branda" à dissidência foi a deliberada politização da alocação publicitária aos meios de comunicação com base em sua linha editorial. A distribuição seletiva dos gastos com publicidade do governo nacional é evidente na alta correlação entre o montante de anúncios atribuídos a cada meio e sua linha editorial. Por exemplo, entre janeiro e novembro de 2010, o jornal Página 12 - de tiragem reduzida, mas alinhado ao kirchnerismo - recebeu 26,5% dos gastos do governo nacional na capital federal. Outros 21% foram destinados ao grupo Veintitrés de Sergio Szpolski (proprietário dos jornais ultraoficialistas Tiempo Argentino e El Argentino). Os grupos Clarín e La Nación, de magnitude muito superior, mas muito críticos aos governos kirchneristas, receberam apenas 10% e 3,3% da publicidade oficial, respectivamente. O grupo Perfil, também crítico, obteve apenas 1,7%. Este grupo tinha sido beneficiado por uma decisão judicial de 2010 que ordenava ao governo nacional alocar publicidade oficial às suas publicações "respeitando um equilíbrio razoável com aquelas de características análogas", decisão ratificada em março de 2011 por unanimidade pela Suprema Corte de Justiça (Gervasoni, 2015:31).

¹²⁶ Apresentada poucos meses após a derrota do oficialismo, essa lei não reflete a vontade política da nova maioria, nem oferece tempo para discussão, carecendo assim de consenso opositor. Em seus aspectos relevantes a lei: 1) favorece o bipartidarismo tradicional (PJ e UCR); 2) promove incentivos contrários à participação partidária e desestimula a filiação, pois, ao escolher candidatos, os filiados têm os mesmos direitos que qualquer cidadão; 3) não regulamenta a publicidade oficial que continua através de organismos estatais; 4) não instrumentaliza a cédula ou o voto eletrônico; 5) não evita o transfuguismo político ao atribuir a vaga ao legislador e não ao partido; e 6) autoriza as candidaturas testimoniais (Ollier, 2015). As candidaturas testimoniais, na Argentina, referem-se a situações em que uma pessoa se candidata a um cargo político com a intenção de não ocupá-lo efetivamente, mas sim de usar essa candidatura como um instrumento político ou simbólico para apoiar outro candidato ou promover certos objetivos políticos.

¹²⁷ A Asignación Universal Por Hijo, que foi originalmente proposta por legisladores opositores e obteve um amplo consenso político e social, foi estabelecida em 2009 por decreto, privando-a do suporte normativo muito mais sólido de uma lei, numa clara tendência de contração de poder na presidência (Gervasoni e Peruzzotti, 2015:34).

¹²⁸ Em termos de conteúdo específico, enquanto Néstor Kirchner usou principalmente os Decretos de Necessidade e Urgência para realocar verbas orçamentárias, alterar estruturas da administração pública e

o Congresso agiu contra a vontade da presidência, como por exemplo em 2008, quando o Senado rejeitou, por uma votação apertada, a aprovação legislativa da resolução 125 (*ibidem*). Por último, vale a pena mencionar que duas das principais agências de controle administrativo foram praticamente neutralizadas ao serem nomeados funcionários rigorosamente subordinados à Presidência como Júlio Vitobello e Daniel Reposo na Sindicatura General de la Nación (SIGEN), e Oscar Fleitas Ortiz de Rosas, também com a presença de Vitobello, na Oficina Anticorrupción. O único órgão de controle horizontal que cumpriu sua função livremente durante o período kirchnerista apresentando vários informes de irregularidades foi a Auditoria Geral da Nação - órgão de controle externo dependente do Congresso - (Gervasoni, 2015:32-33).

Com respeito à colonização e regulação da esfera pública e da sociedade civil, Gervasoni (2015) destaca o aumento significativo do uso 'privado' dos meios formalmente públicos pelo governo nacional. Isso inclui a dependência de meios paraoficiais, como canais, rádios e jornais privados alinhados ao oficialismo e financiados generosamente pelo governo. Essa tendência, que se intensificou desde 1983, caracteriza uma espécie de 'privatização' do sistema de meios públicos, acompanhada pela criação substancial de meios paraoficiais. Esse cenário permitiu o favorecimento do oficialismo nas eleições de 2011 graças: aos frequentes e prolongados discursos da presidenta e candidata à reeleição Cristina Kirchner em mídias públicas e paraoficiais; a aparição de publicidade não tradicional, pro oficialista na programação das mídias públicas e; a grande presença de publicidade oficial da Presidência da Nação e de organismos e empresas do Executivo (Gervasoni; Fitz Herbert, 2011: 11-19 *apud* Gervasoni, 2015:29). Além dos meios paraoficiais beneficiados pelo governo, o kirchnerismo instituiu uma espécie de “capitalismo de amigos”, onde setores empresariais tiveram acesso privilegiado ao poder. O exemplo mais importante foi a venda de 25% da maior empresa do país, a YPF, ao grupo Petersen (da família Eskenazi, compradora do Banco da Província de Santa Cruz, que o então governador Néstor Kirchner privatizou em 1996)¹²⁹.

O primeiro governo de Cristina Kirchner se viu marcado pela morte inesperada de seu esposo em 27 de novembro de 2010. A morte de Néstor causou uma comoção significativa na vida política e pública, marcando uma reviravolta notável. Cristina Kirchner conquistou

reorganizar as forças de segurança, sua esposa implementou por meio desses decretos medidas de alta visibilidade, como a Asignación Universal por Hijo (e suas modificações), a remoção do diretor do Banco Central, o Fundo del Bicentenario e a dissolução da Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuario (ONCCA) (Jones; Micozzi, 2011:57).

¹²⁹ O grupo Petersen não possuía antecedentes na produção de petróleo e não possuía os recursos necessários para comprar a parte adquirida. Foi a pressão do governo sobre a Repsol - então dona da YPF - que levou a empresa a aceitar a compra e que a direção executiva da empresa ficasse em mãos de Sebastian Eskenazi, o inexperiente e minoritário novo accionista (Gervasoni, 2015).

simpatias de grande parte dos cidadãos ao se apresentar como uma viúva encarregada de enfrentar o luto e continuar governando. Sua popularidade mudou de direção e começou a crescer de maneira surpreendente até as eleições de 2011, recuperando uma estima semelhante àquela que experimentara nas eleições de 2007: sua imagem positiva passou de 19% a 55% durante o ano de 2010 (Ollier, 2015:80). Por outro lado, com a morte de Néstor, que exercia um enorme peso na presidência de Cristina¹³⁰, houve uma redução da mediação entre o governo e a rede estatal e partidária, resultando em uma concentração maior e uma abordagem mais personalista do poder. A popularidade pessoal da Presidenta, ancorada na legitimidade da conexão direta com os cidadãos, semelhante à abordagem de Néstor Kirchner durante seus primeiros anos no poder, tornou-se crucial. Para isso Cristina começou a fazer uso de uma estratégia de exploração política do carisma *postmortem* (Arenas, 2006): usava preto e soluçava em público; falava de seu marido como um mártir que dera a vida pelo país; começou a referir-se a Néstor simplesmente como “ele”, jamais dizendo seu nome; e mandou construir um mausoléu para ele em Santa Cruz (Mochkofsky; Pasquini, 2012). Depois do falecimento de Néstor, Cristina se transformou numa pessoa intensamente ligada ao povo. A popularidade dela foi impulsionada pelo crescimento econômico recuperado e por uma figura presidencial que permanecia distante das pressões corporativas e dos escândalos de corrupção envolvendo funcionários e aliados (Cheresky; Annunziata, 2012:35). A mudança na opinião pública acabou favorecendo a reeleição da mandatária nas eleições de 2011.

O quadro 8, abaixo, analisa as categorias de populismo no governo e identifica eventuais correspondências com o governo de Cristina Kirchner. Percebe-se que, quando comparado a Néstor, seu governo é mais aderente ao perfil de populismo no governo, mas ainda se distancia muito de governos considerados populistas típicos.

¹³⁰ Algumas notícias e artigos lidos para esta dissertação apontam para o fato de que durante a maior parte da primeira presidência de Cristina, Néstor exercia uma enorme influência nos bastidores do governo, dando a entender que era ele quem governava efetivamente (Serrafero, 2011:33; Mochkofsky; Pasquini, 2012). No entanto, por falta de materiais e trabalhos a respeito, não foi possível adentrar no assunto.

Quadro 8 - Indicadores de Populismo no governo identificados no governo de Cristina Kirchner (2007-2011)

Populismo no Governo	Governo de Cristina Kirchner (2007-2011)
Eleições e Campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder e como meio de relação direta entre líder e massa.	
Concentração de Poder no Executivo e enfraquecimento das instituições de <i>accountability</i> horizontal.	<p>Cooptação de agências de controle administrativo (ex: Sindicatura General de la Nación e Oficina Anticorrupción).</p> <p>Descumprimento de ordens do Tribunal Supremo de Justiça.</p> <p>Mudança repentina da data das eleições de 2009 e perseguição política de adversários como tentativa de prejudicar a oposição e inclinar a balança a favor do kirchnerismo.</p>
Apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária.	<p>Uso de Decretos de Necessidade e Urgência. Governo por decreto em temas que requerem lei (ex: Asignación Universal por Hijo para Protección Social)</p> <p>Prorrogação da situação de Emergência Econômica graças a um legislativo favorável.</p>
Colonização e regulação da esfera pública.	<p>Uso político-eleitoral dos meios de comunicação públicos e paraoficiais.</p> <p>Controle sobre a máquina partidária peronista.</p> <p>Acentuado “capitalismo de amigos”.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Esta breve análise do primeiro governo de Cristina Kirchner nos permite concluir que o seu governo foi um pouco mais populista e radical que o de seu marido, apesar de ainda estar longe de outros governos populistas como o de Perón e de Chávez. Aqui é importante salientar que houve uma dificuldade para fazer a análise de ambos governos por separado, já que a literatura sobre o kirchnerismo tende a estudar a era kirchnerista em seu conjunto (2003-2015), não distinguindo ou distinguindo pouco os governos de cada um. Mas apesar das investidas populistas de C. Kirchner, mais uma vez, não houve um processo de hibridização considerável do sistema político argentino, e, no final de seu primeiro mandato, a Argentina continuava sendo uma democracia, ao menos em uma expressão minimalista do

termo. Isto se deu, por um lado, pelo fato de que tanto Cristina como Néstor conformaram uma espécie de populismo democrático no sentido de que não buscaram subverter profundamente as instituições políticas argentinas e respeitaram minimamente as regras do jogo democrático. Por outro lado, assim como apontam Levitsky e Murillo (2008), apesar das semelhanças superficiais entre Néstor Kirchner e Chávez, a Argentina não é a Venezuela porque, mesmo com as investidas populistas de Néstor e a fragilidade do sistema partidário do país, as bases institucionais e sociais do pluralismo democrático na Argentina são muito mais robustas do que na Venezuela. Nesse sentido, tanto o contexto social e político como as instituições democráticas argentinas colocaram limites às intervenções populistas dos governos Kirchner. É importante lembrar que, ao ser restabelecida a democracia em 1983, prevaleceu uma atitude de temor em relação ao conflito na sociedade argentina, que se viu refletida tanto na efervescência de movimentos sociais de direitos humanos quanto no processo de julgamento dos militares responsáveis pelas atrocidades cometidas durante a ditadura (1976-983) (Iazzetta, 2012). Nesse aspecto a democracia argentina é sustentada por um amplo compromisso social com as liberdades civis e uma extensa infraestrutura de organizações da sociedade civil dedicadas à sua defesa (Levitsky; Murillo, 2008). Por isso, a capacidade dos Kirchner em concentrar poder - mesmo no auge de sua popularidade e força política - foi limitada por uma sociedade civil forte, instituições democráticas robustas e a própria natureza da coalizão peronista.

Além de instituições democráticas minimamente fortes e estáveis, é relevante, para o caso argentino, que o líder populista, em alguma medida, tenha imposto a si mesmo uma limitação de poder, ao decidir não se candidatar à reeleição. Esse fator, junto ao carisma relativamente pequeno tanto de Néstor como de Cristina, contribuiu para que não houvesse um processo de hibridização tão forte nos governos Kirchner.

6 CONCLUSÃO

O caminho percorrido por esta dissertação teve como intuito indagar sobre as consequências que governos populistas geram sobre as democracias, mesmo quando eles chegam ao fim. A literatura sobre populismos tem apontado diversos motivos pelos quais os movimentos populistas não conseguem sobreviver para além de seu fundador: embora líderes populistas baseiem sua legitimidade nas eleições, seu carisma, sua visão messiânica e personalista de poder e a tendência de se verem como líderes com uma missão divina e transcendental dificultam a transição democrática do poder. Apesar dessas complexidades, é possível encontrar alguns casos de lideranças populistas que foram bem-sucedidas em eleger um sucessor para dar continuidade a seus projetos políticos, os quais podem, ou não, avançar no processo de hibridização do regime político. Para explorar a ocorrência relativamente rara, mas significativa, de sucessão populista, este trabalho se propôs a realizar um estudo de caso comparado da Venezuela e da Argentina, situando os casos recentes de populismo nas trajetórias dos países: na Venezuela, Hugo Chávez governou entre 1999 e 2012, e foi sucedido por Nicolás Maduro; na Argentina, Néstor Kirchner governou entre 2003 e 2007, sendo sucedido por Cristina Kirchner. A perspectiva comparada adotada na dissertação visa proporcionar uma compreensão mais abrangente dos efeitos duradouros do populismo sobre as democracias, indo além das análises convencionais centradas na ascensão e exercício do poder de lideranças populistas. Dado que governos populistas continuam a proliferar em todo o mundo, as análises das trajetórias de longo prazo de tais governos e as perspectivas de mitigar os impactos prejudiciais que possam ter sobre a democracia tornaram-se especialmente importantes.

Com base nisso, nos capítulos 4 e 5 foram analisados os governos de líderes populistas da Venezuela e da Argentina, o processo de sucessão de poder e o governo do sucessor, com o objetivo de identificar **fatores que explicam as tendências autoritárias ou democráticas de governos de sucessores de líderes populistas**. Para responder à pergunta de pesquisa realizou-se uma Análise Comparativa Histórica apoiando-se no método de process-tracing para analisar como as condições iniciais (o governo de líderes populistas) e a sequência de eventos que levaram à sucessão influenciaram o comportamento dos governos dos sucessores em relação ao regime democrático. A análise centrou-se em três conjuntos de fatores apontados pela literatura como potencialmente explicativos para o fenômeno: primeiro, os fatores institucionais relacionados ao governo do líder populista e ao processo de hibridização do regime; depois, aqueles relacionados ao carisma do líder populista e seu papel para a legitimação do regime; por fim, o processo específico de sucessão de poder. Ainda que todos

eles tenham interferência sobre os demais, a análise de cada um separadamente permitiu identificar de forma mais precisa aqueles que têm maior potencial explicativo.

Os dados levantados apontaram que **os três fatores mencionados anteriormente foram relevantes para explicar as tendências autoritárias ou democráticas dos governos dos sucessores de líderes populistas, mas com diferentes pesos.**

Em relação ao primeiro grande fator, relacionado à hibridização do regime durante o governo do líder populista, a hipótese era de que o enfraquecimento das instituições tem efeito relevante sobre a adesão do sucessor à democracia posteriormente. De fato, a análise mostrou que o grau de hibridização do regime deixado pelos líderes populistas tem alto impacto sobre o governo do sucessor. No caso da Venezuela, o legado institucional deixado por Chávez foi central para que Maduro conseguisse concentrar ainda mais poder no Executivo, perseguir a oposição, contornar um processo de referendo revogatório, impedir os trabalhos da Assembleia Nacional de maioria opositora e conseguir decisões favoráveis por parte do Tribunal Supremo de Justiça. Em outras palavras, a forte hibridização promovida nos governos de Chávez foi fundamental para que, nos governos de Maduro, o regime venezuelano se aproximasse mais de um autoritarismo leve do que de uma democracia mínima. Na Argentina, por outro lado, houve um processo de hibridização fraco das instituições democráticas sob o governo de Néstor Kirchner, consequência de características históricas da sociedade e das instituições argentinas, além de atributos pessoais de Néstor, que não se propôs a refundar o sistema político, como fizeram Perón e Chávez. Dessa forma, quando Cristina Kirchner assumiu seu primeiro mandato, a Argentina ainda contava com instituições democráticas minimamente sólidas e independentes, o que afetou positivamente a adesão do novo governo aos ideais democráticos, ao contrário do que ocorreu na Venezuela.

Na segunda frente de análise, levou-se em consideração o carisma do líder populista. Há relativo consenso na literatura de que, sendo o carisma um atributo essencialmente pessoal, sua transferência e rotinização são sempre difíceis. Assim, quanto mais o governo do líder populista baseia sua legitimidade no carisma pessoal do presidente, tanto mais difícil será para o sucessor estabelecer um governo tido como legítimo, o que pode incentivar a mobilização de práticas autoritárias para estabilizar o poder. Como mostrado nos capítulos 4 e 5, a mobilização da autoridade carismática tem um papel importante tanto na Venezuela quanto na Argentina, mas por caminhos bem diferentes. Na Venezuela, o forte carisma de Chávez dificultou a consolidação de uma legitimidade eleitoral para seu sucessor, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento das tendências autoritárias do governo Maduro. Tudo indica que o projeto chavista de perpetuação no poder não considerava o cenário de uma

sucessão presidencial, nem mesmo em um futuro mais distante e, assim, o regime minou o surgimento de eventuais outros candidatos com forte conexão com o eleitorado. Soma-se a isso o fato de que Maduro tem um carisma particularmente baixo, o que, nesse sentido, o distancia ainda mais de Chávez. Como resultado, houve um processo de transição de um governo que se baseava muito no carisma do presidente para um governo de dominação predominantemente tradicional e neopatrimonial (López Maya, 2019), que tenta enraizar o mito personalista de cima para baixo e usando como base o carisma de um outro líder. Conseqüentemente, Maduro conduz um governo com características populistas ao mesmo tempo em que ele, em si, não consegue se consolidar enquanto um líder populista.

Como citado acima, as discussões sobre o carisma na Argentina são igualmente relevantes, mas têm configuração muito diferente, por serem atravessadas pela figura de Juan Domingo Perón, presidente nas décadas de 1940, 1950 e 1970. Extremamente carismático, Perón conseguiu rotinizar seu carisma tanto no partido quanto na sociedade argentina, de forma que, até hoje, a clivagem peronismo e antiperonismo continua relevante no cenário eleitoral do país. Com a morte de Perón, ocorreu, em certa medida, a despersonalização do carisma, que passou a ser transmitido para outras pessoas ou produzido nelas em função do cargo ocupado na estrutura do partido peronista. Isso permite explicar por que, ao contrário de Perón e de Chávez, que eram líderes populares antes de chegar à presidência e consolidaram seu poder carismático no governo (movimento bottom-up), Néstor Kirchner se torna um líder populista ao chegar à presidência (movimento top-down), de forma parecida ao que Carlos Menem havia feito anos antes. Essa configuração permitiria, ainda, que Cristina Kirchner se apossasse de parte desse carisma que estava em torno de Néstor e do partido peronista, sem a necessidade de retomar constantemente a figura de líderes populistas anteriores, como ocorre na Venezuela.

O terceiro e último ponto de foco do estudo relaciona-se especificamente ao período de transição do poder, com a hipótese de que a sucessão por motivos de fim de mandato teria efeitos diferentes daqueles casos em que ela se dá pela morte do líder populista ou outro evento imprevisível. O pressuposto, aqui, é que a imprevisibilidade do processo e a dificuldade de construir uma candidatura eleitoralmente forte diminuem a adesão do sucessor aos princípios democráticos. Na Argentina, a transição entre Néstor e Cristina Kirchner parece corroborar esse pensamento: a sucessão ocorreu a partir das regras típicas do processo democrático, com tempo e estrutura para a consolidação do nome de Cristina entre o eleitorado, o que fortaleceu a legitimidade do novo governo. O caso venezuelano, por outro lado, coloca alguns limites a essa lógica. É verdade que parte do autoritarismo de Maduro

deriva da baixa legitimidade eleitoral do governo, que, por sua vez, está ligada à sucessão imprevista e, sob muitos aspectos, improvisada que ocorreu em 2013. Apesar disso, ao analisarmos os detalhes da transição, é perceptível que as ações e inações do Judiciário e do Legislativo, já cooptados pelo chavismo, foram mais relevantes para definir as características que o governo de Maduro assumiria logo no início. Mais uma vez, é importante destacar que os fatores se influenciam mutuamente, e a transição atípica e imprevisível foi o cenário propício para que a cooptação das instituições tivesse papel relevante. Ainda assim, é possível pensar que, mesmo em outros formatos de transição, o grau de deferência das instituições em relação ao regime chavista faria com que o resultado fosse parecido, com forte autocratização durante os governos de Maduro.

Em resumo, ao analisar o caso da Venezuela foi possível constatar como o carisma de Chávez, o processo de hibridização durante seu governo e as circunstâncias inusuais e imprevisíveis da sucessão contribuíram para as tendências autoritárias de Maduro. Por sua vez, no caso da Argentina a falta de carisma de Néstor, o processo de hibridização fraco de seu governo e as circunstâncias previsíveis e normais de transição de governo, contribuíram para a manutenção da democracia argentina. No entanto, é importante reconhecer que somente após terem sido feitas as análises foi possível constatar como cada um dos fatores analisados variou em cada caso. A Argentina representa um caso de governo populista cujo líder é pouco ou nada carismático, onde o processo de hibridização durante o governo de Néstor Kirchner foi fraco, e cuja transição de governo se deu em contextos de previsibilidade. Por sua vez, a Venezuela apresenta um caso extremo com um líder populista altamente carismático, um processo de hibridização forte e uma sucessão que aconteceu de forma imprevisível com a morte de Hugo Chávez. Nesse sentido, o caso da Argentina com Néstor e Cristina Kirchner serve como um caso controle em comparação ao caso extremo e pouco comum da Venezuela com Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Quadro 9 - Comparativo dos governos de Juan Perón, Néstor Kirchner, Cristina Kirchner, Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a partir das categorias de Populismo no governo

(continua)

	Argentina			Venezuela	
Populismo no Governo	Governos de Juan Domingo Perón (1946-1955)	Governo de Néstor Kirchner (2003-2007)	Governo de Cristina Kirchner (2007-2011)	Governos de Hugo Chávez (1999-2013)	Governo de Nicolás Maduro (2013-2018)
Eleições e Campanhas permanentes como mecanismo de legitimação do líder e como meio de relação direta entre líder e massa.	Desfiles, manifestações e aparições públicas como meio de fortalecimento do vínculo entre o líder e seus seguidores. Eleições como mecanismo de legitimação do líder e do regime. “Peronização” da sociedade e do Estado pela doutrina Justicialista.			Uso de referendos e consultas públicas como formas de legitimação e apoio ao governo. Desfiles, procissões e aparições públicas como meio de fortalecimento do vínculo entre o líder e seus seguidores. Propagandas do governo espalhadas pela cidade como campanha permanente.	Aparições públicas e em Cadeia Nacional como meio de fortalecimento do vínculo com seus seguidores. Propagandas do governo espalhadas pela cidade como campanha permanente.
Apagamento da distinção entre legislação constitucional e ordinária.	Nova Constituição que cristaliza o projeto político do governo e altera os poderes do Estado.	Uso extensivo de Decretos de Necessidade e Urgência. Prorrogação da situação de Emergência Econômica graças a um legislativo favorável.	Uso de Decretos de Necessidade e Urgência. Governo por decreto em temas que requerem lei (ex: Asignación Universal por Hijo para Protección Social) Prorrogação da situação de Emergência Econômica graças a um legislativo favorável.	Nova Constituição que cristaliza o projeto político do governo e altera os poderes do Estado. Governo por decreto e aprovação de leis orgânicas sobre matérias constitucionais favoráveis ao Executivo por meio de um legislativo controlado pelo chavismo.	Tentativa de criar uma nova Constituição. Assembleia Nacional Constituinte que assume faculdades legislativas. Prorrogação dos Decretos de Estados de Exceção e Emergência Econômica contornando o legislativo.

Quadro 9 - Comparativo dos governos de Juan Perón, Néstor Kirchner, Cristina Kirchner, Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a partir das categorias de Populismo no governo

(continuação)

	Argentina			Venezuela	
Populismo no Governo	Governos de Juan Domingo Perón (1946-1955)	Governo de Néstor Kirchner (2003-2007)	Governo de Cristina Kirchner (2007-2011)	Governos de Hugo Chávez (1999-2013)	Governo de Nicolás Maduro (2013-2018)
Concentração de Poder no Executivo e enfraquecimento das instituições de <i>accountability</i> horizontal.	<p>Cooptação e controle das instituições de <i>accountability</i> horizontal como o Supremo Tribunal de Justiça, a Procuradoria Geral da Nação e o Legislativo.</p> <p>Concentração de poder na presidência às custas da divisão de poderes, por meio de reformas constitucionais.</p> <p>Perseguição política de adversários.</p>	Aprovação da lei 26.080 que reforçou o controle executivo sobre o Conselho de Magistrados.	<p>Cooptação de agências de controle administrativo (ex: Sindicatura General de la Nación e Oficina Anticorrupción).</p> <p>Descumprimento de ordens do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Mudança repentina da data das eleições de 2009 e perseguição política de adversários como tentativa de prejudicar a oposição e inclinar a balança a favor do kirchnerismo.</p>	<p>Cooptação das instituições de <i>accountability</i> horizontal e de controle do executivo como o TSJ e o CNE. Assim como a cooptação de outras instâncias de poder como a PDVSA e as Forças Armadas.</p> <p>Concentração de poder na presidência às custas da divisão de poderes, por meio de reformas constitucionais, delegação de prerrogativas do legislativo e decisões favoráveis ao oficialismo pelo TSJ.</p> <p>Perseguição política de adversários, uso de <i>gerrymandering</i> e modificação de leis eleitorais para distorcer o jogo eleitoral a favor do governo.</p>	<p>Cooptação das instituições de <i>accountability</i> horizontal e de controle do executivo como o TSJ e o CNE.</p> <p>Concentração de poder na presidência às custas da divisão de poderes, por meio de decisões favoráveis ao oficialismo pelo TSJ e o CNE.</p> <p>Perseguição política de adversários; modificação das datas das eleições para distorcer o jogo eleitoral a favor do governo, obstaculização ao referendo revocatório da oposição.</p>

Quadro 9 - Comparativo dos governos de Juan Perón, Néstor Kirchner, Cristina Kirchner, Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a partir das categorias de Populismo no governo

(conclusão)

	Argentina			Venezuela	
Populismo no Governo	Governos de Juan Domingo Perón (1946-1955)	Governo de Néstor Kirchner (2003-2007)	Governo de Cristina Kirchner (2007-2011)	Governos de Hugo Chávez (1999-2013)	Governo de Nicolás Maduro (2013-2018)
Colonização e regulação da esfera pública.	<p>Perseguição dos meios de comunicação críticos ao regime.</p> <p>Monopólio estatal dos meios de comunicação de massa e uso político para veicular propaganda favorável ao governo.</p> <p>Controle sobre o movimento operário e as universidades por meio da perseguição de setores opositores ao governo.</p> <p>Utilização da Fundação Eva Perón como meio de propaganda política.</p>	<p>Incorporação, cooptação e desmobilização das organizações piqueteras.</p> <p>Controle sobre a máquina partidária peronista.</p> <p>Intervenção do governo nas estatísticas do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC).</p>	<p>Uso político-eleitoral dos meios de comunicação públicos e paraoficiais.</p> <p>Controle sobre a máquina partidária peronista.</p> <p>Acentuado “capitalismo de amigos”.</p>	<p>Criação de um sistema de mídia pública e uso político do mesmo para veicular propaganda oficialista.</p> <p>Perseguição dos meios de comunicação privados.</p> <p>Construção de uma vasta rede de organizações populares ligadas diretamente a Chávez (Conselhos comunais).</p> <p>Criação de uma rede clientelar e de patrocínio ligada ao líder a partir da consolidação de um rentismo populista.</p>	<p>Uso extensivo dos sistema de mídia pública para veicular propaganda do governo.</p> <p>Perseguição dos meios de comunicação privados; compra e venda de meios críticos ao governo a empresas afins do governo.</p> <p>Construção de uma rede clientelar a partir de programas de distribuição da renda petroleira (ex: Carnet de la Patria, CLAPs).</p> <p>Fortalecimento das milícias e das Forças Armadas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No caso da Argentina, é interessante notar também que o governo de Cristina se mostrou um pouco mais populista que o de seu marido. Ao comparar as categorias de populismo no governo tanto para os governos de Néstor Kirchner e Hugo Chávez como para os governos de Cristina Kirchner e Nicolás Maduro, como mostra o quadro 9, é possível reparar que, com a sucessão, houve uma espécie de continuidade do governo populista sem o líder fundacional, mas com algumas diferenças importantes. No caso da Argentina, é importante lembrar que, após o restabelecimento da democracia em 1983 prevaleceu uma atitude de temor em relação ao conflito na sociedade argentina. Essa atitude de rejeição ao exercício de poder autoritário se mostrou evidente tanto na efervescência de movimentos sociais de direitos humanos quanto no processo de julgamento dos militares responsáveis pelas atrocidades cometidas durante a ditadura (1976-1983) (Iazzetta, 2012). Nesse aspecto, a democracia argentina se sustentou por um amplo compromisso social com as liberdades civis e uma extensa infraestrutura de organizações da sociedade civil dedicadas à sua defesa (Levitsky; Murillo, 2008), limitando as capacidades dos Kirchner em concentrar poder. Por isso, mesmo que o governo de Cristina Kirchner tenha sido mais populista e tenha levado a um processo de hibridização um pouco mais forte que o governo de seu marido, no final do seu primeiro mandato a Argentina continuava sendo uma democracia, ao menos em uma expressão minimalista do termo. Na Venezuela, por sua vez, houve um processo no sentido contrário aos objetivos de maior controle democrático sobre os setores de defesa e segurança, que predominavam nos países latinoamericanos e do Caribe na virada do século. Já no governo de Chávez, deu-se início o processo de partidarização, ideologização e politização das Forças Armadas, aumentando suas funções internas. Mas foi no governo de Maduro que os militares começaram a ganhar mais espaço no governo, ocupando postos importantes dentro do gabinete do Executivo, além de controlar setores importantes da economia, como o setor elétrico, os portos e aduanas, entre outros. Além disso, durante o governo de Maduro houve um processo de militarização da sociedade civil através do fortalecimento das milícias e dos Colectivos (grupos paramilitares). Esta maior dependência nas Forças Armadas e a militarização da sociedade civil contribuíram para o processo de autocratização do governo.

O caso da Venezuela traz à tona um outro ponto. Populistas no governo só conseguem hibridizar fortemente as instituições porque têm apoio e consentimento da população. Nesse sentido, o carisma de Chávez e o apoio eleitoral que ele possuía geraram as condições para um amplo processo de hibridização. É claro que a força ou a fraqueza das instituições democráticas também entram em jogo para conter os avanços populistas, mas, sem apoio popular, as medidas de Chávez teriam sido vistas como autoritárias, como aconteceu com

Maduro. Ao não possuir nem o mesmo carisma que Chávez nem o mesmo apoio populacional, suas medidas de governo foram vistas como abertamente autocráticas.

Por fim, e retomando mais uma vez o quadro 9, é interessante notar as similitudes entre o Peronismo, um expoente de populismo clássico, e o Chavismo, um populismo contemporâneo. Ambos configuram casos de governos populistas extremos, ao mesmo tempo que ambos também configuram casos típicos de lideranças carismáticas. O “Socialismo do Século XXI”, na verdade, se assemelha mais a um “Peronismo do Século XXI”. A comparação entre os governos de Chávez e Perón também nos permite corroborar as hipóteses de De la Torre e Peruzzotti (2018), segundo os quais é mais provável que governos populistas gerem resultados inclusivos em contextos pré-democráticos e ameaças autoritárias em contextos democráticos.

O número restrito de casos e as diferenças que se verificaram entre os dois países estudados demandam cautela quanto à generalização dos achados desta dissertação. Ainda assim, foram levantadas hipóteses relevantes para explicar o impacto de lideranças populistas sobre a democracia no médio e no longo prazo. As hipóteses alavancadas por esta dissertação merecem ser testadas posteriormente em outros casos de governos de sucessores de líderes populistas, como o caso de Lenín Moreno, no Equador, e Luis Arce, na Bolívia, para analisar sua pertinência e capacidade explicativa.

REFERÊNCIAS

- ADAIR-TOTTEFF, C. Max Weber and the sociology of charisma. In: ZÚQUETE, J. P. (Ed.). **Routledge International Handbook of Charisma**. London: Routledge, 2021.
- ALLAHAR, A. L. Charisma and Populism: Theoretical Reflections on Leadership and Legitimacy. In: ALLAHAR, A. L. (Ed.). **Caribbean Charisma: Reflections on Leadership, Legitimacy and Populist Politics**. Jamaica: Ian Randle Publishers, 2001. p. 1–32.
- ANDREWS-LEE, C.; GAMBOA, L. When handpicked successors of charismatic leaders prosper: the surprising success of Juan Manuel Santos in Colombia. **Democratization**, v. 29, n. 6, p. 1–21, 3 fev. 2022.
- ANSELMINI, M. Post-populism in Latin America: On Venezuela after Chávez. **Chinese Political Science Review**, v. 2, n. 3, p. 410–426, 3 jul. 2017.
- ARENAS, N. Nicolás Maduro: ¿populismo sin carisma? **Cuadernos del Cendes**, v. 33, n. 92, p. 113–128, 1 maio 2016.
- ARGENTINA. Cámara de Senadores de la Nación. Sesión Especial Extraordinaria 2ª, 7 mai. 1952. Homenagem ao General Juan Perón e a Senhora Eva Perón. Disponível em: <<https://www.bcn.gov.ar/uploads/parlamentarias/Parlamentarias-Sen-Casta%C3%B1eira-1952-I-1.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2024.
- ARGENTINA. Cámara de Senadores de la Nación. Sesión Ordinaria nº25, 22 nov. 2006. Disponível em: <<https://www.senado.gov.ar/parlamentario/sesiones/busquedaTac>>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- ARGENTINA. Presidente (2003-2007: Néstor Kirchner). Discurso de asunción del Presidente Néstor Kirchner, Buenos Aires, 25 de mayo de 2003. Disponível em: <<https://www.cfkargentina.com/discurso-de-asuncion-del-presidente-nestor-kirchner-a-la-assembly-legislativa-el-25-de-mayo-del-2003/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- ARGENTINA. Senado e Cámara dos Deputados de la Nación. Ley 26.122, 27 jul. 2006b. Regula-se o procedimento e a extensão da intervenção do Congresso em relação aos decretos de Necessidade e Urgencia emitidos pelo Poder Executivo. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/115000-119999/118261/norma.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- ATWOOD, R. Media Crackdown: Chavez and Censorship. **Georgetown Journal of International Affairs**, v. 7, n. 1, p. 25–32, 2006.
- AYTAÇ, S. E.; ÖNIŞ, Z. Varieties of Populism in a Changing Global Context: The Divergent Paths of Erdoğan and Kirchnerismo. **Comparative Politics**, v. 47, n. 1, p. 41–59, 2014.
- BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. El Índice Nacional de Precios al Consumidor (INPC) registró una variación de 4,3% en abril. 9 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.bcv.org.ve/notas-de-prensa/el-indice-nacional-de-precios-al-consumidor-inpc-registro-una-variacion-de-43-en>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BARR, R. R. Populists, Outsiders and Anti-Establishment Politics. **Party Politics**, v. 15, n. 1, p. 29–48, jan. 2009.

BARR, R. R. Populism as a political strategy. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **Routledge Handbook of Global Populism**. New York: Routledge, 2019. p. 44–56.

BARRIONUEVO, A. Argentine Ex-Leader Dies; Political Impact Is Murky. **The New York Times**, 27 out. 2010. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/2010/10/28/world/americas/28argentina.html?_r=0>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. **Process tracing : from metaphor to analytic tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BERMEO, N. On Democratic Backsliding. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 1, p. 5–19, jan. 2016.

BOTANA, N. R. **El orden conservador**. Buenos Aires: Hyspámerica, 1977.

BREWER-CARÍAS, A. La Reforma Constitucional en Venezuela de 2007 y su Rechazo por el Poder Constituyente Originario. **Revista Peruana de Derecho Público**, n. 16, p. 13–53, 2007.

BREWER-CARÍAS, A. R. Crónica constitucional del proceso venezolano de transición gubernamental, ocasionado por la enfermedad y muerte del presidente Hugo Chávez, y de la instauración por el juez constitucional de un gobierno sin legitimidad democrática (diciembre 2012/abril 2013). **Pensamiento Constitucional**, n. 18, p. 265–314.

BRICEÑO, H. La última elección. Venezuela en la encrucijada electoral. **Em Debate**, v. 7, n. 4, p. 16–33, 2015.

BURBANO DE LARA, F. Populist waves in Latin America: Continuities, twists, and ruptures. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **Routledge Handbook of Global Populism**. New York: Routledge, 2019. p. 435–450.

CAÑIZÁLEZ, A. Poder y medios de comunicación: entre la democratización y el autoritarismo. La sinuosa historia venezolana. **Revista Agenda Política**, v. 8, n. 2, p. 9–26, 2020.

CANOVAN, M. **The people**. Cambridge: Polity, 2005.

CANOVAN, M. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. **Political Studies**, v. 47, n. 1, p. 2–16, mar. 1999.

CAPRIATA, L. Kirchner firmó cada seis días un decreto de necesidad y urgencia. **La Nación**, 13 abr. 2008. Disponível em:
<<https://www.lanacion.com.ar/politica/kirchner-firmo-cada-seis-dias-un-decreto-de-necesidad-y-urgencia-nid1003971/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Capriles diz que não reconhece vitória de Maduro na Venezuela. **G1**, 15 abr. 2013. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/hugo-chavez/noticia/2013/04/capriles-diz-que-nao-reconhece-vitoria-de-maduro-na-venezuela.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAROTHERS, T. The End of the Transition Paradigm. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 1, p. 5–21, 2002. , v. 13, n. 1, p. 5–21, 2002.

CAWTHORNE, A. Presidente de Venezuela acumula más de 500 horas en transmisiones por televisión: grupo. **Reuters**, 26 jan. 2016. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/idUSKCN0V42HD/>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CEPAL. Población en situación de pobreza extrema y pobreza según área geográfica Banco de Datos de Encuestas de Hogares (BADEHOG). Disponível em:

<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=3328&area_id=927&lang=es>. Acesso em: 24 jan. 2024

Chávez aparece em fotos, mas tem dificuldades para falar. **G1**, 12 fev. 2013. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/chavez-aparece-em-fotos-mas-tem-dificuldades-para-falar.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Chávez arrebatou o controle de Caracas ao seu prefeito. **El País**, 15 abr. 2009. Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2009/04/15/actualidad/1239746404_850215.html> . Acesso em: 15 jan. 2024.

Chávez delega poderes ao vice-presidente. **BBC**, 27 dez. 2012. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2012/12/121226_chavez_maduro_jp_rm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Chávez não comparecerá à cerimônia de posse. **CNN**, 8 jan. 2013. Disponível em:

<<https://cnnespanol.cnn.com/2013/01/08/chavez-no-acudira-a-la-toma-de-posicion/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Chávez nomeia o primeiro civil em Defesa aos 70 anos. **BBC**, 02 fev. 2001. Disponível em:

<<https://www.bbc.co.uk/spanish/news/news010202venezuela1.shtml>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

"Chávez nomeia vice-presidente a Maduro: começa a precampanha das regionais. **BBC**, 11 out. 2012. Disponível em:

<https://www.bbc.com/mundo/noticias/2012/10/121010_venezuela_elecciones_2012_regionales_movimientos_jaua_capriles_maduro_chavez_az>.

Acesso em: 15 jan. 2024.

CHERESKY, I. Argentina. Cambio de rumbo y recomposición política: Nestor Kirchner cumple un año de gobierno. **Nueva sociedad**, n. 193, p. 4–16, 1 jan. 2004.

CHERESKY, I.; ANNUNZIATA, R. Introducción: Los desafíos de la democracia argentina. La primera presidencia de Cristina Kirchner. In: CHERESKY, I.; ANNUNZIATA, R. (Eds.). **Sin programa, sin promesa. Liderazgos y procesos electorales en Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2012.

CHERNY, N.; FEIERHERD, G.; NOVARO, M. El presidencialismo argentino: de la crisis a la recomposición del poder (2003-2007). **América Latina Hoy**, v. 54, 6 maio 2010.

CHOURIO, J. G. Los referéndums en Venezuela durante la revolución bolivariana de Hugo Chávez, (1999-2009). **Tese de Doutorado em Ciências Políticas e de Administração e Relações Internacionais**—Universidad Complutense de Madrid, 2019.

COLAZINGARI, S.; PALERMO, V. Peronismo clásico y peronismo plebeyo. El populismo de la globalización. **Temas y Debates**, n. 32, p. 27–49, 27 dez. 2016.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. **Divulgación del Resultado de las Elecciones a la Asamblea Nacional 2015**. 20 jan. 2016. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/resultado_asamblea2015/r/0/reg_000000.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. **Divulgación Elecciones Presidenciales 2012**. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2012/r/1/reg_000000.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. **Divulgación Elecciones Presidenciales 2013**. 1 jul. 2013. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COPPEDGE, M. Eroding Regimes: What, Where, and When? **V-DEM Institute**, Working Paper, Series 2017:57, 2017.

COPPPEDGE, M. Venezuela: Popular Sovereignty versus Liberal Democracy. **Kellogg Institute Working Paper #294**, 2002.

CORONIL, F. El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. [s.l.] **Nueva Sociedad**, 2002.

CORONIL, F.; SKURSKI, J. Dismembering and Remembering the Nation: The Semantics of Political Violence in Venezuela. **Comparative Studies in Society and History**, v. 33, n. 02, p. 288, abr. 1991.

CORRALES, J. Authoritarian Survival: Why Maduro Hasn't Fallen. **Journal of Democracy**, v. 31, n. 3, p. 39–53, 2020.

CORRALES, J. For Chávez, Still More Discontent. **Current History**, v. 108, n. 715, p. 77–82, 1 fev. 2009.

CORRALES, J. Hugo Boss. **Foreign Policy**, p. 33–40, 19 fev. 2006.

CORRALES, J.; HIDALGO, M. El régimen híbrido de Hugo Chávez en transición (2009-2013). **Desafíos**, v. 25, n. 1, p. 45–84, 30 jun. 2013.

CORRALES, J.; PENFOLD-BECERRA, M. **Dragon in the tropics: Hugo Chavez and the political economy of revolution in Venezuela**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011.

Cristina propuso un acuerdo social y elogió el modelo de Kirchner. **Clarín**, 20 jul. 2007.

Disponível em:

<https://www.clarin.com/ediciones-antiores/cristina-propuso-acuerdo-social-elogio-modelo-kirchner_0_SJ0xqreJCKe.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CUNHA, E. S. M.; ARAÚJO, C. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.

DE LA TORRE, C. Charisma in Latin American politics. In: ZÚQUETE, P. (Ed.). **Routledge International Handbook of Charisma**. London: Routledge, 2021. p. 115–126.

DE LA TORRE, C. Populism and Nationalism in Latin America. **Javnost - The Public**, v. 24, n. 4, p. 375–390, 5 jul. 2017.

DE LA TORRE, C.; PERUZZOTTI, E. Populism in Power: Between Inclusion and Autocracy. **Populism**, v. 1, n. 1, p. 38–58, 14 set. 2018.

DE LA TORRE, Carlos. Las Incertidumbres de la Sucesión Populista: Ecuador en Perspectiva Comparada. In: CAETANO, Gerardo; MAYORGA, Fernando. **Giros políticos y desafíos democráticos en América Latina: enfoques de casos nacionales y perspectivas de análisis**. [S. l.]: CLACSO, 2020. p. 143-158. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gm02pn>. Acesso em: 17 out. 2023.

DERFLER, L. **Political Resurrection in the Twentieth Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

Después de 15 años: insólito operativo en el Indec en busca de pruebas de la manipulación de Moreno. **La Nación**, 29 abr. 2022. Disponível em:

<<https://www.lanacion.com.ar/economia/despues-de-15-anos-insolito-operativo-en-el-indec-e-n-busca-de-pruebas-de-la-manipulacion-de-moreno-nid29042022/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DI NICOLA, G. Citan a De Narváez como acusado por la efedrina. **La Nación**, 07 jun. 2009. Disponível em:

<<https://www.lanacion.com.ar/politica/citan-a-de-narvaez-como-acusado-por-la-efedrina-nid1136686/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DIAMOND, L. Elecciones sin democracia. A propósito de los regímenes híbridos. **Estudios Políticos**, n. 24, p. 117–134, 15 jun. 2004.

DIAMOND, L. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 141–155, 2015.

DIAMOND, L. The Democratic Rollback: The Resurgence of the Predatory State. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 2, p. 36–48, 2008.

DIAMOND, L. The End of the Third Wave and the Global Future of Democracy. Institute for advanced studies. **IHS Political Science Series Working Paper 45**, p. 1–66, 1997.

EFE. El opositor Rosales demandará a Chávez por sus acusaciones. **El País**, 28 out. 2008.

Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2008/10/28/actualidad/1225148405_850215.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

El chavismo, preocupado pero optimista por la recaída de Chávez. **BBC**, 9 dez.

2012. Disponível em:

<https://www.bbc.com/mundo/noticias/2012/12/121209_venezuela_chavez_reacciones_recaida_cancer_az>. Acesso em: 15 jan. 2024.

El Estado de Excepción en Venezuela. Acceso a la Justicia - **El observatorio venezolano de la justicia**, 21 mai. 2020. Disponível em:

<<https://accesoalajusticia.org/el-estado-de-excepcion-en-venezuela/>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

El Gobierno venezolano niega que haya vacío de poder y llama a movilizarse. **Reuters**, 8 jan. 2013. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/oestp-venezuela-chavez-salud-idESMAE90700120130108/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ELLNER, S.; SALAS, M. T. The Venezuelan Exceptionalism Thesis Separating Myth from Reality. **Latin American Perspectives**, v. 32, n. 2, p. 5–19, mar. 2005.

En el lanzamiento de la fórmula, Cristina Kirchner defendió con fuerza la concertación oficialista. **Clarín**, 14 ago. 2007. Disponível em:

<https://www.clarin.com/ediciones-antiores/lanzamiento-formula-cristina-kirchner-defendio-fuerza-concertacion-oficialista_0_SkNVZeyCFx.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ENGELMANN, F.; BANDEIRA, J. V. V. M. A Construção da Autonomia Política do Judiciário na América Latina: Um Estudo Comparado entre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela. **Dados**, v. 60, n. 4, p. 903–936, 2017.

Es ley el polémico reglamento de los decretos de necesidad y urgencia. **Clarín**, 21 jul. 2006.

Disponível em:

<https://www.clarin.com/ediciones-antiores/ley-polemico-reglamento-decretos-necesidad-urgencia_0_HyqgcVVyRtx.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ETCHEMENDY, S.; GARAY, C. Argentina: Left Populism in Comparative Perspective, 2003—2009. In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. (Eds.). **The Resurgence of the Latin America Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

EUROPEAN UNION ELECTION OBSERVATION MISSION. Presidential Election:

Venezuela 2006. [s.l.: s.n.]. Disponível em:

<https://www.eods.eu/library/FR%20VENEZUELA%202006_en.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FILC, D. Post-populism: explaining neo-liberal populism through the Habitus. **Journal of Political Ideologies**, v. 16, n. 2, p. 221–238, jun. 2011.

FILC, D. Post-populism: explaining neo-liberal populism through the habitus. **Journal of Political Ideologies**, v. 16, n. 2, p. 221–238, jun. 2011.

FINCHELSTEIN, F. **Del fascismo al populismo en la historia**. [s.l.] TAURUS, 2018.

FRONTALINI, D.; CAIATI, M. C. El mito de la “guerra sucia”. **Centro de Estudios Legales y Sociales** [s.n.]. p. 112, 1984.

GALLIE, Walter B. Essentially Contested Concepts. **Proceedings of the Aristotelian Society**, [s. 1.], v. 56, p. 167–98, 1955. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4544562>. Acesso em: 17 out. 2023.

GAMBOA, L. Opposition at the margins: the erosion of democracy in Latin America. **Doctoral Dissertation—Graduate Program in Political Science of the University of Notre Dame**, 2016.

GERMANI, G.; YUJNOVSKY, S. S. El surgimiento del peronismo: El rol de los obreros y de los migrantes internos. **Desarrollo Económico**, v. 13, n. 51, p. 435–488, 1973.

GERRING, J. The Case Study: What it is and What it Does. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. (Eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 90–123.

GERVASONI, C. Libertades y derechos políticos, 2003-2014: el kirchnerismo evaluado desde site modelos de democracia. In: GERVASONI, C.; PERUZZOTTI, E. (Eds.). **¿Década ganada? Evaluando el legado del kirchnerismo**. Buenos Aires: Debates, 2015. p. 19–60.

GOLDSTEIN, A. A. Populismos clásicos e intermediarios de la prensa en Argentina y Brasil. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 62, n. 231, p. 335–359, 1 set. 2017.

GONZÁLEZ-LEANDRI, R.; MARTÍNEZ, E. G. El triunfo de Cristina Kirchner y el futuro de la Argentina. **Cahiers des Amériques latines**, n. 53, p. 07-13, 31 dez. 2006.

GRIMSON, A. **¿Qué es el peronismo? : de Perón a los Kirchner, el movimiento que no deja de conmover la política argentina**. [Epub] ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2019.

GUIMARÃES, M. Cristina é trunfo político de Kirchner. **O Estado de São Paulo**, 11 fev. 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/325381/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GUINAND, S. Notas sobre Perón y el Populismo. **Cuadernos Unimetanos**, n. 16, p. 28–31, 2008.

HELMKE, G. Checks and Balances by Other Means: Strategic Defection and Argentina’s Supreme Court in the 1990s. **Comparative Politics**, v. 35, n. 2, p. 213–230, jan. 2003.

HIDALGO, M. Chavismo sin Chávez, ¿menos competitivo, más autoritario?. **Revista Latinoamericana de Política Comparada**, n. 8, p. 131–153, 1 jan. 2014.

Hugo Chávez tiene “permiso indefinido” y no será juramentado Hugo Chávez tiene “permiso indefinido”. **BBC**, 8 JAN. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/ultimas_noticias/2013/01/130108_ultnot_venezuela_chavez_juramentacion_ausencia_cch>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. Una Década de Chávez: Intolerancia política y oportunidades perdidas para el progreso de los derechos humanos en Venezuela. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/venezuela0908spweb_0.pdf>. Acesso em 24 jan. 2024.

HUNTINGTON, S. P. **The Third Wave**. [s.l.] University of Oklahoma Press, 1991.

IAZZETA, O. Democracia y dramatización del conflicto en la Argentina kirchnerista (2003-2011). In: CHERESKY, I. (Ed.). **¿Qué Democracia en América Latina?**. Buenos Aires: Prometeo, 2012. p. 281–307.

INGLEHART, R. The Danger of Deconsolidation: How Much Should We Worry?. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 18–23, 2016.

ÍÑIGO ERREJÓN; MOUFFE, C. **Podemos: in the name of the people**. [s.l.] London Lawrence Et Wishart, 2016.

JÁCOME, F. Los militares en la política y la economía de Venezuela. **Nueva sociedad**, n. 274, p. 119–128, 1 jan. 2018.

JÁCOME, F. Venezuela: ¿un nuevo tipo de régimen militar? **Foreign affairs: Latinoamérica**, v. 17, n. 4, p. 44–52, 1 jan. 2017.

JARDIM, C. Chavismo vence eleições, mas perde maioria de dois terços no Parlamento. **BBC**, 27 set. 2010 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100927_venezuelaeleicoes_cj_is>. Acesso em: 3 jan. 2024.

JARDIM, C. Governo chama povo às ruas em dia de posse sem Chávez. **Estadão**, 10 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/governo-chama-povo-as-ruas-em-dia-de-posse-sem-chavez/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JIMÉNEZ, R.; HIDALGO, M. Forensic Analysis of Venezuelan Elections during the Chávez Presidency. **PLoS ONE**, v. 9, n. 6, p. 1–18, 27 jun. 2014.

JONES, M. P.; MICOZZI, J. P. Control, Concertación, Crisis y Cambio: cuatro C para dos K en el Congreso nacional. In: MALAMUD, A.; DE LUCA, M. (Eds.). **La política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

KALTWASSER, C. R. Latin American Populism: Some Conceptual and Normative Lessons. **Constellations**, v. 21, n. 4, p. 494–504, 10 nov. 2014.

KALTWASSER, C.R. et al. Populism: An Overview of the Concept and the State of the Art. In: KALTWASSER, Cristobal Rovira; TAGGART, Paul; ESPEJO, Paulina Ochoa; OSTIGUY, Pierre. **The Oxford Handbook of Populism**. São Paulo: Oxford University Press, 2017. cap. 1, p. 1-24. ISBN 9780191841736. Disponível em: <<https://academic.oup.com/edited-volume/27977>>. Acesso em: 17 out. 2023.

KAZIN, M. Trump and American Populism. **Foreign Affairs**, 6 out. 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-10-06/trump-and-american-populism>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

KESSTLER, T.; LATOUCHE, M. Venezuela: The Institutionalization of Authoritarian Populism. In: OSWALD, M. (Ed.). **The Palgrave Handbook of Populism**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2022. p. 511–526.

Kirchner anuncia hoy el plan de viviendas. **La Nación**, 14 jul. 2004. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/kirchner-anuncia-hoy-el-plan-de-viviendas-nid618299/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Kirchner é a 5a presidente com câncer na América do Sul desde 2009. **Veja**, 28 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/kirchner-e-a-5a-presidente-com-cancer-na-america-do-sul-desde-2009>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Kirchner relevó a toda la cúpula militar y adelantó los cambios. **Clarín**, 28 mai. 2003. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/kirchner-relevo-toda-cupula-militar-adelanto-cambios_0_S1vMDUWgCFl.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.

KIRCHNER, C. **Lanzamiento de la campaña presidencial en el Teatro Argentino de La Plata**. Buenos Aires, 19 jul. 2007. Disponível em: <<https://www.cfkargentina.com/lanzamiento-de-la-campana-presidencial-en-el-teatro-argentino-de-la-plata/>>. Acesso em: 19 jan. 2024

KORNBLITH, M. Crisis y Transformación del Sistema Político Venezolano: nuevas y viejas reglas de juego. **CLACSO**, 1 jan. 1997.

KORNBLITH, M. Latin America's Authoritarian Drift: Chavismo After Chávez? **Journal of Democracy**, v. 24, n. 3, p. 47–61, jul. 2013.

La Ley de Emergencia. **Clarín**, 11 jul. 2012. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/dice-ley-votada-prorrogas_0_H1XGM2wQe.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. 1. ed. [S. l.]: Três Estrelas, 2013. 384 p. ISBN 856533919X.

LARKINS, C. The Judiciary and Delegative Democracy in Argentina. **Comparative Politics**, v. 30, n. 4, p. 423–442, jul. 1998.

LAUREANO, R. A Dominação Carismática em Regimes Democráticos. **Política & Sociedade**, v. 19, n. 45, p. 178–226, 2020.

LEVINE, D. e CRISP, B. (1999). "The future of Democracy". **World Affairs**, v. 161, n.3, pp. 123-165, 1999.

LEVINE, D. H. Goodbye to Venezuelan Exceptionalism. **Journal of interamerican studies and world affairs**, v. 36, n. 4, p. 145–182, 1 jan. 1994.

LEVINE, D. H.; MOLINA V., J. E. Calidad de la democracia en Venezuela. **América Latina Hoy**, v. 62, p. 157–175, 2012.

LEVITSKY, S.; LOXTON, J. Populism and competitive authoritarianism in Latin America. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **Routledge Handbook of Global Populism**. New York: Routledge, 2019. p. 319–333.

LEVITSKY, S. **Transforming Labor-Based Parties in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LEVITSKY, S.; LOXTON, J. Populism and competitive authoritarianism in the Andes. **Democratization**, v. 20, n. 1, p. 107–136, jan. 2013.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. Introduction: Latin America's "Left Turn": A Framework for Analysis. In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. (Eds.). **The Resurgence of the Latin America Left**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

LEVITSKY, S.; WAY, L. A. **Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010

LEVITSKY, S.; WAY, L. Elections without Democracy: the Rise of Competitive Authoritarianism. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 2, p. 51–65, 2002.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. [s.l.] Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2018.

LEVITSKY, STEVEN.; MURILLO, M. V. Argentina: From Kirchner to Kirchner. **Journal of Democracy**, v. 19, n. 2, p. 16–30, 2008.

LINZJ. J.; STEPAN, A. **The Breakdown of Democratic Regimes**. Baltimore ; London: The Johns Hopkins University, 1978.

LÓPEZ MAYA, M. L'échec du chavisme. Origine, effondrement, tendances à ce jour. **Les Temps Modernes**, v. 1, n. 697, p. 34–61, 2018b.

LÓPEZ MAYA, M. El colapso de Venezuela. ¿Qué sigue? **Pensamiento Propio**, n. 47, p. 13–36, 2018a.

LÓPEZ MAYA, M. La crisis del chavismo en la Venezuela actual. **Estudios Latinoamericanos**, n. 38, p. 159, 11 out. 2016.

LÓPEZ MAYA, M. La Venezuela de Nicolás Maduro: polarización sin populismo. **Ecuador Debate**, n. 112, p. 139–156, 2021.

LÓPEZ MAYA, M. Socialismo y comunas en Venezuela. **Nueva sociedad**, n. 274, p. 59–70, 1 jan. 2018c.

LÓPEZ MAYA, M. The Venezuelan Caracazo of 1989: Popular Protest and Institutional Weakness. **Journal of Latin American Studies**, v. 35, n. 1, p. 117–137, fev. 2003.

LÓPEZ MAYA, M. Venezuela 2017: la derrota de la democracia. **Prodavinci**, 31 out. 2017. Disponível em: <<https://historico.prodavinci.com/2017/10/31/actualidad/venezuela-2017-la-derrota-de-la-democracia-por-margarita-lopez-maya/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

LÓPEZ MAYA, M. Venezuela: el ejercicio del poder y la naturaleza del régimen. **Trópico Absoluto**, 2 nov. 2019. Disponível em: <<https://tropicoabsoluto.com/2019/11/02/venezuela-el-ejercicio-del-poder-y-la-naturaleza-del-regimen/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

LÓPEZ MAYA, M. Venezuela: The Political Crisis of Post-Chavismo. **Social Justice**, v. 40, n. 4(134), p. 68–87, 2013.

LÓPEZ M. J.. De la República oligárquica a la República democrática. Discusión en torno a la estrategia del presidente Roque Sáenz Peña para asegurar el éxito de su reforma política. **Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales**, n. 146, 1 dez. 2016.

Maduro acusa 'inimigos' de terem envenenado Chávez. **Estado de Minas**, 05 mar. 2013. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2013/03/05/interna_internacional,354787/maduro-acusa-inimigos-de-terem-envenenado-chavez.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Maduro apresenta orçamento da Venezuela, ignorando Parlamento. **G1**, 14 out. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/maduro-apresenta-orcamento-da-venezuela-ignorando-parlamento.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Maduro diz que Chávez apareceu em forma de passarinho e o abençoou. **Folha de São Paulo**, 2 abr. 2013. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjY2fG6_9-DAXUNkJUCHY8uDFsQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fm.folha.uol.com.br%2Fmundo%2F2013%2F04%2F1256054-maduro-diz-que-chavez-apareceu-em-forma-de-passarinho-e-o-abencoou.shtml&usq=AOvVaw2x54bboabTMwBcmC2XOGde&opi=89978449>. Acesso em: 14 jan. 2024.

MADURO, N. **Discurso do Presidente encarregado Nicolás Maduro na XVII Conferências Nacional do Partido Comunista da Venezuela**. Youtube, 10 mar. 2013b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3-flKKV-iNE>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MADURO, N. **Discurso do vicepresidente Nicolás Maduro no dia 10 de janeiro de 2013**. Youtube, 10 jan. 2013a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2_KA2ElvIW0>. Acesso em: 15 jan. 2024

MAGDALENO, J. La historia de un desencanto: El fin de la “democracia pactada” y el ascenso de la “revolución chavista” en Venezuela. **Trabalho apresentado para o VI Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**. Quito, Ecuador, do 12 ao 14 de junho de 2012

MAHONEY, J.; THELEN, K. **Advances in comparative-historical analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MAINWARING, S.; ANÍBAL PÉREZ-LIÑÁN. **Democracies and Dictatorships in Latin America**. [s.l.] Cambridge University Press, 2014.

MAINWARING, S.; ANÍBAL PÉREZ-LIÑÁN. La Democracia a la Deriva en América Latina. **Revista POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político**, v. 20, n. 2, p. 267–294, 1 dez. 2015.

MALAMUD, A. Partidos Políticos. In: PINTO, J. (Ed.). **Introducción a la Ciencia Política**. Buenos Aires: Eudeba, 2003.

MALAMUD, C. Liberales y conservadores: los partidos políticos argentinos (1880-1916). **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 8, n. 1, p. 41–62, 1997.

MAURO, S.; ROSSI, F. M. Entre la plaza y la Casa Rosada: diálogo y confrontación entre los movimientos sociales y el gobierno nacional. In: MALAMUD, A.; DE LUCA, M. (Eds.). **La política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 167–178.

MAZZUCA, S. L. The Rise of Rentier Populism. *Journal of Democracy*, v. 24, n. 2, p. 108–122, 2013.

MERKEL, W. Are dictatorships returning? Revisiting the “democratic rollback” hypothesis. **Contemporary Politics**, v. 16, n. 1, p. 17–31, mar. 2010.

MERKEL, W. Embedded and defective democracies. **Democratization**, v. 11, n. 5, p. 33–58, dez. 2004.

MEUCCI, M. Á. Golpes de Estado en Venezuela durante el período 1989-2004: Evolución del conflicto y contexto sociopolítico. **Análisis Político**, v. 21, n. 64, p. 3–21, 1 set. 2008.

Milhares vão às ruas no dia da “posse ausente” de Chávez na Venezuela. **G1**, 10 jan 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/milhares-vao-ruas-no-dia-da-posse-ausente-de-chavez-na-venezuela.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MOCHKOFISKY, G.; PASQUINI, G. Cristina em metamorfose As encarnações da presidente argentina e as dúvidas sobre o futuro do kirchnerismo. **Revista Piauí**, Edição 75, dez. 2012.

Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/cristina-em-metamorfose/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MOFFITT, B. **Global Rise Of Populism: performance, political style, and representation**. [s.l.] Stanford University Press, 2016.

MOLINA, J. E.; PÉREZ BARALT, C. La democracia venezolana en una encrucijada: las elecciones nacionales y regionales de 1998. **América Latina Hoy**, n. 21, 1999.

MONTERO, A. S.; VINCENT, L. Del “Peronismo Impuro” al “Kirchnerismo Puro”: La construcción de una nueva identidad durante la presidencia de Néstor Kirchner en Argentina (2003-2007). **Postdata**, v. 18, n. 1, p. 123–157, 1 jun. 2013.

MOREIRA, C.; BARBOSA, S. El kirchnerismo en Argentina: origen, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar. **Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 2, 2 mar. 2011.

Morreu o ex-presidente da Venezuela Carlos Andrés Pérez. **G1**, 25 dez. 2010. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/morreu-o-ex-presidente-da-venezuela-carlos-andres-perez-3.html>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 147 p. ISBN 9788569536703.

MOUNK, Y.; FOA, R. S. The Signs of Deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 5–16, 2017.

MOUNK, Y.; FOA, R. S. The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5–17, 2016.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populism: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. Populism and Political Leadership. In: RHODES, R. A. W. **The Oxford Handbook of Political Leadership**. New York: Oxford University Press, 2014.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populism: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2017. 136 p. ISBN 978-0190234874.

MUSTAPIC, A. M. Del Partido Peronista al Partido Justicialista. Las transformaciones de un partido carismático. In: CAVAROZZI, M.; ABAL MEDINA, J. M. (Eds.). **El asedio a la política: los partidos latinoamericanos en la era neoliberal**. Rosário: Homo Sapiens, 2002.

NABOT, D. 20 años de kirchnerismo: Néstor y Cristina, de la exitosa sociedad política al proyecto inconcluso del poder eterno. **La Nación**, 25 mai. 2023. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/20-anos-de-kirchnerismo-nessor-y-cristina-de-la-exitosa-sociedad-politica-al-proyecto-inconcluso-del-nid23052023/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

NATALUCCI, A.; PÉREZ, G. El kirchnerismo como problema sociológico. In: NATALUCCI, A.; PÉREZ, G. (Eds.). **Vamos las bandas: organizaciones y militancia kirchnerista**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012. p. 7–26.

NAVARRO, M. Capítulo VI: Evita. In: TORRE, J. C. (Ed.). **Los Años Peronistas (1943-1955)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

NEGRETTO, G. L. El populismo constitucional en América Latina. Análisis crítico de la Constitución Argentina de 1949. In: LUNA-FABRITIUS, A.; MIJANGOS, P.; GUTIÉRREZ, R. R. (Eds.). **De Cádiz al siglo XXI. Doscientos años de constitucionalismo en México e Hispanoamérica (1812-2012)**. Ciudad de México: Taurus, 2012. p. 343–376.

Nicolás Maduro habló en cadena nacional más horas que Hugo Chávez. **El Nacional**, 18 nov. 2013. Disponible em:

<<https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/nicolas-maduro-hablo-en-cadena-nacional-mas-horas-que-hugo-chavez-nid1639302/>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NORDEN, D. L. Autoridad civil sin dominación civil? Las relaciones político-militares en la Venezuela de Chávez. **Nueva sociedad**, n. 213, p. 170–187, 1 jan. 2008.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 44, p. 27–54, 1998.

O'DONNELL, G. Democracia Delegativa? **Novos Estudos Cebrap**, v. 3, edição 31, p. 25–40, 1991.

OBSERVATORIO ELECTORAL VENEZOLANO. **Informe Final Observación Elecciones Presidenciales 14 de abril de 2013**. Caracas: mai. 2013, p. 1-70. Disponible em:

<<https://oevenezolano.org/wp-content/uploads/2020/05/OEV-PRESIDENCIALES-2013-INF>

Oposición marcha contra inhabilitaciones políticas en Venezuela. **EMOL**, 12 jul. 2008.

Disponible em:

<<https://www.emol.com/noticias/internacional/2008/07/12/312829/oposicion-marcha-contrainhabilitaciones-politicas-en-venezuela.html>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

OCHOA ESPEJO, P. Populism and the Idea of the People. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. São Paulo: Oxford University Press, 2017. cap. 31, p. 1-24. ISBN 9780191841736.

OCHOA-ESPEJO, P. Power to whom? The people between proceduralism and populism. In: DE LA TORRE, C. (Ed.). **The Promise and Perils of Populism**. [s.l.] University Press of Kentucky, 2015.

OLLIER, M. M. El ciclo de las presidencias dominantes: Néstor y Cristina Kirchner (2003-2013). In: GERVASONI, C.; PERUZZOTTI, E. (Eds.). **¿Década ganada? Evaluando el legado del kirchnerismo**. Buenos Aires: Debate, 2015. p. 61–88.

OLLIER, M. M. Kirchner al poder institucional e informal (2003-2010). **Temas y Debates**, n. 20, p. 39–58, 2010.

OLLIER, M. M. Las mil caras del peronismo (1975-2007). **Hispania Nova: Revista de historia contemporánea**, n. 9, p. 3, 1 jan. 2009.

ORE, D. “Chavista” school books stoke passions in Venezuela. **Reuters**, 2 jun. 2014. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-education/chavista-school-books-stoke-passions-in-venezuela-idUSKBN0ED1OM20140602/>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ORE, D. Chávez sofre insuficiência respiratória, diz governo venezuelano. **Reuters**, 4 jan. 2013. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/manchetes-venezuela-chavez-atualiza-idBRSPE90302Q20130104/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OSTIGUY, P.; SCHNEIDER, A. Chapter 13. The Politics of Incorporation: Party Systems, Political Leaders, and the State in Argentina and Brazil. In: SILVA, E.; ROSSI, F. M. (Eds.). **Reshaping the Political Arena in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2018. p. 275–308.

PANEBIANCO, J. P. **El régimen político populista como autoritarismo competitivo. El caso del peronismo**. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura en Ciencia Política y Gobierno—Universidad Torcuato di Tella, 2013.

PAPPAS, T. S. Are Populist Leaders “Charismatic”? The Evidence from Europe. **Constellations**, v. 23, n. 3, p. 378–390, 8 ago. 2016.

PAPPAS, T. S. Populists in Power. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 2, p. 70–84, 2019.

PAPPAS, TAKIS. S. Political charisma and modern populism. In: ZÚQUETE, P. (Ed.). **Routledge International Handbook of Charisma**. London: Routledge, 2021. p. 226–237.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resolución del Parlamento Europeo, de 23 de octubre de 2008, sobre las inhabilitaciones políticas en Venezuela**. Disponível em:

<https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2008-0525_ES.html?redirect>. Acesso em 24 jan. 2024.

PARTIDO PERONISTA. Carta Orgánica Nacional del Partido Peronista. In: Escuela Superior Peronista. **Perón en Doctrina**, p.31-40. Disponível em:

<<https://www.escuelasuperiorperonista.com/doc/PERON.EN.DOCTRINA.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PEÑAFIEL, R. Le charisme ne se délègue pas. Les difficultés de la captation de l’ethos d’exceptionnalité de Chávez par Maduro au Venezuela. **Revue française des sciences de l’information et de la communication**, [en ligne] n. 7, 1 jul. 2015.

Perez defends his role as statesman; EX-PRESIDENT JUSTIFIES USE OF FUNDS TO PROTECT CHAMORRO. **LatinNews**, 8 dez. 1994. Disponível em:

<https://www.latinnews.com/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=49&archive=67536&search=Venezuela>. Acesso em: 5 fev. 2024.

PÉREZ-LIÑÁN, A. IMPEACHMENT OR BACKSLIDING? Threats to democracy in the twenty-first century. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, 20 dez. 2018.

PÉREZ, G.; NATALUCCI, A. Introducción: El kirchnerismo como problema sociológico. In: PÉREZ, G.; NATALUCCI, A. (Eds.). **Vamos las bandas: organizaciones y militancia kirchnerista**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.

PERUZZOTTI, E. Conceptualizing Kirchnerismo. **PArtecipazione e CONflitto**, v. 10, n. 1, p. 47–64, 2017a.

PERUZZOTTI, E. Peronism and the Birth of Modern Populism. **Journal of Inter-Regional Studies: Regional and Global Perspectives**, v. 2, p. 4–15, 2019.

PERUZZOTTI, E. Populism as Democratization's Nemesis: The Politics of Regime Hybridization. **Chinese Political Science Review**, v. 2, n. 3, p. 314–327, 29 jun. 2017b.

PISMATARO, F. Los militares y el deterioro democrático en Venezuela. **Estudios Políticos (Medellín)**, n. 53, p. 260–282, 1 jan. 2018.

PLOTKIN, M. B. **El día que se inventó el Peronismo**. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

QUESADA, J. D.; SANTAELALIA, I. Chávez gana en las encuestas 10 años después de muerto. **El País**, 05 mar. 2023. Disponible em: <<https://elpais.com/internacional/2023-03-05/diez-anos-despues-de-su-muerte-el-icono-chavez-sigue-vivo.html>>. Acceso em: 15 jan. 2024.

QUIROGA, H. La Justicia en Debate. El Consejo de la Magistratura y la Democracia Mayoritaria. **Estudios Sociales**, v. 48, n. 1, p. 147–168, 1 dez. 2015.

Reeleição e morte de Hugo Chávez. **Globo**, 28 out. 2021. Disponible em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/reeleicao-e-morte-de-hugo-chavez/noticia/reeleicao-e-morte-de-hugo-chavez.ghtml>>. Acceso em: 15 jan. 2024.

REIN, R. From Juan Perón to Hugo Chávez and Back: Populism Reconsidered. In: SZNAJDER, M.; RONIGER, L.; FORMENT, C. (Eds.). **Shifting Frontiers of Citizenship: The Latin American Experience**. Boston: Brill, 2013. p. 289–311.

REUTERS. Chávez sofreu complicações durante cirurgia, diz ministro. **G1**, 13 dez. 2012. Disponible em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/chavez-sofreu-complicacoes-durante-cirurgia-diz-ministro-1.html>>. Acceso em: 15 jan. 2024.

REY, J. C. La Democracia Venezolana y la Crisis del Sistema Populista de Conciliación. **Revista De Estudios Políticos**, n. 74, p. 533–578, 1 jan. 1991.

REYES, L. M. Chávez vive pero la lucha ya no sigue. **El País**, 5 mar. 2023. Disponible em: <<https://elpais.com/america/opinion/2023-03-05/chavez-vive-pero-la-lucha-ya-no-sigue.html>>. Acceso em: 15 jan. 2024.

RODRÍGUEZ, D. A. Populismo y liderazgo en la democracia argentina: Un cruce comparativo entre el menemismo y el kirchnerismo. **Revista POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político**, v. 19, n. 2, p. 637–680, 1 out. 2014.

ROSANVALLON, P. **El siglo del populismo: Historia, teoría, crítica**. Buenos Aires: Manantial, 2020. 296 p. ISBN 9789875002319.

ROSANVALLON, P. **El Siglo del populismo**. Buenos Aires: Manantial, 2020.

RUBIO, D. F.; GORETTI, M. Cuando el presidente gobierna solo. Menem y los decretos de necesidad y urgencia hasta la reforma constitucional (julio 1989 - agosto 1994). **Desarrollo Económico**, v. 36, n. 141, p. 443, abr. 1996.

RUBIO, D. M. “¡Qué se vayan todos!”: la crisis argentina de 2001 - 2003. In: **Seminario Internacional Gobernabilidad Y Reformas Políticas. Nuevos Desafíos Para La Democracia**, 2006. Disponível em: <https://ens9004-inf.d.mendoza.edu.ar/sitio/biblioteca-historia-argentina-reciente/upload/Rubio_Ferreira_Delia_Crisis_2001-OEA-Guatemala-2006.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. [s.l.] Editora Todavía S.A, 2018.

SANTODOMINGO, R. **De verde a Maduro: El Sucesor de Hugo Chávez**. [s.l.] Vintage Espanol, 2013.

SCHAMIS, H. E. From the Peróns to the Kirchners: “Populism” in Argentine Politics. In: DE LA TORRE, C. **Latin American populism in the twenty-first century**. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore, 2013.

SCHARFENBERG, E. Maduro dice que un “pajarito” con el espíritu de Chávez lo bendijo. **El País**, 2 abr. 2013. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2013/04/02/actualidad/1364930548_441291.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SCHEDLER, A. **Electoral authoritarianism: the dynamics of unfree competition**. Boulder, Colo.: L. Rienner Publishers, 2006.

SCHMITTER, P. C. Crisis and Transition, But Not Decline. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 32–44, 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SELL, C. E. A Liderança Carismática: sobre o caráter político do populismo. **Tomos**, n. 23, 1 dez. 2013.

SERRAFERO, M. D. Presidencia y vicepresidencia: otra difícil combinación. In: MALAMUD, A.; DE LUCA, M. (Eds.). **La política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

SIDICARO, R. El partido peronista y los gobiernos kirchneristas. **Nueva sociedad**, n. 234, p. 74–94, 1 jan. 2011.

SOMMERER, E. Une démocratie illégitime. La década infame dans le discours populiste argentin. Mots. **Les langages du politique** [En ligne], n. 87, p. 27–41, 21 jul. 2008.

SOUROUJON, G. Religión, política y muerte: la articulación de trascendencias immanentes en torno a Néstor Kirchner y Hugo Chávez Frías. **POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político**, v. 22, n. 1, p. 169–201, 1 maio 2017.

Supremo respalda manobra para estender mandato de Chávez. **O Globo**, 09 jan. 2013.

Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/supremo-respalda-manobra-para-estender-mandato-de-chavez-7240908>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SVAMPA, M. Argentina: el devenir de los piqueteros. In: DUTERME, B. **Movimientos y poderes de izquierda en América latina**. España: Editorial Popular, 2005. p. 111–122.

SVAMPA, M. Las fronteras del Gobierno de Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo. **Cuaderno del CENDES**, v. 24, n. 65, p. 39–61, 1 jan. 2007.

TORRE, J. C. Capítulo 1: Introducción a los Años Peronistas. In: TORRE, J.C. (Org.). **Los Años Peronistas (1943-1955)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

TRINKUNAS, H. A. Crafting Civilian Control in Emerging Democracies: Argentina and Venezuela. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 42, n. 3, p. 77–109, 2000.

URBINATI, N. **Me the people: how populism transforms democracy**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2019.

URRIBARRI, R. A. Courts between Democracy and Hybrid Authoritarianism: Evidence from the Venezuelan Supreme Court. **Law & Social Inquiry**, v. 36, n. 04, p. 854–884, 2011.

Venezuela diz que desvalorização da moeda vai incentivar exportações. **G1**, 09 fev. 2013.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/venezuela-afirma-que-desvalorizacao-do-moeda-permite-incentivar-exportacoes.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Venezuela hopes to wipe out toilet paper shortage by importing 50m rolls. **The Guardian**, 16 mai. 2013. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2013/may/16/venezuela-toilet-paper-shortage-50m>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

VENEZUELA. [Constituição (1999)]. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999**. Caracas: Presidência da República. Disponível em:

<http://www.cne.gov.ve/web/normativa_electoral/constitucion/indice.php>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VENEZUELA. Presidente (1999 - 2012: Hugo Chávez). **Discurso em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão**, Caracas, 8 dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.psu.org.ve/temas/noticias/transcripcion-completa-palabras-presidente-chavez-s-u-ultima-cadena-nacional-081212/>>. Acesso em 15 de jan. 2024.

VENEZUELA. Presidente (1999-2013: Hugo Chávez). **Comunicado sobre o estado de saúde do presidente**, Havana, 30 jun. 2011. Disponível em:

<[http://www.psu.org.ve/portada/mensaje-presidente-hugo-chavez-pueblo-venezuela/#.V5PWdbh96hcL%C3%B3pez%20Maya,%20Margarita.%20El%20ocaso%20del%20chavismo:%20Venezuela%202005-2015%20\(Tr%C3%B3picos%20n%C2%BA%20124\)%20\(Spanish%20Edition\)%20\(p.%20395\).%20Editorial%20Alfa.%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Kindle](http://www.psu.org.ve/portada/mensaje-presidente-hugo-chavez-pueblo-venezuela/#.V5PWdbh96hcL%C3%B3pez%20Maya,%20Margarita.%20El%20ocaso%20del%20chavismo:%20Venezuela%202005-2015%20(Tr%C3%B3picos%20n%C2%BA%20124)%20(Spanish%20Edition)%20(p.%20395).%20Editorial%20Alfa.%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Kindle)>. Acesso em 15 de jan. 2024.

VENEZUELA. Tribunal Supremo de Justiça. **Sentença nº 141, 8 marz. 2013b**. Dispõe sobre Recurso de interpretação do artigo 233 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em:

<<http://historico.tsj.gob.ve/decisiones/scon/Marzo/141-8313-2013-13-0196.html>> Acesso em: 15 jan. 2024.

VENEZUELA. Tribunal Supremo de Justiça. **Sentença nº 141, 8 marz. 2013b**. Dispõe sobre Recurso de interpretação do artigo 233 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em:

<<http://historico.tsj.gob.ve/decisiones/scon/Marzo/141-8313-2013-13-0196.html>> Acesso em: 15 jan. 2024.

VENEZUELA. Tribunal Supremo de Justiça. **Sentença nº155, 28 mar. 2017**. Dispõe sobre Recurso de interpretação do artigo 187 inciso 24 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em:

<<http://historico.tsj.gob.ve/decisiones/scon/marzo/197364-156-29317-2017-17-0325.HTML>> Acesso em: 15 jan. 2024.

VENEZUELA. Tribunal Supremo de Justiça. **Sentença nº2, 9 jan. 2013a**. Dispõe sobre Recurso de interpretação do artigo 231 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em:

<<http://historico.tsj.gob.ve/decisiones/scon/enero/02-9113-2013-12-1358.HTML>> Acesso em: 15 jan. 2024.

Venezuelanos participam de ato simbólico em apoio a Hugo Chávez. **Jornal Nacional**, 10 jan. 2013. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/01/venezuelanos-participam-de-ato-simbolico-em-apoio-hugo-chavez.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VILLA, R. D. Venezuela: o projeto de refundação da República. **Lua Nova**, n. 49, 2000.

VILLARROEL, G. E.; LEDEZMA, N. Carisma y política. El liderazgo de Hugo Chávez desde la perspectiva de sus partidarios. **Revista Politeia**, v. 30, n. 39, p. 1–22, 1 dez. 2007.

WALDMANN, P. **El Peronismo, 1943-1955**. Buenos Aires: Hyspámerica, 1974.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva Vol.1**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, M. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva Vol.2**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia. 5a. ed.** Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 325.

WEIR, S. J. “Perónisma”: Isabel Perón and the Politics of Argentina. In: GENOVESE, M. A.; STECKENRIDER, J. S. (Eds.). **Women as Political Leaders: Studies in Gender and Governing**. New York: Routledge, 2013. p. 256–269.

WEYLAND, K. Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics. **Comparative Politics**, v. 34, n. 1, p. 1–22, out. 2001.

WEYLAND, K. How Populism Dies: Political Weaknesses of Personalistic Plebiscitarian Leadership. **Political Science Quarterly**, v. 137, n. 1, p. 9–42, 2021.

WEYLAND, K. The Rise of Latin America’s Two Lefts: Insights from Rentier State Theory. **Comparative Politics**, v. 41, n. 2, p. 145–164, 1 jan. 2009.

WEYLAND, Kurt. Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics. **Comparative Politics**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 1-22, 2001. DOI <https://doi.org/10.2307/422412>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422412?typeAccessWorkflow=login>. Acesso em: 17 out. 2023.

ZÚQUETE, J. P. The Missionary Politics of Hugo Chávez. **Latin American Politics and Society**, v. 50, n. 1, p. 91–121, 2008.